Efeitos da Ameaça, Atribuições Causais e Auto-categorização nas Reacções a Membros Normativos e Desviantes dos Grupos Sociais

Frederico Guilherme Saldanha de Oliveira Gonçalves

Supervisor:
José M. Marques

Tese de Doutoramento apresentada na:
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Porto, 2013

RESUMO

A investigação inspirada na Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS) tem demonstrado que, sob algumas circunstâncias, as pessoas promovem membros normativos do endogrupo e desvalorizam membros desviantes do endogrupo em comparação com membros equivalentes do exogrupo (ver Marques, Abrams, Paez, & Hogg, 2001; Marques & Paez, 2008). Este processo de discriminação avaliativa endogrupal é conhecido como "efeito ovelha negra" (por exemplo, Marques, 2010; Marques & Paez, 1994; Marques, Yzerbyt, & Leyens, 1988; Pinto, Marques, Levine, & Abrams, 2010).

Os três estudos reportados nesta tese fornecem resultados consistentes com a TDGS, nomeadamente, que o efeito ovelha negra é um mecanismo de protecção endogrupal, através do qual os indivíduos salvaguardam a validade subjectiva das suas crenças numa identidade social positiva (Marques, 2010). Em simultâneo, testamos hipóteses alternativas ou complementares à TDGS, que explicam a depreciação dos membros desviantes do endogrupo como decorrente, respectivamente, da violação das expectativas positivas no endogrupo (cf. Biernat, Vescio, & Billings, 1999), vergonha grupal (cf. Johns, Schmader, & Lickel, 2005) e motivações de distanciamento interpessoal (cf. Eidelman & Biernat, 2003).

Através dos estudos, confirmamos os efeitos da valência da comparação intergrupal, ou seja, a posição do endogrupo na hierarquia social, em relação a exogrupos relevantes (Estudo 1); da saliência das atribuições causais aos comportamentos observados, ou seja, o grau em que esses comportamentos são atribuídos às intenções dos actores ou, pelo contrário, a características situacionais (Estudo 2); e a saliência da auto-categorização, ou seja, o grau em que um indivíduo se identifica com uma categoria social, em particular (Estudo 3). De acordo com as hipóteses baseadas na TDGS, confirmamos que as reacções ine em termos da identidade colectiva, e o grupo privilegia a cooperação, então o indivíduo incrementa osponsáveis por atitudes e comportamentos que contribuem, de modo positivo ou negativo, para a imagem do endogrupo em comparação com um exogrupo.

No contexto teórico actual, a análise do papel desempenhado pela valência da comparação intergrupal, a saliência das atribuições causais, e a saliência da auto-categorização nas reacções a membros do endogrupo é particularmente relevante para a compreensão das condições que activam e agravam os conflitos intragrupais e as que, de outro modo, contribuem para o seu apaziguamento e resolução.

ABSTRACT

Research in light of the subjective group dynamics theory (SDGT) shows that, under some circumstances, individuals upgrade normative in-group members and derogate deviant in-group members, in comparison to respectively similar out-group members (see Marques, Abrams, Paez, & Hogg, 2001; Marques & Paez, 2008). This process of intra-group evaluative discrimination is labeled the "black sheep effect" (for example, Marques & Paez, 1994; Marques, 2010; Marques, Yzerbyt, & Leyens, 1988; Pinto, Marques, Levine, & Abrams, 2010).

The three studies we report showcase results consistent with the SGDT, namely, that the black sheep effect is a group-protection mechanism, by which individuals uphold the subjective validity of their beliefs on positive social identity (Marques, 2010). Simultaneously, we test alternative or complementary hypothesis to the SGDT, which explain the derogation of deviant in-group members as resulting, respectively, from the violation of higher positive expectations toward the in-group than the out-group (cf. Biernat, Vescio, & Billings, 1999), group shame (cf. Johns, Schmader, & Lickel, 2005) and interpersonal distancing motivations (cf. Eidelman & Biernat, 2003).

Our studies confirm the effects of valence of inter-group comparison, that is, the position of the in-group relative to relevant out-groups (Study 1); the salience of causal attributions regarding the perceived behaviors, that is, the degree to which these behaviors are attributed either to the actor´s intentions or to situational characteristics (Study 2); and the salience of the ingroup category (Study 3). In line with SGDT´s rationale, we found that the more extreme reactions towards in-group members are determined by the perception that these targets are responsible for attitudes and behaviors which contribute, positively or negatively, to the in-group's image in comparison to an out-group.

In the current theoretical framework, the analysis of the role of valence of inter-group comparison, salience of causal attributions, and salience of self-categorization, on the reactions towards in-group members is particularly relevant in order to understand the conditions which activate and aggravate in-group conflicts and the ones which, otherwise, contribute to its unwinding and resolution.

RÉSUMÉ

La recherche inspirée de la Théorie de la Dynamique de Groupe Subjective (TDGS) a démontré que, dans certaines circonstances, les individus évaluent très favorablement les membres normatifs de l´endogroupe tout en dévalorisant les membres déviants, par comparaison avec des membres équivalents de l´exogroupe (voir Marques, Abrams, Páez, & Hogg, 2001; Marques & Páez, 2008). Ce processus de discrimination évaluative de l´endogroupe est connu comme « effet brebis galeuse » (par exemple, Marques, 2010; Marques & Páez, 1994; Marques, Yzerbyt, & Leyens, 1988; Pinto, Marques, Levine, & Abrams, 2010).

Les trois études rapportées dans cette thèse fournissent des résultats consistants avec la TDGS, en montrant que l'effet brebis galeuse est un mécanisme de protection de l´endogroupe à travers lequel les individus protègent la validité subjective de leur croyance à une identité sociale positive (Marques, 2010). Simultanément, nous avons testé des hypothèses alternatives ou complémentaires à la TDGS qui expliquent la dépréciation des membres déviants de l´endogroupe comme conséquence, respectivement, de la violation des attentes positives à l'égard de l´endogroupe (cf. Biernat, Vescio, & Billings, 1999), de la honte groupale (cf. Johns, Schmader, & Lickel, 2005) et de la motivation à se distancer personnellement des membres indésirables de l'endogroupe (cf. Eidelman & Biernat, 2003).

À travers ces études, nous avons confirmé les effets de la valence de la comparaison intergroupes, c´est-à-dire de la position de l´endogroupe dans la hiérarchie sociale par rapport à un exogroupe pertinent (Étude 1); de la saillance des attributions causales relatives aux comportements observés, c´est-à-dire la mesure dans laquelle ces comportements sont attribués à des intentions des acteurs, ou par contre, à des caractéristiques situationnelles (Étude 2); et de la saillance de l'endogroupe. En accord avec le raisonnement sous-jacent à la TDGS, nous avons observé que les réactions plus extrêmes dirigées aux membres de l´endogroupe découlent de la perception de ce que ceux-ci sont responsables des conduites qui contribuent, de façon positive ou négative, à l´image de l´endogroupe par comparaison avec l´exogroupe.

Dans ce contexte théorique, l'analyse de l'impact de la valeur de la comparaison intergroupes, de la saillance des attributions causales, ainsi que de la saillance de l'auto-catégorisation sur les réactions à l'égard des membres de l'endogroupe nous semble particulièrement importante pour comprendre les conditions qui amorcent et qui aggravent

le conflit au sein du groupe. Cette analyse contribue également à la compréhension des conditions qui contribuent à la diminution et à la résolution de ce conflit.

DEDICATÓRIA

Para os meus Pais, que me deram tudo.

Para o meu Irmão, que me faz ser melhor.

Para o meu Avô, a minha primeira inspiração.

Para a minha Avó, a minha segunda mãe.

Para os meus Primos e Tios, a minha casa longe de casa.

E para os amigos e camaradas de uma vida.
Os melhores que se podem desejar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço fundamentalmente ao Professor Doutor José Marques. Pela sua orientação (e paciência) no desenvolvimento deste trabalho e, sobretudo, pelo seu grande exemplo de empenho pessoal e compromisso profissional. Colocou sempre a fasquia mais elevada.

Agradeço aos Professores da área de Psicologia Social: pela ordem em que vos fui conhecendo, Professor Doutor Miguel Cameira, Professor Doutor Rui Serôdio, Professora Doutora Isabel Pinto e Professora Doutora Gabrielle Poeschl. Pelas vossas aulas, perspectivas e dedicação, conquistaram-me definitivamente para a Psicologia Social.

Às amigas e amigos dos Seminários e do Grupo de Investigação em Psicologia Social. Por seis anos de muito trabalho, discussões, bastante aprendizagem e grande amizade.

Agradeço às amigas, amigos, colegas, Professoras, Professores, e a toda a comunidade da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. São já nove anos. Espero ser uma fonte de orgulho para tod@s vós!

ÍNDICE

INTRODUÇÃO **4**

Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva 4
Objectivos 5
Estrutura da Tese 6
Enquadramento teórico *7*
Estudos *9*

REACÇÕES AO DESVIO NOS PEQUENOS GRUPOS **12**

Tipos de Grupos 13
Coesão Grupal 14
Interacção e interdependência *14*
Normas e conformismo *16*
Socialização *17*
Conflitos Grupais 19
Pressões para a Uniformidade dos Grupos 22
Realidade social e locomoção grupal *22*
Importância do grupo e dos objectivos *23*
Grau e tipo de desvio *25*
Ameaça ao grupo *28*
Estratégias para lidar com os membros desviantes *30*
Limitações da Abordagem dos Pequenos Grupos 31
Conclusão 33

ABORDAGEM DA IDENTIDADE SOCIAL **37**

Teoria da Identidade Social 38
Categorização social *39*
Identidade social e comparação social *41*
Favorecimento endogrupal e paradigma dos grupos mínimos *42*
Estratégias de diferenciação positiva do endogrupo *44*
Crenças sobre as características da estrutura social *47*
Teoria da Auto-categorização 49
Relações entre auto-categorizações *50*
Acessibilidade relativa, princípio do meta-contraste e adequação categorial *51*
Auto-categorização pessoal *53*
Redução da incerteza subjectiva *55*
Dinâmicas Grupais 56
Influência informacional referente *57*
Estratégias de controlo social *60*
Emoções grupais *62*
Culpa e vergonha 62
Raiva 63
Orgulho 64
Conclusão 65

TEORIA DA DINÂMICA DE GRUPOS SUBJECTIVA **69**

Efeito Ovelha Negra 71
Evidência empírica inicial *71*
O efeito ovelha negra como favorecimento endogrupal *74*
Focalização Prescritiva e Focalização Descritiva 75
Evidência Empírica da Dinâmica de Grupos Subjectiva 78
Ameaça à Validade Subjectiva da Identidade Social 81
Ameaça à homogeneidade normativa intragrupal *82*
Ameaça à superioridade intergrupal *83*
Desvio Pró- e Anti-Normativo 85
Dinâmica de Grupos Subjectiva Desenvolvimental 87
Estratégias de Controlo Social 89

ATRIBUIÇÕES DE CAUSALIDADE: UMA ABORDAGEM DA DINÂMICA DE GRUPOS SUBJECTIVA 92
Atribuições de causalidade interna e externa *92*
Definição 92
Críticas 93
Atribuições de causalidade e grupos sociais *94*
Erro derradeiro de atribuição 94
Atribuições de causalidade e efeito ovelha negra 98
HIPÓTESES ALTERNATIVAS E COMPLEMENTARES SOBRE O EFEITO OVELHA NEGRA 100
CONCLUSÃO 104

EFEITO DA AMEAÇA SOCIAL NO EFEITO OVELHA NEGRA 108

ESTUDO 1 108
Hipóteses *109*
Método *110*
Participantes 110
Procedimento 111
Medidas dependentes 113
Resultados *114*
Identificação prévia 114
Avaliação 115
Associações entre avaliações, estratégias de controlo social, e motivações identitárias 117
Discussão *117*
CONCLUSÃO 119
Propostas para estudos complementares *119*
Motivações identitárias associadas às reacções intragrupais *120*

EFEITO DA SALIÊNCIA DAS ATRIBUIÇÕES DE CAUSALIDADE NO EFEITO OVELHA NEGRA 122

ESTUDO 2 123
Enquadramento e hipóteses *123*
Método *124*
Participantes 124
Procedimento 124
Medidas dependentes 126
Resultados *127*
Identificação prévia 127
Avaliação 128
Impacto dos alvos 129
Associações entre avaliações, impacto, e atribuições de causalidade 130
Associações entre avaliações, impacto dos alvos, atribuições de causalidade, estratégias de controlo social, e motivações identitárias 132
Discussão *133*
CONCLUSÃO 136
Efeitos das atribuições de causalidade *137*
Controlo social e emoções grupais *138*

EFEITOS DA SALIÊNCIA DA AUTO-CATEGORIZAÇÃO NO EFEITO OVELHA NEGRA .. 140

ESTUDO 3 140
Enquadramento e Hipóteses *141*
Método *142*
Participantes 142
Procedimento 142
Medidas dependentes 143
Resultados *144*
Verificação da manipulação experimental 144
Avaliação 145
Associações entre avaliações, estratégias de controlo social, e motivações identitárias 147
Discussão *148*
CONCLUSÃO 150
Propostas para estudos complementares *151*

CONCLUSÕES 152

ABORDAGEM DOS PEQUENOS GRUPOS E ABORDAGEM DA IDENTIDADE SOCIAL 152

DINÂMICA DE GRUPOS SUBJECTIVA 154
O EFEITO OVELHA NEGRA COMO DINÂMICA DE GRUPOS SUBJECTIVA 154
AMEAÇA, ATRIBUIÇÕES E AUTO-CATEGORIZAÇÃO 155
PISTAS ADICIONAIS PARA A INVESTIGAÇÃO FUTURA 156
Percepção de ameaça social *156*
Emoções grupais *157*
Atribuições de causalidade *158*
Estratégias de controlo social *158*
PROPOSTAS PARA ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO 160
Ameaça ao endogrupo *160*
A responsabilização dos alvos *162*
A relevância da identidade social *163*

REFERÊNCIAS 165

Introdução

As questões subjacentes a esta investigação dizem respeito ao modo como os indivíduos reagem a membros dos grupos em função da contribuição destes últimos para a imagem do endogrupo. O nosso pressuposto de base é o de que as atitudes, comportamentos e relações no seio dos grupos, são orientados para a valorização dos membros que promovem a imagem distintiva e positiva do endogrupo e para a desvalorização dos membros que a diminuem (Levine & Thompson, 1996; Marques & Paez, 2008).

Nesta tese, investigamos algumas condições que levam os indivíduos a reagir mais ou menos favoravelmente a membros dos grupos que, pelas suas atitudes ou comportamentos, são percebidos como contribuindo, de modo positivo ou negativo, para a imagem do endogrupo. Em particular, analisamos os efeitos (Estudo 1) da percepção de ameaça (no caso dos membros desviantes) ou de apoio (no caso dos membros normativos) para a diferenciação positiva do endogrupo, (Estudo 2) da saliência das atribuições causais aos comportamentos desses membros, e (Estudo 3) da saliência da pertença grupal por parte dos indivíduos que julgam, nas avaliações sobre os membros dos grupos.

Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva

A presente investigação está enquadrada na Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS). A TDGS postula que os indivíduos reagem aos outros membros do endogrupo em função do contributo positivo ou negativo destes para a imagem do endogrupo e consequente diferenciação positiva em relação a um exogrupo relevante, num contexto social específico (por exemplo, Marques, 2010; Marques, Abrams, Paez, et al., 2001; Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Marques & Paez, 2008). Esta reacção dependerá da operação simultânea de uma *focalização descritiva* (a atenção centrada nas características distintivas dos grupos e que, assim, permitem construir cognitivamente a situação em termos de uma real diferenciação intergrupal) e de uma *focalização prescritiva* (a expectativa normativa de que os membros do endogrupo devem comportar-se de acordo com padrões que legitimam a crença na diferenciação intergrupal positiva do endogrupo).

A TDGS inscreve-se no paradigma genérico geralmente designado por *abordagem da identidade social* (Tajfel, 1978, 1979/2010; Tajfel & Turner, 1986; Turner, Hogg, Oakes, Reicher, & Wetherell, 1987, ver Capítulo II). Esta abordagem investiga os julgamentos, emoções e comportamentos que decorrem da consciência que os indivíduos têm do facto de pertencerem a grupos e de que esses grupos definem uma componente importante da sua identidade, i.e. a *identidade social* (Tajfel, 1978). A abordagem da identidade social postula que os indivíduos procuram salvaguardar uma identidade social positiva, através da diferenciação favorável do endogrupo em relação a exogrupos relevantes (Tajfel, 1979/2010; Tajfel & Turner, 1979/2001).

A TDGS alarga a abordagem da identidade social para a análise dos processos conducentes a diferenciações no seio dos grupos no contexto de diferenciação entre endogrupo e exogrupo. Neste contexto, os indivíduos podem recorrer à diferenciação intragrupal enquanto meio para reforçarem e legitimarem a crença na superioridade relativa do endogrupo (Marques, Abrams, Paez, & Martinez-Taboada, 1998; Marques, Abrams, & Serôdio, 2001). Uma consequência deste processo será o "efeito ovelha negra", i.e. a avaliação, respectivamente, mais favorável e mais desfavorável dos membros normativos e dos membros desviantes do endogrupo, em relação a membros semelhantes do exogrupo (Marques, 2010; Marques, Yzerbyt, & Leyens, 1988).

Desde os estudos iniciais de Marques, Yzerbyt e Leyens (1988), o efeito ovelha negra tem sido observado em diferentes grupos e situações sociais (por exemplo, Biernat, et al., 1999; Branscombe, Wann, Noel, & Coleman, 1993; Breakwell, Vignoles, & Robertson, 2003; Eidelman & Biernat, 2003; Hichy, Mari, & Capozza, 2008; Jetten, Summerville, Hornsey, & Mewse, 2005; Khan & Lambert, 1998; Lewis & Sherman, 2010; Nesdale & Brown, 2004). No entanto, alguns autores propuseram explicações teóricas para o efeito ovelha negra alternativas ou complementares à TDGS. Por exemplo, alguns autores sugerem que a depreciação dos membros desviantes do endogrupo 1) decorre das emoções negativas geradas pela percepção da violação das expectativas positivas associadas ao endogrupo (Biernat, et al., 1999); 2) decorre de uma sensação de vergonha colectiva (Johns, et al., 2005) e 3) é um mecanismo de protecção individual, através do qual os indivíduos se distanciam pessoalmente dos membros desviantes do endogrupo (Eidelman & Biernat, 2003).

Objectivos

O nosso objectivo principal nesta tese é verificar a hipótese genérica proposta pela Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS), de que o efeito ovelha negra é um mecanismo de protecção endogrupal, através do qual os indivíduos salvaguardam a validade subjectiva das suas crenças numa identidade social positiva (Marques, 2010). Em simultâneo, testamos hipóteses alternativas ou complementares à TDGS, que explicam o efeito ovelha negra como decorrente, respectivamente, da violação de expectativas positivas acerca do endogrupo (Biernat, et al., 1999), da vergonha colectiva (Johns, et al., 2005) e das motivações de distanciamento interpessoal (Eidelman & Biernat, 2003).

Para esse efeito, propomos analisar alguns factores que julgamos serem determinantes das reacções a membros normativos ou desviantes do endogrupo ou do exogrupo. Estes factores são: (Estudo 1, Capítulo IV) a valência da comparação intergrupal, ou seja, a posição do endogrupo em relação a exogrupos relevantes; (Estudo 2, Capítulo V) a saliência das atribuições causais aos comportamentos observados, ou seja, o grau em que estes comportamentos são atribuídos às intenções dos actores ou, pelo contrário, a características situacionais; e (Estudo 3, Capítulo VI) a saliência da auto-categorização, ou seja, o grau em que o indivíduo se identifica com uma categoria endogrupal.

A análise do papel desempenhado por estes três factores permite-nos definir algumas condições que activam e agravam os conflitos intragrupais, e as que, de outro modo, contribuem para o seu apaziguamento e resolução. Neste sentido, esperamos que o nosso trabalho contribua para a prevenção e gestão dos conflitos e outras dinâmicas sociais, no quadro dos vários domínios da intervenção nos grupos, por exemplo, comunitário, organizacional, internacional, etc.

Estrutura da Tese

Esta tese divide-se em sete capítulos, além desta Introdução. No Capítulo I, descrevemos alguma da investigação em Psicologia Social sobre a dinâmica de grupos, a partir da sua abordagem clássica, ou dos “pequenos grupos”. Nos Capítulos II e III, descrevemos o nosso enquadramento teórico, respectivamente, a abordagem da identidade social, e a Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS). Nos Capítulos

IV – VI, descrevemos os três estudos que sustentam as nossas hipóteses de investigação, derivadas da TDGS. Finalmente, no Capítulo VII, apresentamos as nossas conclusões.

Enquadramento teórico.

No Capítulo I, descrevemos a linha de investigação sobre a divergência interna e as pressões para a uniformidade nos grupos de pequena dimensão, em que os membros interagem entre si presencialmente, e partilham tarefas e objectivos comuns, vulgo "pequenos grupos" (Festinger, 1950; Levine, 1989; Orcutt, 1973). Essa linha materializa-se em estudos sobre os modos como os membros dos grupos lidam com outros membros que exprimem opiniões divergentes da maioria do grupo, ou que se comportam de forma contraproducente em relação aos objectivos do grupo, seja no sentido de garantir o seu conformismo, ou de os afastar do grupo.

No Capítulo II, descrevemos a abordagem da identidade social (Tajfel, 1978; Tajfel, Billig, Bundy, & Flament, 1971; Tajfel & Turner, 1979/2001) que, de modo contrastante com os estudos sobre os pequenos grupos, se dedica ao estudo das atitudes e comportamentos dos indivíduos, na medida em que são influenciados pela sua identificação com as representações psicológicas dos grupos. A abordagem da identidade social caracteriza os grupos pelo significado psicológico associado à partilha de um atributo entre os seus membros, i.e. a *identidade social* (Tajfel, 1982).

O campo de investigação da abordagem da identidade social é mais abrangente do que o dos estudos sobre os pequenos grupos, uma vez que (1) analisa os processos psicológicos associados à pertença a grupos extensos e duradoiros, em que não existe necessariamente interacção presencial entre todos os membros, casos do sexo, nacionalidade, profissão, etc., e (2) ultrapassa a focalização dos estudos sobre os pequenos grupos nas atitudes e comportamentos individuais e interpessoais, investigando processos psicológicos enquadrados nas dinâmicas sociais e culturais, como o processamento cognitivo da realidade social, as representações sociais, a hierarquia social, as relações entre os grupos, os contextos e os significados culturais (ver Doise, 1978, 1980; Hogg, 1992; Tajfel, 1972).

De acordo com a abordagem da identidade social, os indivíduos estão motivados para assegurar uma identidade social positiva através da diferenciação do endogrupo em relação a exogrupos relevantes em situações sociais particulares (Tajfel, 1978). Mais

especificamente, os indivíduos assimilam-se a um protótipo do endogrupo e, como resultado, estruturam as suas atitudes e comportamentos em termos do seu sentimento de pertença ao endogrupo, e não em termos das suas características pessoais ou idiossincráticas (Tajfel, et al., 1971; Tajfel & Turner, 1986; Turner, et al., 1987). Deste modo, ao julgarem os outros membros do endogrupo, ou o endogrupo em geral, estão a julgar-se a si próprios, enquanto membros do endogrupo. Uma consequência possível deste processo é o *favoritismo endogrupal*, uma orientação positiva dirigida ao endogrupo que se concretiza, por exemplo, pela avaliação mais positiva deste em comparação com um exogrupo comparativo, pelo menos em dimensões relevantes para a definição da identidade social (Tajfel & Turner, 1979/2001; Turner, 1975).

Na sua análise, a abordagem da identidade social privilegia os processos de acentuação da semelhança intragrupal e diferenciação intergrupal, como base para a superiorização do endogrupo no quadro da diferenciação intergrupal (ver também Marques & Paez, 1994; Marques, Paez, & Abrams, 1998). De outro modo, não proporciona uma análise linear sobre os processos de discriminação intragrupal e, em particular, das reacções a membros do endogrupo cujas atitudes e comportamentos são diferentes das normas do grupo, ou mesmo antagónicos em relação a elas.

No Capítulo III, descrevemos a Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS), que aplica os postulados da abordagem da identidade social para compreender os processos de discriminação intragrupal, incluindo o já mencionado efeito ovelha negra. A TDGS sustenta que, através da diferenciação dos membros do endogrupo conforme o seu contributo para a imagem do endogrupo, os indivíduos podem validar subjectivamente a imagem do endogrupo, nomeadamente reforçando o seu compromisso para com as normas prescritivas que sustentam as suas crenças na imagem positiva do endogrupo em relação ao exogrupo (por exemplo, Marques, 2010; Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Marques & Paez, 2008; Pinto, et al., 2010). Neste sentido, a TDGS acrescenta à abordagem da identidade social, uma perspectiva sobre o papel funcional do desvio para a coesão dos grupos, consistente com os estudos sobre as reacções à divergência interna nos pequenos grupos.

Ao longo dos Capítulos I, II e III descrevemos as perspectivas das linhas de investigação em questão sobre as motivações associadas à prescrição de estratégias de controlo social para lidar com o desvio no endogrupo. Mais especificamente, demonstramos como a teoria e investigação dos pequenos grupos, da identidade social, e da TDGS, sugerem a existência de duas estratégias de controlo social, associadas à

motivação dos membros normativos para defenderem uma identidade social positiva: nomeadamente, a *socialização* e a *punição* sobre os membros desviantes do endogrupo. A TDGS, no quadro da abordagem da identidade social, postula que a motivação para exercer controlo sobre os membros desviantes do endogrupo pode resultar da motivação para assegurar a adesão dos membros do endogrupo a normas prescritivas relevantes o que, por sua vez, assegura a identidade social positiva (Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Pinto, et al., 2010).

Estudos.

Nos Capítulos IV – VI, descrevemos três estudos, que visam analisar condições cruciais sob as quais os indivíduos reagem mais ou menos favoravelmente a membros normativos e desviantes do endogrupo e exogrupo, nomeadamente: (Estudo 1, Capítulo IV) a valência da comparação intergrupal; (Estudo 2, Capítulo V) a saliência das atribuições causais dos comportamentos; e (Estudo 3, Capítulo VI) a saliência da auto-categorização. Concretamente, reportamos evidência de que as avaliações favoráveis dirigidas aos membros normativos do endogrupo, e as avaliações desfavoráveis dirigidas aos membros desviantes do endogrupo, são tanto mais extremas por comparação com as avaliações dirigidas a alvos respectivamente semelhantes do exogrupo, quanto mais: (Estudo 1) os indivíduos estiverem motivados para salvaguardar a diferenciação intergrupal positiva do endogrupo; (Estudo 2) os membros do endogrupo forem responsabilizados por atitudes e comportamentos que contribuem para a diferenciação intergrupal; e (Estudo 3) a diferenciação intergrupal saliente se referir ao endogrupo e exogrupo em questão.

No Estudo 1, descrito no Capítulo IV, investigámos a hipótese de que as avaliações dos membros normativos e desviantes do endogrupo serão tanto mais extremas, quanto mais os indivíduos que avaliam estiverem motivados para garantir a diferenciação intergrupal positiva do endogrupo. No Estudo 1, expusemos os participantes a informação que, ou inferiorizava ou superiorizava o endogrupo, num quadro de comparação com um exogrupo em dimensões prescritivas relevantes. Em conformidade com as nossas hipóteses, no quadro da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS), encontrámos evidência de que os indivíduos estão particularmente motivados para diferenciar positivamente o endogrupo, através de avaliações mais

favoráveis sobre os seus membros normativos, e avaliações mais desfavoráveis sobre os membros desviantes, em comparação com membros semelhantes do exogrupo, se a comparação intergrupal vigente for desfavorável ao endogrupo, ou seja, sob uma condição de ameaça intergrupal (ver também Branscombe, et al., 1993; Marques, Abrams, & Serôdio, 2001).

No Estudo 2, descrito no Capítulo V, investigámos a hipótese de que as avaliações sobre os membros do endogrupo serão tanto mais extremas, quanto mais estes membros forem responsabilizados por atitudes e comportamentos que contribuem para a diferenciação positiva do endogrupo. No Estudo 2, tornámos salientes aos participantes, dimensões das atribuições de causalidade dos comportamentos dos alvos, respectivamente internas ou externas, que antecipámos poderem determinar os julgamentos avaliativos. Encontrámos evidência sugestiva de que a avaliação desfavorável sobre alvos desviantes, e favorável de alvos normativos, estão positivamente associadas à pertença dos alvos ao endogrupo versus exogrupo, e à imputação dos comportamentos em causa a factores da esfera da responsabilidade pessoal dos alvos (ver também Mendoza, Páez, Marques, Techio, & Espinosa, 2005; van Prooijen, 2006).

No Estudo 3, descrito no Capítulo VII, investigámos a hipótese de que as avaliações dirigidas aos membros do endogrupo serão tanto mais extremas, quanto mais saliente estiver a auto-categorização neste grupo (por comparação com a saliência da auto-categorização pessoal ou numa categoria supra-ordenada, que inclui o endogrupo e exogrupo). No Estudo 3, tornámos salientes aos participantes a auto-categorização pessoal, num endogrupo subordinado ou supra-ordenado, de modo a activar a identificação com as respectivas categorias e as atitudes e comportamentos que lhes estão respectivamente associados (ver também Turner, 1985/2010). De acordo com as nossas hipóteses, encontrámos evidência de que os participantes que se auto-definem em termos da diferenciação endogrupo versus exogrupo ao nível subordinado, demonstram atitudes e comportamentos que procuram diferenciar positivamente esse endogrupo, nomeadamente favorecendo os alvos normativos e desfavorecendo os alvos desviantes do endogrupo, por comparação com os alvos equivalentes do exogrupo. De outro modo, os participantes que se auto-definem em termos da identidade pessoal, e os participantes que se auto-definem em termos da identidade supra-ordenada, não diferenciam os alvos conforme aquela diferenciação intergrupal, mas somente com base nas suas qualidades normativas ou desviantes. Adicionalmente, nos Estudos 1 e 3,

encontrámos alguma evidência sugestiva de que os indivíduos podem recorrer a estratégias de controlo social para lidarem com os membros desviantes do endogrupo, como meio para salvaguardarem ou reforçarem a imagem positiva do endogrupo.

No Capítulo VII, apresentamos as principais conclusões deste trabalho, integrando os resultados dos três estudos à luz da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS). Designadamente, os resultados dos nossos três estudos são consistentes com as hipóteses de que o efeito ovelha negra é activado quando o endogrupo está numa posição inferior no quadro de uma comparação intergrupal relevante, quando está saliente a causalidade interna dos comportamentos dos alvos, e quando está saliente o nível de auto-categorização que diferencia o endogrupo do exogrupo em questão. Com base nestas constatações, defendemos a ideia segundo a qual, em conformidade com a tese mais geral da TDGS, os indivíduos reagem aos membros dos grupos, em função da percepção da responsabilidade destes pela validação da imagem positiva do endogrupo no quadro da diferenciação intergrupal saliente. Com base neste facto, sugerimos algumas aplicações dos processos psicossociológicos que analisamos, para os domínios profissionais que lidam com as atitudes, comportamentos e relações dentro e entre os grupos. Alertamos para os vários modos como as motivações identitárias podem estar associadas às dinâmicas grupais, como a hostilização e a emergência de conflitos entre os membros do mesmo grupo, e a aplicação de estratégias de controlo no seio dos grupos, de pendor mais socializador ou punitivo. Julgamos que, sob determinadas circunstâncias, as reacções hostis, o conflito, a punição e, de outro modo, a solidariedade, cooperação, e socialização, podem ser exacerbadas no seio dos grupos, precisamente porque constituem ferramentas normativas que os indivíduos aplicam de modo a assegurarem a diferenciação positiva dos grupos em que estão integrados. Estes processos devem ser adequadamente compreendidos e antecipados pelos decisores e executantes institucionais que lidam com os grupos como, por exemplo, os órgãos de gestão académicos que querem colmatar o preconceito na vida universitária (como veremos, a pedra de toque dos estudos desta investigação).

CAPÍTULO I

Reacções ao Desvio nos Pequenos Grupos

A *dinâmica de grupos* diz respeito ao estudo científico dos processos, actividades, operações e mudanças que ocorrem no seio dos grupos (por exemplo, Cartwright & Zander, 1968; Lewin, 1951). Embora a dinâmica de grupos seja um domínio central da Psicologia Social, não proporcionou um conjunto único de princípios teóricos e metodologias (ver Forsyth, 2010; Levine & Moreland, 2012; Lickel et al., 2000) ou, sequer, uma definição consensual para o conceito central de *grupo* (ver DeLamater, 1974; Hogg, 1992; Johnson & Johnson, 1994; Levine & Moreland, 2012). Ao invés, baseou-se em várias linhas de investigação que são, por sua vez, abrangidas por duas grandes tradições teóricas e metodológicas (ver Hogg, 1992; Lickel, et al., 2000; Prentice, Miller, & Lightdale, 1994/2006; Turner, et al., 1987). Uma dessas linhas de investigação é designada de abordagem clássica, ou *abordagem dos pequenos grupos*, uma vez que se foca nos grupos de pequena dimensão, cujos membros interagem entre si presencialmente e partilham objectivos comuns (por exemplo, Cartwright & Zander, 1968; Festinger, Schachter, & Back, 1950; Levine & Moreland, 1990, 2012; Lewin, 1948; Lott & Lott, 1965; Lott, 1961; Newcomb, 1961; Shaw, 1976; Thibaut & Kelley, 1959/1986; Wilder & Simon, 1998).

A outra linha de investigação foca-se nas grandes categorias sociais, como os grupos étnicos ou de género, e inspirou-se em grande parte nos estudos sobre o preconceito e os estereótipos culturais (por exemplo, Bringham, 1971; Hamilton, 1981; Macrae, Stangor, & Hewstone, 1996; Tajfel, 1969). Uma parte da investigação sobre as categorias sociais foi subordinada pela *abordagem da identidade social*, desenvolvida a partir dos trabalhos de Tajfel e colegas (Tajfel, 1978; Tajfel, et al., 1971; Tajfel & Turner, 1979/2001, ver Lickel, et al., 2000, e Capítulo II). A abordagem da identidade social dedica-se ao estudo das atitudes e comportamentos dos indivíduos, na medida em que são influenciados pela sua identificação com as representações psicológicas dos grupos. Embora tenham existido excepções, os autores que se dedicam, quer à abordagem dos pequenos grupos, quer à abordagem da identidade social, focam-se em aspectos e processos distintos dos grupos e trabalham de forma relativamente isolada entre si, tanto no plano teórico como empírico (ver Lickel, et al., 2000).

Interessa-nos, neste capítulo, analisar de que formas os investigadores, enquadrados na abordagem dos pequenos grupos, definem e estudam os grupos. Em particular, interessam-nos as suas perspectivas sobre as reacções ao desvio nos pequenos grupos, uma linha de investigação determinante para a definição da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (ver Marques, Abrams, et al., 1998; Marques & Paez, 1994, 2008). Essa linha materializa-se em estudos sobre os modos como os membros dos pequenos grupos lidam com outros membros que exprimem opiniões divergentes da maioria do grupo, ou que se comportam de forma contraproducente em relação aos objectivos do grupo (por exemplo, Cartwright & Zander, 1968; Festinger, 1950; Levine, 1989). Neste capítulo, descrevemos alguns destes estudos, nomeadamente que salientam factores determinantes das dinâmicas intragrupais em ordem a garantir o conformismo dos membros desviantes às normas do grupo. Para finalizar, identificamos algumas das principais lacunas da abordagem dos pequenos grupos e antecipamos o seu contraste para com a abordagem da identidade social, que analisamos no capítulo seguinte.

Tipos de Grupos

Forsyth (2010) identifica quatro tipos de grupos que são objecto de estudo na investigação da dinâmica de grupos: grupos primários, sociais, colectividades e categorias sociais. Os grupos primários correspondem aos grupos pequenos e duradouros, unidos por fortes laços afectivos, como a família e os grupos de amigos (ver também Cooley, 1909). Caracterizam-se pela interacção directa, interdependência e solidariedade entre os seus membros. Os grupos sociais são grupos pequenos e duradouros, cujos membros desempenham tarefas em conjunto e procuram cumprir objectivos colectivos, como os grupos de trabalho ou as equipas desportivas. Em comparação com os grupos primários, são mais extensos, menos duradouros, menos afectivos e mais estruturados. Os membros destes grupos interagem entre si e são interdependentes, no sentido de que realizam, em conjunto, procedimentos para cumprir objectivos comuns.

Os grupos primários e sociais, caracterizados pela interacção, interdependência, partilha de objectivos entre os seus membros e com uma estrutura subjacente (normas e papéis) são os grupos directamente analisados pelos investigadores no enquadramento da abordagem dos pequenos grupos (por exemplo, Cartwright & Zander, 1968;

Festinger, et al., 1950; Levine & Moreland, 1990, 2012; Lewin, 1948; Lott & Lott, 1965; Lott, 1961; Newcomb, 1961; Shaw, 1976; Thibaut & Kelley, 1959/1986; Wilder & Simon, 1998).

Por sua vez, as colectividades correspondem a associações de indivíduos que apresentam semelhanças em termos dos seus comportamentos e objectivos, por exemplo, uma multidão numa manifestação de rua ou a audiência de uma sessão de cinema. Podem ser grupos mais extensos e mais heterogéneos do que os grupos primários e sociais (embora, não necessariamente). São, geralmente, grupos pouco estruturados e pouco interdependentes. Finalmente, as categorias são conjuntos extensos e duradouros de indivíduos que partilham algum atributo com uma implicação emocional como, por exemplo, a nacionalidade, etnia ou religião. Não são necessariamente caracterizados pela interacção directa entre todos os seus membros, interdependência, objectivos comuns ou estrutura, mas sim pelo significado psicológico associado à partilha de um atributo (Tajfel & Turner, 1979/2001, ver Capítulo II). A abordagem dos pequenos grupos não estende a sua análise às colectividades e categorias. Retomaremos esta questão na secção dedicada às limitações da abordagem dos pequenos grupos.

Coesão Grupal

Interacção e interdependência.

No quadro da abordagem dos pequenos grupos, a interacção e a interdependência entre os indivíduos são as características determinantes para a formação e existência de um grupo. Por exemplo, Homans (1950) define o grupo como um conjunto de “pessoas que comunicam entre si frequentemente ao longo de um período de tempo, que estão em número suficiente para que cada uma possa comunicar directamente com todas as outras, não em segunda mão através de outras pessoas, mas frente-a-frente” (p. 1).

Por sua vez, a interdependência diz respeito ao facto de os indivíduos estarem ligados por objectivos comuns, terem um destino comum e realizarem esses objectivos e destino em função dos seus contributos recíprocos, de tal modo que as acções de cada

um deles têm um impacto imediato nos pensamentos, sentimentos, e acções dos outros. Neste sentido, Cartwright e Zander (1968) definem o grupo como "uma colecção de indivíduos que têm relações entre si que os tornam significativamente interdependentes. Assim definido, o conceito de grupo refere-se a uma classe de entidades sociais que têm em comum a propriedade de interdependência entre os seus membros constituintes" (p. 46). De acordo com a definição de Lewin (1948), "a essência de um grupo não é a semelhança ou dissemelhança dos seus membros, mas a sua interdependência. Um grupo pode ser caracterizado como um "todo dinâmico", isto significa que uma mudança no estado de qualquer uma das partes muda o estado de qualquer outra das partes. O grau de interdependência… dos membros do grupo vai desde uma "massa" solta até à unidade compacta" (p. 84). De forma mais concreta, Bales (Bales, 1950, 1955; Bales & Strodtbeck, 1951), define a interdependência entre os membros de um grupo como o reflexo das acções dos membros que visam cumprir os objectivos e procedimentos do grupo, e que caracterizam os papéis operacionais no grupo, e aos aspectos sócio-emocionais associados às relações afectivas no seio do grupo, e que caracterizam os papéis relacionais.

Festinger e colegas (1950; Festinger, et al., 1950) analisam o modo como a interacção presencial entre indivíduos determina a formação e a coesão dos grupos. De acordo com esta perspectiva, as oportunidades de interacção positiva entre indivíduos determinam a sua atracção mútua, processo que está na base da emergência dos grupos. Num estudo clássico, Festinger e colegas (1950) analisam a formação de grupos em dois complexos habitacionais, Westgate e Westgate West. Este estudo foi realizado a partir do momento em que os moradores, que não se conheciam previamente, foram distribuídos aleatoriamente pelos complexos. Entre os seus resultados, inclui-se o de que as relações de convívio e amizade que se formaram entre os moradores, aferidas a partir de medidas sociométricas, estavam relacionadas positivamente com a proximidade física entre as respectivas residências. Além disso, de acordo com as observações dos autores, essas relações constituíram a base para a partilha de experiências, crenças e normas que, subsequentemente, contribuíram para a formação de grupos *ad hoc*. De acordo com estes resultados, Festinger e colegas (1950) definem o grupo como um "padrão mais ou menos coeso de relações de amizade entre um número de indivíduos" (p. 160).

Outros estudos confirmam que as oportunidades de interacção positiva entre os indivíduos constituem causas determinantes para o desenvolvimento da atracção e

amizade mútuas que, por sua vez, contribuem para a formação dos grupos. Por exemplo, estudantes universitários a viverem juntos numa residência universitária, estabeleceram gradualmente amizades preferenciais com os seus colegas de quarto (Newcomb, 1956), trabalhadoras sentadas em secretárias separadas entre si interagiram mais com as colegas com quem estavam sentadas mais próximas, o que por sua vez, determinou relações de amizade preferenciais e formação de grupos, em particular, entre as trabalhadoras mais recentes na organização (Gullahorn, 1952), e as pessoas que se encontram regularmente em sítios públicos – como nas paragens de autocarro, piqueniques e em bares – vêm gradualmente a reconhecer-se com grupos (Gieryn, 2000).

Normas e conformismo.

As interacções e relações entre os membros do grupo podem estar reguladas de modo mais ou menos explícito (ver Forsyth, 2010; Levine & Moreland, 1990). Esta regulação determina um padrão previsível para as acções desempenhadas pelos indivíduos no seio do grupo, i.e. as *normas* do grupo (McDavid & Harari, 1968; Sherif & Sherif, 1956). As normas dos grupos podem ser classificadas de acordo com vários critérios. Por exemplo, as normas podem ser *formais*, se estiverem explicitadas em códigos do grupo, como as leis ou os estatutos regimentais. De outro modo, podem ser *informais*, se forem critérios implícitos partilhados no grupo (ver Forsyth, 2010). As normas também podem ser *prescritivas* ou *proscritoras* (ver Forsyth, 2010; Pennington, 2002). São prescritivas, se definem os comportamentos apropriados dos membros do grupo em determinadas situações. São proscritoras, se definem os comportamentos que devem ser evitados pelos membros dos grupos. As normas também podem ser *injuntivas* ou *descritivas* (ver Deutsch & Gerard, 1955; Forsyth, 2010; Pennington, 2002). Esta diferenciação corresponde ao que o comportamento *deve ser* (normas injuntivas) ou *costuma ser* (normas descritivas). As normas podem ser reconhecidas pelos membros do grupo como específicas ao grupo ou a uma determinada situação (normas sócio-convencionais), ou serem transversais a todos os grupos e situações (normas morais) (ver Nucci, 1981; Smetana, 1981; Turiel, 1983).

Vários estudos demonstram como as normas emergem nos contextos e nos grupos, e como os membros dos grupos as interiorizam, comportando-se em

conformidade com elas. No quadro da abordagem dos pequenos grupos, as normas emergem das interacções presenciais e da partilha de perspectivas, atitudes e comportamentos entre os membros do grupo, que contribuem para a formação de critérios consensuais no seio do grupo (ver Marques & Paez, 2008). Por exemplo, Sherif (1936) demonstrou, numa série de estudos, como os grupos formam espontaneamente normas, quando realizam julgamentos sobre um estímulo ambíguo. Num estudo típico de Sherif, os participantes são colocados sozinhos, numa sala escura, a observarem um ponto de luz a piscar de modo intermitente. Nestas condições, as pessoas percebem uma ilusão auto-cinética, ou seja, têm a impressão visual de que a luz se movimenta a uma velocidade e com uma direcção variáveis. De acordo com as observações de Sherif (1936), os participantes faziam sozinhos estimativas idiossincráticas para a distância do aparente movimento, que variavam geralmente entre os 2.54 e os 25.4 centímetros. No entanto, quando os participantes realizavam estas estimativas no contexto de várias séries de estimativas realizadas à vez, em grupos de dois ou três participantes, as estimativas individuais convergiram gradualmente para a estimativa média do grupo.

Adicionalmente, Sherif (1966) observou que, após realizarem as estimativas em grupo, os participantes mantiveram as estimativas médias do grupo, quando voltaram a realizar a tarefa, separados do grupo. Ou seja, os participantes interiorizaram os critérios formados no contexto do grupo, uma vez que demonstraram a sua influência após serem separados fisicamente do grupo.

Por sua vez, as experiências de Asch (1951; 1955) sobre o conformismo demonstram como as normas podem determinar os comportamentos dos indivíduos, mesmo quando não são interiorizadas, como no caso dos estudos de Sherif (1936). Num estudo típico de Asch, os participantes comparavam o tamanho de algumas linhas, após escutarem sete comparsas a darem respostas objectivamente erradas. Asch observou que, nestas condições, cerca de 75% dos participantes deram, pelo menos, uma resposta errada em 12 possíveis, em convergência com as respostas erradas dos comparsas. Numa condição em que os participantes realizaram a tarefa individualmente, quase nenhum deles deu uma resposta errada.

Socialização.

Uma questão central para a investigação sobre a conformidade nos grupos, é o modo como os seus membros interiorizam as normas e se integram nas relações entre os membros de um grupo, ao longo do processo de socialização. Levine, Moreland e colegas (por exemplo, Levine, Moreland, & Ryan, 1998; Moreland & Levine, 1988) distinguem cinco papéis associados ao estádio de socialização dos membros no grupo: membros prospectivos, noviços, de pleno direito, marginais e ex-membros. De acordo com a teoria, a socialização nos grupos é um processo de negociação recíproca entre os indivíduos e o restante do grupo, através do qual os indivíduos assimilam as normas do grupo e o grupo se adapta às necessidades dos indivíduos. Neste processo, o indivíduo e o seu grupo monitorizam-se mutuamente em função das expectativas recíprocas.

Antes de aderirem ao grupo, os membros prospectivos estudam o grupo, os recursos e as funções que providencia. Por sua vez, o grupo procura membros que cumpram as suas normas e facilitem a realização das tarefas a fim de concretizarem os seus objectivos. A adesão dos membros prospectivos ao grupo ocorre quando os membros e o grupo consideram a pertença mutuamente benéfica (Levine, Bogart, & Zdaniuk, 1996). Assim que os membros integram o grupo, tornam-se membros noviços do grupo, submetidos à vigilância e controlo por parte dos membros de pleno direito (Levine & Moreland, 1994; Moreland & Levine, 1982). Se o membro obtém os seus objectivos a partir da pertença ao grupo e/ou percebe que outros grupos não lhe podem proporcionar mais facilmente esses objectivos, incrementa o seu nível de compromisso em relação ao grupo.

Simultaneamente, o grupo tem um nível de compromisso em relação aos seus membros. Os membros noviços são submetidos a vigilância e controlo especiais, porque são considerados inexperientes e imprevisíveis (Levine & Moreland, 1994; Moreland & Levine, 1982). Só quando, através dos seus comportamentos, comprovam cumprir as normas do grupo e exercer adequadamente as suas funções, o grupo redefine o seu papel, de membro noviço para membro de pleno direito. De outro modo, se os membros noviços não forem capazes de cumprir as expectativas que o grupo detém em relação a eles, podem sair do grupo, sem nunca terem adquirido o estatuto de pleno direito. Os membros de pleno direito são os membros mais familiarizados com as normas do grupo e detêm privilégios e responsabilidades particulares, associados à pertença ao grupo como, por exemplo, ministrar a socialização dos membros noviços (Levine, et al., 1996; Moreland & Levine, 1982).

Um grupo procura diferenciar os papéis especializados pelos membros de pleno direito, de modo a maximizar as capacidades individuais de cada um, em função dos objectivos do grupo (Levine & Moreland, 1994; Moreland & Levine, 1982). Mas os interesses dos membros de pleno direito podem não convergir com os papéis que lhes são atribuídos. Por exemplo, o grupo pode requerer de um membro de pleno direito um papel operacional, enquanto o membro aspira a um papel relacional. Nesta fase, particularmente quando existe discrepância entre as expectativas do grupo e as de um membro, ocorre uma negociação entre ambas as partes para a definição das funções a serem exercidas pelo membro do grupo. Em alguns casos, esta negociação pode chegar a um impasse, ou seja, à constatação de que não é possível chegar a uma solução consensual entre o indivíduo e o grupo. Esta é a situação de divergência, em que o membro de pleno direito atravessa uma nova transição de papel, e assume o papel de membro marginal (Levine, et al., 1996; Levine & Moreland, 1994; Moreland & Levine, 1982).

A divergência conduz a uma nova fase do processo de socialização – a fase de re-socialização (Levine & Moreland, 1994; Moreland & Levine, 1982). Existem dois resultados possíveis para a re-socialização: a convergência ou a saída do indivíduo do grupo. A convergência corresponde à situação em que o grupo e o indivíduo resolvem as suas diferenças em termos de expectativas mútuas e o indivíduo readquire o papel de membro de pleno direito. De outro modo, o processo de re-socialização pode não resultar, e conduzir à saída do indivíduo do grupo. Essa saída pode ocorrer porque o grupo não antecipa que o indivíduo possa proporcionar contributos positivos e, por isso, expulsa-o. Ou porque o indivíduo não antecipa que o grupo lhe possa fazer cumprir os seus objectivos, ou antecipa que outros grupos sejam mais viáveis para cumprir os seus objectivos, e decide sair. O indivíduo que abandona um grupo adquire o papel de ex-membro (Moreland & Levine, 1982). Mesmo ausentes fisicamente do grupo, os ex-membros podem desempenhar papéis importantes para a sua actividade, por exemplo, como modelos de comportamentos inaceitáveis ou como inspiração pelos seus contributos positivos anteriores (Levine & Moreland, 1994; Moreland & Levine, 1982).

Conflitos Grupais

Centrámo-nos, até aqui, nas interacções positivas, ou no papel das expectativas de criação ou manutenção de interacções positivas, entre os membros dos grupos, enquanto antecedente e consequência dos comportamentos dos indivíduos. No entanto, a interdependência pode estar associada, não apenas a interacções positivas e funcionais, mas também, a incompatibilidades ou interesses contraditórios que, por sua vez, estão na base do antagonismo e do conflito intragrupal. Estas são as situações caracterizadas pela interdependência negativa ou de competição entre os membros de um grupo, i.e. de modo a alguns membros obterem um objectivo, outros terão de falhar no seu objectivo (por exemplo, Deutsch, 1949a; Deutsch, 1949b, 2012). Diferenciam-se das situações de cooperação, ou interdependência positiva, em que o sucesso de um membro de um grupo incrementa a probabilidade de sucesso de outro membro do grupo.

Deutsch (1949a) estudou os efeitos da estrutura competitiva e cooperativa nas relações no seio dos grupos, através da implementação de sistemas de avaliação distintos em grupos de estudantes. Nos grupos "competitivos" os estudantes que tinham o melhor desempenho pedagógico tinham a melhor avaliação, enquanto aqueles que tinham o pior desempenho tinham a pior avaliação. Nos grupos "cooperativos", os estudantes trabalhavam em grupos, e todos os membros de um grupo recebiam a mesma avaliação pelo seu trabalho. De acordo com os resultados, os participantes dos grupos competitivos demonstraram mais comportamentos conflituosos, incluindo atitudes mais individualistas, menos vontade de obter o respeito dos outros e maior animosidade em relação aos colegas, em comparação com os participantes dos grupos cooperativos. Por sua vez, estes últimos revelaram comportamentos mais amigáveis, comunicando e encorajando mais frequentemente os colegas. Vários outros estudos confirmam que as situações cooperativas intragrupais tendem a resultar em relações intragrupais amigáveis e íntimas, enquanto as situações competitivas intragrupais são mais propensas ao distanciamento interpessoal ou à hostilidade no seio do grupo (por exemplo, Graziano, Hair, & Finch, 1997; King & Sorrentino, 1983; Lu, Tjosvold, & Shi, 2010).

De modo a estudar as opções dos indivíduos pela cooperação ou competição, alguns investigadores recorrem ao método do "dilema do prisioneiro" ou suas variações (por exemplo, Blumberg, 1994; Pruitt, 1998, 2012; Pruitt & Kimmel, 1977). Estes estudos foram inspirados pela teoria das trocas sociais de Thibaut e Kelley (1959/1986) que postula uma análise sobre a interdependência dos parceiros em díades, como ponto

de partida para a compreensão de fenómenos grupais como a liderança, negociação e conflito[1].

Num procedimento típico do dilema do prisioneiro, os participantes devem imaginar que são um de dois parceiros, que foram presos por um assalto à mão armada (ver Aronson, Wilson, & Akert, 1999). A polícia leva cada um dos parceiros para uma sala de interrogatório separada e propõe a cada um depor contra o outro, em troca da redução da pena. De acordo com as várias possibilidades de acção, se ambos se mantiverem em silêncio, serão condenados por arrombamento e recebem uma pena de três anos. Se apenas um deles confessar, será solto, mas o parceiro receberá uma pena de 30 anos. Se ambos confessarem, receberão cada um, uma pena de 10 anos. Deste modo, o dilema do prisioneiro coloca os participantes perante uma opção entre uma estratégia cooperativa (escolhem ficar calados) e uma estratégia competitiva (escolhem delatar).[2].

Determinadas situações de conflito intragrupal opõem uma minoria de membros do grupo, os *membros desviantes*, aos da maioria do grupo, os *membros normativos*. Em algumas destas situações, os membros normativos exercem pressões sobre os membros desviantes em ordem a garantir o seu conformismo às normas do grupo. Na secção seguinte, discutimos a linha de estudos no quadro da abordagem dos pequenos grupos que estuda os factores que determinam os modos como os membros normativos lidam com os membros desviantes, nomeadamente, o grau de divergência dos membros desviantes em relação às normas, a relevância das normas, do próprio grupo, e dos seus

[1] A *teoria das trocas sociais* (Homans, 1961; Kelley & Thibaut, 1978; Secord & Backman, 1964; Thibaut & Kelley, 1959/1986) descreve as relações sociais em termos das percepções subjectivas do custo/benefício associados ao parceiro. De acordo com esta abordagem, os indivíduos mantêm as relações em que percebem que os benefícios ultrapassam os custos e abandonam aquelas em que os custos são comparativamente superiores.

[2] Os estudos com variações do "dilema do prisioneiro" demonstram que a opção entre a cooperação e a competição está condicionada por algumas características da situação experimental. Em termos da influência da situação envolvente, quando certas características da tarefa tornam saliente a competição, os participantes agem em conformidade, por exemplo, se o outro elemento for designado como "adversário" ao invés de "parceiro" (Burnham, McCabe, & Smith, 2000). De outro modo, se os participantes jogam com um amigo ou antecipam ter contactos com o parceiro no futuro, adoptam mais provavelmente uma estratégia cooperativa (Dal Bo, 2005; Pruitt & Kimmel, 1977). Adicionalmente, os participantes têm tendência a replicar os comportamentos do seu parceiro, sejam de cooperação ou de competição (Axelrod & Hamilton, 1981; Falk & Fischbacher, 2006; Komorita, Parks, & Hulbert, 1992; McClintock & Liebrand, 1988; Messick & Liebrand, 1995; Pruitt, 1998). Outros dilemas sociais foram também utilizados a fim de analisar a preferência por comportamentos competitivos ou cooperativos, por exemplo, o *dilema do bem público*, em que o participante é colocado perante uma situação em que tem de contribuir para manter uma propriedade colectiva, e o *dilema da posse comum*, em que retira de um fundo de bens partilhado por todos os membros do grupo que se vai recompondo parcialmente (ver Aronson, et al., 1999).

objectivos, e o grau de ameaça ao grupo (Festinger, 1950; Lauderdale, 1976; Lauderdale, Smith-Cunnien, Parker, & Inverarity, 1984).

Pressões para a Uniformidade nos Grupos

Realidade social e locomoção grupal.

A abordagem dos pequenos grupos às reacções ao desvio foi fortemente influenciada pelo enquadramento teórico proporcionado por Festinger e colegas (1950, 1954; Festinger & Thibaut, 1951). Festinger e colegas propõem que a comunicação intragrupal é determinada pelas motivações dos membros dos grupos para adquirirem crenças ou opiniões válidas sobre a realidade (*realidade social*) e para a prossecução dos objectivos do grupo (*locomoção do grupo*). O consenso no seio dos grupos constitui, assim, um meio preferencial para os indivíduos validarem as suas crenças e opiniões e/ou para facilitarem a obtenção dos seus objectivos. Neste contexto, os membros do grupo são desviantes porque contrariam o consenso do grupo, quer por exprimirem opiniões contrárias à maioria do grupo, quer por dificultarem a obtenção dos objectivos desejados (Festinger, 1950; Jones & Decharms, 1957).

Os membros dos grupos estão motivados para exercer pressões sobre os membros desviantes, a fim de reduzirem as suas discrepâncias em relação à maioria do grupo e, deste modo, alcançarem e manterem o consenso no seio do grupo (Festinger, 1950). No contexto dos grupos reunidos em laboratório para encetarem discussões colectivas, essas pressões podem materializar-se, ou em comunicações persuasivas, ou em sanções, tais como a retirada de privilégios ou o ostracismo, ambas destinadas a convencer os membros desviantes a modificarem a sua opinião no sentido da opinião maioritária, ou ainda na expulsão dos membros desviantes do grupo (ver Festinger, 1950; Levine, 1989; Orcutt, 1973).

Segundo Festinger (1950), as comunicações intragrupais voltadas para a redução das discrepâncias entre os membros do grupo, são incrementadas por factores como o grau de discrepância entre os seus membros, a relevância do tópico de divergência e a importância do grupo para os seus membros. Muitos estudos foram conduzidos à luz desta hipótese geral.

Importância do grupo e dos objectivos.

De modo a investigar a hipótese de Festinger (1950) sobre a importância do grupo e dos seus objectivos nas comunicações voltadas para a uniformidade intragrupal, Back (1951) colocou díades de estudantes a escreverem narrativas descritivas sobre um conjunto de fotografias. Após escreverem individualmente as primeiras narrativas, os participantes de cada díade eram reunidos para discutirem e melhorarem os seus manuscritos. Back (1951) manipulou três factores a fim de criar díades com "alta coesão" e "baixa coesão". O primeiro factor era a "atracção pessoal" do parceiro, pelo qual alguns dos participantes eram atribuídos a um parceiro que não preenchia os seus pré-requisitos (baixa coesão) e outros participantes eram atribuídos a um parceiro que preenchia e até superava esses pré-requisitos (alta coesão). O segundo factor era da "direcção da tarefa", pelo qual era dito a alguns participantes que o propósito da tarefa era evidenciar as suas qualidades pessoais (baixa coesão) e a outros participantes, que o objectivo era evidenciar as qualidades do grupo (alta coesão). Finalmente, o terceiro factor era do "prestígio do grupo", pelo qual era dito a alguns participantes que deviam ser individualmente bons na realização da tarefa (baixa coesão) e a outros que a díade devia ser a melhor na realização da tarefa (alta coesão). De acordo com os resultados, os participantes das três condições de alta coesão discutiram mais entre si e fizeram mais tentativas de influência mútua do que os participantes nas condições de baixa coesão. Adicionalmente, os participantes nas condições de alta coesão modificaram mais os seus manuscritos originais em conformidade com as sugestões do parceiro, enquanto os participantes nas condições de baixa coesão se mantiveram mais fiéis aos manuscritos originais. Os resultados do estudo de Back (1951) sugerem que a importância do grupo para os seus membros, quer em termos do prestígio, quer do valor dos objectivos colectivos, incrementa a motivação para comunicarem entre si e chegarem a um resultado consensual.

Num estudo que também salienta a importância dos objectivos colectivos para as reacções intragrupais tendo em vista a uniformidade do grupo, Jones e DeCharms (1957) reuniram grupos de cinco ou seis estudantes para trabalharem numa série de exercícios perceptivos e cognitivos. Os autores explicitaram aos participantes que o sucesso da tarefa passava pela resolução correcta de todos os exercícios. No decorrer da

realização da tarefa, um comparsa falhava em cumprir este critério. De acordo com as condições, o fracasso do comparsa significava, ou que só ele não recebia a recompensa (independência), ou que ninguém no grupo recebia a recompensa (interdependência). Era pedido aos participantes para avaliarem este membro, antes e depois da tarefa. De acordo com os resultados, os participantes da condição de interdependência avaliaram mais negativamente o comparsa do que os participantes na condição de independência dos resultados.

Por sua vez, Berkowitz e Howard (1959) reuniram grupos de quatro ou cinco participantes para decidirem sobre um conflito organizacional entre trabalhadores e a gestão. Os participantes tinham de decidir sobre qual das partes deviam culpar e punir, escolhendo uma de entre uma série de alternativas, que ia de colocar todo o ónus junto dos trabalhadores, até todo o ónus junto da gestão. Tinham de fazer esta decisão duas vezes: uma vez, depois de lerem a descrição da disputa e uma segunda vez, depois da discussão de grupo. De acordo com as condições, os participantes seriam recompensados pela decisão do grupo (interdependência elevada) ou pela sua decisão individual (interdependência baixa). Após fazerem o seu primeiro julgamento, era dito aos participantes que um ou dois dos outros membros do seu grupo haviam tomado a mesma decisão do que eles, outro havia tomado uma decisão ligeiramente diferente deles, e outro havia tomado uma decisão muito diferente (este último, o membro desviante). Todos os membros do grupo eram fictícios e os participantes só interagiam com “eles” através de mensagens escritas. De acordo com os resultados, nos primeiros dez minutos da discussão, os participantes escreveram mais palavras dirigidas ao membro desviante do que para qualquer outro membro do grupo. Além disso, os participantes nos grupos de interdependência elevada escreveram mais mensagens para o membro desviante e rejeitaram-no posteriormente mais, em comparação com os participantes nos grupos de interdependência baixa.

Por sua vez, Wesselman, Wirth, Pryor, Reeder, e Williams (2012, Estudo 2) colocaram participantes a interagir num jogo virtual de “passar a bola” com os avatares de três outros supostos participantes. Estes últimos eram, na realidade, comparsas programados pelos experimentadores, entre os quais, numa condição, um era mais lento a passar a bola do que os outros. De acordo com os resultados, os participantes desta condição, perceberam o alvo lento como mais custoso para o grupo, passaram-lhe a bola menos vezes, e justificaram mais este comportamento com a vontade de o punirem, comparativamente com os participantes de uma outra condição, em que o alvo

equivalente passava a bola a uma velocidade normal. Este efeito ocorreu, tanto numa condição em que os outros jogadores virtuais passavam a bola menos vezes ao alvo desviante, como noutra em que os outros jogadores não o discriminavam. Ou seja, os participantes puniam o alvo desviante, em conformidade com a contribuição negativa deste para o objectivo do grupo, e independentemente das reacções dos outros membros normativos.

Grau e tipo de desvio.

Festinger (1950) também sugeriu hipóteses sustentando que a comunicação dos membros dos grupos dirigida especificamente a membros desviantes incrementa com a percepção da discrepância da opinião do desviante em relação à opinião da maioria e a expectativa de que a comunicação possa alterar a opinião do desviante. Um dos estudos mais famosos sobre esta hipótese foi conduzido por Schachter (1951). Neste estudo, os participantes eram estudantes reunidos em grupos de discussão de dez pessoas, incluindo três comparsas. Estes grupos discutiam o caso "Johnny Rocco", um delinquente juvenil que estava a aguardar por uma sentença devida a um crime de pouca monta. Alguns participantes eram atribuídos a um grupo temático em que tinham demonstrado interesse para integrar, enquanto outros participantes eram atribuídos a um grupo pelo qual não tinham revelado interesse. De acordo com Schachter (1951), os primeiros eram grupos de "alta coesão" e os segundos, grupos de "baixa coesão". Durante 45 minutos, os participantes nos grupos discutiam e decidiam sobre a sentença a atribuir a Johnny Rocco. Contudo, enquanto alguns grupos tinham essa tarefa como seu único objectivo ("alta relevância"), para outros, a tarefa relevante era outra e a discussão sobre Johnny Rocco era-lhes apresentada como fortuita ("baixa relevância"). Em cada grupo, durante a discussão, um dos comparsas concordava plena e consistentemente com a opinião maioritária do grupo ("modal"), outro adoptava consistentemente uma opinião divergente da opinião maioritária ("desviante") e outro, começava por escolher uma opinião divergente, mas aproximava-se gradualmente da opinião maioritária até, no final, manifestar a sua concordância total com a maioria ("deslizante").

De acordo com os resultados, após a discussão, os participantes rejeitaram mais o comparsa desviante do que o comparsa modal ou o comparsa deslizante, sendo o grau

de rejeição maior nos grupos em que a tarefa era de alta relevância. Adicionalmente, a comunicação com o desviante aumentou gradualmente, durante o período de discussão, em quase todos os grupos. A única excepção ocorreu nos grupos de alta coesão e com a tarefa de alta relevância, nos quais a comunicação com o desviante incrementou até cerca dos 35 minutos, descendo abruptamente a partir daí. Além disso, dos participantes destes grupos, os que menos comunicaram com o desviante, demonstraram mais hostilidade para com ele posteriormente em medidas sociométricas.

Em suma, quase todos os participantes tentaram persuadir o membro desviante do grupo a modificar a sua opinião até ao final de um período de 45 minutos de discussão. Contudo, na situação em que, aparentemente, os participantes estavam mais comprometidos com o grupo e a sua tarefa, a comunicação com o desviante decresceu a partir dos 35 minutos, sendo que quanto mais a comunicação decresceu, mais os participantes evidenciaram uma reacção de rejeição dos membros desviantes.

Num estudo semelhante ao de Schachter (1951), Sampson e Brandon (1964) reuniram grupos de cinco estudantes do sexo feminino a fim de discutirem o modo mais adequado para lidarem com um delinquente juvenil Negro. Todas as participantes declararam ser contra a discriminação racial. No início da discussão, uma comparsa revelava ter, ou uma personalidade racista, ou tolerante. No decurso de uma discussão de 20 minutos, esta comparsa demonstrava, ou oposição, ou apoio à opinião do grupo. De acordo com as observações das discussões, a frequência de comunicações dirigidas à comparsa inicialmente tolerante e que apoiava a posição tolerante da maioria, manteve-se estável ao longo da discussão. De outro modo, a frequência de comunicações dirigidas às comparsas que se opunham à posição do grupo (tanto a que se apresentava inicialmente como racista, como aquela inicialmente tolerante) aumentou com o decorrer da discussão, até perto dos 15 minutos, a partir do momento em que começou a decrescer. Este padrão é semelhante ao das observações de Schachter (1951) com as reacções ao comparsa consistentemente desviante. Finalmente, a comunicação dirigida à comparsa racista, mas que apoiava a posição tolerante da maioria, decresceu durante o período da discussão.

Em suma, as participantes do estudo de Sampson e Brandon (1964) deixaram, gradualmente, de comunicar com uma parceira racista, mas que aderia à posição tolerante do grupo, enquanto mantiveram a comunicação dirigida à parceira que se opunha à posição tolerante do grupo, apresentasse ela de início uma atitude racista ou tolerante. Estes resultados sugerem que as comunicações dirigidas aos membros

desviantes do grupo são determinadas pelo contraste das suas posições para com as normas do grupo e não, propriamente, pela sua atitude genérica ou estatuto de desviante.

Também baseado nas hipóteses de Festinger (1950), um estudo de Levine e Ranelli (1978) demonstra que os membros dos pequenos grupos realizam mais estratégias de influência para lidar com membros desviantes, se elas parecerem ser eficazes. Levine e Ranelli (1978) indicaram a estudantes do sexo feminino que iriam discutir com outras três parceiras, o caso de um jovem problemático. De facto, as participantes interagiram com parceiras fictícias através de mensagens escritas. Depois de verem um filme que retratava o jovem problemático, as participantes tinham de indicar se concordavam que a ajuda psicológica era melhor solução do que a prisão. A vasta maioria das participantes concordava que a ajuda psicológica era a melhor solução. As participantes tinham de responder a esta questão cinco vezes. De cada vez, observavam os votos das parceiras do grupo e era-lhes permitido escrever uma mensagem para uma outra parceira, supostamente escolhida aleatoriamente. De facto, as participantes eram sempre as terceiras a responder e, por isso, escreviam sempre uma mensagem para a "parceira número quatro". Existiam quatro tipos de "parceira número quatro", três que eram consistentes nas suas respostas ao longo das cinco rondas (concordavam ou discordavam sempre com a opinião modal do grupo, ou adoptavam uma posição neutral) e seis eram "deslizantes", modificando as suas respostas ao longo das cinco rondas (ou aproximando-se, ou afastando-se da opinião modal e demonstrando uma concordância agregada com a opinião modal, ou elevada, ou média, ou baixa).

Entre outros resultados, as participantes avaliaram melhor as parceiras "deslizantes" que se aproximavam da opinião modal, do que as "deslizantes" que se afastavam da opinião modal; e avaliaram melhor as parceiras "deslizantes" com concordância agregada elevada com a opinião modal, em comparação com as "deslizantes" com concordância agregada média ou baixa. Considerando somente as parceiras "deslizantes" com concordância elevada, as participantes escreveram mais mensagens para as "deslizantes" que se aproximavam da opinião modal do que para as "deslizantes" que se afastavam dela. Em conformidade, as participantes indicaram que factores como a desejabilidade social, o conformismo e a influência social eram mais importantes para a explicação das respostas das parceiras "deslizantes" que se aproximavam da opinião modal, do que para as respostas das "deslizantes" que se afastavam da opinião modal. Além destes resultados, as participantes avaliaram melhor

as parceiras consistentemente modais em comparação com as parcerias neutrais ou desviantes. Finalmente, comunicaram mais com as parceiras consistentemente desviantes do que com as parceiras neutrais e modais, e mais com as parceiras neutrais do que com as parceiras modais.

Ameaça ao grupo.

Alguma investigação no enquadramento da abordagem dos pequenos grupos às reacções ao desvio tem demonstrado os efeitos de ameaças externas ao grupo sobre os julgamentos e comportamentos dirigidos aos membros desviantes no grupo. Em particular, estudos de Lauderdale e colegas (Lauderdale, 1976; Lauderdale, et al., 1984) demonstram que os membros de grupos interactivos e de pequena dimensão estão particularmente motivados para identificar e rejeitar membros desviantes, quando se encontram sob condições de ameaça à coesão do grupo[3].

Por exemplo, Lauderdale (1976) reuniu grupos de estudantes, para discutirem a sentença de um jovem delinquente e chegarem a uma prescrição consensual. Em cada grupo, um comparsa experimental manifestava uma opinião extremamente discrepante com o resto do grupo. Em alguns grupos, após 30 minutos de discussão, uma suposta autoridade judicial informava os participantes de que "este grupo provavelmente não devia prosseguir" (condição de ameaça), enquanto em outros grupos, transmitia uma mensagem não ameaçadora. De acordo com os resultados, os participantes na condição de ameaça, julgaram mais negativamente o comparsa desviante e excluíram-no mais de interacções futuras, em comparação com os participantes na condição de não ameaça. Além disso, os participantes na condição de ameaça, julgaram mais positivamente os outros membros do grupo, do que os participantes na condição de não ameaça. Finalmente, os participantes na condição de ameaça demonstraram menos tolerância para com a diversidade de posições dentro do grupo do que os participantes na condição de não ameaça.

[3] Este postulado está também presente na teoria de Janis (1972, 1973) sobre o *pensamento grupal*. De acordo com esta teoria, as ameaças externas aos grupos são, entre outros factores, determinantes das tomadas de decisão no contexto do grupo que ficam aquém das capacidades individuais dos seus membros. Em parte, porque levam à censura da divergência interna, por exemplo, através de comunicações e sanções no seio dos grupos. No entanto, Janis (1972, 1973) não testa experimentalmente estas hipóteses. Os estudos descritos nesta secção preenchem essa lacuna.

Lauderdale, Smith-Curien, Parker e Inverarity (1984) prosseguiram esta linha de investigação, aplicando um procedimento experimental semelhante, mas incluindo, além da condição de não ameaça, duas situações de ameaça, respectivamente uma em que uma autoridade judicial transmitia que o "grupo não devia prosseguir" (ameaça forte) e outra, de que o "grupo provavelmente não devia prosseguir" (ameaça moderada). Neste estudo, todos os membros dos grupos de discussão eram participantes do estudo. Na ausência de um comparsa desviante, os autores compararam os julgamentos dirigidos aos membros pior avaliados em cada grupo. De acordo com os resultados, os participantes nas condições de ameaça julgaram pior e excluíram mais o membro pior avaliado do grupo, em comparação com os participantes que não recebiam qualquer mensagem de ameaça. Estes resultados, consistentes com os de Lauderdale (1976), clarificam ainda para a definição subjectiva do estatuto do desvio no contexto da interacção entre os membros de um grupo. Ao contrário do estudo de Lauderdale (1976), os membros identificados como desviantes em cada grupo não adquiriram esse estatuto devido a alguma causa sistemática. Lauderdale, Smith-Curien, Parker e Inverarity (1984) indicam que os membros pior avaliados nos grupos de discussão não adoptaram opiniões discrepantes em relação aos outros membros e não aparentavam quaisquer idiossincrasias em termos das suas características físicas, psicológicas, ou níveis de participação na discussão. Desse modo, as atitudes mais hostis dirigidas aos membros pior avaliados nos grupos sob ameaça foram, aparentemente, explicadas pelas informações que colocavam o grupo em risco.

Kruglanski e Webster (1991) encontraram resultados consistentes com os dos estudos de Lauderdale e colegas (Lauderdale, 1976; Lauderdale, et al., 1984). Para confirmarem o papel da ameaça externa nas reacções hostis aos membros desviantes dos pequenos grupos, os autores manipularam as consequências adversas do grupo não chegar rapidamente a uma posição consensual. Em quatro estudos, confirmaram que a maior versus menor proximidade do prazo limite para a apresentação de uma tomada de decisão em grupo, e a presença versus ausência de ruído ambiente desagradável, determinaram avaliações mais negativas dirigidas a comparsas do experimentador com opiniões divergentes da maioria do grupo. Além disso, numa condição de um dos estudos, um comparsa que contribuía positivamente para a tomada da decisão foi melhor avaliado na presença do ruído ambiente desagradável, do que na ausência deste estímulo (Estudo 4). De acordo com Kruglanski e Webster (1991), as ameaças em causa

levaram os membros dos grupos a estarem mais motivados para alcançar o consenso do grupo, pelo que rejeitaram mais os elementos desviantes.

Estratégias para lidar com os membros desviantes.

Algumas revisões aos estudos sobre as reacções ao desvio nos pequenos grupos diferenciaram os tipos diferentes de estratégias aplicadas pelos membros normativos para lidarem com as opiniões divergentes, nomeadamente, entre as estratégias pedagógicas ou punitivas; informativas ou normativas; de inclusão ou exclusão (ver revisões por Levine, 1989; Marques & Paez, 1994; Orcutt, 1973; Turner, 1991)[4].

Na sua análise às reacções dos membros dos pequenos grupos às opiniões divergentes, Festinger (1950) distingue entre as comunicações voltadas para a mudança destas opiniões na direcção da maioria do grupo e as reacções destinadas a redefinir as fronteiras do grupo, consequentemente excluindo os membros que adoptam opiniões discrepantes. No quadro teórico de Festinger (1950), Schachter (1951) distingue duas tendências dominantes dos membros normativos no seio dos grupos, a tendência para a uniformidade do grupo, concretizada nas tentativas de influência dos membros desviantes; e a tendência para a diminuição da dependência em relação ao membro desviante, como referência da validade social, concretizada no distanciamento em relação a ele.

Por sua vez, Deutsch e Gerard (1955) propõem uma distinção entre a influência social informativa e normativa. A influência informativa procura conduzir os alvos à adesão privada e genuína, i.e. a confiarem na validade de algum critério normativo. De outro modo, a influência normativa visa a obediência como objectivo principal, i.e. levar os alvos a conformarem-se com a opinião normativa, independentemente da sua aceitação privada. Deutsch e Gerard (1955) postulam que, com algumas excepções, estes dois tipos de influência, geralmente, ocorrem em simultâneo no seio dos grupos a fim de garantirem a uniformidade intragrupal. Orcutt (1973) propõe uma distinção semelhante, entre reacções de inclusão e exclusão de alvos desviantes. As reacções de inclusão correspondem a estratégias de comunicação que se destinam a alterar a opinião

[4] Estes resultados são, por sua vez, reminiscentes das análises sociológicas sobre os modos como as comunidades exercem controlo para lidar com os segmentos desviantes, nomeadamente com os conceitos de justiça restaurativa e retributiva de Durkheim (1893/1984) e da terapia e aniquilação de Berger e Luckman (1966/1991).

do alvo, enquanto as reacções de exclusão visam negligenciá-lo ou ostracizá-lo. Mais especificamente, as reacções de inclusão caracterizam-se por um elevado nível de interacção com o alvo, hostilidade explícita e alguma hostilidade implícita. Orcutt (1973) postula que estas reacções são privilegiadas quando os alvos desviantes são percebidos como potencialmente influenciáveis. De outro modo, a exclusão é dirigida aos casos mais extremos e prolongados de desvio, os quais os membros normativos desistem de tentar influenciar, embora mantenham apreciações negativas (ver também Levine & Ranelli, 1978; Schachter, 1951). As reacções de exclusão são, assim, caracterizadas por um baixo nível de interacção com o alvo, baixa hostilidade explícita, mas alta hostilidade implícita.

Limitações da Abordagem dos Pequenos Grupos

A abordagem dos pequenos grupos foca-se em grupos cujos membros são reunidos, ou se reúnem, relacionam-se e coordenam-se entre si, de modo presencial, em função da satisfação de necessidades e objectivos comuns. Mas as principais características dos grupos destacadas – interacção, interdependência e estrutura – não estão presentes necessariamente em todos os grupos ou, pelo menos, com a mesma relevância (ver Forsyth, 2010; Hogg, 1992; Hogg & Abrams, 1988). Deste modo, a abordagem dos pequenos grupos deixa de fora da sua análise os grupos que não se caracterizam necessariamente por aquelas características, nomeadamente os grupos tipificados nos conceitos das colectividades e categorias (ver Forsyth, 2010). Por sua vez, a focalização restrita da abordagem dos pequenos grupos para a definição e estudo dos grupos de pequena dimensão e com interacção presencial constitui o ponto de partida para algumas das críticas que lhe são dirigidas no plano meta-teórico (por exemplo, Hogg, 1992; Hogg & Abrams, 1988).

Mais especificamente, a abordagem dos pequenos grupos define os grupos, estuda e explica as várias dinâmicas de grupo a partir da interacção directa, interdependência, mais ou menos regulada, entre os seus membros. Alguns autores consideram que esta tendência, de explicar fenómenos sociais em termos de factores individuais ou inter-individuais, é limitada, do ponto de vista heurístico, e fundamentalmente errada, do ponto de vista meta-teórico (por exemplo, Doise, 1978, 1980; Tajfel, 1972). Esta é a designada *crítica reducionista*, que, de acordo com alguns

autores, determinou algum desvanecimento da abordagem dos pequenos grupos e da sua eventual subordinação pela abordagem da identidade social (por exemplo, Hogg, 1992; Levine & Moreland, 2012).

A crítica reducionista alerta para as adulterações e limitações das explicações de acontecimentos e fenómenos a partir de factores que se situam a um nível heurístico mais elementar. Doise (1978, 1980) e Tajfel (1972), entre outros, aplicaram a crítica reducionista a uma parte substancial da investigação realizada em Psicologia Social até aos anos 1970, alertando para o modo como a focalização exclusiva no nível de análise interpessoal e situacional, deixa de fora factores como o processamento cognitivo, representações sociais, a hierarquia social e as relações entre os grupos, os contextos e os significados culturais, importantes para a compreensão da dinâmica de grupos (ver também Hogg, 1992).

Por exemplo, identificamos esta lacuna na definição de Festinger e colegas (1950) do grupo, como um conjunto de relações estáveis de convívio e amizade. Ou nos registos de Bales e colegas (Bales, 1950, 1955; Bales & Strodtbeck, 1951) sobre as interacções entre indivíduos reunidos em laboratório a fim de debaterem dilemas organizacionais ou familiares. Ou nas análises às interacções entre parceiros em jogos experimentais, como o "dilema do prisioneiro", inspiradas pela teoria das trocas sociais de Thibaut e Kelley (1959/1986). Ou nos estudos de Sherif (1936, 1966) sobre a emergência de normas, em que os participantes, reunidos presencialmente em laboratório, convergem em termos de um critério comum para a velocidade e distância de um ponto de luz intermitente. Em nenhum destes casos, as atitudes e comportamentos sociais observados, sejam as escolhas sociométricas, interacções na tarefa ou sócio-emocionais, de negociação ou de conflito, ou a emergência de normas, são enquadrados em processos especificamente grupais, i.e. exteriores às relações directas entre os indivíduos. Assim, a perspectiva prevalecente da abordagem é de que os comportamentos de grupo são explicados plenamente pela atracção, interacções, e cooperação, mais ou menos regulada, entre os indivíduos (ver Hogg, 1992).

A abordagem da identidade social foi desenvolvida no sentido de preencher esta lacuna, por estudar os grupos como uma representação psicológica, associada, mas distinta das propriedades características dos grupos, como a interacção, interdependência e normas (por exemplo, Tajfel, 1978, ver Capítulo II; Tajfel, et al., 1971; Tajfel & Turner, 1979/2001). É no desenvolvimento da abordagem da identidade social, e da sua definição do grupo, que encontramos uma qualificação não reducionista

da dinâmica de grupos e uma convergência conceptual entre os vários tipos de grupo rotulados de primários, sociais, colectividades ou categorias. Isto porque, independentemente da tipologia considerada e das propriedades específicas associadas, a abordagem da identidade social define os grupos na medida em que os indivíduos os reconhecem, interiorizam e valorizam, e este processo tem impacto nas suas atitudes e comportamentos. No Capítulo II, analisamos os princípios, propostas e descobertas da abordagem da identidade social.

Conclusão

Ao longo deste capítulo, analisámos algumas dinâmicas no seio dos grupos de pequena dimensão, interactivos e com objectivos comuns. No enquadramento da abordagem que explica a dinâmica de grupos a partir das relações pessoais e da interacção directa entre os seus membros, tomámos uma atenção particular sobre as reacções dirigidas aos membros desviantes, tendo em conta a relevância desta matéria para a definição da teoria que enquadra os nossos trabalhos, a Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (ver Capítulo III).

De acordo com a abordagem dos pequenos grupos, as interacções presenciais e as relações de interdependência funcional entre os membros do grupo, estão na base da atracção recíproca, consensualização de critérios comuns, ou normas, conformismo face às normas, a socialização dos membros e, a partir destes processos, da formação e coesão dos grupos (por exemplo, Levine & Moreland, 1994; Moreland & Levine, 1982, Sherif, 1935; 1936). Neste sentido, a abordagem postula que a dinâmica de grupos se organiza em termos das relações afectivas e/ou funcionais entre os indivíduos, sejam de valência positiva, como a atracção e a cooperação, ou de valência negativa, como a animosidade e a competição (por exemplo, Bales, 1950; Bales & Strodtbeck, 1951; Deutsch, 1949a; Festinger, 1950).

Em sentido lato, a abordagem postula que a proximidade e as oportunidades de interacção positiva entre os indivíduos determinam a atracção mútua e as relações de amizade preferenciais que, por sua vez, determinam a formação e a coesão dos grupos (por exemplo, Festinger, et al., 1950; Gieryn, 2000; Gullahorn, 1952; Newcomb, 1956). A interacção positiva inclui as relações de interdependência funcional, ou de cooperação, em que os indivíduos combinam as suas capacidades e esforços, de modo a

tomarem decisões colectivas, desempenharem as tarefas do grupo e a concretizarem os objectivos colectivos. Em alguns estudos e teorias dos pequenos grupos, estas interacções resultam na emergência das normas, como critérios modais dos membros dos grupos, que regulam a actividade geral do grupo e, em certos casos, estão associadas a papéis especializados (por exemplo, Bales, 1950, 1955; Bales & Strodtbeck, 1951; Levine & Moreland, 1994; Moreland & Levine, 1982, Sherif, 1935; 1936).

Em determinadas circunstâncias, os pequenos grupos podem ser contextos de hostilidade, competição e conflito. De acordo com a abordagem, estes fenómenos ocorrem nas situações em que existem interesses contraditórios ou animosidades interpessoais entre os membros dos grupos, ou os papéis que estes desempenham (por exemplo, Aronson, et al.; 1999; Blumberg, 1994; Deutsch, 1949a, 1949b; 2012; Komorita, et al., 1992; Levine, et al., 1996; Levine & Moreland, 1994; Moreland & Levine, 1982; Pruitt, 1998, 2012; Pruitt & Kimmel, 1977, Thibaut e Kelley, 1959/1986).

As reacções ao desvio nos pequenos grupos decorrem de situações específicas de conflito intragrupal, em que uma minoria de membros do grupo, os membros desviantes, tem opiniões ou comportamentos incompatíveis com os da maioria do grupo, os membros normativos. Festinger e colegas (1950, 1954; Festinger & Thibaut, 1951) enquadram as reacções ao desvio nos pequenos grupos, através das suas propostas seminais sobre a coesão do grupo, organizada em torno de uma realidade social, que valida as opiniões e crenças dos indivíduos, e da facilitação da locomoção grupal, enquanto concretização dos objectivos colectivos. Neste sentido, os membros desviantes dos grupos são aqueles indivíduos que contrariam o consenso no seio do grupo, por contrariarem as opiniões da maioria, e/ou por dificultarem a concretização dos seus objectivos.

Na medida em que os membros normativos do grupo estão motivados para assegurar o consenso no seio do grupo, irão exercer pressões sobre os seus membros desviantes, que podem passar, ou por comunicações persuasivas, ou por sanções, ou pela sua expulsão do grupo (ver revisões por Levine, 1989; Marques & Páez, 1994; Orcutt, 1973; Turner, 1991). De acordo com a abordagem dos pequenos grupos, estas pressões têm por objectivo garantir a valência positiva das relações interpessoais e da interdependência funcional entre os indivíduos no seio do grupo.

Os estudos revistos confirmam as propostas seminais de Festinger (1950) sobre que a comunicação dirigida a membros desviantes dos pequenos grupos está relacionada

positivamente com a importância das normas, dos objectivos ou do próprio grupo, a percepção do grau de discrepância do comportamento desviante e a percepção de que a comunicação persuasiva pode ser eficaz (Back, 1951; Berkowitz & Howard, 1959; Jones & DeCharms, 1957; Levine & Ranelli, 1978; Sampson & Brandon, 1964; Schachter, 1951). Dos diversos estudos, observamos que, numa primeira fase, os membros do grupo incrementam as suas tentativas de comunicação persuasiva dirigidas aos membros com uma opinião divergente da maioria, pelo menos, nas situações em que o tópico em discussão e o grupo em si são relevantes. No entanto, a partir de determinado momento, aparentemente quando se torna claro que o desviante não está receptivo às estratégias de influência, a comunicação decresce e os membros do grupo demonstram hostilidade e rejeição para com o membro com uma opinião desviante. Além disso, os membros normativos dos grupos estão particularmente motivados para identificar e rejeitar elementos desviantes, quando a sustentabilidade ou os objectivos do grupo estão sob ameaça (Kruglanski & Webster, 1991; Lauderdale, 1976; Lauderdale, et al., 1984).

No Capítulo II, analisamos uma outra linha de investigação sobre a dinâmica de grupos, a *abordagem da identidade social* (Tajfel, 1978; Tajfel, et al., 1971; Tajfel & Turner, 1979/2001). Esta diferencia-se da abordagem dos pequenos grupos, porque não define os grupos a partir das suas propriedades concretas (interacção presencial, relações interpessoais, partilha de objectivos e interdependência entre os membros), mas antes como uma representação cognitiva que influencia as atitudes e comportamentos dos indivíduos. Deste modo, ultrapassa a focalização exclusiva da abordagem dos pequenos grupos na fenomenologia dos grupos de pequena dimensão e de interacção directa.

A abordagem da identidade social compreende todos os tipos de grupos identificados na investigação sobre a dinâmica de grupos, incluindo os grupos primários e sociais, analisados na abordagem dos pequenos grupos, e outros que, como as colectividades e as categorias sociais, não são necessariamente caracterizados pelas mesmas propriedades. Além disso, alarga o nível de análise da abordagem dos pequenos grupos, para incluir factores explicativos das dinâmicas de grupo como o processamento cognitivo da realidade social, o impacto das normas exteriores ao laboratório, dos símbolos culturais e, no que é um contributo particularmente relevante desta abordagem, os efeitos da estrutura das relações entre os grupos (ver Levine &

Moreland, 2012; Lickel, et al., 2000). Como descrevemos no Capítulo II, a abordagem da identidade social explica os processos psicossociais analisados pelos estudos dos pequenos grupos a partir da motivação dos indivíduos para assegurar a imagem positiva do grupo a que pertencem (endogrupo) por comparação com um outro grupo relevante (exogrupo), na medida em que essa imagem se reflecte no seu auto-conceito enquanto membros do grupo.

CAPÍTULO II

Abordagem da Identidade Social

Neste capítulo, descrevemos a *abordagem da identidade social*, na qual se inscrevem a *teoria da identidade social* (Tajfel, 1978, 1982; Tajfel & Turner, 1979/2001, 1986) e a *teoria da auto-categorização* (Turner, 1982/2010; Turner, et al., 1987; Turner & Oakes, 1989). A abordagem da identidade social é um modelo teórico abrangente que explica "fenómenos sociais e identitários, incluindo domínios como o género, coesão, facilitação social, liderança, estereótipos, e influência social" (Abrams & Hogg, 2004, p. 100). A abordagem postula que os vários processos psicológicos implicados no comportamento social estruturam-se a partir da pertença dos indivíduos a grupos e, por isso, não podem ser adequadamente explicados apenas a partir de características individuais, experiências idiossincráticas ou relações interpessoais. Em particular, a abordagem da identidade social investiga os julgamentos, emoções e comportamentos que derivam da consciência que os indivíduos têm de que pertencem a certos grupos e de valorizarem essa pertença, i.e. a *identidade social* (Tajfel, 1982). De acordo com a abordagem, os conjuntos de seres humanos mais diversos, a família, os grupos de trabalho, os cidadãos de um País, os seguidores de uma religião, ou os participantes reunidos numa experiência laboratorial, são *grupos* na medida em que os indivíduos os representem como tal, e esta representação tenha consequências para as suas emoções, atitudes e comportamentos (ver Hogg & Abrams, 1988).

O conceito da identidade social foi desenvolvido a partir da investigação de Tajfel e colegas sobre a relação entre a representação de uma categoria social e o comportamento intergrupal (por exemplo, Billig & Tajfel, 1973; Tajfel, 1969, 1972; Tajfel & Billig, 1974; Tajfel, et al., 1971). Esta investigação proporcionou as bases da teoria original da identidade social, que demonstra como a consciência sobre a pertença a um grupo e a sua valorização podem estar associadas a processos de favorecimento do endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal (por exemplo, Tajfel, 1978, 1982; Tajfel & Turner, 1979/2001, 1986). Turner e colegas (por exemplo, Turner, 1982/2010; Turner, 1991, 1999, 2005; Turner, et al., 1987; Turner & Oakes, 1989), a partir dos postulados da teoria da identidade social, desenvolveram a *teoria da auto-categorização*, um conjunto integrado de hipóteses sobre a representação do auto-conceito, quer em termos de uma categoria social abstracta e respectivo impacto na

dinâmica de grupos, quer em termos de características individuais e diferenciadas dos outros membros de um endogrupo saliente e respectivo impacto na auto-atribuição de traços de personalidade, atitudes, crenças e valores (por exemplo, Haslam, Ellemers, Reicher, Reynolds, & Schmitt, 2010a; Oakes, Haslam, & Turner, 1994; Onorato & Turner, 2004; Reynolds & Turner, 2006; Turner, 1999; Turner, Oakes, Haslam, & McGarty, 1994; Turner, Reynolds, Haslam, & Veenstra, 2006).

Os postulados e os resultados obtidos pela investigação conduzida no âmbito da teoria da identidade social e da teoria da auto-categorização formam a abordagem da identidade social, como um paradigma que tem demonstrado maior capacidade explicativa sobre a dinâmica de grupos, do que a abordagem dos pequenos grupos que revemos no Capítulo I (ver Abrams & Hogg, 2004; Ellemers & Haslam, 2012; Haslam, Reicher, & Reynolds, 2012; Postmes & Branscombe, 2010; Turner, 1999; Turner & Reynolds, 2001). Em geral, a abordagem da identidade social proporciona uma compreensão mais abrangente e heurística da dinâmica de grupos em comparação com a abordagem dos pequenos grupos, porque analisa os grupos em termos da sua realidade psicológica, estruturada a partir do significado que os membros atribuem ao contexto social, e não em termos das suas propriedades características, como a interacção, interdependência e estrutura. No presente capítulo, apresentamos o enquadramento, postulados e algumas das principais descobertas da abordagem da identidade social que, por sua vez, enquadra a teoria que norteia a nossa própria investigação, a Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (Marques, 2010; Marques, Abrams, Paez, et al., 2001; Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Marques & Paez, 2008, ver Capítulo III).

Teoria da Identidade Social

A teoria da identidade social enquadra o comportamento humano ao longo de um contínuo entre dois pólos (Tajfel & Turner, 1979/2001). Num dos pólos, encontra-se o “comportamento interpessoal”, plenamente explicado por características individuais e relações interpessoais. No outro pólo, encontra-se o “comportamento intergrupal”, determinado pela pertença das pessoas a grupos. Fenómenos como o etnocentrismo, preconceito, estratificação social e conflitos entre grupos são mais adequadamente entendidos como processos intergrupais do que intrapsíquicos ou interpessoais (ver Tajfel, 1982).

Os postulados da teoria da identidade social podem ser agregados em torno de três temas fundamentais (ver Ellemers & Haslam, 2012). Em primeiro lugar, os processos psicológicos que caracterizam o comportamento intergrupal: a categorização social, identidade social e comparação social (Tajfel, 1974, 1978, 1982; Tajfel & Turner, 1979/2001). Em segundo lugar, as estratégias psicológicas que os indivíduos aplicam de modo a salvaguardar uma identidade social positiva: mobilidade individual, criatividade e competição social (Tajfel, 1982; Tajfel & Turner, 1986). De acordo com a teoria da identidade social, os indivíduos recorrem a estratégias de promoção da identidade social positiva, uma vez que estão motivados para salvaguardar uma imagem positiva de si próprios (ver Hogg & Abrams, 1990; Turner, 1982/2010). Em terceiro lugar, a percepção sobre as características da estrutura social que determina as estratégias privilegiadas num determinado contexto: permeabilidade das fronteiras sociais, e estabilidade e legitimidade das diferenças de estatuto entre os grupos (Tajfel & Turner, 1979/2001).

Categorização social.

O pressuposto fundamental da teoria da identidade social é que o comportamento intergrupal resulta do facto de os indivíduos se classificarem facilmente a si próprios e aos outros em grupos distintos, segundo um número limitado de critérios dicotómicos construídos cognitivamente a partir de dimensões contínuas definitórias dos estímulos existentes no mundo que os rodeia (por exemplo, Tajfel, 1969, 1974, 1978; Tajfel, et al., 1971; Turner, 1982/2010). Através deste processo de categorização social, a realidade torna-se inteligível e previsível, permitindo uma acção expedita perante a multiplicidade, virtualmente ilimitada, dos critérios de diferenciação dos objectos sociais e das circunstâncias envolventes.

A categorização, que os indivíduos aplicam de forma a sistematizarem a realidade social, é análoga ao processo de categorização dos objectos do ambiente físico (Tajfel, 1957; Tajfel, 1969). A categorização em geral caracteriza-se pela percepção de uma correlação entre classes discretas e dimensões contínuas, que resulta na tendência para minimizar as diferenças nessas dimensões entre os elementos que pertencem à mesma classe e para exagerar as diferenças entre os elementos que pertencem a classes distintas, i.e. *acentuação perceptiva* (Tajfel, 1969).

Tajfel e Wilkes (1963) ilustram o processo da acentuação perceptiva num estudo onde pediram a três grupos de participantes para estimarem o comprimento de oito linhas. Os comprimentos destas linhas variavam entre si, a um rácio constante de 5%, entre 16,2 cm, da linha mais pequena, até 22,9 cm, da linha maior. A um dos grupos de participantes, as quatro linhas mais pequenas eram apresentadas com o rótulo "A" e as quatro linhas maiores eram apresentadas com o rótulo "B". Para um outro grupo de participantes, os rótulos "A" e "B" eram atribuídos aleatoriamente. A um terceiro grupo de participantes, não eram apresentados quaisquer rótulos. Os participantes estimavam os comprimentos das linhas várias vezes, segundo ordens aleatórias. De acordo com os resultados, na condição em que os rótulos alfabéticos estavam correlacionados com os comprimentos das linhas, os participantes sobrestimaram as diferenças de comprimento entre as linhas com rótulos diferentes, e tenderam a sobrestimar as semelhanças entre os comprimentos das linhas com um rótulo idêntico. As estimativas dos participantes das outras condições não se afastaram significativamente das diferenças verdadeiras.

Tajfel e colegas (Tajfel, 1959, 1969; Tajfel, Sheikh, & Gardner, 1964) defendem que o processo de acentuação perceptiva pode ser generalizado ao contexto social, onde as classes discretas correspondem a categorias sociais, como grupos étnicos ou nacionais, e as dimensões de diferenciação correspondem a atributos, como o tom de pele ou a linguagem. Neste caso, há uma tendência para os indivíduos se focalizarem nas semelhanças entre os atributos das pessoas que pertencem à mesma categoria social e nas diferenças entre as pessoas que pertencem a categorias diferentes. Por exemplo, os participantes de um estudo de Secord, Bevan e Katz (1956) a quem eram apresentados vários rostos Negros e Brancos, estimaram que os traços de personalidade dos alvos Negros eram mais semelhantes entre si, do que em relação aos dos alvos Brancos; e que os traços dos alvos Brancos eram mais semelhantes entre si, do que em relação aos dos alvos Negros, independentemente da tipicidade da fisionomia dos rostos para a etnia respectiva. Adicionalmente, Tajfel, Sheikh e Gardner (1964) solicitaram aos participantes Canadianos para descreverem dois alvos Indianos ou dois alvos Canadianos, após ouvirem entrevistas separadas com cada membro do par. De acordo com os resultados, os participantes minimizaram as diferenças entre os dois alvos apresentados, fossem os Indianos ou os Canadianos, nas dimensões relevantes à respectiva categoria nacional.

Uma diferença fundamental da categorização social em relação à categorização de objectos do mundo físico, é que, através da primeira, os indivíduos definem e julgam

não apenas o mundo exterior, mas também a si próprios, em termos dos grupos a que pertencem e não pertencem. A categorização social caracteriza-se, assim, pelo envolvimento afectivo com as categorias em causa, particularmente com os grupos em que o próprio está integrado, i.e. *endogrupo* (Tajfel, 1969). Este envolvimento afectivo resulta do endogrupo ser a referência que define os valores, papéis e estatuto dos seus membros, ou seja, por proporcionar uma grelha de interpretação da realidade, através da qual o indivíduo se auto-define e orienta no contexto social (Tajfel & Turner, 1979/2001; Turner, 1975). O reconhecimento da pertença e envolvimento afectivo numa categoria social qualificam a noção de identidade social.

Identidade social e comparação social.

De acordo com a teoria da identidade social, a pertença a um grupo social compreende simultaneamente aspectos cognitivos e motivacionais (Tajfel, 1974, 1982; Tajfel & Billig, 1974; Tajfel, et al., 1971; Tajfel & Turner, 1979/2001, 1986). Estes aspectos estão presentes na definição de identidade social, como: "a parte do auto-conceito dos indivíduos que deriva do seu conhecimento da pertença a um grupo social (ou grupos) juntamente com o significado emocional associado a essa pertença" (Tajfel & Billig, 1974, p. 69).

De acordo com esta definição, a identidade social caracteriza-se por três dimensões: A auto-definição enquanto membro de um grupo (dimensão cognitiva), a conotação positiva ou negativa do grupo (dimensão avaliativa) e as emoções derivadas da auto-definição e conotação do grupo (dimensão afectiva) (Tajfel, 1974, 1978). Quando os indivíduos se definem como membros de um grupo, o valor do grupo e o significado emocional desse valor, reflectem-se neles próprios, como membros do grupo. Uma vez que os indivíduos estão motivados para manter um conceito positivo de si próprios, estão, enquanto membros do grupo, motivados para alcançar e manter um conceito positivo do grupo (Tajfel & Turner, 1979/2001).

De acordo com a teoria da identidade social, as dimensões cognitivas e avaliativas da identidade social são estabelecidas no enquadramento de comparações com grupos comparativos relevantes, i.e. os *exogrupos* (Tajfel, 1974; Tajfel & Turner, 1979/2001). Uma vez que todos os grupos estão, na sociedade, acompanhados de outros

grupos, os seus atributos adquirem significado através de comparações intergrupais (Tajfel, 1974, 1978; Turner, 1975).

De acordo com a teoria da identidade social, a comparação entre grupos é análoga à comparação social descrita por Festinger (1954). De acordo com a teoria de Festinger, os indivíduos estão motivados para validar as suas opiniões e capacidades em função das opiniões e capacidades dos outros indivíduos, procurando convergir com as opiniões da maioria, e ter capacidades superiores às dos outros, nomeadamente aqueles com quem partilham uma pertença social relevante. Por sua vez, o conceito de comparação social da teoria da identidade social refere-se à comparação entre grupos (Tajfel, 1974; Tajfel & Turner, 1979/2001; Turner, 1975). Neste sentido, os atributos de um grupo adquirem significado por comparação com os atributos dos outros grupos. Por exemplo, os cidadãos de um País ficam mais descontentes com uma crise socioeconómica nacional, se perceberem que estão mais desfavorecidos do que os cidadãos de outros Países, do que se perceberem que, apesar da crise, estão numa situação comparativamente favorável (Runciman, 1966, ver Tajfel, 1974).

A motivação dos indivíduos para salvaguardarem uma identidade social positiva pode determinar a motivação para diferenciarem favoravelmente o endogrupo dos exogrupos (Tajfel, 1974, 1978; Tajfel & Turner, 1979/2001). Esta motivação reflecte-se em atitudes e comportamentos que procuram acentuar diferenças intergrupais que superiorizam o endogrupo num contexto comparativo intergrupal, i.e. o *favorecimento endogrupal*.

Favorecimento endogrupal e paradigma dos grupos mínimos.

Uma consequência possível da identificação social e da motivação para alcançar e manter um conceito distintivo e positivo do endogrupo é o favorecimento endogrupal, uma atitude discriminativa favorável ao endogrupo (Tajfel, 1974, 1978; Tajfel & Turner, 1979/2001). Esta atitude materializa-se, por exemplo, na maximização relativa dos ganhos do endogrupo nos estudos que recorrem ao paradigma experimental dos grupos mínimos (Billig & Tajfel, 1973; Tajfel & Billig, 1974; Tajfel, et al., 1971). Estes estudos procuram identificar as condições necessárias para os indivíduos interiorizarem uma identidade de grupo.

Numa experiência típica que recorre ao paradigma dos grupos mínimos, os participantes são distribuídos por um de dois grupos. Podem ser levados a acreditar que a sua atribuição ao grupo é baseada num critério trivial, como as preferências por um pintor abstracto, ou um sorteio. Estas condições são consideradas mínimas, porque não pressupõem uma história prévia ou expectativa futura entre os membros dos grupos em questão. Os participantes não estão familiarizados com os outros membros dos grupos e não antecipam interagir com eles.

No paradigma dos grupos mínimos, os participantes, após conhecerem a sua categorização, são instruídos a distribuir recursos, como dinheiro ou pontos, por outros membros do endogrupo e do exogrupo. Esta tarefa é frequentemente realizada a partir de matrizes que permitem utilizar estratégias diferentes de alocação. As matrizes permitem, entre outras possibilidades, a adopção de uma estratégia de alocação "igualitária" (atribuição do mesmo valor a membros do endogrupo e exogrupo); "máximo ganho absoluto do endogrupo" (o maior valor possível para os membros do endogrupo, independentemente do valor atribuído ao exogrupo) ou "máximo ganho relativo do endogrupo" (diferença de valor entre os dois grupos, que seja a mais favorável possível ao endogrupo, independentemente do seu ganho absoluto). Os resultados destes estudos indicam que as condições mínimas experimentais são suficientes para que os participantes privilegiem a estratégia de máximo ganho relativo, que representa favorecimento endogrupal, em detrimento das outras estratégias (por exemplo, Billig & Tajfel, 1973; Tajfel & Billig, 1974; Tajfel, et al., 1971).

O favorecimento endogrupal é somente um dos processos possíveis para salvaguardar a identidade social positiva (por exemplo, Ellemers & Haslam, 2012; Haslam, Ellemers, Reicher, Reynolds, & Schmitt, 2010b; Haslam, et al., 2012). O favorecimento endogrupal é determinado por três condições necessárias: o endogrupo é relevante para a auto-definição do indivíduo; o contexto proporciona um quadro comparativo intergrupal relevante; e a posição do endogrupo neste quadro comparativo pode variar (Tajfel & Turner, 1979/2001; Turner, 1975). De acordo com Turner (1975), o favoritismo endogrupal surge no paradigma experimental dos grupos mínimos, precisamente porque este implica as três condições em questão, configurando uma situação de competição intergrupal ou social. Mais especificamente, os participantes dos estudos típicos dos grupos mínimos estão motivados para superiorizar o endogrupo relevante – a categoria atribuída no ambiente de laboratório – na dimensão comparativa intergrupal que se encontra disponível – a alocação de recursos entre membros dos

grupos – cuja manipulação se encontra ao alcance da sua acção – através da alocação discriminatória dos recursos. A teoria da identidade social postula que, sob condições diferentes, os indivíduos podem recorrer a outras estratégias para salvaguardarem a identidade social positiva, nomeadamente a mobilidade individual ou a criatividade social (Tajfel & Turner, 1979/2001).

Estratégias de diferenciação positiva do endogrupo.

Os estudos típicos que recorrem ao paradigma dos grupos mínimos utilizam grupos laboratoriais sem diferença de estatuto entre si. Mas, no mundo real, é frequente que o historial que caracteriza as relações entre os grupos implique algum diferencial entre os grupos, por exemplo, em termos de poder, competência, prestígio que, consequentemente, implica uma diferença de estatuto (Tajfel & Turner, 1979/2001; Turner, 1975).

Uma vez que um grupo é valorizado por comparação com outros grupos, os indivíduos, geralmente, preferem pertencer a grupos com estatuto superior do que a grupos que têm um estatuto inferior em dimensões relevantes do contexto de comparação intergrupal (Tajfel, 1972; Tajfel & Turner, 1979/2001). Este postulado tem sido confirmado por estudos em que os membros de grupos de estatuto superior avaliam os seus grupos mais positivamente do que os membros de grupos de estatuto inferior (por exemplo, Brown & Wade, 1987; Sachdev & Bourhis, 1985, 1987, 1991); em que os membros de grupos de estatuto superior se identificam mais com os seus grupos do que os membros de grupos de estatuto inferior (por exemplo, Ellemers, Doosje, van Knippenberg, & Wilke, 1992; Ellemers, van Knippenberg, de Vries, & Wilke, 1988; Ellemers, Van Knippenberg, & Wilke, 1990) e em que os membros dos grupos de estatuto superior favorecem mais o endogrupo em alocações de recursos do que os membros de grupos com estatuto inferior (por exemplo, Ellemers, et al., 1992; Sachdev & Bourhis, 1985, 1987, 1991).

A abordagem da identidade social prevê duas estratégias principais que os membros de grupos de baixo estatuto podem utilizar para promover uma identidade social positiva. Estas são, respectivamente, as estratégias de mobilidade individual e mudança social (Tajfel, 1982; Tajfel & Turner, 1986). A mobilidade inclui a redução da identificação com o endogrupo e o incremento da identificação com o exogrupo,

eventualmente com a procura de adesão a este último. Em dois estudos, que demonstram o processo de mobilidade, Ellemers, Spears e Doosje (1997) apresentaram a participantes, classificados em grupos mínimos, informações falsas, baseadas em medições inócuas, para levá-los a crer que estavam pouco ou muito envolvidos com o endogrupo. De acordo com os resultados, os participantes a quem era salientado o seu pouco envolvimento com o endogrupo, demonstraram menos identificação com o endogrupo e maior disponibilidade para aderir a um exogrupo, em comparação com os participantes a quem era tornado saliente um elevado grau de envolvimento.

A mudança social significa a promoção do estatuto relativo do endogrupo, que pode ser alcançada através das estratégias de criatividade social ou competição social. Através da criatividade social, os membros dos grupos alteram as dimensões salientes da comparação intergrupal, criando ou privilegiando dimensões de comparação intergrupal que sejam favoráveis ao endogrupo. Por exemplo, Lemaine, Kastersztein e Personnaz (1978) realizaram estudos num acampamento de Verão, em que colocavam dois grupos de crianças em competição para construírem o melhor abrigo. Um dos grupos recebia piores materiais de construção e, consequentemente, construía um abrigo de qualidade inferior. Adicionalmente, os membros deste grupo adornaram o seu abrigo com um pequeno jardim em seu redor, e utilizaram este critério para reclamar vitória, o que foi um fenómeno exemplificativo de criatividade social. Por sua vez, Ashforth e Kreiner (1999) analisaram o modo como os indivíduos que desempenham funções profissionais socialmente desprestigiantes (dançarinas exóticas, homens do lixo, etc.) recorrem à criatividade social para protegerem a imagem positiva da sua identidade profissional. De acordo com as observações dos autores, estes trabalhadores definem a imagem da sua ocupação profissional em termos das dimensões que lhe são favoráveis (por exemplo, um horário laboral flexível, trabalhar ao ar livre, etc.) ou através de comparações com grupos de estatuto ainda inferior.

Através da competição social, os membros dos grupos empenham-se na acção colectiva e confronto directo do exogrupo, de modo a assegurarem uma posição superior no contexto da comparação intergrupal e, assim, a imagem positiva do endogrupo. Como referimos anteriormente, as estratégias de maximização dos ganhos do endogrupo, nos estudos que recorrem ao paradigma dos grupos mínimos, são exemplificativas da competição social (Tajfel & Turner, 1979/2001). Em algumas circunstâncias, porém, a competição também se pode exprimir através de julgamentos preconceituosos, depreciativos e hostis dirigidos a um exogrupo (Haslam, Oakes,

Turner, & McGarty, 1995, Estudo 2; Haslam, Turner, Oakes, McGairty, & Hayes, 1992; Hewstone, Rubin, & Willis, 2002; Mummendey & Wenzel, 1999; Pereira & Vala, 2007; Vala, Lima, & Lopes, 2004).

No quadro da abordagem da identidade social, a atribuição de estereótipos de valência negativa aos exogrupos, bem como outras manifestações de antagonismo intergrupal, como as tendências de acção hostis e discriminação negativa, derivam dos mesmos factores que explicam a discriminação positiva do endogrupo, i.e. a saliência da pertença a um grupo e a diferenciação da realidade social em termos do endogrupo e exogrupos relevantes (ver Haslam, Oakes, & Turner, 1996; Tajfel, 1969; Turner, 1999; Turner & Reynolds, 2001). Neste enquadramento, quaisquer formas de hostilização dirigidas aos exogrupos, resultam de um entendimento particular da realidade intergrupal em causa, derivado da experiência do indivíduo e das suas percepções sobre as características da estrutura social vigente, donde resulta (1) uma representação de competição entre o endogrupo e exogrupo e (2) a percepção de que as dimensões de valência negativas, sejam na forma de atribuições de estereótipos negativos, julgamentos depreciativos, ou tendências de acção hostis contra o exogrupo, são funcionais no contexto em questão (Reynolds, Turner, & Haslam, 2000; Turner, 1999). Por exemplo, Pereira e Vala (2007) confirmaram que estudantes Portugueses, quando uma norma igualitária anti-racista estava saliente, discriminaram negativamente candidatos Negros a um emprego, com base em argumentos não raciais, nomeadamente da ameaça à viabilidade económica da empresa. Esta argumentação era, por sua vez, explicada pelo preconceito dos participantes. Ou seja, os participantes preconceituosos recorreram a justificações económicas que permitiram que a discriminação negativa fosse funcional para um contexto de saliência da norma anti-racista.

Em suma, os indivíduos podem recorrer a estratégias diferentes de modo a garantirem uma imagem positiva do endogrupo e, consequentemente, uma identidade social positiva. Pela mobilidade individual, os indivíduos procuram desvincular-se de grupos de estatuto baixo e aceder a grupos de estatuto elevado, conservando deste modo o quadro de comparação intergrupal e a hierarquia social vigentes. Através da criatividade social, procuram redefinir a hierarquia social, recorrendo a um quadro de comparação intergrupal diferente. Finalmente, através da competição social, seja na forma de favorecimento do endogrupo, ou na derrogação do exogrupo, procuram superiorizar o endogrupo no quadro de comparação intergrupal vigente. Como descrevemos de seguida, de acordo com a teoria da identidade social, a opção que os

indivíduos fazem entre estas estratégias depende, por sua vez, da sua percepção sobre a sua respectiva viabilidade, tendo em conta os constrangimentos existentes na estrutura social.

Crenças sobre as características da estrutura social.

De acordo com a teoria da identidade social, as estratégias de diferenciação positiva do endogrupo são determinadas pelas crenças sobre certas características da hierarquia social e das relações entre os grupos. Mais especificamente, percepções sobre as oportunidades e constrangimentos que a estrutura social proporciona para a viabilidade das estratégias de promoção da identidade social positiva. Incluem as percepções sobre a permeabilidade das fronteiras sociais, e sobre a estabilidade e legitimidade das diferenças de estatuto entre os grupos (Tajfel & Turner, 1979/2001). Embora estas percepções tenham um impacto nas estratégias seguidas pelos membros de grupos com estatuto elevado, os teóricos da identidade social interessam-se, em particular, pelos casos dos membros de grupos de estatuto baixo ou sob ameaça (ver Ellemers & Haslam, 2012; Haslam, et al., 2010b). Este foco relaciona-se com a preocupação académica em compreender como os membros de grupos desfavorecidos lidam com uma identidade social negativa, ou sob ameaça, e quais são as crenças determinantes para a sua opção entre a alteração ou a conservação da hierarquia social vigente.

A permeabilidade das fronteiras sociais refere-se à crença de que é possível para um indivíduo deslocar-se livremente na hierarquia social. Esta deslocação pode referir-se à mudança real de grupo como, por exemplo, trocar de partido político ou de clube de futebol, mas não necessariamente. Em categorias sociais como o género e a etnia, em que é muito difícil a transferência real de grupo, a crença na permeabilidade das fronteiras sociais refere-se à percepção sobre a possibilidade de acesso aos recursos valorizados, em função da pertença ao grupo. Neste sentido, o membro de um grupo de baixo estatuto, mas que acredita que as fronteiras sociais são permeáveis, acredita que tem possibilidade de aceder, por si próprio, aos recursos materiais ou psicológicos que estão disponíveis aos grupos de estatuto elevado, apesar da sua pertença social. A percepção de que as fronteiras sociais são permeáveis leva a que os membros dos grupos de estatuto inferior se foquem em estratégias de mobilidade individual ao invés

da mudança da hierarquia social (Ellemers, et al., 1988; ver Tajfel & Turner, 1979/2001). Por exemplo, o facto de um número limitado de membros de um grupo de estatuto baixo ser promovido para um grupo de estatuto elevado, sugere aos membros do grupo de estatuto baixo que as fronteiras sociais são permeáveis, diminuindo a sua motivação para a competição social (Wright, 1997; Wright & Taylor, 1998).

A estabilidade do estatuto dos grupos refere-se à crença de que a hierarquia social está mais ou menos sujeita a mudanças ao longo do tempo (Tajfel & Turner, 1979/2001). Por um lado, os indivíduos podem acreditar que o estatuto dos grupos está condicionado por características difíceis de alterar como, por exemplo, a inteligência inata ou a afiliação familiar. Por outro lado, podem acreditar que os factores que determinam as diferenças de estatuto são manipuláveis e, desse modo, está ao seu alcance determinarem mudanças na hierarquia vigente, por exemplo, através do esforço pessoal ou da organização colectiva.

A percepção de que as fronteiras sociais são impermeáveis e as diferenças de estatuto são instáveis leva os membros de grupos de estatuto desfavorecido a privilegiarem estratégias de competição social (Ellemers, Wilke, & Van Knippenberg, 1993; ver Tajfel & Turner, 1979/2001). De outro modo, se os membros de grupos desfavorecidos percebem que as fronteiras sociais são impermeáveis e que as diferenças de estatuto são estáveis, recorrem à criatividade social para garantir a identidade social positiva (Ellemers, et al., 1997; Terry, Carey, & Callan, 2001).

Finalmente, a legitimidade das diferenças de estatuto refere-se às convicções sobre a justiça da hierarquia social. A crença na legitimidade do estatuto de um grupo implica a percepção de que os membros dos grupos têm acesso aos recursos materiais ou psicológicos que merecem. De outro modo, a crença na ilegitimidade do estatuto de um grupo refere-se à percepção de injustiça na alocação dos recursos entre os membros dos grupos. Se os membros dos grupos de estatuto inferior percebem a hierarquia social como ilegítima, identificam-se mais com o endogrupo e empenham-se na mudança social através da competição, do que se a perceberem como legítima (Ellemers, et al., 1993; ver Tajfel & Turner, 1979/2001).

Em suma, a teoria da identidade social postula que os membros dos grupos estão motivados para assegurar a diferenciação positiva do endogrupo em relação a outros grupos, em dimensões de comparação relevantes, de modo a garantirem a valorização do endogrupo e uma identidade social positiva. Nas situações em que a diferenciação intergrupal positiva não está assegurada e a pertença ao endogrupo não é satisfatória, os

seus membros ficam motivados para, ou sair do endogrupo de estatuto desfavorável e aderir a um exogrupo de estatuto superior, ou a incrementar o estatuto do endogrupo, ou com base nas dimensões de comparação que estão salientes, ou recorrendo a outras dimensões. Os membros dos grupos aplicam estas estratégias, de acordo com a percepção da sua viabilidade no contexto da hierarquia social e das relações entre os grupo vigentes, de modo a alcançarem e manterem uma identidade social positiva que, por sua vez, lhes permite assegurar um conceito positivo de si próprios (Tajfel & Turner, 1979/2001).

Teoria da Auto-categorização

Turner e colegas (1987) desenvolveram a abordagem da identidade social, no quadro da *teoria da auto-categorização*. Partindo dos postulados da teoria da identidade social, a teoria da auto-categorização foca os mecanismos cognitivos associados à emergência da identificação social, colocando o processo de auto-categorização na génese da dinâmica de grupos (Turner, et al., 1987).

De acordo com a teoria da auto-categorização, o auto-conceito é uma estrutura cognitiva caracterizada por várias representações associadas às categorias sociais com as quais os indivíduos se podem identificar (Turner, 1982/2010; Turner, et al., 1987). Os indivíduos podem categorizar-se em qualquer dos grupos em que estão integrados ou que desejam integrar ou, ainda, podem definir-se em termos dos atributos pessoais e idiossincráticos que os distinguem dos outros indivíduos no seio dos grupos. A teoria da auto-categorização postula que os indivíduos se categorizam em termos de pertenças sociais específicas, ou da identidade pessoal, conforme as categorias em causa forneçam clareza cognitiva ao contexto específico (Turner, et al., 1994).

Nas situações em que os indivíduos se definem em termos de uma categoria social, percebem-se menos como indivíduos distintos de todos os outros, e mais como representantes prototípicos do endogrupo, acentuando as suas semelhanças para com os outros membros do endogrupo, e as suas diferenças para com os membros de exogrupos comparativos, i.e. *despersonalização* (Turner, 1982/2010, 1984). A despersonalização não significa diminuição ou perda de identidade, mas antes uma auto-categorização em função de uma categoria social e seus estereótipos (Turner, et al., 1987). De acordo com a teoria da auto-categorização, este processo permite aos indivíduos validarem a

realidade social segundo os critérios do endogrupo saliente que, por sua vez, lhes permite reduzirem a sua *incerteza subjectiva* (Mullin & Hogg, 1999; Reid & Hogg, 2005).

Relações entre auto-categorizações.

De acordo com a teoria da auto-categorização, as auto-categorizações estão organizadas hierarquicamente em função do nível abstracto da sua abrangência (Turner, et al., 1987). O nível mais abrangente inclui todos os seres humanos. A um nível intermédio, encontram-se as categorizações em grupos, que podem ser mais ou menos abrangentes, como o género, etnia, nacionalidade, ou um grupo de trabalho. É neste nível que os indivíduos se definem e aos outros em função da pertença a categorias sociais, maximizando as semelhanças entre os membros que pertencem à mesma categoria, e maximizando as diferenças entre os membros de categorias distintas. No nível menos abrangente possível, os indivíduos classificam-se em termos pessoais, definindo-se a partir das propriedades idiossincráticas que os distinguem dos outros indivíduos, nomeadamente aqueles que pertencem ao endogrupo saliente (por exemplo, Haslam, et al., 2010a; Oakes, et al., 1994; Reynolds & Turner, 2006; Turner, 1999; Turner & Onorato, 2010; Turner, et al., 2006).

A noção de que as auto-categorizações são caracterizadas por diferentes níveis de abrangência proporciona uma abordagem distinta do contínuo bipolar identidade pessoal – social proposto pela teoria original da identidade social (ver Turner, 1982/2010; Turner, 1999; Turner, et al., 1987). De acordo com a teoria da auto-categorização, a identidade pessoal resulta da auto-definição em termos de uma categoria menos abrangente do que a identidade social, mas as duas não representam processos qualitativamente diferentes (Turner, 1982/2010).

O processo de auto-categorização, seja em termos de uma identidade pessoal ou de uma identidade social mais ou menos abrangente, é determinado pelos mesmos factores. A este respeito, a teoria da auto-categorização postula que os indivíduos diferenciam os estímulos salientes nos contextos sociais na medida em que se adequam a categorias sociais discretas que estejam acessíveis à mente (Turner, et al., 1987). O processo de auto-categorização é baseado nas noções de acessibilidade relativa, princípio do meta-contraste, e adequação categorial.

Acessibilidade relativa, princípio do meta-contraste e adequação categorial.

Uma componente fundamental da teoria da auto-categorização é dedicada à explicação dos processos que determinam a emergência de uma identidade numa dada situação, e o seu conteúdo específico. A este respeito, a teoria postula que uma categorização se torna mais saliente a um indivíduo na medida da sua acessibilidade relativa, i.e. a facilidade com que um indivíduo recorre a uma categorização específica, e do grau de correspondência, ou adequação, entre essa categoria e as características do contexto (Bruner, 1957).

De acordo com Turner e colegas (1987), a acessibilidade relativa de uma categoria social depende de três factores: o grau de importância da categoria para a auto-definição do indivíduo; a frequência anterior do recurso a essa categoria; e as motivações, valores, objectivos e necessidades do indivíduo, que lhe servem de grelha de interpretação da realidade na generalidade dos contextos sociais. Quanto mais uma categoria é acessível a um indivíduo, menos esforço cognitivo e menos estímulos do meio serão necessários para a activar num determinado contexto. No entanto, a sua activação depende também da congruência que tem com as características do contexto.

A adequação categorial refere-se à percepção da correspondência entre uma representação categorial e as especificidades de um contexto. A este respeito, Turner e colegas (1987) distinguem entre adequação comparativa e adequação normativa. A adequação comparativa refere-se à percepção da correspondência entre as categorias sociais e as características estruturais de uma situação. Uma representação categorial é percebida como tanto mais adequada a uma situação, quanto mais maximiza as diferenças inter-categoriais e as semelhanças intra-categoriais nessa situação.

A adequação comparativa resulta do princípio do meta-contraste, outro dos conceitos basilares da teoria da auto-categorização (Haslam & Turner, 1992; Turner, et al., 1987). De acordo com este princípio, um conjunto de indivíduos será categorizado em grupos distintos numa situação em que as diferenças intra-grupais forem percebidas como inferiores às diferenças inter-grupais no enquadramento de um contexto comparativo relevante (Oakes, Turner, & Haslam, 1991; Turner, et al., 1994).

Num estudo ilustrativo do processo de meta-contraste, Oakes, Turner, e Haslam (1991, Estudo 1) apresentaram a participantes de ambos os sexos, três alvos do sexo

feminino e três alvos do sexo masculino. Numa das condições experimentais, os três alvos femininos partilhavam uma opinião e os três alvos masculinos partilhavam uma opinião diferente sobre um determinado assunto. Nesta situação, a categorização social baseada no sexo dos alvos tinha uma adequação comparativa elevada, mesmo se o assunto em causa não estava relacionado com o sexo. Nesta condição, os participantes perceberam mais um alvo masculino como possuindo traços tipicamente masculinos, em comparação com outras condições em que a adequação comparativa da categoria sexo era inferior. Por exemplo, com uma condição em que um alvo masculino discordava dos outros dois alvos masculinos e dos três alvos femininos.

A adequação comparativa de uma representação categorial é tanto maior, quanto mais as características dos membros dos grupos presentes contribuem a uma diferenciação entre essas categorias. Sobre as dimensões ou atributos relevantes, os valores que melhor sintetizam em simultâneo as diferenças inter-grupais e semelhanças intra-grupais correspondem aos critérios mais representativos das categorias evocadas e constituem os *protótipos grupais* (Turner, et al., 1987). Estes podem ser considerados como o conjunto dos elementos mais representativos dos estereótipos associados às categorias no contexto específico em que ocorre a oposição inter-categorial. De acordo com a teoria da auto-categorização, os membros dos grupos que se encontrem mais próximos das posições prototípicas do endogrupo serão considerados como os mais representativos do endogrupo, dado que serão os que mais contribuem para a diferenciação máxima possível entre o endogrupo e exogrupos comparativos.

Da adequação comparativa decorre a adequação normativa da situação social, sendo esta última, uma medida da correspondência entre os atributos dos membros e as especificidades prototípicas dos grupos respectivos. Uma vez que, em função de uma adequação comparativa, sejam criados grupos através do princípio do meta-contraste, todos os membros desses grupos serão avaliados na medida em que se aproximam mais ou menos dos protótipos do grupo, ou seja, na medida em que têm maior ou menor adequação normativa. Por exemplo, a adequação normativa das condições experimentais anteriores seria elevada se os três alvos femininos demonstrassem preferência por uma revista de moda, enquanto os três alvos masculinos prefeririam uma revista de automóveis (assumindo que se tratam de estereótipos relacionados com o sexo).

A fim de demonstrar o processo de adequação normativa, Oakes, Turner e Haslam (1991, Estudo 2) apresentaram aos participantes, seis alvos, três estudantes de

Arte e três estudantes de Ciências que exprimiam, ou uma atitude estereotipadamente "artística", ou estereotipadamente "científica". Na condição experimental de adequação normativa elevada, os estudantes de Arte apresentavam uma atitude "artística" e os estudantes de Ciências apresentavam uma atitude "científica." Na condição experimental de adequação normativa baixa, essas atitudes eram revertidas pelo curso dos alvos. De acordo com os resultados, os participantes realizaram julgamentos sobre os alvos mais estereotipados com o curso destes na condição de adequação normativa elevada do que na condição de adequação normativa baixa.

A adequação comparativa e adequação normativa determinam a adequação categorial de uma determinada representação categorial para uma situação social. Uma categorização com adequação categorial elevada atribui um significado claro a uma dada situação. A situação social mais clara é aquela em que todos os membros de uma determinada categoria social se comportam de forma idêntica entre si e diferente de todos os membros da outra categoria (adequação comparativa) e todos se comportam de acordo com as expectativas e estereótipos das suas respectivas categorias (adequação normativa). Quando não existe adequação comparativa entre os estímulos presentes e determinadas categorias sociais ou adequação normativa entre os atributos mais salientes e os protótipos dos grupos, não existe clareza cognitiva suficiente para sustentar a diferenciação inter-grupal em causa. Nesta situação, os indivíduos implicam outro género de categorização que lhes permita compreender mais eficazmente o conjunto de estímulos presentes (Oakes, et al., 1994).

Em suma, de acordo com a teoria da auto-categorização, os indivíduos diferenciam a realidade social em categorias, nas condições em que essa diferenciação lhes permite uma clarificação cognitiva da realidade social circundante. A aplicação de uma determinada categorização será tanto mais provável, quanto mais essa categorização é coerente com as características do contexto e com a experiência do indivíduo que julga. Um indivíduo recorre, então, à categorização que esteja acessível e seja adequada ao contexto, de modo a tornar claro o significado da realidade circundante, e do seu lugar nela.

Auto-categorização pessoal.

No quadro da teoria da auto-categorização, a identidade pessoal deriva do mesmo processo comparativo e contextual que determina a identidade social (por exemplo, Haslam, et al., 2010a; Oakes, et al., 1994; Onorato & Turner, 2004; Reynolds & Turner, 2006; Turner, 1999; Turner, et al., 1994; Turner, et al., 2006). Por exemplo, Onorato e Turner (2004) demonstram que a saliência da identidade de género numa tarefa de auto-definição, obtida através do enquadramento de uma tarefa de atribuições de características a si próprio, em termos de "descreva-se como uma mulher [homem] em contraste com os homens [mulheres]", determinou em participantes de ambos os sexos, atribuições estereotipadas correspondentes com o seu sexo, independentemente dos traços que declararam possuir num questionário de personalidade. De outro modo, a saliência da identidade pessoal, através do enquadramento "descreva-se como um indivíduo, comparado com os outros membros do seu sexo", determinou respostas congruentes com as características declaradas no mesmo questionário de personalidade, independentemente de serem estereótipos do seu ou do outro sexo.

Assim, do mesmo modo que a identidade social resulta da saliência de um processo de diferenciação entre endogrupo e exogrupo, a identidade pessoal é determinada pela diferenciação do próprio em relação ao remanescente do endogrupo saliente (Haslam, et al., 2010a; Reynolds & Turner, 2006). Por exemplo, um indivíduo define-se como "neurótico" por se perceber como "mais neurótico" do que a generalidade dos membros do endogrupo saliente. Neste sentido, a abordagem da identidade social define a personalidade como um julgamento realizado em função das experiências e expectativas prévias, no quadro de um contexto social específico, que resulta na auto-definição como um indivíduo no seio de um grupo.

Uma vez que a identidade pessoal resulta da comparação com os outros membros do endogrupo, o grupo que constitui o ponto de referência é um determinante fundamental dos conteúdos da auto-definição. Se a auto-definição decorre ao nível individual, ela não deixa de se inscrever no quadro de um endogrupo particular e suas normas, que determinam o modo como se experiencia e manifesta essa individualidade (Adarves-Yorno, Postmes, & Haslam, 2006; Baray, Postmes, & Jetten, 2009; Jetten & Postmes, 2006; Jetten, Postmes, & McAuliffe, 2002; Postmes, Spears, & Cihangir, 2001; Turner, et al., 2006). Por exemplo, Baray, Postmes e Jetten (2009) encontraram que o conformismo dos membros de um movimento político extremista perante as normas do endogrupo estava associado positivamente com as suas crenças de auto-determinação pessoal. De acordo com os autores, esta relação demonstra que os

membros daquele grupo derivaram o seu sentido de agência, controlo e certeza pessoal, das orientações prescritivas, normas e grelhas interpretativas do endogrupo.

De modo complementar, vários estudos demonstram que a saliência da identidade social tem um impacto em características de personalidade, como na realização cognitiva (Steele & Aronson, 1995; Steele, Spencer, & Aronson, 2002) ou em traços patológicos, como depressivos e neuróticos (Bizumic, Reynolds, Turner, Bromhead, & Subasic, 2009; Reicher & Haslam, 2006; Reynolds et al., 2012). Estes estudos sugerem que existe interdependência funcional entre a identidade individual e a pertença social, em que esta última proporciona os conteúdos onde o indivíduo significa a sua experiência e diferenciação pessoal em termos de atitudes, valores e crenças. Simultaneamente, determinadas mudanças históricas na estrutura social, nas normas dos grupos ou mudanças de grupos (por exemplo, emigrar, entrar na faculdade) podem determinar alterações ao nível dos processos de definição da individualidade, desafiando, modificando ou anulando certos traços de personalidade (Reicher & Haslam, 2006; Reynolds & Turner, 2006; Reynolds et al., 2010; Turner, et al., 2006). Estes processos são evidenciados em estudos que reportam, por exemplo, que os índices de autoritarismo de estudantes universitários Norte-Americanos aumentaram após os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 (Nagoshi, Terrell, & Nagoshi, 2007) e que a orientação para a dominância social e o autoritarismo dos simpatizantes de um partido político Tailandês aumentaram na sequência de uma vitória eleitoral inédita (Liu, Li-Li, & McFedries, 2008).

Redução da incerteza subjectiva.

De acordo com a *hipótese da redução da incerteza subjectiva*, a auto-categorização é um meio dos indivíduos colmatarem a insegurança sobre a validade das percepções, atitudes e comportamentos, por prescrever normas e estereótipos inequívocos, associados à pertença social (por exemplo, Mullin & Hogg, 1999; Reid & Hogg, 2005). De modo a confirmarem a hipótese da redução da incerteza subjectiva, Mullin e Hogg (1999) manipularam o grau de incerteza dos participantes de uma situação experimental de grupos mínimos. Os autores pediram aos participantes para preencherem um questionário, ou assegurando que quaisquer respostas dadas eram válidas (menor incerteza) ou que existiam respostas correctas e erradas (maior

incerteza). De acordo com os resultados, os participantes identificaram-se mais com o endogrupo e estavam mais dispostos a procurar a validação social junto dos outros membros do endogrupo (i.e. a saberem as suas opiniões e a discuti-las com eles) se fossem categorizados sob condições de maior incerteza e as temáticas do questionário lhes fossem relevantes, do que se não fossem categorizados, fossem categorizados em condições de menor incerteza, ou as temáticas das tarefas não lhes fossem relevantes.

Os teóricos da redução da incerteza subjectiva desenvolveram um modelo abrangente da incerteza subjectiva, que inclui tanto a redução da incerteza, como a promoção da auto-estima, na explicação dos processos de discriminação intergrupal (Reid & Hogg, 2005). Por exemplo, num estudo de Reid e Hogg (2005, Estudo 1), os participantes que não conheciam o seu próprio desempenho no enquadramento de dois grupos com desempenhos diferentes (situação de incerteza), identificaram-se tanto com um endogrupo com um nível de desempenho bom, como com um endogrupo com um nível de desempenho fraco, enquanto os participantes que sabiam o seu nível de desempenho (sem incerteza), identificaram-se mais com um endogrupo com um nível de desempenho bom, do que com um endogrupo com um nível fraco. Estes resultados sugerem que, sob condições de incerteza, a clareza da auto-definição é privilegiada em detrimento da imagem social. De outro modo, se a redução da incerteza não é necessária, os membros dos grupos dão prioridade à promoção de um auto-conceito positivo e identificam-se mais com grupos que lhes proporcionam uma imagem favorável.

A teoria da redução da incerteza subjectiva tem um interesse particular para a Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS), por demonstrar como a promoção da imagem positiva do endogrupo constitui, em si, um processo de validação da realidade social, mais especificamente, das normas e estereótipos associados ao endogrupo. Como descrevemos no Capítulo III, a TDGS parte deste mesmo princípio, focalizando as situações em que as atitudes e comportamentos desviantes no seio do endogrupo contribuem para uma percepção de incerteza subjectiva, e as reacções de discriminação intragrupal constituem um meio possível para a colmatar, ou *reduzir* (por exemplo, Marques & Paez, 2008; Marques, Paez, & Abrams, 1998).

Dinâmicas Grupais

Um dos contributos mais importantes da abordagem da identidade social foi ter deslocado a análise das dinâmicas de grupos em função das atitudes e relações interpessoais, ou da satisfação mútua de necessidades e partilha de objectivos entre os membros dos grupos, característica da abordagem dos pequenos grupos, que descrevemos no Capítulo I, para a análise em função da auto-definição dos indivíduos em termos de uma pertença categorial partilhada (Tajfel, 1972, 1979/2010; Turner, 1978). A este respeito, destacamos as explicações da abordagem da identidade social para alguns processos grupais particularmente relevantes para os temas e postulados da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva, e para os estudos da presente investigação. Nomeadamente, a *influência informacional referente* (Abrams, Wetherell, Cochrane, Hogg, & Turner, 2001; Hogg & Abrams, 1988; Turner, 1982/2010, 1985/2010, 2005), a adesão a *estratégias de controlo social* (Turner, 2005) e as *emoções grupais* (por exemplo, Garcia-Prieto & Scherer, 2006; Iyer & Leach, 2008; Mackie, Devos, & Smith, 2000; Manstead & Fischer, 2001; Parkinson, 2001; Parkinson, Fischer, & Manstead, 2005; Yzerbyt, Dumont, Wigboldus, & Gordijn, 2003)[5].

Influência informacional referente.

A teoria da auto-categorização postula que a auto-definição em termos de uma categoria social e a percepção da semelhança entre todos os indivíduos que partilham esta categoria determinam os fenómenos da influência social no seio dos grupos, incluindo a formação das normas, conformismo, desempenho, polarização grupal e o controlo social, i.e. *influência informacional referente* (Abrams, et al., 2001; Hogg & Abrams, 1988; Turner, 1982/2010, 1985/2010, 2005).

Em termos da formação das normas, Abrams e colegas (2001, Estudo 1) aplicaram o paradigma da ilusão auto-cinética de Sherif (1935; 1936, ver Capítulo I), a fim de confirmarem a auto-categorização como um factor determinante da influência informacional referente. No estudo, os participantes não se conformaram às estimativas

[5] Os estudos da abordagem da identidade social abrangem várias outras dinâmicas grupais, por exemplo, a coesão e atracção social (Haslam, 2004; Hogg, 1992), a liderança (Fielding & Hogg, 1997; Hains, Hogg, & Duck, 1997; Hogg, Hains, & Mason, 1998; Platow & Van Knippenberg, 2001; Platow, van Knippenberg, Haslam, van Knippenberg, & Spears, 2006), e o pensamento grupal (Baron, 2005; Haslam et al., 2006; Turner & Pratkanis, 1998; Turner, Probasco, Pratkanis, & Leve, 1992).

mais extremas dos comparsas do experimentador sobre as distâncias de um ponto de luz intermitente, quando esses comparsas eram apresentados como sendo membros de um exogrupo. Os participantes demonstraram mesmo uma tendência para realizaram estimativas no sentido contrário às estimativas dos membros do exogrupo. De outro modo, numa condição em que os comparsas não eram categorizados, as respostas dos participantes foram mais convergentes com as suas estimativas.

Abrams e colegas (2001, Estudo 2) aplicaram o paradigma de Asch (1951; 1955, ver Capítulo I), a fim de confirmarem o impacto da auto-categorização no conformismo perante as pressões normativas no seio dos grupos. No estudo, os participantes que realizaram estimativas sobre o comprimento de linhas adjacentes, após as estimativas erróneas de três comparsas do experimentador, demonstraram muito pouco conformismo, se os comparsas eram categorizados como membros do exogrupo e se as estimativas eram realizadas na presença dos comparsas e experimentador. De outro modo, se os comparsas eram membros do endogrupo, os participantes evidenciaram maior conformismo face às respostas deles. De facto, nesta condição, todos os participantes convergiram, pelo menos uma vez, com as estimativas dos comparsas, demonstrando maior conformismo do que aquele evidenciado nos estudos originais de Asch. De acordo com o postulado da teoria da auto-categorização, os participantes encontravam-se numa situação de maior incerteza subjectiva, uma vez que eram colocados perante membros do endogrupo que contrariavam expectativas normativas sobre as distâncias físicas entre linhas. Em conformidade, os participantes acompanhados por membros do endogrupo que realizavam estimativas erróneas, declararam sentirem-se mais próximos e influenciados por eles e terem menos confiança nas suas próprias respostas, do que os participantes que estavam acompanhados por membros do exogrupo.

Hogg (1992) postula que o desempenho dos membros de um grupo é, ele próprio, um fenómeno de conformismo às normas do grupo. De acordo com esta perspectiva, o desempenho dos membros de um grupo é determinado pelo grau de valorização do grupo e pelo conteúdo das normas desse grupo. Caso as normas de um grupo privilegiem o desempenho elevado, os membros que valorizam o grupo procurarão corresponder ao trabalho necessário para cumprir os objectivos do grupo, porque se conformam às suas normas. Nos casos em que as normas do grupo privilegiam outros objectivos, que não o desempenho elevado (por exemplo, a diversão

ou até o baixo desempenho) não se verifica um desempenho particularmente elevado dos indivíduos no contexto do grupo.

De modo complementar, Haslam (2004) postula que a auto-categorização, em termos individuais ou do grupo, determina se o desempenho no contexto do grupo é inferior ou superior ao desempenho individual separado do grupo. Por exemplo, se um indivíduo se define em termos da sua identidade pessoal, ao invés da identidade do grupo, e se a tarefa que deve desempenhar depende da cooperação com outros membros do grupo, então o indivíduo reduz o seu empenho, i.e. *preguiça social* (cf. Latané, Williams, & Harkins, 1979). De outro modo, se se define em termos da identidade colectiva, e o grupo privilegia a cooperação, então o indivíduo incrementa o seu empenho no contexto do grupo, em particular, se acreditar que os objectivos do grupo estão comprometidos, i.e. *compensação social* (cf. Williams & Karau, 1991).

A teoria da auto-categorização também explica o fenómeno da *polarização grupal* no quadro da influência informacional referente (Abrams, et al., 2001; Hogg, Turner, & Davidson, 1990; Mackie, 1986; McGarty, Turner, Hogg, & David, 1992; Turner, et al., 1987; Turner & Oakes, 1989). A polarização grupal refere-se à tendência dos grupos para realizarem decisões mais extremas do que os seus membros, na direcção inicialmente favorecida pela maioria do grupo (cf. Moscovici & Zavalloni, 1969; Myers & Lamm, 1976). A teoria da auto-categorização postula que na base deste processo se encontra a auto-definição em termos de uma categoria partilhada com outros indivíduos e o subsequente conformismo às posições que são percebidas como prototípicas do endogrupo.

Como descrevemos anteriormente, o protótipo de um grupo representa um equilíbrio entre a minimização das diferenças no seio do endogrupo e a maximização das diferenças do endogrupo em relação a exogrupos relevantes. Em algumas circunstâncias, o protótipo do endogrupo corresponde à média dos membros individuais do grupo, que é o valor que minimiza mais as diferenças intragrupais. No entanto, o protótipo também pode ser diferente da média dos membros, nomeadamente na medida em que contribui para a maximização da diferenciação do endogrupo em relação aos exogrupos relevantes (Hogg, et al., 1990; Turner, et al., 1987). São estas as circunstâncias em que ocorre a polarização do grupo, enquanto convergência dos seus membros em torno de uma posição prototípica do grupo que é mais extrema do que a média das posições individuais fora do contexto do grupo.

Por exemplo, Hogg, Turner e Davidson (1990) analisaram os efeitos do quadro de comparação intergrupal nos julgamentos dos membros de um grupo de discussão sobre a posição prototípica do endogrupo. Neste estudo, os participantes observaram o vídeo de uma conversa entre membros do grupo de discussão em que iriam futuramente integrar. Os membros discutiam a sua posição sobre diversos assuntos. De seguida, os participantes conheceram a posição de um outro grupo de discussão sobre os mesmos assuntos. Em duas das condições do estudo, o exogrupo era respectivamente mais cauteloso do que o endogrupo; ou mais arriscado. Os participantes eram colocados na expectativa de que iriam competir com o exogrupo numa discussão posterior. De acordo com os resultados, e em conformidade com os postulados da teoria da auto-categorização, os participantes anteciparam que o consenso do endogrupo se iria deslocar da média das posições individuais dos membros, naquele que fosse o sentido contrário ao da orientação do exogrupo. Ou seja, os participantes anteciparam a polarização da norma do endogrupo num sentido mais arriscado do que a média dos seus membros, quando face a um exogrupo mais cauteloso; e num sentido mais cauteloso, na competição com o exogrupo mais arriscado. Numa terceira condição, os participantes eram colocados na expectativa de que iriam competir com os dois exogrupos, o mais cauteloso e o mais arriscado. Nesta condição, os participantes anteciparam que o consenso do grupo iria ser idêntico à média do endogrupo.

Estratégias de controlo social.

No enquadramento da teoria da auto-categorização, e na vertente da influência informacional referente, Turner (2005) desenvolveu a *teoria processual do poder social*, de modo a explicar a relação entre a motivação para a promoção da identidade social e a adesão a estratégias de controlo social. A teoria processual do poder social enfatiza a precedência causal da auto-categorização sobre as estratégias de influência social, poder e controlo. Turner (2005) postula que a auto-definição psicológica em termos de uma categoria social e a partilha de uma identidade social entre os vários membros de um grupo, i.e. influência informacional referente, produzem as relações de influência que são a base do poder social e, em último caso, do controlo dos recursos do grupo. O poder social é, então, alcançado através das estratégias que alguns membros dos grupos exercem para poderem cumprir os seus objectivos através de outros

membros. Estas estratégias são divididas por Turner (2005) de acordo com os seus objectivos subjacentes, em duas categorias: *persuasão* e *controlo*.

A persuasão procura levar os alvos a acreditarem na validade de determinados princípios e acções, assim sendo reminiscente das tácticas de comunicação pedagógicas e inclusivas, destacadas na abordagem dos pequenos grupos (ver Capítulo I). O controlo refere-se à imposição de autoridade ou coerção sobre a vontade dos alvos e, assim, é consonante com as estratégias punitivas e de exclusão nos pequenos grupos.

As noções de Turner são consistentes com os conceitos de Okimoto e Wenzel (2009) sobre dois processos de controlo social que procuram reafirmar o consenso do grupo após a percepção de uma transgressão. Respectivamente, tentando reformar o transgressor, assim reforçando os valores do grupo junto do transgressor, ou estigmatizando o transgressor, assim reforçando os valores do grupo junto dos outros membros. Estas ideias estão também em conformidade com o modelo da justiça retributiva e restauradora proposto por Darley e colegas (Darley & Pittman, 2003; Gromet & Darley, 2009). De acordo com este modelo, a retribuição surge como a reacção primária à percepção de um comportamento transgressor intencional e/ou que causa um dano particularmente grave que, por sua vez, causa "revolta moral", isto é, raiva, desprezo e repugnância. De outro modo, se a atribuição do comportamento transgressor for atribuído a uma conduta negligente e não for julgado particularmente gravoso, a reacção primária é de compensação para com as vítimas e a sociedade em geral, ou seja, para a justiça restauradora.

Em suma, as noções de Turner (2005), Okimoto e Wenzel (2009) e Darley e colegas (Darley & Pittman, 2003; Gromet & Darley, 2009) sugerem que as estratégias de influência social podem ser classificadas em punitivas, se visam impor unilateralmente a autoridade e os valores do grupo e, consequentemente, desvalorizam e estigmatizam os seus alvos; ou em socializadoras, se procuram persuadir, educar e socializar os alvos de acordo com os valores do grupo. Ambas as estratégias resultam da vontade dos membros dos grupos para garantir a homogeneidade normativa do endogrupo.

No Capítulo III, analisamos o modo como estas ideias são consistentes com o postulado e os resultados da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva de que os membros dos grupos podem exercer estratégias de controlo, punitivas ou socializadoras, sobre membros desviantes do endogrupo, de modo a salvaguardarem a identidade social associada (Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Pinto, et al., 2010). Mais

especificamente, a TDGS postula uma associação entre a identidade social, a adesão ao controlo social e a medida em que o desvio no endogrupo contraria normas relevantes para a imagem positiva do endogrupo num quadro de comparação intergrupal.

Emoções grupais.

Uma linha de investigação recente no enquadramento da abordagem da identidade social, demonstra como as emoções dos indivíduos podem decorrer da auto-categorização social (por exemplo, Garcia-Prieto & Scherer, 2006; Iyer & Leach, 2008; Mackie, et al., 2000; Manstead & Fischer, 2001; Parkinson, 2001; Parkinson, et al., 2005; Yzerbyt, et al., 2003). De acordo com estes estudos, as emoções grupais referem-se a experiências colectivas determinadas pelos julgamentos que os membros dos grupos realizam sobre a realidade social, conforme a sua relevância para o endogrupo, e que têm efeitos nas suas atitudes e comportamentos. Destacamos as linhas de investigação sobre as emoções grupais da *culpa*, *vergonha*, *raiva*, e *orgulho*, pelas implicações particulares que detêm para a Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva e aos estudos da presente investigação (ver Estudos 2 e 3, e Conclusão final).

***Culpa e vergonha*.**

A culpa e a vergonha grupais derivam da percepção de que o endogrupo é responsável por um acto injusto e imoral, que se reflecte desfavoravelmente na sua imagem. Em particular, a culpa é preferencialmente activada em situações em que o endogrupo é percebido como responsável pelo desfavorecimento injusto de um outro grupo, e determina tendências comportamentais de reparação ou compensação para com esse grupo (por exemplo, Branscombe & Doosje, 2004; Brown & Cehajic, 2008; Brown, González, Zagefka, Manzi, & Čehajić, 2008; Doosje, Branscombe, Spears, & Manstead, 1998; Harth, Kessler, & Leach, 2008; Iyer, Leach, & Crosby, 2003; Jones, Manstead, & Livingstone, 2009; McGarty et al., 2005; Moscovici & Pérez, 2007; Wohl, Branscombe, & Klar, 2006). Por exemplo, Doosje, Branscombe, Spears, e Manstead (1998, Estudo 2) apresentaram a estudantes Universitários Holandeses descrições sobre a colonização da Indonésia pela Holanda, no século XVII. Este estudo verificou que,

quanto mais os participantes declararam sentir culpa pelo passado colonial do seu País, mais motivação tinham para compensar o povo Indonésio na actualidade.

A vergonha é activada em circunstâncias semelhantes às que activam a culpa, i.e. em que existe uma ameaça à imagem positiva do endogrupo decorrente de actos indesejáveis da responsabilidade de membros do endogrupo (por exemplo, Brown, et al., 2008; Iyer, Schmader, & Lickel, 2007; Johns, et al., 2005; Matheson & Anisman, 2009). Só que, enquanto a culpa está mais relacionada com um acto injusto e imoral específico, que pode ser retractado, a vergonha está mais relacionada com inferências sobre o carácter injusto e imoral do endogrupo. Adicionalmente, alguns estudos demonstram que, enquanto a culpa motiva mais a reconciliação e a reparação dos actos indesejáveis, a vergonha determina mais o distanciamento em relação a eles (por exemplo, Iyer, et al., 2007; Johns, et al., 2005).

Por exemplo, Iyer, Schmader e Lickel (2007) estudaram as emoções grupais da culpa e vergonha de estudantes Norte-Americanos e Britânicos pela Segunda Guerra do Golfo. De acordo com os resultados, a vergonha e a culpa eram determinadas pela percepção sobre a responsabilidade do País dos participantes (endogrupo) pelas condições de vida no Iraque posteriores à Guerra. Em particular, a vergonha grupal foi determinada pela percepção da ameaça que a Guerra no Iraque constituía para o carácter moral do endogrupo. Por sua vez, a vergonha determinou apreensão pelo contributo desfavorável que a guerra tinha para a imagem do endogrupo que, por sua vez, determinou a vontade para que o endogrupo retirasse do Iraque. Por sua vez, a culpa não era determinada pela percepção de ameaça ao carácter do endogrupo e não estava associada à vontade de retirada.

Raiva.

A auto-categorização num endogrupo vitimizado por um exogrupo agressor determina percepções de injustiça em relação à agressão, e de raiva grupal em relação ao exogrupo agressor que, por sua vez, determinam maior vontade para retaliar contra o agressor (por exemplo, Gordijn, Yzerbyt, Wigboldus, & Dumont, 2006; Ray, Mackie, Rydell, & Smith, 2008; Yzerbyt, et al., 2003). Por exemplo, Yzerbyt e colegas (2003) pediram a estudantes da Universidade de Lovaina para reagirem à notícia de que os estudantes da Universidade de Gand iam ser obrigados a ter todas as suas aulas em Língua Inglesa (ambas são Universidades na Bélgica). Esta proposta era considerada

indesejável pelos estudantes. Alguns dos participantes recebiam a informação no enquadramento de um inquérito que visava comparar a perspectiva dos estudantes em geral com a dos professores, e onde os participantes eram solicitados a indicar o seu grau de identificação com os estudantes em geral (saliência da auto-categorização nos estudantes). Outros estudantes recebiam a informação de que o objectivo era comparar a perspectiva dos estudantes da Universidade de Lovaina com os estudantes das outras universidades, e eram solicitados a indicar o seu grau de identificação com os estudantes de Lovaina (saliência da auto-categorização nos estudantes da Universidade de Lovaina).

De acordo com os resultados, os participantes que se categorizavam como estudantes em geral, e que mais se identificaram com esta categoria, ou seja, que se definiram pela pertença grupal que incluía os estudantes da Universidade de Gand, declararam mais raiva com a notícia, do que os participantes que se categorizavam como estudantes da Universidade de Lovaina. Além disso, a raiva declarada pelos participantes determinou a sua motivação para agirem contra os poderes institucionais.

Orgulho.

De modo contrastante com a culpa, a vergonha e a raiva, a atribuição do estatuto elevado do endogrupo, ou de um exogrupo de referência, a qualidades intrínsecas de competência e afabilidade, está na base de emoções de valência positiva, em torno do orgulho, admiração, afeição, e respeito (Cuddy et al., 2009; Cuddy, Glick, & Fiske, 2007; Fiske, Cuddy, Glick, & Xu, 2002; Harth, et al., 2008). Em particular, de acordo com o modelo das emoções de Fiske, Cuddy e colegas (Cuddy, et al., 2009; Cuddy, et al., 2007; Fiske, et al., 2002), aquele compósito de emoções é activado pelos grupos com imagem positiva na sociedade, que se reflectem no auto-conceito dos indivíduos, enquanto membros desses grupos (endogrupo), ou enquanto aspirantes a pertencerem a esses grupos (grupo de referência).

Num dos estudos demonstrativos do modelo das emoções intergrupais, Cuddy, Fiske e Glick (2007, Estudo 1) solicitaram a uma amostra representativa da população Norte-Americana os seus julgamentos sobre 20 grupos (incluindo endogrupos, exogrupos e grupos de referência) em termos de uma série de traços, incluindo a competência, afabilidade, estatuto, e as emoções e comportamentos que despertavam para a população Norte-Americana em geral. De acordo com uma análise de

agrupamentos, os participantes diferenciaram os grupos a partir das dimensões estereotipadas de afabilidade e competência. Deste modo, resultaram quatro agrupamentos, de acordo com a maior ou menor afabilidade, e a maior ou menor competência, dos grupos em questão. Apenas os endogrupos ou grupos de referência (por exemplo, Brancos, Classe Média, e Cristãos) foram caracterizados com elevada afabilidade e elevada competência. Adicionalmente, estes grupos despertaram mais emoções de orgulho e tendências comportamentais de auxílio e cooperação, do que os outros grupos.

Em suma, as teorias das emoções grupais analisam as emoções despertadas pelos traços, atitudes e comportamentos genéricos do endogrupo e exogrupos, bem como as atitudes e tendências comportamentais associadas. Como discutimos nos Estudos 2 e 3 da presente investigação, aplicamos estas teorias para explicar as reacções dos indivíduos a membros particulares do endogrupo, no quadro da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva. Em conformidade com os estudos descritos, antecipamos que as atitudes e comportamentos desejáveis dos membros do endogrupo despertem emoções associadas ao orgulho no endogrupo que, por sua vez, despertam tendências comportamentais de aproximação. De outro modo, antecipamos que as atitudes e comportamentos indesejáveis despertem as emoções de valência negativa, i.e. culpa, vergonha e raiva, conforme os actos indesejáveis sejam respectivamente percebidos como actos injustos que podem ser retractados, actos injustos que atentam contra o carácter moral do endogrupo, ou actos injustos que lesam o endogrupo.

A culpa, vergonha e raiva grupais estarão, por sua vez, respectivamente mais associadas à vontade da reparação das consequências dos actos desviantes, ao ostracismo, e à retaliação contra os alvos desviantes no seio do endogrupo. Deste modo, antecipamos que as emoções grupais em questão podem estar na base da discriminação avaliativa e nas reacções comportamentais mais extremas dirigidas aos membros do endogrupo, conforme o contributo destes para a imagem positiva do endogrupo.

Conclusão.

Para concluir, de acordo com a abordagem da identidade social, que inclui a teoria original da identidade social e a teoria da auto-categorização, os indivíduos podem definir-se e agir, tanto em função de uma identidade pessoal, como de uma

pertença social. “Quem a pessoa é” resulta do processo de auto-categorização num contexto particular. O auto-conceito é, assim, um processo flexível, que varia consoante as várias auto-definições possíveis, pessoais e colectivas, em função da experiência prévia e das características do contexto.

A auto-categorização pessoal, que se manifesta através da auto-atribuição de traços caracteriológicos e diferenças individuais, é um nível de categorização possível, através do qual o indivíduo se percebe como uma entidade idiossincrática no seio de um grupo. Outro nível de auto-categorização, é o da pertença a um grupo, através do qual, os indivíduos interiorizam uma identidade social e procuram alcançar e manter uma imagem positiva do endogrupo, nomeadamente a partir da diferenciação positiva deste em relação a outros grupos (Tajfel, 1982; Tajfel, et al., 1971; Tajfel & Turner, 1979/2001, 1986; Turner, et al., 1987). A este respeito, esta perspectiva contrasta com as abordagens que descrevemos no Capítulo I, em que as explicações da dinâmica de grupos são reduzidas às suas propriedades elementares, como a dimensão e o número de interacções no seio do endogrupo, isoladas do significado psicológico que detêm no contexto social. Ao contrário da abordagem dos pequenos grupos, a abordagem da identidade social não sustenta que a dinâmica de grupos seja a consequência das relações afectivas e funcionais entre os membros dos grupos, mas sim que essas relações afectivas e funcionais decorrem da noção de pertença a um mesmo grupo, ou seja, da consciência que os seus membros têm de que partilham uma identidade comum, que os diferencia dos membros de exogrupos relevantes (ver Hogg & Abrams, 1988). Deste modo, a abordagem da identidade social prevê que a coesão grupal se baseia num sentimento de interdependência subjectiva, ao invés de uma interdependência interpessoal ou funcional (ver Marques & Páez, 2008)

A abordagem da identidade social tem dedicado particular atenção aos diversos fenómenos decorrentes da identificação social, explicando-os através da motivação geral para alcançar e manter uma identidade social positiva. A investigação aqui enquadrada tem demonstrado como, em função das crenças que detêm sobre as características da estrutura social e das relações entre os grupos, os membros dos grupos recorrem, por exemplo, à discriminação positiva do endogrupo e seus membros, a derrogação do exogrupo e seus membros, à expressão de culpa ou vergonha por actividades indesejáveis do endogrupo, associadas respectivamente à vontade de reparação e distanciamento do acto indesejável, à expressão de orgulho por características desejáveis do endogrupo, associada à vontade de aproximação, à

redefinição das dimensões comparativas intergrupais, que permitam substituir uma comparação mais desfavorável por outra mais favorável, ou à transferência, autêntica ou simbólica, desde grupos de baixo estatuto para grupos de estatuto elevado. Todos processos que permitem aos indivíduos alcançar, manter ou reforçar, uma imagem positiva do endogrupo que, por sua vez, permite assegurar a coerência cognitiva sobre a realidade social, reduzir a incerteza subjectiva, e promover o auto-conceito como membros do grupo.

Em particular, a teoria da auto-categorização postula que as dinâmicas da influência no seio do endogrupo, ou influência informacional referente, decorrem da motivação dos membros dos grupos para garantirem a convergência do endogrupo em torno das posições prototípicas do grupo, ou seja, aquelas que simultaneamente garantem o máximo de homogeneidade intragrupal e diferenciação positiva intergrupal (Turner, 1982/2010, 1985/2010). Por consequência, a pertença categorial comum determina expectativas sobre a partilha de crenças e valores entre todos os membros do endogrupo em ordem a valorizar a imagem do grupo, i.e. a emergência das normas (Abrams, et al., 2001; Turner, 2005). De outro modo, a divergência intragrupal activa uma sensação de incerteza subjectiva, derivada da percepção de discordância entre os indivíduos que, porque pertencem a um mesmo grupo, supostamente devem aderir às mesmas normas.

A incerteza subjectiva pode ser colmatada através da adesão ou do reforço das normas do grupo, ou conformismo (Abrams, et al., 2001). O conformismo às normas de um grupo pode materializar-se em atitudes e comportamentos específicos dos indivíduos no seio do grupo, diferentes dos que teriam, se estivessem separados do grupo, por exemplo, nas formas de compensação social (Haslam, 2004; Hogg, 1992), preguiça social (Haslam, 2004; Hogg, 1992), e polarização grupal (Hogg, et al., 1990; Turner, et al., 1987). Além disso, a auto-categorização pode determinar a adesão a estratégias de controlo no seio do endogrupo, de pendor mais socializador ou punitivo, para lidar com os membros do grupo em geral (Turner, 2005).

Em suma, a vertente da influência informacional referente, no quadro da abordagem da identidade social, demonstra como, nas circunstâncias em que se definem em função de uma pertença social, os indivíduos acentuam a homogeneidade do endogrupo e a sua diferenciação em relação a exogrupos relevantes, de modo a salvaguardarem uma representação congruente da realidade social (redução da incerteza subjectiva) e o auto-conceito associado.

De outro modo, a abordagem da identidade social não proporcionou uma análise linear sobre o modo como os membros dos grupos podem, simultaneamente, manter a auto-categorização associada a determinado endogrupo enquanto reconhecem e reagem aos membros do endogrupo cujas atitudes e comportamentos são diferentes ou mesmo antagónicos dos seus estereótipos e normas (ver Marques & Paez, 1994; Marques, Paez, et al., 1998). Ou seja, como podem os membros dos grupos articular dois processos que, à luz da abordagem da identidade social, são contraditórios: salvaguardar a homogeneidade normativa do endogrupo e discriminar os membros desviantes do endogrupo? Se a abordagem da identidade social analisou extensivamente as dinâmicas de grupo em prol da homogeneidade intragrupal e da diferenciação intergrupal, não proporcionou uma explicação para as dinâmicas de diferenciação intragrupal.

A Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS) responde a esta lacuna, integrando os postulados da abordagem da identidade social com as tradições científicas dedicadas à investigação das reacções ao desvio no seio dos grupos, nomeadamente das perspectivas sociológicas inspiradas na teoria seminal de Durkheim sobre o crime e o controlo social nas comunidades (Durkheim, 1893/1984, 1895/1982) e da abordagem dos pequenos grupos às reacções à divergência interna (Festinger, 1950; Levine, 1989; Orcutt, 1973, ver Capítulo I). Em particular, a TDGS postula que, quer os membros dominantes das comunidades, quer os membros normativos dos pequenos grupos, podem reagir desfavoravelmente sobre membros desviantes dos seus respectivos grupos, como meio para assegurar a imagem positiva do endogrupo.

A TDGS explica as dinâmicas de diferenciação intragrupal a partir da motivação dos indivíduos para julgar os membros do endogrupo na medida em que as atitudes e comportamentos destes estão em conformidade com dimensões prescritivas relevantes à superioridade do endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal (Marques, Abrams, Paez, et al., 2001; Marques, Abrams, et al., 1998; Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Marques & Paez, 1994; Marques, Paez, et al., 1998). Neste sentido, a discriminação no seio do endogrupo, seja na forma da derrogação dos membros desviantes, ou também na promoção dos membros normativos, permite aos indivíduos salvaguardar a imagem positiva do endogrupo e, com isso, a validade subjectiva das crenças na identidade social associada. O capítulo seguinte é devotado à descrição da TDGS, que enquadra os trabalhos da presente investigação.

CAPÍTULO III

Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva

Como descrevemos no Capítulo II, de acordo com a abordagem da identidade social, os indivíduos são capazes de alcançar uma identidade social positiva se conseguirem confirmar uma representação favorável do endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal relevante (Tajfel & Turner, 1979/2001). Partindo deste postulado, a Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS) propõe que a validação da representação favorável do endogrupo implica a percepção de que os membros do endogrupo têm atitudes e comportamentos concordantes com normas desejáveis, o que, por sua vez, favorece o endogrupo no quadro da comparação intergrupal (por exemplo, Abrams, De Moura, Hutchison, & Viki, 2005; Abrams, Marques, De Moura, Hutchison, & Bown, 2004; Marques, 2010; Marques, Abrams, Paez, et al., 2001; Marques, Abrams, et al., 1998; Marques & Paez, 2008; Marques, Paez, et al., 1998). Além disso, a TDGS postula que a ocorrência de qualquer informação endogrupal contraditória com a posição superior no quadro de comparação intergrupal e/ou a uniformidade normativa do endogrupo activa a *dinâmica de grupos subjectiva*.

Marques e colegas (Marques, 2010; Marques, Abrams, Paez, et al., 2001; Marques & Paez, 2008) designam por dinâmica de grupos subjectiva os processos psicossociológicos que os membros dos grupos aplicam para garantir ao endogrupo a uniformidade intragrupal normativa e a diferenciação intergrupal positiva (ver Figura 1). Um desses processos é a diferenciação avaliativa dos membros do endogrupo, em termos do seu contributo para a imagem do grupo, nomeadamente, através da derrogação de membros do endogrupo que contrariam normas desejáveis e que, deste modo, contribuem negativamente para a imagem do endogrupo, e da promoção dos membros do endogrupo que confirmam a imagem favorável do endogrupo, i.e. *efeito ovelha negra* (Marques, 2010; Marques & Paez, 1994; Marques, et al., 1988).

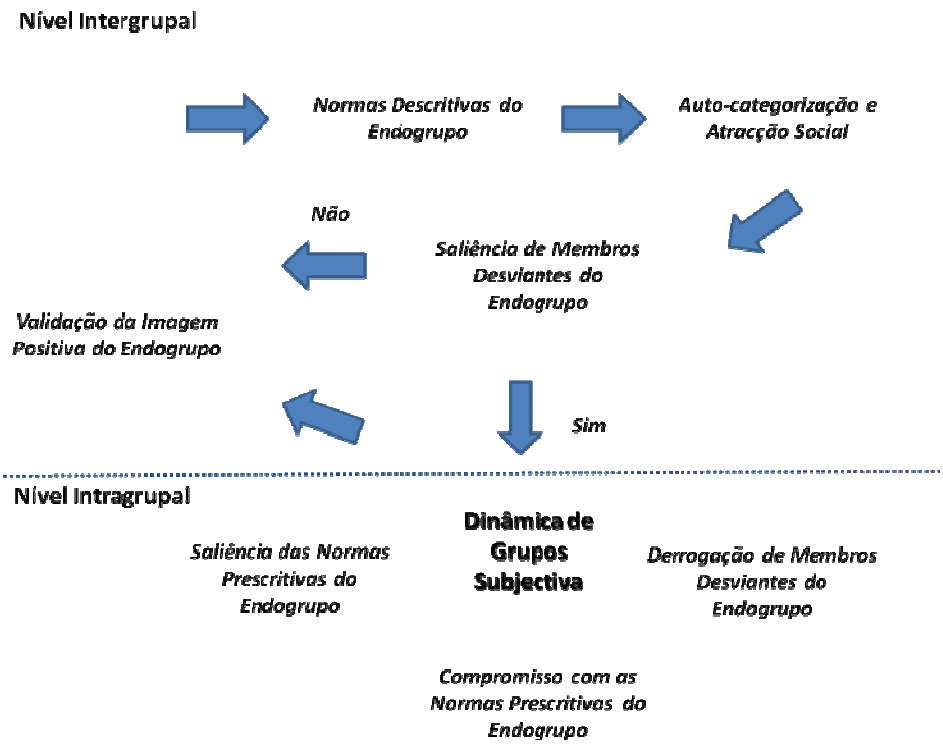


Figura 1. Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva. Adaptação de J. M. Marques, D. Abrams, D. Paez & M. A. Hogg (2001). Social Categorization, social identification, and rejection of deviant group members. In M. A. Hogg & R. S. Tindale, (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Group processes* (pp. 400-424). Oxford, UK: Blackwell. (p. 414).

Iniciamos o presente capítulo, com a análise dos primeiros estudos sobre o efeito ovelha negra, que constituíram a base para o desenvolvimento da TDGS (Marques, 2010; Marques & Paez, 1994; Marques, et al., 1988). O efeito ovelha negra descreve a tendência dos membros dos grupos para depreciarem mais os outros membros do endogrupo com atitudes e comportamentos indesejáveis, e para favorecerem mais os outros membros do endogrupo com atitudes e comportamentos desejáveis, por comparação com membros do exogrupo com atitudes e comportamentos respectivamente semelhantes. Prosseguimos com a explicação da TDGS sobre o efeito ovelha negra, como um processo psicológico exemplificativo das representações subjectivas das dinâmicas sociais em prol da uniformidade normativa e diferenciação intergrupal positiva do endogrupo. Ao longo da descrição dos estudos e das principais descobertas associadas ao efeito ovelha negra, explicitamos os postulados da TDGS, destacando os que nos parecem ser os seus contributos inovadores no domínio da investigação sobre a dinâmica de grupos. Em particular, a análise que proporciona para alguns fenómenos sociais, em termos da articulação entre a motivação dos membros dos grupos para assegurarem a diferenciação inequívoca entre o endogrupo e exogrupo salientes (*focalização descritiva*) e para acentuarem a uniformidade dos membros do

endogrupo em torno de dimensões prescritivas relevantes à superioridade do endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal (*focalização prescritiva*). Entre esses fenómenos, a TDGS tem investigado o favorecimento dos membros normativos do endogrupo e do endogrupo em geral, a depreciação dos membros desviantes do endogrupo, e a adesão a estratégias de controlo social, de pendor mais socializador ou mais punitivo, sobre os membros desviantes do endogrupo.

Adicionalmente, analisamos racionais teóricos que são alternativos ou complementares à explicação da TDGS sobre o efeito ovelha negra. Nomeadamente, que a depreciação dos membros desviantes do endogrupo 1) decorre das emoções geradas pela percepção da violação das expectativas positivas associadas ao endogrupo (Biernat, et al., 1999); 2) decorre de uma sensação de vergonha grupal (Johns, et al., 2005); e 3) é um mecanismo de protecção individual, através do qual os indivíduos se distanciam pessoalmente dos membros desviantes do endogrupo (Eidelman & Biernat, 2003). Ao longo dos estudos da presente tese (Capítulos IV – VI), testaremos estas hipóteses em comparação com a explicação da TDGS sobre o efeito ovelha negra, como um mecanismo de protecção endogrupal, através do qual os membros dos grupos salvaguardam a validade subjectiva das suas crenças numa identidade social positiva (Marques, 2010).

Efeito Ovelha Negra

Evidência empírica inicial.

A evidência empírica sobre o efeito ovelha negra tem vindo a demonstrar que, sob determinadas circunstâncias, os membros dos grupos procuram alcançar ou manter a diferenciação positiva do endogrupo, através de julgamentos mais extremos sobre os outros membros do endogrupo, conforme os contributos destes para a imagem do endogrupo. No primeiro estudo publicado dedicado ao efeito ovelha negra, Marques, Yzerbyt e Leyens (1988, Estudo 1) pediram a estudantes Belgas que julgassem os seguintes grupos: “Estudantes Belgas”, “Estudantes Norte-Africanos”, “Estudantes Belgas Agradáveis”, “Estudantes Norte-Africanos Agradáveis”, “Estudantes Belgas Desagradáveis” e “Estudantes Norte-Africanos Desagradáveis.” Mais especificamente,

pediram aos participantes que avaliassem uma destas categorias em vários traços desejáveis e indesejáveis (por exemplo, simpático, sociável, extrovertido… antipático, violento e xenófobo) em escalas contínuas de sete pontos, desde "1: concordo" até "7: discordo." De acordo com os resultados, os participantes Belgas não avaliaram de forma diferente os "Estudantes Belgas" dos "Estudantes Norte-Africanos." No entanto, avaliaram os "Estudantes Belgas Agradáveis" mais positivamente do que os "Estudantes Norte-Africanos Agradáveis", e mais negativamente os "Estudantes Belgas Desagradáveis" em comparação com os "Estudantes Norte-Africanos Desagradáveis" (ver Figura 2). Este padrão avaliativo constitui o efeito ovelha negra e foi reproduzido numa série de experiências posteriores feitas por Marques e colegas (Marques, 1990; Marques & Paez, 1994; Marques & Yzerbyt, 1988; Marques, et al., 1988).

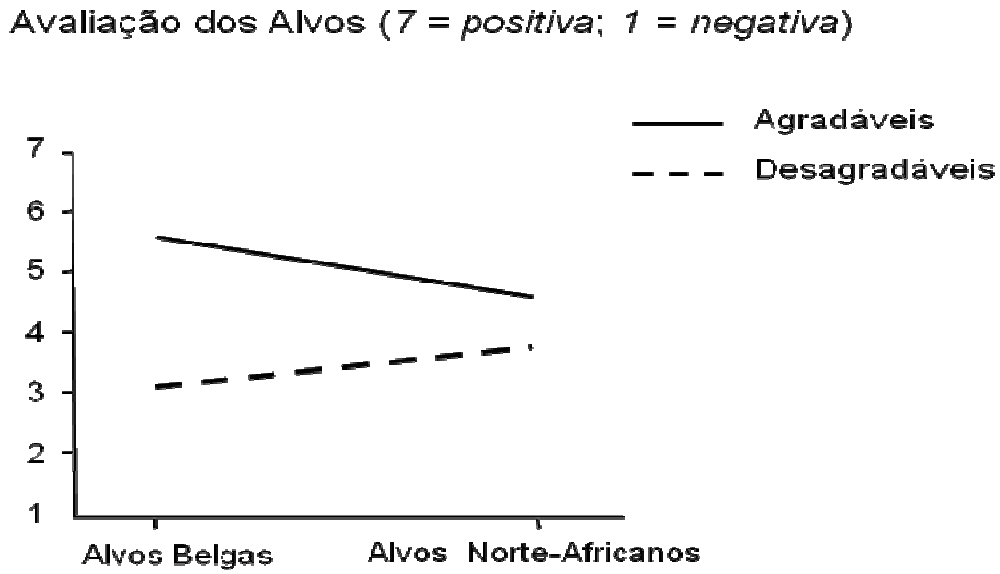


Figura 2. Avaliações de Estudantes Belgas (Endogrupo) e Norte-Africanos (Exogrupo) (Adaptado de Marques, Yzerbyt e Leyens, 1988).

No estudo subsequente sobre o efeito ovelha negra, Marques, Yzerbyt e Leyens (1988, Estudo 2) pediram a estudantes Belgas para julgarem os comportamentos desejáveis ou indesejáveis de estudantes Belgas ou Marroquinos. De acordo com as condições, os participantes julgavam comportamentos que haviam sido pré-testados como somente relevantes para os estudantes Belgas: "estudantes que preferem participar em festas nos clubes universitários, ao invés de ficarem em casa a trabalhar" (desejável) e "estudantes que preferem ficar em casa a trabalhar, ao invés de participarem em festas nos clubes universitários" (indesejável), ou comportamentos que haviam sido pré-testados como simultaneamente relevantes para os estudantes Belgas e Marroquinos:

"estudantes que emprestam sempre os seus apontamentos aos colegas (desejável) e "estudantes que nunca emprestam os seus apontamentos aos colegas" (indesejável).

De acordo com os resultados, os participantes Belgas não avaliaram de forma diferente estudantes Belgas e estudantes Marroquinos cujos comportamentos eram relevantes para os estudantes em geral, fossem desejáveis ou indesejáveis (Marques, et al., 1988, Estudo 2). Contudo, quando os comportamentos eram somente relevantes para os estudantes Belgas, os participantes avaliaram melhor os estudantes Belgas com comportamentos desejáveis, e avaliaram pior os estudantes Belgas com comportamentos indesejáveis, em comparação com os estudantes Marroquinos com, respectivamente, os mesmos comportamentos.

Marques, Yzerbyt e Leyens (1988, Estudo 3) pediram a estudantes Belgas para imaginarem que adeptos de futebol Belgas ou Alemães haviam incorrido num motim violento. Após esta tarefa, pediram aos participantes para avaliarem esses adeptos imaginários. De acordo com os resultados, quer os participantes altamente familiarizados com futebol, quer os participantes menos familiarizados, avaliaram pior os adeptos Belgas em comparação com os adeptos Alemães.

Em outra série de estudos, Marques e Yzerbyt (1988) pediram a estudantes de Direito para escutarem dois discursos gravados e avaliarem as capacidades oratórias de cada um dos discursantes. Num estudo, os participantes ouviam, ou dois bons discursos ou dois maus discursos, um de um estudante de Direito e outro de um estudante de Filosofia (Marques & Yzerbyt, 1988, Estudo 1). Em outro estudo, os participantes ouviam um discurso bom e um discurso mau, ou de dois estudantes de Direito, ou de dois estudantes de Filosofia (Marques & Yzerbyt, 1988, Estudo 2). Nos dois estudos, os participantes avaliaram melhor o bom discursante de Direito (endogrupo) em comparação com o bom discursante de Filosofia (exogrupo), e avaliaram pior o mau discursante de Direito em comparação com o mau discursante de Filosofia.

Num outro estudo, Marques (1990) pediu a cadetes militares para avaliarem a importância de um conjunto de normas do seu código militar. De seguida, pediu aos participantes para imaginarem e avaliarem cadetes, ou da sua escola militar, ou de uma outra escola militar que, ou cumpriam, ou desobedeciam às normas reconhecidas como, ou mais importantes, ou menos importantes. De acordo com os resultados, os participantes avaliaram ligeiramente melhor os estudantes da sua escola que cumpriam ou desobedeciam às normas menos importantes, em comparação com os estudantes da outra escola com, respectivamente, os mesmos comportamentos. De outro modo,

quando as normas em causa eram as mais importantes, os participantes avaliaram melhor um estudante cumpridor da sua escola em comparação com um estudante cumpridor da outra escola e avaliaram pior um estudante desobediente da sua escola em comparação com um estudante desobediente da outra escola.

Deste modo, a investigação inicial sobre o efeito ovelha negra indica que os indivíduos, sob determinadas circunstâncias, reagem de forma mais extrema a membros do endogrupo do que de um exogrupo, em função da valência dos comportamentos destes membros (revista por Marques & Paez, 1994). Por um lado, os indivíduos avaliam mais positivamente membros socialmente desejáveis do endogrupo do que membros semelhantes do exogrupo. Este é um padrão avaliativo que representa directamente o efeito de favorecimento endogrupal previsto pela abordagem da identidade social. Por outro lado, os mesmos indivíduos avaliam mais negativamente membros indesejáveis do endogrupo em comparação com membros semelhantes do exogrupo. Uma vez que este padrão exemplifica uma reacção particularmente hostil dirigida a membros desviantes do endogrupo, é reminiscente dos resultados da abordagem dos pequenos grupos sobre a rejeição de membros com opiniões discrepantes da maioria (ver Capítulo I). Adicionalmente, a investigação sobre o efeito ovelha negra sugere que a avaliação discriminativa sobre membros do endogrupo é activada tanto em contextos intragrupais como intergrupais (Marques & Yzerbyt, 1988) e, particularmente, quando as atitudes e comportamentos em causa são percebidos como relevantes para as normas do endogrupo que garantem a superioridade deste no quadro de uma comparação intergrupal (Marques, 1990; Marques, et al., 1988).

O efeito ovelha negra como favorecimento endogrupal.

A análise inicial sobre o efeito ovelha negra foi delineada no enquadramento da abordagem da identidade social (ver Marques & Paez, 1994; Marques, et al., 1988). A investigação da teoria da identidade social tipicamente demonstra o efeito do favorecimento endogrupal, através do qual os membros dos grupos promovem o endogrupo e seus membros prototípicos em comparação com um exogrupo relevante e os seus membros (por exemplo, Tajfel, 1978; Tajfel, et al., 1971; Tajfel & Turner, 1979/2001, ver Capítulo II). Este processo é interpretado como um mecanismo psicológico que permite aos membros dos grupos manterem uma comparação

intergrupal favorável e, consequentemente, uma identidade social positiva. O efeito ovelha negra implica um padrão semelhante de favorecimento endogrupal, através da melhor avaliação dos membros desejáveis do endogrupo em relação a membros semelhantes do exogrupo. Simultaneamente, o efeito ovelha negra reconhece que o favorecimento endogrupal se pode manifestar em reacções hostis dirigidas a alguns membros do endogrupo, nomeadamente aqueles que desfavorecem a imagem do endogrupo. Neste caso, os membros dos grupos sociais demonstram um enviesamento avaliativo negativo sobre os membros desviantes do endogrupo relativamente a membros de um exogrupo com comportamentos semelhantes. De acordo com Marques, Yzerbyt e Leyens (1988), a depreciação dos membros desviantes do endogrupo é uma "forma sofisticada de favorecimento endogrupal" (p. 5) uma vez que pressupõe o apoio à imagem geral positiva do endogrupo e suas normas.

Marques e colegas desenvolveram a Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS) com base nesta explicação do efeito ovelha negra, como decorrente das representações subjectivas das dinâmicas sociais em prol da uniformidade normativa e da diferenciação intergrupal positiva do endogrupo. De seguida, analisamos os postulados da TDGS.

Focalização Prescritiva e Focalização Descritiva

A Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS) seguiu a investigação inicial, enquadrando o efeito ovelha negra como um processo avaliativo que articula a diferenciação do endogrupo e exogrupo com a diferenciação dos membros normativos e desviantes do endogrupo (ver Marques, Abrams, et al., 1998; Marques & Paez, 1994). A TDGS sugere que os julgamentos avaliativos sobre os membros do endogrupo que são característicos do efeito ovelha negra resultam da articulação da *focalização descritiva intergrupal* e *prescritiva intragrupal* da percepção dos seus comportamentos (Abrams, et al., 2004; Marques, 2010; Marques, Abrams, Paez, et al., 2001; Marques & Paez, 2008).

A TDGS subscreve o postulado de Miller e Prentice (1996), segundo o qual, as *normas* são inferências construídas a partir das observações de determinados eventos num contexto. Mais especificamente, que os indivíduos comparam os atributos dos eventos que observam, com os atributos recuperados das memórias de situações

equivalentes, i.e. o *backward processing* (Kahneman & Miller, 1986). Este processo activa um quadro de referência normativo, constituído pelas expectativas, crenças, ideais, regras e conceitos. Neste quadro de referência, os eventos observados são julgados por comparação com os eventos alternativos *possíveis*.

De acordo com esta perspectiva, as normas descritivas correspondem aos eventos alternativos mais prováveis num contexto específico (Cialdini & Trost, 1998; Miller & Prentice, 1996). As normas descritivas são, assim, critérios contextuais que ajudam os indivíduos a julgar os eventos em termos da probabilidade da sua ocorrência numa situação específica e a ajustar os seus comportamentos em conformidade (Miller & Prentice, 1996). Além disso, os indivíduos têm expectativas associadas à moralidade das atitudes e comportamentos, independentemente da percepção da sua frequência nos grupos (ver Marques, Paez, et al., 1998). Estas expectativas normativas equivalem ao processamento de normas prescritivas, ou normas globais (Miller & Prentice, 1996), normas genéricas ou injuntivas (Cialdini, 1996; Cialdini, Reno, & Kallgren, 1990; Cialdini & Trost, 1998) ou normas morais (Nucci, 1981; Smetana, 1981; Turiel, 1983). Ou seja, os critérios universais do comportamento, independentes do actor, grupo e contexto, que, uma vez activados, levam os indivíduos a prever alguma gratificação pelo seu cumprimento, e sanções pela sua desobediência (ver Cialdini, 1996; Cialdini, et al., 1990; Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Marques, Paez, et al., 1998; Pinto, et al., 2010). De acordo com esta perspectiva geral, a distinção entre o carácter descritivo e prescritivo de determinado evento situa-se na diferença entre a activação de eventos alternativos *prováveis* (“poder ser”) e de eventos alternativos *desejáveis* (“dever ser”) que podem ser mais ou menos congruentes com o evento julgado (Kahneman & Miller, 1986).

No contexto da TDGS, as atitudes e comportamentos dos membros dos grupos são percebidos e julgados conforme o seu carácter descritivo, ou *focalização descritiva*, ao nível intergrupal, no qual a percepção é orientada pela acentuação das semelhanças intragrupais e diferenças intergrupais (Marques & Paez, 2008; Pinto, et al., 2010). Neste contexto cognitivo, os indivíduos assimilam a representação categorial que esteja acessível e seja congruente com o contexto, clarificando a realidade circundante e do seu lugar nela (Tajfel, 1969, 1982; Turner, et al., 1987). Neste sentido, os indivíduos definem categorias sociais contrastantes, concentrando-se simultaneamente nas semelhanças entre os membros da mesma categoria, e nas diferenças entre os membros de categorias diferentes, i.e. o processo de acentuação perceptiva postulado por Tajfel

(1969) ou o princípio do meta-contraste na teoria da auto-categorização (Haslam & Turner, 1992; Oakes, et al., 1994; Turner, et al., 1987, ver Capítulo II). As categorias sociais são estruturadas cognitivamente em torno dos atributos que, num contexto social, traduzem melhor as diferenças intergrupais e as semelhanças intragrupais, i.e. os protótipos dos grupos (Turner, et al., 1987). Simultaneamente, os indivíduos assimilam-se ao protótipo do endogrupo, definindo o seu auto-conceito de acordo com os estereótipos que lhe estão associados.

De acordo com a TDGS, os protótipos dos grupos correspondem às posições contrastantes dos grupos em dimensões que estabelecem as suas *normas descritivas* (Marques, Abrams, Paez, et al., 2001; Marques & Paez, 2008; Pinto, et al., 2010). Os exemplos destas dimensões podem incluir a cor da pele, quando os grupos em causa são étnicos, ou os cânticos característicos de claques de futebol rivais. A posição ocupada por cada membro do grupo numa dimensão descritiva define a sua pertença provável a um dos grupos salientes do contexto em causa (Marques, 2010; Marques, Abrams, Paez, et al., 2001; Pinto, et al., 2010).

Contudo, existem situações em que a atenção dos membros dos grupos está dirigida ao comportamento e características que não são relevantes para diferenciação intergrupal e pertença social, mas antes definem o valor atribuído ao grupo e aos seus membros (Marques, 2010; Marques, Abrams, Paez, et al., 2001). Estas dimensões referem-se às *normas prescritivas*, i.e. princípios morais ou normas genéricas como a "honestidade", "solidariedade", "lealdade" e "competência" (Cialdini, et al., 1990; Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Marques, Paez, et al., 1998; Reno, Cialdini, & Kallgren, 1993). As normas prescritivas não pressupõem a diferenciação intergrupal, mas detêm um impacto sobre a imagem do endogrupo no contexto de uma comparação intergrupal. Por exemplo, saber que algum indivíduo é, de algum modo, moral ou imoral, pode ser inconsequente para reconhecer a sua pertença social. No entanto, a percepção de que um membro do endogrupo é imoral constitui uma ameaça à crença na imagem positiva do endogrupo e, por isso, gera incerteza subjectiva (ver Capítulo II). De acordo com a TDGS, esta incerteza pode ser reduzida através da promoção dos membros normativos do endogrupo ou da depreciação de membros desviantes do endogrupo, que permitem a validação subjectiva da imagem positiva do endogrupo (Marques, Abrams, Paez, et al., 2001; Marques & Paez, 2008; Marques, Paez, et al., 1998).

Evidência Empírica da Dinâmica de Grupos Subjectiva

A dinâmica de grupos subjectiva abrange os processos psicológicos que resultam da motivação dos indivíduos para, simultaneamente, diferenciarem o endogrupo do exogrupo (focalização descritiva) e assegurarem a uniformidade dos membros do endogrupo em torno das normas relevantes à superiorização do endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal (focalização prescritiva) (Marques, Abrams, Paez, et al., 2001; Marques & Paez, 2008). Os julgamentos avaliativos mais extremos sobre os membros do endogrupo em comparação com os dirigidos aos membros do exogrupo, em função da sua adesão ou transgressão de normas prescritivas, que caracterizam o efeito ovelha negra, são exemplificativos da articulação entre a focalização descritiva e prescritiva.

Os resultados de Marques, Abrams, Paez e Martinez-Taboada (1998, Estudo 3) confirmam a operação simultânea da focalização descritiva intergrupal e prescritiva intragrupal nas avaliações dos membros normativos e desviantes do endogrupo. Neste estudo, os autores apresentaram a estudantes, o caso de um homicídio envolvendo seis personagens. Os participantes eram solicitados a classificar estas personagens de acordo com a percepção do seu grau de responsabilidade pelo homicídio. De seguida, escreviam a sua opinião sobre o caso. Era dito aos participantes que esta opinião iria determinar a sua inclusão dentro de um de dois padrões de raciocínio (“padrão X” ou “padrão Y”). Numa segunda sessão, era dito aos participantes qual o padrão a que pertenciam e quais as classificações de responsabilização que tinham escrito anteriormente. Eram-lhes depois apresentadas as classificações de, ou cinco outros participantes do mesmo padrão que eles (endogrupo) ou do outro padrão (exogrupo). Era pedido aos participantes para avaliarem cada um dos cinco alvos. Na condição em que avaliavam membros do endogrupo, quatro desses membros eram apresentados como demonstrando a mesma classificação do participante (membros normativos do endogrupo) e outro demonstrava uma classificação semelhante aos membros do exogrupo (membro desviante do endogrupo). Na condição em que os participantes avaliavam membros do exogrupo, quatro desses membros apresentavam uma classificação semelhante entre eles e diferente do participante (membros normativos do exogrupo) e outro apresentava uma classificação semelhante ao participante (membro desviante do exogrupo). De acordo com as condições, alguns participantes eram

informados de que existia uma relação entre as classificações da responsabilização das personagens e a pertença a cada padrão de raciocínio (saliência da norma prescritiva), enquanto aos outros participantes era salientado que as classificações não eram critério para a pertença nos grupos e que somente as respostas abertas tinham essa função (ausência da norma prescritiva).

Na condição em que era explicitada a norma prescritiva associada à pertença grupal, os participantes favoreceram os quatro membros normativos do endogrupo ou o membro desviante do exogrupo, ou seja, aqueles membros que subscreviam as normas do endogrupo, e depreciaram os outros alvos que se afastavam da norma do endogrupo. Na condição em que não era explicitada a existência da norma prescritiva, os participantes favoreceram todos os membros do endogrupo em relação aos membros do exogrupo, incluindo o membro desviante do endogrupo.

Em outro estudo, Marques e colegas (1998, Estudo 2) observaram igualmente que o processo de diferenciação intragrupal é activado sob condições de saliência das normas prescritivas do endogrupo. O procedimento foi semelhante ao estudo anterior, com a excepção de que todos os participantes conheciam a relação entre as classificações de responsabilização e a pertença ao grupo. De acordo com as condições, era dito aos participantes que as respostas seriam escrutinadas por, ou membros do endogrupo altamente típicos, ou membros do exogrupo altamente típicos. O racional teórico destas condições era que, por um lado, a "verificação pelo endogrupo" salientaria um contexto prescritivo intragrupal, onde os participantes estariam particularmente preocupados com a conformidade para com as normas do endogrupo. Por outro lado, a "verificação pelo exogrupo" salientaria o contexto descritivo intergrupal, onde os participantes estariam particularmente preocupados em diferenciar o endogrupo do exogrupo. De acordo com a hipótese, os participantes avaliaram melhor o endogrupo como um todo em comparação com o exogrupo, e depreciaram mais o membro desviante do endogrupo em relação ao membro desviante do exogrupo, sendo esta última diferença superior na condição de "verificação pelo endogrupo" em relação à condição de "verificação pelo exogrupo".

Em três estudos, Pinto, Marques, Levine e Abrams (2010) demonstraram que os membros do endogrupo são avaliados simultaneamente de acordo com o seu apoio às normas prescritivas do endogrupo e pela sua representatividade descritiva do endogrupo. Por exemplo, Pinto, Marques, Levine e Abrams (2010, Estudo 3) informaram estudantes da Universidade do Porto de que iriam organizar um debate

entre estudantes desta e de outra Universidade. Apresentaram aos participantes um estudante com uma opinião normativa e um estudante com uma opinião desviante, ambos, ou da mesma Universidade que os participantes (endogrupo), ou de outra Universidade (exogrupo). O alvo normativo concordava que os "estudantes da minha idade deviam juntar-se e negociar a melhor maneira de lutar por um sistema educativo melhor", enquanto o alvo desviante concordava que os "estudantes da minha idade não são maduros o suficiente para decidir o que é melhor para eles." Além disso, ambos os alvos eram apresentados como "estando a frequentar a Universidade há seis meses" e sentindo-se "muito motivado por estar na Universidade" (condição do membro noviço), ou como "estando a frequentar aquela Universidade há cerca de cinco anos" e "sentindo-se muito integrado na Universidade" (condição do membro de pleno direito), ou como "estando a frequentar aquela Universidade há cerca de cinco anos", mas "preferindo sair da Universidade" (condição do membro marginal).

De acordo com os postulados do modelo da socialização de grupo de Levine e colegas (Levine, et al., 1998; Moreland & Levine, 1988, ver Capítulo I), os membros de pleno direito são em geral mais representativos do grupo e suas normas, em comparação com os membros noviços e marginais, uma vez que já atravessaram o período de socialização no grupo e, em princípio, interiorizaram as suas normas e estão convenientemente integrados nas suas dinâmicas. Neste sentido, Pinto, Marques, Levine e Abrams (2010) anteciparam que os membros de pleno direito do endogrupo fossem julgados como sendo mais descritivos do endogrupo e, por isso, detendo um maior impacto na validação subjectiva da diferenciação intergrupal positiva do endogrupo.

De acordo com os resultados, os participantes julgaram mais positivamente os membros normativos de pleno direito do endogrupo e depreciaram os membros desviantes de pleno direito do endogrupo, em comparação com os membros do exogrupo, com os membros noviços do endogrupo e os membros marginais do endogrupo, com opiniões respectivamente semelhantes. Estes resultados sugerem que a focalização prescritiva sobre os membros do endogrupo é tanto mais forte, quanto mais estes membros são percebidos como representativos do endogrupo e, por isso, são julgados como detendo mais impacto na diferenciação do endogrupo, sendo por isso mais rejeitados quando se desviam das normas prescritivas, e mais favorecidos, se as cumprirem.

Os estudos descritos demonstram que o efeito ovelha negra constitui uma estratégia que visa a diferenciação intergrupal favorável ao endogrupo. Este postulado é

confirmado pelos resultados que demonstram como, quanto mais os membros do endogrupo e seus comportamentos são considerados relevantes para a diferenciação intergrupal positiva, mais são avaliados com base na sua qualidade prescritiva, ou seja, de acordo com a sua concordância para com as normas e valores que superiorizam o endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal (Marques, Abrams, et al., 1998; Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Pinto, et al., 2010). De outro modo, se os membros do endogrupo e os seus comportamentos forem considerados irrelevantes para a diferenciação intergrupal positiva, mais são avaliados com base na sua qualidade descritiva, o que leva a que sejam genericamente favorecidos em comparação com membros semelhantes do exogrupo. Os membros do exogrupo, desejáveis ou indesejáveis, são alvo de reacções menos extremas, uma vez que geralmente são menos relevantes para a imagem do endogrupo.

Como descrito, a TDGS postula que a focalização prescritiva sobre os membros do endogrupo decorre da percepção de que a homogeneidade normativa e/ou a superioridade intergrupal do endogrupo se encontram em risco, ou sob ameaça, o que gera incerteza sobre a validade da identidade social associada ao endogrupo, i.e. incerteza subjectiva (ver Capítulo II). De modo complementar, se não existe ameaça à imagem positiva do grupo, a TDGS antecipa que a focalização prescritiva será comparativamente reduzida, podendo nem ocorrer de todo, e os indivíduos aplicam antes a focalização descritiva nos seus julgamentos sobre os membros dos grupos. De seguida, descrevemos os resultados de alguns estudos que são consistentes com estas hipóteses.

Ameaça à Validade Subjectiva da Identidade Social

Alguma investigação sugere que o efeito ovelha negra é mais acentuado em situações em que a imagem do endogrupo está inferiorizada (sob ameaça) do que em situações em que a imagem positiva do endogrupo está validada (segura) (Branscombe, et al., 1993; Marques, Abrams, & Serôdio, 2001). A identidade social associada ao endogrupo pode ser colocada em causa através de dois tipos de ameaça: (1) *ameaça à homogeneidade normativa intragrupal* – quando os membros do endogrupo inferiorizam a homogeneidade do endogrupo em torno de normas prescritivas relevantes; e/ou (2) *ameaça à superioridade intergrupal* – quando o endogrupo é

inferiorizado na sequência de uma comparação intergrupal desfavorável. Estes dois tipos de ameaça não são mutuamente exclusivos, uma vez que uma mesma ameaça pode colocar em causa, em simultâneo, a homogeneidade normativa do endogrupo e a sua superioridade face a um exogrupo.

Ameaça à homogeneidade normativa intragrupal.

Marques, Abrams, e Serôdio (2001, Estudo 1) investigaram os efeitos de uma ameaça à homogeneidade normativa intragrupal sobre as avaliações dirigidas a membros normativos e desviantes dos grupos. Neste estudo, os autores apresentaram a estudantes uma sondagem sobre as opiniões dos estudantes relativas às práticas de iniciação académica, vulgo "praxe". Os estudantes que participaram no estudo apoiavam a praxe. De acordo com as condições experimentais, os participantes conheciam as opiniões de uma amostra de estudantes do mesmo curso (endogrupo) ou de outro curso (exogrupo). A distribuição das respostas, ou validava, ou contrariava a norma favorável à praxe. Especificamente, na condição com validação da norma, a maioria da amostra da sondagem era favorável à praxe, enquanto na condição sem validação da norma, a maioria da amostra era desfavorável à praxe.

Os participantes indicavam, dentro de uma escala de concordância sobre a praxe, a opinião com que concordavam mais e a primeira opinião com que claramente discordavam. De seguida, os participantes avaliavam um alvo da amostra que comparticipava a opinião com que os participantes concordavam mais, e outro alvo que escolhia a primeira opinião com que os participantes discordavam (normativo e desviante, respectivamente). De acordo com os resultados, na condição que contrariava a validação da norma, os participantes avaliaram mais desfavoravelmente o membro desviante do endogrupo e mais favoravelmente o membro normativo do endogrupo, do que os membros respectivamente semelhantes do exogrupo. De outro modo, na condição com validação da norma, os participantes não avaliaram de forma diferente os membros do endogrupo em relação aos membros respectivamente semelhantes do exogrupo.

Em outro estudo, Marques, Abrams, e Serôdio (2001, Estudo 2) pediram a estudantes para realizarem duas tarefas supostamente não relacionadas entre si: um alegado inventário de personalidade e uma escala de atitudes em relação aos

homossexuais. Numa condição, os participantes recebiam a informação de que pertenciam a uma de duas tipologias de personalidade e eram solicitados a julgar, ou dois alvos da mesma tipologia, ou dois alvos da outra tipologia (saliência da identidade social). Em outra condição, não era feita qualquer menção sobre tipologias de personalidade e os participantes só sabiam que as suas respostas eram semelhantes ou diferentes das dos outros alvos (sem saliência da identidade social).

Entre os alvos que eram apresentados aos participantes, quatro adoptavam opiniões normativas na escala de atitudes, enquanto um outro alvo adoptava uma opinião desviante. Numa das condições, todos os membros normativos adoptavam a mesma opinião da escala, especificamente, uma opinião que havia sido quase unanimemente comparticipada pelos participantes de um pré-teste. Em outra condição, dois membros normativos adoptavam esta opinião normativa, enquanto dois outros membros normativos adoptavam opiniões vizinhas da escala. De acordo com os resultados, na condição que salientava a identidade de grupo, e em que os alvos normativos do endogrupo adoptavam posições discrepantes entre si, os participantes avaliaram mais desfavoravelmente o membro desviante do endogrupo e mais favoravelmente o membro normativo do endogrupo, em comparação com os membros respectivamente semelhantes do exogrupo. Nas outras condições, os participantes não avaliaram de forma diferente os membros do endogrupo em relação aos membros respectivamente semelhantes do exogrupo.

Em suma, os estudos sugerem que o efeito ovelha negra ocorre nas situações em que a adesão do endogrupo a normas prescritivas relevantes está posta em causa, ou porque é sugerido que vários membros do endogrupo se opõem às normas (Marques, Abrams, & Serôdio, 2001, Estudo 1) , ou que os membros normativos do endogrupo não estão consensualizados em torno da mesma posição normativa (Marques, Abrams, & Serôdio, 2001, Estudo 2). Simultaneamente, os estudos sugerem que, se a posição normativa do endogrupo está validada, os membros dos grupos estão menos motivadas para favorecer membros normativos do endogrupo ou desvalorizar membros desviantes do endogrupo, em comparação com membros respectivamente semelhantes do exogrupo.

Ameaça à superioridade intergrupal.

Branscombe, Wann, Noel, e Coleman (1993) analisaram o impacto de uma ameaça à posição intergrupal do endogrupo no efeito ovelha negra, no enquadramento de um estudo sobre o papel da identificação social nos julgamentos sobre os membros desviantes e normativos dos grupos. Embora este estudo não esteja afiliado à Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva, os seus resultados são directamente relevantes aos seus postulados. Os autores pediram a estudantes para lerem um artigo noticioso sobre um jogo de basquetebol entre a equipa da sua Universidade e de uma Universidade rival. De acordo com as condições experimentais, o autor do artigo, ou era um adepto da equipa do participante (endogrupo) ou da equipa rival (exogrupo) e, ou era leal (normativo), ou desleal à sua equipa (desviante). Mais ainda, a equipa do participante perdia, ou vencia, contra a equipa rival, consistindo respectivamente, nas condições de inferiorização do estatuto do endogrupo e da sua superiorização num quadro de comparação intergrupal.

De acordo com os resultados, os participantes mais identificados com a equipa avaliaram mais positivamente o membro normativo do endogrupo e mais negativamente o membro desviante do endogrupo, em comparação com os membros respectivamente semelhantes do exogrupo, i.e. o efeito ovelha negra. Sendo que esta discriminação avaliativa era mais acentuada na condição de inferiorização do endogrupo (derrota da equipa do participante) do que na da sua superiorização (vitória).

Marques, Abrams, e Serôdio (2001, Estudo 3) também investigaram o impacto da valência da comparação intergrupal nos julgamentos sobre os membros normativos e desviantes dos grupos. Os autores solicitaram aos participantes que respondessem a duas tarefas: um suposto inventário de personalidade e uma escala de atitudes em relação à homossexualidade. Numa sessão subsequente, os participantes eram informados sobre a sua inclusão dentro de uma de duas tipologias de personalidade. Alguns dos participantes eram informados de que a sua tipologia era inequivocamente superior à outra (validação da posição intergrupal superior), enquanto outros participantes eram informados de que não era claro qual das tipologias era superior, e que o propósito do estudo era clarificar esta questão (incerteza sobre a posição intergrupal).

Os participantes recebiam as respostas de cinco membros da mesma tipologia de personalidade que eles (endogrupo), ou da outra tipologia (exogrupo). Quatro destes alvos adoptavam opiniões normativas na escala de atitudes e outro alvo adoptava uma opinião desviante. De acordo com os resultados, na condição de incerteza sobre a posição intergrupal, os participantes julgaram mais favoravelmente o membro

normativo do endogrupo do que o membro normativo do exogrupo e depreciaram mais o membro desviante do endogrupo do que o membro desviante do exogrupo. Na condição em que a posição superior do endogrupo estava validada, os participantes favoreceram os membros do endogrupo relativamente aos membros do exogrupo.

Em suma, os resultados de Branscombe, Wann, Noel, e Coleman (1993) e de Marques, Abrams, e Serôdio (2001, Estudo 3) sugerem que o efeito ovelha negra ocorre mais facilmente em circunstâncias de ameaça à posição intergrupal do endogrupo, respectivamente, por a inferiorizarem, ou por a colocarem sob escrutínio. Simultaneamente, ambos os estudos demonstram que, nas circunstâncias em que os membros dos grupos são assegurados sobre a superioridade do endogrupo, encontram-se menos motivados, ou não se encontram motivados de todo, para realizarem os processos de discriminação intragrupal característicos do efeito ovelha negra[6].

Desvio Pró- e Anti-Normativo

Um postulado fundamental da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS) é de que as reacções hostis dirigidas a membros desviantes do endogrupo resultam da percepção sobre o contributo desfavorável desses membros para a imagem do grupo (Marques, Abrams, Paez, et al., 2001). Ou seja, a hostilização dos alvos desviantes não resulta da percepção sobre a existência de comportamentos atípicos no seio do endogrupo ou da sua magnitude, mas antes do seu significado e, particularmente, das suas implicações no quadro da comparação intergrupal saliente. De acordo com a TDGS, algumas formas de desvio podem, assim, ser toleradas, na medida em que não contrariem normas prescritivas relevantes, no quadro da comparação intergrupal (Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Marques, Paez, et al., 1998). Alguma investigação da TDGS testou esta hipótese, nomeadamente verificando a reacção dos membros dos grupos a dois tipos de desvio: *desvio anti-normativo*, que difere das normas prescritivas numa direcção que fragiliza a imagem do endogrupo; e o *desvio*

[6] Este padrão encontra-se em conformidade com outras linhas de investigação que analisam o agravamento das reacções hostis dirigidas a membros desviantes, quando os grupos se encontram sob condições de ameaça à sua coesão ou normas, especificamente, as análises sociológicas às reacções das comunidades a segmentos desviantes (por exemplo, Ben-Yehuda, 1980; Durkheim, 1893/1984; Erikson, 1966; Inverarity, 1976; Rokeach, Toch, & Rottman, 1960, ver Marques, Paez, et al., 1998) e estudos dos pequenos grupos às reacções a opiniões minoritárias (por exemplo, Lauderdale, 1976; Lauderdale, et al., 1984, ver Marques & Paez, 1994, e Capítulo I).

pró-normativo, que difere das normas prescritivas numa direcção que valida a imagem do endogrupo; respectivamente, porque atenua, ou incrementa uma diferenciação favorável do endogrupo em relação a um exogrupo comparativo (Abrams, Marques, Bown, & Dougill, 2002; Abrams, Marques, Bown, & Henson, 2000; Hichy, et al., 2008).

Enquanto os desviantes anti-normativos são indesejáveis, porque demonstram deslealdade ou outras atitudes imorais e, consequentemente, inferiorizam a imagem do endogrupo, os desviantes pró-normativos são melhor aceites e, até, podem ser considerados desejáveis, por demonstrarem extremo conformismo e lealdade para com o endogrupo e as suas normas. Por exemplo, Abrams, Marques, Bown e Henson (2000, Estudo 1) pediram a participantes do sexo feminino e masculino para avaliarem uma série de alvos do mesmo sexo que elas ou eles. Os alvos eram apresentados como sendo muito semelhantes entre si numa série de traços. No entanto, um dos alvos era mais estereotipadamente masculino, e outro era mais feminino, em relação aos outros alvos. Os dois alvos desviantes tinham a mesma magnitude de diferença em relação aos alvos normativos. De acordo com os resultados, os participantes avaliaram mais positivamente o alvo desviante mais estereotipado com o endogrupo sexo (pró-normativo) em relação ao alvo mais estereotipado com o outro sexo (anti-normativo), mesmo que reconhecessem que ambos os alvos tinham a mesma magnitude de diferença em relação aos alvos normativos.

Num estudo que salientava mais claramente o contexto de comparação intergrupal, Abrams, Marques, Bown e Dougill (2002, Estudo 2) apresentaram a estudantes Ingleses informações sobre as atitudes de dois grupos em relação às políticas de imigração em Inglaterra. Por um lado, os estudantes em geral (endogrupo) que não queriam uma alteração da percentagem de refugiados a quem era permitida entrada no País e, por outro lado, os funcionários alfandegários (exogrupo), que queriam uma redução dessa percentagem em 30%. Os participantes avaliavam seis perfis, ou de outros estudantes, ou de funcionários alfandegários. Quatro desses perfis demonstravam a opinião normativa do seu grupo, um era pró-normativo e outro anti-normativo. De acordo com os resultados, os participantes avaliaram pior o perfil anti-normativo do endogrupo em relação ao perfil anti-normativo do exogrupo, embora estes dois perfis advogassem a mesma opinião, uma redução de 15% para a entrada de refugiados e, deste modo, detivessem diferenças com igual magnitude em relação aos protótipos dos respectivos grupos. Adicionalmente, quanto mais os participantes se identificaram com

o endogrupo, mais avaliaram favoravelmente os membros desviantes que validavam a norma do endogrupo, em relação aos desviantes que a contrariavam, independentemente de serem membros desviantes do endogrupo ou exogrupo.

Outros estudos replicam o mesmo padrão, demonstrando que os membros dos grupos avaliam mais negativamente membros desviantes do endogrupo que se aproximam do protótipo do exogrupo, do que membros desviantes do endogrupo que reforçam a diferença do endogrupo em relação ao protótipo do exogrupo, ou de que membros desviantes do exogrupo que se aproximam do protótipo do endogrupo (por exemplo, Abrams, et al., 2002; Abrams, et al., 2000; Hichy, et al., 2008). Estes estudos confirmam o postulado da TDGS de que as avaliações dirigidas aos membros dos grupos não decorrem da percepção da sua tipicidade no seio dos seus grupos, mas antes da sua contribuição para a validação da imagem positiva do endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal.

Dinâmica de Grupos Subjectiva Desenvolvimental

Um tema de interesse para a Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS) encontra-se na associação entre o desenvolvimento das capacidades cognitivas das pessoas para representarem as dinâmicas de grupo e a focalização prescritiva sobre os membros dos grupos sociais. A este respeito, uma série de estudos de Abrams e colegas (por exemplo, Abrams, Rutland, Cameron, & Ferrell, 2007; Abrams, Rutland, Cameron, & Marques, 2003; Abrams, Rutland, Pelletier, & Ferrell, 2008, 2009; Rutland, Abrams, & Cameron, 2006) estendeu os postulados da TDGS para a linha de investigação cognitivo-desenvolvimental, analisando a evolução dos julgamentos intergrupais e intragrupais de crianças dos 5 aos 12 anos de idade. Esta linha de investigação é designada de Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva Desenvolvimental (TDGSD) e os seus postulados principais são de que a diferenciação descritiva de alvos de grupos diferentes e a diferenciação prescritiva entre alvos normativos e desviantes do mesmo grupo se tornam progressivamente mais articuladas entre os 5 e os 12 anos e que esta articulação, por sua vez, se torna mais integrada com a representação subjectiva das dinâmicas de inclusão e exclusão nos grupos.

No quadro da TDGSD, Abrams, Rutland, Cameron e Marques (2003) pediram a crianças de 6 ou 7 anos e 10 ou 11 anos para avaliarem um membro normativo e um

membro desviante de duas escolas de Verão (uma em que os participantes estavam matriculados e outra vizinha). O membro normativo fazia dois comentários lisonjeiros sobre a sua escola, enquanto o membro desviante fazia um comentário lisonjeiro para cada uma das duas escolas. Além de avaliarem cada uma das escolas e os dois membros, os participantes estimavam a extensão até à qual cada um dos dois membros seria aceite pelas outras crianças da mesma escola.

De acordo com os resultados, independentemente da idade, os participantes avaliaram melhor o endogrupo (a sua escola) do que o exogrupo (a escola vizinha). Por um lado, os participantes de 6/7 anos favoreceram os membros do endogrupo em comparação com os membros do exogrupo e não diferenciaram entre o membro normativo e o membro desviante. Por outro lado, os participantes de 10/11 anos favoreceram o membro normativo do endogrupo em relação ao membro desviante do endogrupo e favoreceram o membro desviante do exogrupo em relação ao membro desviante do endogrupo, i.e. demonstraram focalização prescritiva, por terem baseado as suas avaliações sobre os membros dos grupos no contributo destes para a posição do endogrupo no quadro de comparação intergrupal. Além disso, a preferência pelos membros que apoiavam a representação superior do endogrupo estava positivamente relacionada com o favorecimento global da escola, particularmente entre os participantes mais velhos. Finalmente, a relação entre o favorecimento genérico do endogrupo (avaliação mais favorável da sua escola em comparação com a escola vizinha) e a discriminação avaliativa favorável aos alvos que apoiavam o endogrupo era mediada pela *percepção da inclusão diferencial*, i.e. a extensão até à qual os participantes acreditavam que o alvo normativo era melhor aceite pelos outros alunos da escola do alvo em comparação com o alvo desviante.

Assim, este estudo demonstrou que a relação entre a diferenciação descritiva intergrupal (favorecimento genérico do endogrupo) e a diferenciação prescritiva dos membros dos grupos (preferência por alvos que validam a imagem do endogrupo) aumenta entre os 6 e os 11 anos; e que essa relação é mediada pela evolução da capacidade das crianças para reconhecerem que os membros dos grupos são melhor ou pior aceites pelos outros membros dos seus grupos, de acordo com o seu maior ou menor apoio à imagem positiva do grupo. Em particular, a medida de inclusão diferencial exemplifica a capacidade das crianças para representarem as dinâmicas de inclusão e exclusão nos grupos como determinadas pela validação subjectiva da imagem do grupo.

Este estudo e outra investigação enquadrada na TDGSD (Abrams, Rutland, & Cameron, 2003; Abrams, et al., 2007; Abrams, et al., 2008) têm demonstrado uma relação consistente entre a percepção da inclusão diferencial e a avaliação diferencial prescritiva por volta dos 7 anos de idade. Adicionalmente, demonstram como esta relação é mais forte nas crianças que estão mais vinculadas ao endogrupo, por exemplo, que avaliam melhor o endogrupo do que o exogrupo, fazem alocações mais generosas para o endogrupo, ou identificam-se mais com o endogrupo. Estes resultados confirmam os postulados da TDGS que a avaliação social se encontra associada à motivação para a validação da imagem positiva do endogrupo, e que ambos os processos são baseados na capacidade de representação das reacções de inclusão e exclusão social em conformidade com o contributo dos alvos para a imagem positiva do endogrupo. Além disso, alguns dos estudos da TDGSD confirmam que estes processos acompanham a evolução das capacidades cognitivas das crianças para a *classificação múltipla*, que permitem julgamentos segundo várias dimensões de avaliação, a *tomada de perspectiva social*, a capacidade para compreenderem a perspectiva das outras pessoas, e à própria multiplicidade de experiências reais em grupos sociais (Abrams, et al., 2008, 2009). Em suma, os resultados desta linha de estudos demonstram que, à medida que as crianças, dos 5 aos 12 anos, desenvolvem as suas capacidades cognitivas, e passam por mais experiências sociais, vão construindo representações subjectivas mais evoluídas das dinâmicas de inclusão e exclusão sociais que, por sua vez, estão na base das avaliações diferenciais sobre os membros dos grupos, em conformidade com uma focalização prescritiva.

Estratégias de Controlo Social

Alguma investigação enquadrada na Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS) demonstra que a avaliação negativa de membros desviantes do endogrupo está associada à motivação para exercer controlo social sobre eles, processos por sua vez, motivados pela preocupação com a defesa da identidade social. Mais especificamente, esta investigação demonstra que a avaliação mais desfavorável de membros desviantes do endogrupo está associada à maior motivação para exercer influência sobre estes membros (Marques, Abrams, & Serôdio, 2001, Estudos 2 e 3) e com maior apoio a estratégias punitivas para lidar com membros desviantes de pleno direito do endogrupo

ou estratégias persuasivas sobre membros desviantes noviços do endogrupo (Pinto, et al., 2010, Estudo 3).

Como descrevemos anteriormente, Pinto, Marques, Levine, e Abrams (2010, Estudo 3) solicitaram a estudantes da Universidade do Porto que avaliassem um alvo normativo e um alvo desviante, ambos da mesma Universidade que os participantes, ou da outra Universidade, e ambos, ou sendo recém-chegados (membros noviços), ou estando bem integrados na Universidade (membros de pleno direito), ou como estando em vias de sair (membros marginais). Em particular, o alvo desviante era um estudante que concordava que os "estudantes da minha Universidade não são maduros o suficiente para decidir o que é melhor para eles."

Além das medidas de avaliação, os participantes eram solicitados a indicar a extensão do seu apoio por seis estratégias de controlo social para lidar com o alvo desviante, três delas incluindo uma *reacção socializadora*: "Discutir o assunto com o estudante através de argumentos racionais", "Explicar as vantagens e desvantagens de adoptar a opinião geral", e "Tentar convencer o estudante a mudar a sua opinião." As outras estratégias incluíam uma *reacção punitiva*: "Avisar o estudante sobre as consequências negativas que vai sofrer por manter esta opinião", "Atribuir ao estudante tarefas desprestigiantes" e "Forçar o estudante a apoiar a opinião do grupo."

De acordo com os resultados, a preferência dos participantes por estas estratégias de controlo social estava associada a julgamentos avaliativos sobre os alvos desviantes, em função do estatuto destes no seio do endogrupo. Quanto mais os participantes avaliaram desfavoravelmente o membro desviante de pleno direito, mais concordaram com as estratégias punitivas sobre ele. De outro modo, quanto mais avaliaram desfavoravelmente o membro desviante noviço, mais concordaram com as estratégias socializadoras.

Por sua vez, van Prooijen e Lam (2007, Estudo 1) estudaram o efeito da posição do endogrupo num contexto de comparação intergrupal sobre as estratégias punitivas dirigidas aos membros desviantes do endogrupo e exogrupo. Para esse efeito, solicitaram a estudantes da Universidade Livre de Amesterdão para participarem num processo a fim de eleger a melhor Universidade da Holanda. Numa das condições experimentais, os participantes liam que a Universidade Livre (endogrupo) se encontrava entre as melhores da Holanda e era comprovadamente superior à Universidade de Leiden (exogrupo). Outros participantes recebiam a informação de que o exogrupo era superior ao endogrupo. Os participantes liam, subsequentemente, a

descrição de uma discussão entre dois estudantes, terminando com um deles a atacar o outro de forma violenta. De acordo com as condições, este episódio era protagonizado, ou por dois membros do endogrupo, ou por dois membros do exogrupo.

De acordo com os resultados, na condição em que o estatuto do endogrupo era superior ao exogrupo, os participantes foram mais favoráveis à punição sobre o agressor do endogrupo, do que em relação ao agressor do exogrupo. Quando o estatuto do endogrupo era inferior ao exogrupo, não se verificaram diferenças entre o apoio às estratégias punitivas sobre o agressor do endogrupo e do exogrupo. Um outro estudo, em que o alvo desviante era um ladrão de carteiras e a pertença social das suas vítimas era indefinida, replicou o mesmo padrão de resultados (van Prooijen & Lam, 2007, Estudo 2). Em suma, os resultados sugerem que os membros dos grupos cuja imagem está comparativamente favorecida em relação a um exogrupo estão mais motivados para punir membros desviantes do endogrupo do que do exogrupo.

Os resultados dos estudos de van Prooijen e Lam (2007) parecem contraditórios com os de Branscombe, Wann, Noel, e Coleman (1993) e Marques, Abrams, e Serôdio (2001), na medida em que nestes casos, os membros de grupos com estatuto intergrupal inferior avaliaram mais desfavoravelmente membros desviantes do endogrupo do que membros desviantes do exogrupo. Em contraste, nos estudos de van Prooijen e Lam (2007), foi na condição de superiorização do endogrupo que os membros dos grupos derrogaram mais (através de reacções punitivas) membros desviantes do endogrupo em relação a membros desviantes do exogrupo.

De forma a resolver esta contradição, alertamos para que os membros dos grupos podem não privilegiar as estratégias punitivas para lidar com membros desviantes do endogrupo. Por exemplo, podem recorrer a estratégias socializadoras, caso o desvio endogrupal esteja enquadrado sob circunstâncias atenuantes, como por exemplo a inexperiência e o desconhecimento de um membro noviço sobre as normas do seu grupo (Darley & Pittman, 2003; Gromet & Darley, 2009; Levine & Moreland, 1994; Moreland & Levine, 1982, Turner, 2005, ver Capítulos I e II). No caso dos estudos de van Prooijen e Lam (2007), é possível que os participantes tivessem aderido à prescrição de estratégias socializadoras, se tivessem tido essa opção, em particular, se percebessem os membros desviantes do endogrupo como permeáveis a essa estratégia de influência. Nos estudos da presente investigação, analisamos, de forma exploratória, como os membros dos grupos podem aderir, quer a estratégias punitivas, quer a estratégias socializadoras, como meio de garantirem a validação da imagem positiva do endogrupo.

Atribuições de Causalidade: Uma Abordagem da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva

As *atribuições de causalidade* dizem respeito aos modos como os indivíduos explicam os seus comportamentos ou os comportamentos dos outros ou a ocorrência de determinados eventos sobre eles próprios ou sobre os outros (por exemplo, Deschamps, 1997; Kelley, 1973; Kelley & Michela, 1980). Desde a teoria seminal de Heider (1944; 1958), os estudos sobre as atribuições de causalidade têm demonstrado que as pessoas tendem a compreender os comportamentos ou os eventos, como resultantes de duas tipologias de factores, nomeadamente, factores intrínsecos ao actor envolvido, ou ao seu contexto (este último, incluindo a acção de outros indivíduos). O primeiro processo diz respeito à realização de *atribuições de causalidade interna*, enquanto o segundo corresponde às *atribuições de causalidade externa*.

Nesta secção, perspectivamos a dinâmica de grupos subjectiva como decorrente das atribuições das atitudes e comportamentos dos membros dos grupos a causas *internas* (Mendoza, et al., 2005; van Prooijen, 2006, 2009). Ou seja, que a focalização prescritiva sobre os membros do endogrupo ocorre se as atitudes e comportamentos destes forem imputados a factores da esfera da sua responsabilidade pessoal.

Atribuições de causalidade interna e externa.

Definição.

Heider (1958) descreve a atribuição como o processo através do qual os indivíduos definem o significado e justificam a origem dos eventos. De acordo com a sua teoria, os indivíduos raciocinam sobre a causalidade dos eventos, enquanto cientistas espontâneos ou intuitivos, ou seja, analisam e produzem inferências a partir das suas percepções sobre determinados indícios da realidade, a fim de conhecerem as razões pelas quais os eventos ocorrem. Neste sentido, os indivíduos aplicam determinados critérios de julgamento a fim de explicarem os comportamentos ou os eventos, nomeadamente, em função da contribuição relativa de causas internas e causas

externas. As causas internas incluem características dos actores envolvidos, como as suas capacidades, traços de personalidade, carácter, esforço, atitudes e motivação. As causas externas dizem respeito às características do contexto dos actores, como as propriedades de uma tarefa, a influência de outras pessoas, ou a sorte e o Destino.

A investigação sobre as atribuições de causalidade foi particularmente prolífera nos anos 1970 e 1980 (ver Deschamps, 1997; Kelley & Michela, 1980; Marques & Sousa, 1982). A revisão a esta literatura está fora do âmbito da nossa tese, no entanto é conveniente relatar algumas das críticas que tem merecido, nomeadamente para a validade da categorização das atribuições de causalidade nas dimensões internas e externas (por exemplo, Buss, 1978; Kruglanski, 1975; Ross, 1977).

Críticas.

Ross (1977) alerta para a dificuldade em distinguir, em certas situações, entre as atribuições de causalidade interna ou externa. De acordo com o seu exemplo (p. 176), a declaração "Jack comprou a casa porque estava isolada", é codificada como uma atribuição externa, enquanto "Jill comprou a casa porque desejava privacidade" é codificada como uma atribuição interna. Mas ambos os raciocínios parecem incluir, simultaneamente, elementos de causalidade interna e externa. No primeiro caso, a atribuição externa é explícita, mas parece implicar adicionalmente as motivações do actor. No segundo caso, a atribuição interna é explícita, mas as características do contexto também parecem ser determinantes para a explicação do comportamento.

Ross (1977) conclui por uma definição precisa da dicotomia das causas internas e externas. As explicações externas devem dizer respeito a relações do tipo estímulo – resposta, que não impliquem causas disposicionais, para além daquelas tipicamente encontradas em todas as acções dos seres humanos. Por sua vez, as explicações internas devem referir-se a variáveis relativas à personalidade ou às motivações do actor, que sejam atípicas e distintivas em relação às características dos indivíduos em geral.

Para além da clarificação da dicotomia conceptual entre causas internas e externas, outros autores propõem outras categorizações. Neste sentido, Kruglanski (1975) distingue entre as causas *endógenas* e *exógenas*. As causas endógenas dizem respeito aos comportamentos que desempenham um objectivo por si próprios, por exemplo, andar de bicicleta para fazer exercício físico. Enquanto as causas exógenas

correspondem aos comportamentos como meios para desempenhar objectivos ulteriores, por exemplo, andar de bicicleta para chegar à escola.

No mesmo sentido, Buss (1978) distingue entre *causas* e *razões*, com as primeiras a corresponderem a explicações físicas e as segundas, aos objectivos, motivos e intenções. Por exemplo, o acto de pedalar é uma *causa* para o acto de andar de bicicleta, enquanto a motivação para fazer exercício é uma *razão* para esse comportamento. De acordo com a teoria de Buss (1978), as causas são diferenciadas em internas e externas, e as razões podem ser endógenas ou exógenas.

De acordo com Kruglanski (1975) e Buss (1978) todos os comportamentos dos seres humanos são intencionais, logo são sempre determinados, pelo menos em parte, por causas internas. Apenas as consequências dos comportamentos podem ser atribuídas unicamente a causas externas. Os primeiros são definidos como *acções*, enquanto as segundas são *ocorrências*. Por exemplo, andar de bicicleta para chegar à escola é uma acção, enquanto chegar à hora prevista, é uma ocorrência. Neste sentido, os postulados de Kruglanski (1975) e Buss (1978), tal como os de Ross (1977), não sugerem a remoção em absoluto da dicotomia atribuições internas versus externas.

Em suma, a dicotomia conceptual das causas internas e externas é aparentemente um meio válido para compreender um critério através do qual os indivíduos explicam os comportamentos ou os acontecimentos, que os envolvem ou aos outros indivíduos. As atribuições internas dizem respeito às explicações dos comportamentos volitivos, com base nos traços, objectivos, intenções e motivações dos seus actores. As atribuições externas correspondem a explicações extrínsecas aos actores e que, em algumas perspectivas teóricas, só podem dar conta das ocorrências sobre eles (por exemplo, Buss, 1978; Kruglanski, 1975; Ross, 1977). De seguida, descrevemos alguma da investigação pertinente para a articulação entre estes processos, a pertença grupal dos alvos a que se dirigem, e as motivações identitárias associadas.

Atribuições de causalidade e grupos sociais.

Erro derradeiro de atribuição.

Até aos anos 1970, a investigação sobre as atribuições de causalidade focalizou-se nos raciocínios explicativos sobre as acções dos indivíduos ou os eventos que

ocorrem sobre os indivíduos, sem ter em conta a sua pertença grupal (ver Deschamps, 1997; Hewstone, 1988; Hewstone & Jaspars, 1984). Estes estudos deixaram de fora o contexto social dos indivíduos que julgam e dos alvos sob julgamento e, especificamente, como os estereótipos associadas aos grupos em questão, e as relações que os grupos detêm entre si, podem influenciar os julgamentos causais.

No entanto, a partir dos anos 1970, e durante os anos 1980, uma série de estudos analisou os julgamentos de causalidade associados à pertença grupal e às motivações identitárias decorrentes (ver Deschamps, 1997; Hewstone, 1988, 1990; Hewstone & Jaspars, 1984). Estes estudos, enquadrados na abordagem da identidade social, concentraram-se na tendência dos indivíduos para realizarem atribuições aos comportamentos dos membros do endogrupo e do exogrupo que reflectem positivamente sobre a imagem do endogrupo. Em particular, uma série de estudos revelou que os membros dos grupos atribuem mais causas internas aos comportamentos desejáveis dos membros do endogrupo do que aos comportamentos desejáveis dos membros do exogrupo, e atribuem mais causas externas aos comportamentos indesejáveis do endogrupo, que do exogrupo, isto é, o *erro derradeiro de atribuição* (ver Hewstone, 1990; Pettigrew, 1979/2001).

Taylor e Jaggi (1974) realizaram o primeiro estudo que demonstrou o padrão característico do erro derradeiro de atribuição. Os autores solicitaram aos participantes Hindus, a viverem no Sul da Índia, para reflectirem sobre alguns episódios hipotéticos. Cada um destes episódios envolvia uma interacção entre o participante e um outro Hindu (endogrupo) ou um Muçulmano (exogrupo rival), em que este último, ou se comportava de modo desejável (por exemplo, fornecia abrigo ao participante durante uma chuvada), ou indesejável (recusava dar abrigo). Os participantes deviam explicar cada um destes comportamentos, seleccionando uma de quatro opções, que incluíam uma causa interna e três causas externas. De acordo com os resultados, os participantes realizaram mais atribuições internas aos comportamentos desejáveis dos membros do endogrupo e mais atribuições externas aos comportamentos indesejáveis dos membros do endogrupo, em relação aos mesmos comportamentos por parte de membros do exogrupo.

Vários autores interpretam o padrão de julgamentos característicos do erro derradeiro de atribuição a partir dos postulados da abordagem da identidade social (por exemplo, Deschamps, 1997; Hewstone, Jaspars, & Lalljee, 1982; Pettigrew, 1979/2001). A atribuição dos comportamentos desejáveis dos membros do endogrupo a

causas internas, pessoais e intencionais, estrutura uma representação positiva do endogrupo. Simultaneamente, a explicação dos comportamentos indesejáveis dos membros do endogrupo a partir de factores externos ao seu controlo e responsabilidade, permite a desculpabilização ou relativização de informação contraditória com a imagem positiva do endogrupo. O raciocínio inverso em relação aos comportamentos de membros do exogrupo, com a atribuição dos seus comportamentos indesejáveis a causas internas, e a atribuição dos seus comportamentos desejáveis a causas externas, implica uma representação preconceituosa e estigmatizante do exogrupo. Deste modo, os padrões de atribuições característicos do erro derradeiro de atribuição podem promover o auto-conceito positivo associado ao endogrupo.

Adicionalmente, alguns estudos sugerem que os membros dos grupos com estatuto superior estão particularmente disponíveis para realizar o erro derradeiro de atribuição (por exemplo, Deaux & Emswiller, 1974; Hewstone, Wagner, & Machleit, 1989; Hewstone & Ward, 1985; Rosenberg & Wolfsfeld, 1977). De outro modo, os membros dos grupos com estatuto inferior não parecem incorrer no mesmo padrão de favorecimento endogrupal e, sob algumas circunstâncias, privilegiam até a representação superior do exogrupo dominante. Alguns autores explicam esta diferenciação como uma reprodução dos estereótipos e expectativas dos respectivos grupos (por exemplo, Feather & Simon, 1975; Hewstone, Bond, & Wan, 1983; Iatridis & Fousiani, 2009; Whitehead, Smith, & Eichhorn, 1982; Yarkin, Town, & Wallston, 1982). Ou seja, os membros dos grupos atribuem a causas internas, os comportamentos e os resultados dos membros dos grupos que são consistentes com o estatuto do respectivo grupo, e atribuem os comportamentos e resultados que são inconsistentes a causas externas, independentemente do grupo em questão ser o endogrupo ou exogrupo.

Por exemplo, Whitehead, Smith, e Eichhorn (1982) confirmaram que os julgamentos sobre a causalidade dos eventos que ocorrem sobre membros dos grupos podem ser determinados pelos estereótipos presentes no quadro de comparação intergrupal. No seu estudo, apresentaram a estudantes Negros e Brancos, situações de sucesso e fracasso de outros estudantes em tarefas académicas, em que os Brancos eram estereotipadamente superiores aos Negros; e tarefas atléticas, em que os Negros eram estereotipadamente superiores. De acordo com os resultados, os estudantes Brancos atribuíram mais à falta de capacidade, o fracasso académico de um estudante Negro, do que o fracasso académico de um estudante Branco, ou seja, em conformidade com os estereótipos e com o erro derradeiro de atribuição. Por sua vez, os estudantes Negros

também atribuíram mais à falta de capacidade, o fracasso académico de um estudante Negro, do que o fracasso académico de um estudante Branco, em conformidade com os estereótipos e favorecendo o exogrupo. Mas os estudantes Negros também atribuíram mais à falta de capacidade, o fracasso de um estudante Branco numa tarefa atlética, do que o fracasso de um estudante Negro numa tarefa atlética, ou seja, em conformidade com os estereótipos e com o erro derradeiro de atribuição.

Adicionalmente, os participantes Brancos favoreceram o endogrupo na tarefa atlética, atribuindo mais à falta de capacidade, o fracasso de um estudante Negro, do que o fracasso de um estudante Branco, deste modo demonstrando o erro derradeiro de atribuição, mas contrariando os estereótipos. Em suma, a componente de reprodução dos estereótipos grupais não explicou todos os julgamentos de causalidade sobre os membros dos grupos, mas influenciou alguns deles, contrariando deste modo os padrões do erro derradeiro de atribuição.

A investigação sobre as atribuições de causalidade sobre os comportamentos e as ocorrências sobre os membros de grupos permite, assim, clarificar sobre a importância da pertença grupal e das relações entre os grupos, para aqueles julgamentos, independentemente das características individuais e das relações interpessoais. Em determinadas circunstâncias, os julgamentos de causalidade parecem reflectir as posições dos grupos em dimensões comparativas específicas. Ou seja, não revelam um viés universal para o favorecimento do endogrupo, mas privilegiam os estereótipos vigentes e o estatuto dos grupos na hierarquia social. Neste sentido, os membros dos grupos com posição superior numa dimensão comparativa intergrupal parecem justificar a sua superioridade através da maior atribuição a causas internas dos comportamentos e resultados desejáveis dos membros do endogrupo, e maior atribuição a causas externas dos comportamentos e resultados indesejáveis do endogrupo, em comparação com os mesmos comportamentos e resultados por parte do exogrupo. Este viés de favorecimento endogrupal, ou erro derradeiro de atribuição, não é frequentemente demonstrado por membros de grupos subordinados ou com posição inferior no quadro de comparação intergrupal que, em certas circunstâncias, até privilegiam o favorecimento do exogrupo nas atribuições de causalidade. Estes padrões alertam para a importância de enquadrar o processo cognitivo de atribuição de causalidade, e suas motivações identitárias, no contexto social saliente, em particular nas relações entre os grupos e os estereótipos associados. Se as atribuições de causalidade podem constituir um meio dos membros dos grupos salvaguardarem uma identidade social positiva, elas

devem ser coerentes com o estatuto, as expectativas e os estereótipos associados ao contexto intergrupal, de resto um princípio geral da abordagem da identidade social (Tajfel & Turner, 1979/2001, ver Capítulo II).

Na secção seguinte, revemos alguma investigação sobre o modo como as atribuições de causalidade e as motivações identitárias associadas à pertença grupal podem determinar julgamentos avaliativos diferenciados dos membros normativos e desviantes do endogrupo, em conformidade com os postulados da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva.

Atribuições de causalidade e efeito ovelha negra.

Van Prooijen (2006, 2009) propõe o *modelo da categorização social da punição*, a fim de compreender algumas condições que determinam os julgamentos punitivos sobre os membros desviantes dos grupos, em particular os criminosos. De acordo com o modelo, um factor que determina a maior adesão a estratégias punitivas sobre membros criminosos do endogrupo, do que do exogrupo, é a atribuição da responsabilidade aos alvos pelos comportamentos criminosos em questão. Van Prooijen (2006, 2009) interpreta este resultado como sendo exemplificativo do efeito ovelha negra. De outro modo, na situação em que a responsabilidade dos alvos pelos comportamentos criminosos é ambígua ou incerta, os indivíduos tenderão a ser mais indulgentes em relação aos alvos do endogrupo, do que do exogrupo.

Van Prooijen (2006) conduziu quatro estudos que confirmam que, na situação em que os indivíduos estão absolutamente certos sobre a responsabilidade de um alvo por um comportamento criminoso, manifestam mais raiva e hostilidade (Estudos 1 e 2) e vontade em punir o alvo (Estudos 3 e 4), caso este seja um membro do endogrupo, do que se for um membro do exogrupo. De outro modo, se a culpabilidade é incerta e, deste modo, o alvo em questão é somente suspeito do crime, os membros dos grupos demonstram menos raiva, hostilidade e vontade de punir o alvo do endogrupo, do que o alvo do exogrupo.

Por exemplo, van Prooijen (2006, Estudo 4) apresentou a estudantes da Universidade Livre de Amesterdão a descrição de um estudante da mesma Universidade (endogrupo) ou da Universidade de Leiden (exogrupo) que estava acusado de roubar bicicletas no parque de estacionamento do edifício da Universidade de Amesterdão. Alguns dos participantes receberam a informação de que o vídeo de segurança mostrava

claramente o acusado a executar o roubo (responsabilidade certa). Outros participantes receberam a informação de que o vídeo de segurança não identificava claramente o acusado (responsabilidade incerta). De acordo com os resultados, na condição da responsabilidade certa, os participantes consideraram que a punição sobre o acusado do endogrupo era mais justa, do que sobre o acusado do exogrupo. De outro modo, na condição de responsabilidade incerta, os participantes consideraram a punição sobre o acusado do endogrupo como menos justa do que sobre o acusado do exogrupo.

Os estudos de van Prooijen (2006, 2009) demonstram, assim, que as reacções punitivas mais extremas aos membros do endogrupo são determinadas, em parte, pela responsabilização destes por comportamentos criminosos. No entanto, porque o interesse de van Prooijen (2006, 2009) se situa na comparação entre reacções a membros dos grupos que inequivocamente cometeram os comportamentos criminosos e sobre membros dos grupos que poderão tê-los cometido ou não, não analisa o papel da atribuição de causas internas versus externas às atitudes e comportamentos propriamente ditos.

Adicionalmente, convém sublinhar que os julgamentos punitivos que van Prooijen (2006, 2009) destaca não constituem em si o efeito ovelha negra. Como descrevemos anteriormente, este efeito diz respeito à diferenciação avaliativa de membros normativos e desviantes do endogrupo, em relação a membros do exogrupo respectivamente semelhantes, em conformidade com o seu contributo para a imagem positiva do endogrupo. A adesão a estratégias punitivas dirigida a membros desviantes do endogrupo não constitui efeito ovelha negra embora, tal como este, seja um processo exemplificativo da dinâmica de grupos subjectiva (Pinto, et al., 2010).

Por sua vez, Mendoza, Paez, Marques, Techio, e Espinosa (2005, Estudo 1) associam directamente as atribuições de causalidade interna aos julgamentos avaliativos característicos do efeito ovelha negra. Os autores solicitaram a participantes de cinco Países (México, Argentina, Portugal, Brasil e Chile) e duas regiões autónomas de Espanha (Granada e País Basco) que julgassem quatro descrições de comportamentos. Estas descrições incluíam um conterrâneo (membro do endogrupo), ou um estrangeiro a residir no País ou região autónoma do participante (exogrupo) que prestava auxílio a um conterrâneo do participante retido numa estrada (comportamento desejável) ou não lhe prestava auxílio (indesejável). Entre outras medidas, os participantes avaliavam cada um dos comportamentos dos alvos, atribuíam-lhe causas internas (concordância com o item: “A pessoa é responsável pela sua conduta”), causas externas (“O seu comportamento é

explicado pelas circunstâncias e contexto.") e do impacto que o alvo detinha para a imagem do seu País ou região autónoma.

Os resultados confirmaram o efeito ovelha negra, ou seja, os participantes avaliaram melhor o membro do endogrupo com o comportamento desejável e avaliaram pior o membro do endogrupo com o comportamento indesejável, em comparação com os membros do exogrupo com respectivamente os mesmos comportamentos. Simultaneamente, os resultados confirmaram o erro derradeiro de atribuição, com os participantes a atribuírem o comportamento desejável do endogrupo mais a causas internas; e o comportamento indesejável do alvo do endogrupo mais a causas externas, por comparação com os mesmos comportamentos por parte dos membros do exogrupo.

Adicionalmente, a maior atribuição do comportamento indesejável do membro do endogrupo a causas internas, e sua menor atribuição a causas externas, estavam associadas à avaliação mais desfavorável do alvo. De outro modo, a maior atribuição do comportamento desejável do membro do endogrupo, quer a causas internas, quer a causas externas, e a percepção do seu maior impacto positivo para a imagem do endogrupo, estavam associadas à avaliação mais favorável do alvo.

Em conjunto, os resultados dos estudos de van Prooijen (2006, 2009) e Mendoza, Páez, Marques, Techio, e Espinosa (2005, Estudo 1) sugerem que as reacções mais extremas sobre os membros normativos e desviantes do endogrupo decorrem, em parte, da imputação dos seus comportamentos à sua responsabilidade pessoal, processo que implica intencionalidade, motivações e, no caso de comportamentos criminosos, culpabilidade. Estas reacções podem incluir emoções mais negativas sobre membros criminosos do endogrupo (van Prooijen, 2006, Estudos 1 e 2, ver também Darley & Pittman, 2003; Gromet & Darley, 2009; ver Capítulo II), maior adesão a estratégias punitivas sobre membros criminosos do endogrupo (van Prooijen, 2006, Estudos 3 e 4) e avaliações mais positivas sobre membros normativos do endogrupo e avaliações mais negativas sobre membros desviantes do endogrupo (Mendoza, et al., 2005, Estudo 1) por comparação com membros do exogrupo responsabilizados por comportamentos respectivamente semelhantes. No seguimento destas conclusões, o Estudo 2, que descrevemos no Capítulo V, procura confirmar a hipótese de que as atribuições de causalidade interna são uma condição necessária para o efeito ovelha negra.

Hipóteses alternativas e complementares sobre o efeito ovelha negra

Desde a investigação inicial, o efeito ovelha negra foi descoberto numa variedade de contextos sociais, sob condições experimentais diferentes e por outros autores além dos seus proponentes originais (por exemplo, Biernat, et al., 1999; Branscombe, et al., 1993; Breakwell, et al., 2003; Eidelman & Biernat, 2003; Hichy, et al., 2008; Jetten, et al., 2005; Khan & Lambert, 1998; Lewis & Sherman, 2010; Nesdale & Brown, 2004). Alguns destes autores propuseram racionais teóricos para o efeito ovelha negra que são alternativos à TDGS. Por exemplo, que a depreciação dos membros desviantes do endogrupo decorre das emoções geradas pela percepção da violação das expectativas positivas associadas ao endogrupo (Biernat, et al., 1999); e que é um mecanismo de protecção individual, através do qual os indivíduos se distanciam pessoalmente dos membros desviantes do endogrupo (Eidelman & Biernat, 2003). Outros autores propuseram processos complementares à explicação da TDGS para o efeito ovelha negra, por exemplo, a vergonha grupal (Johns, et al., 2005)

Biernat, Vescio e Billings (1999) explicam a derrogação de membros desviantes do endogrupo a partir de um estado de ânimo negativo subsequente à percepção da violação das expectativas positivas para com o endogrupo. Na ausência de tais violações, a vontade para alcançar a diferenciação positiva do endogrupo determina atitudes mais favoráveis ao endogrupo e a membros normativos do endogrupo. Para confirmarem estas hipóteses, Biernat, Vescio e Billings (1999) reuniram estudantes Brancas para realizarem uma tarefa de equipa com uma comparsa Branca ou Negra. Era dito às participantes que, quanto melhor fosse o resultado da equipa, mais probabilidade teriam de ganhar um prémio num sorteio subsequente. As comparsas apresentavam um desempenho de grande ou baixa qualidade na realização da tarefa. Depois da tarefa, as participantes julgavam o desempenho, competência e afectividade das suas parceiras e indicavam se as parceiras tinham violado as suas expectativas. As participantes indicavam também, antes e depois da tarefa, até que ponto estavam a sentir cada uma de uma série de emoções positivas e negativas. De acordo com os resultados, as parceiras Brancas com um desempenho fraco despertaram uma percepção de maior violação de expectativas e um agravamento mais vincado das emoções negativas, em comparação com as parceiras Negras com desempenho fraco, e com as parceiras Brancas com desempenho alto. Mais ainda, uma análise de mediação confirmou que a maior violação das expectativas conduziu a mais sentimentos negativos que, por sua vez, levaram a uma avaliação mais negativa da parceira.

A TDGS admite que a violação das expectativas positivas sobre o endogrupo e seus membros pode explicar as reacções negativas relativas aos membros desviantes do endogrupo (ver Marques & Paez, 1994; Pinto, et al., 2010). Contudo, parece-nos difícil confirmar esta hipótese a partir do estudo de Biernat, Vescio e Billings (1999). Porque este estudo incluiu apenas participantes Brancas, existe a possibilidade de que a relação significativa entre a violação das expectativas e o ânimo negativo não tenha sido motivada por preocupações identitárias, mas antes por expectativas baseadas na etnia em causa. As participantes podiam antecipar que a parceira Branca fosse competente, não por ser um membro do endogrupo, mas por ser Branca (cf. Whitehead, et al., 1982). Assim, seria necessária uma condição que incluísse participantes Negras para prevenir esta alternativa. Além disso, e talvez mais importante, devemos sublinhar que a medida da violação das expectativas era recolhida após a interacção das participantes com a parceira e depois da realização das escalas de ânimo e atitudes face à parceira. Isto permite a hipótese alternativa de que a percepção da violação das expectativas tenha sido activada pelo ânimo e avaliações negativas, e não o inverso.

A hipótese da "violação das expectativas" propõe uma explicação convincente do efeito ovelha negra e pode dar conta de algumas situações de discriminação social, talvez não necessariamente para com membros do endogrupo, mas em relação a quaisquer indivíduos que não cumpram com as expectativas ou estereótipos dos grupos a que pertencem, i.e. que não tenham adequação normativa (Oakes, et al., 1991, ver Capítulo II). Deste modo, acreditamos que esta hipótese merece mais escrutínio e deve ser estudada como uma explicação alternativa à hipótese da promoção da identidade social positiva defendida pela TDGS. Vamos dirigir-nos a esta questão no Estudo 1, descrito no Capítulo IV.

Por sua vez, de acordo com Johns, Schmader, e Lickel (2005) a depreciação dos membros desviantes do endogrupo pode ser explicada por uma sensação de *vergonha grupal* (ver também Capítulo II). Confirmando esta hipótese, o seu estudo encontrou que, quanto mais os participantes Norte-Americanos se identificaram com a sua nacionalidade, mais declararam sentir-se envergonhados com episódios altamente negativos de preconceito de cidadãos Norte-Americanos contra Árabes. Os participantes também declararam outras emoções negativas relativamente aos episódios de preconceito anti-Árabe, como a raiva e tristeza. Contudo, a intensidade destas emoções não estava relacionada com a sua identificação nacional. Adicionalmente, uma análise de mediação demonstrou que os participantes altamente identificados encontravam-se

mais motivados para se distanciarem dos perpetuadores de actos altamente negativos de preconceito anti-Árabe, porque se sentiam mais envergonhados com eles. Não foram confirmadas mediações análogas com outras emoções como potenciais mediadores (por exemplo, culpa, raiva, tristeza). De acordo com os autores, estes resultados confirmam que a emoção de vergonha colectiva está especificamente relacionada com as preocupações identitárias e pode explicar a depreciação dos membros do endogrupo que desfavorecem a imagem do endogrupo.

Parece-nos que a hipótese da vergonha colectiva de Johns, Schmader e Lickel (2005) é coerente com o racional da TDGS. Os membros dos grupos podem manifestar vergonha por causa do contributo desfavorável que os membros desviantes do endogrupo conferem à imagem do seu grupo que, por sua vez, os leva a tentar salvaguardar a imagem positiva do endogrupo através da depreciação desses membros, e da promoção dos membros normativos que, por sua vez, favorecem a imagem do endogrupo. Mas o estudo de Johns, Schmader e Lickel (2005) não mede a avaliação dirigida aos membros desviantes do endogrupo. Ou seja, os autores colocam a hipótese de uma relação entre a vergonha grupal e a depreciação de membros desviantes do endogrupo, mas não a confirmam empiricamente. O Estudo 2, no Capítulo V, cumpre este objectivo, no quadro da análise da relação entre os processos de atribuição de causalidade, a avaliação sobre os membros desviantes do endogrupo, e a percepção do contributo destes para a imagem do endogrupo.

Finalmente, Eidelman e Biernat (2003) sustentam que a depreciação dos membros desviantes do endogrupo constitui um mecanismo de protecção individual, pelo qual os indivíduos se distanciam dos membros desfavoráveis do endogrupo. A fim de testarem esta hipótese, os autores pediram a estudantes da Universidade de Kansas para lerem um artigo noticioso sobre um Professor de Biologia que se recusava a ensinar a teoria da evolução (uma atitude pré-testada como indesejável). O Professor era apresentado como sendo, ou do Estado do Kansas (endogrupo) ou do Estado do Colorado (exogrupo). Depois de lerem o artigo, os participantes avaliavam o professor e indicavam o seu nível de identificação com o Estado do Kansas. De acordo com as condições, os participantes, ou realizavam primeiro a medida de avaliação, ou primeiro a medida de identificação social. De acordo com os resultados, quando a tarefa de avaliação surgia primeiro, os participantes realizaram avaliações mais negativas sobre o professor do endogrupo do que o professor do exogrupo. De outro modo, quando realizavam primeiro a tarefa de identificação, não demonstraram qualquer discriminação

avaliativa pela pertença social do professor. Nesta última condição, os participantes identificaram-se menos com o Estado do Kansas, quando liam sobre o professor indesejável do Kansas, do que quando liam sobre o professor indesejável do Colorado. De acordo com os autores, estes resultados demonstram que a avaliação desfavorável de um membro desviante do endogrupo e a redução da identificação do endogrupo servem como meios alternativos para a distanciação interpessoal em relação ao alvo indesejável.

A perspectiva de Eidelman e Biernat (2003) tem interesse e merece mais investigação. No entanto, parece-nos que os seus resultados não confirmam a hipótese da protecção interpessoal que propõem (ver também Pinto, et al., 2010). O que os resultados de Eidelman e Biernat (2003) demonstram é que, quando é permitido aos indivíduos desvincularem-se do endogrupo, nomeadamente por reduzirem o seu nível de identificação social, não demonstram as avaliações extremadas sobre membros do endogrupo que caracterizam o efeito ovelha negra. Na nossa perspectiva, este resultado está de acordo com a TDGS, que enquadra essa condição como uma em que os participantes não reconhecem as acções do membro desviante como relevantes para a identidade social que está saliente (ver Marques, 2010). Ou seja, porque os participantes se desvincularam do Estado do Kansas, não reconheceram o professor de Biologia do Estado do Kansas como um membro do endogrupo saliente. Hipoteticamente, os participantes poderiam estar a realizar estes julgamentos dentro de um outro nível de auto-categorização, por exemplo a auto-categorização pessoal ou, até, enquanto "adeptos da teoria evolucionista". De acordo com a TDGS, os indivíduos depreciam mais os alvos desviantes, na medida em que se incluem dentro do mesmo nível de categorização que esses membros. Assim, os resultados do estudo de Eidelman e Biernat (2003) parecem-nos ser consistentes com o racional da TDGS, demonstrando um processo alternativo às avaliações extremadas dos membros do endogrupo, enquanto meio de validação subjectiva da auto-categorização: a desvinculação do grupo através da mudança da auto-categorização saliente. Iremos debruçar-nos sobre os efeitos da saliência da auto-categorização no efeito ovelha negra no Estudo 3, descrito no Capítulo VI.

Conclusão

A abordagem dos pequenos grupos às reacções ao desvio, que analisámos no Capítulo I, demonstra como a motivação dos membros dos grupos para alcançarem e sustentarem a uniformidade do endogrupo em torno de valores e objectivos relevantes, podem resultar em reacções hostis e de exclusão em relação aos membros desviantes, particularmente se o grupo e os seus objectivos são relevantes e os desviantes aparentam ser refractários à influência social. Estes princípios têm implicações fundamentais para a TDGS, que postula um paralelismo conceptual entre a interdependência presencial dos membros dos pequenos grupos e a representação psicológica da interdependência dos membros do endogrupo baseada na identidade social associada à pertença ao grupo, conforme a abordagem da identidade social, que analisámos no Capítulo II.

Neste sentido, a TDGS estende a abordagem da identidade social à análise dos processos de diferenciação intragrupal que ocorrem no enquadramento de contextos de diferenciação intergrupal. A partir de uma série de estudos que evidencia que os indivíduos, em certas condições, depreciam membros desviantes do endogrupo e favorecem membros normativos do endogrupo em comparação com membros semelhantes do exogrupo, a TDGS postula que a diferenciação intragrupal permite aos indivíduos promoverem a validade subjectiva do endogrupo, nomeadamente por reforçarem as normas prescritivas que garantem a superioridade do endogrupo face a um exogrupo comparativo (por exemplo, Abrams, et al., 2004; Marques, 2010; Marques, Abrams, et al., 1998; Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Marques & Paez, 2008; Marques, Paez, et al., 1998).

Na sequência do processo de auto-categorização, os indivíduos reconhecem as atitudes e comportamentos dos outros membros do endogrupo como relevantes para um auto-conceito positivo (Turner, 1982/2010, 1984). De acordo com a TDGS, resulta daí a motivação para garantir que essas atitudes e comportamentos estejam em conformidade com as normas prescritivas que superiorizam o endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal. A *dinâmica de grupos subjectiva* é constituída precisamente pelos processos psicológicos de diferenciação intragrupal que asseguram a diferenciação intergrupal favorável ao endogrupo. Designa-se por “subjectiva” porque resulta do conhecimento implícito sobre os processos normativos dentro e entre os grupos que visam a validação subjectiva da representação favorável do endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal.

A dinâmica de grupos subjectiva pode manifestar-se, por um lado, em julgamentos positivos sobre os membros do endogrupo que cumprem as normas

prescritivas do endogrupo. Por outro lado, em julgamentos negativos sobre os membros do endogrupo que desobedecem às normas prescritivas. Estas duas vertentes de discriminação avaliativa dos membros do endogrupo, de acordo com a sua conformidade para com as normas prescritivas do grupo, constituem o efeito ovelha negra (Marques, 2010; Marques, et al., 1988).

Alguns autores explicam o efeito ovelha negra e, em particular, a maior depreciação de membros desviantes do endogrupo em comparação com os membros desviantes do exogrupo, com base nas emoções geradas pela percepção da violação das expectativas positivas associadas ao endogrupo (Biernat, et al., 1999), numa sensação de vergonha grupal (Johns, et al., 2005), ou na motivação de distanciação pessoal (Eidelman & Biernat, 2003). Por seu lado, a TDGS analisa o efeito ovelha negra como um padrão avaliativo sobre membros do endogrupo e exogrupo, resultante da articulação entre a motivação dos indivíduos para diferenciarem claramente o endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal, i.e. a *focalização descritiva*, e garantirem a superioridade do endogrupo em dimensões relevantes a essa comparação, i.e. a *focalização prescritiva*. O nosso objectivo principal com a presente tese é, precisamente, confirmar a hipótese proposta pela TDGS para a explicação do efeito ovelha negra, em contraposição com as hipóteses alternativas ou complementares referidas. Ou seja, de que o efeito ovelha negra é um mecanismo de protecção endogrupal, através do qual os membros dos grupos salvaguardam a validade subjectiva das suas crenças numa identidade social positiva (Marques, 2010).

Para esse efeito, propomos analisar alguns factores que antecipamos serem determinantes das reacções aos membros normativos ou desviantes do endogrupo ou do exogrupo. Estes factores são: (Estudo 1) a posição do endogrupo num quadro de comparação intergrupal (favorável ou desfavorável); (Estudo 2) a saliência das atribuições causais aos comportamentos observados, ou seja, o grau em que esses comportamentos são atribuídos às intenções dos actores ou, pelo contrário, a características situacionais; e (Estudo 3) a saliência da auto-categorização, ou seja, a extensão até à qual um indivíduo se identifica com uma categoria em particular.

Adicionalmente, mesmo tendo em conta que os julgamentos avaliativos sobre os membros normativos e desviantes dos grupos têm sido o fenómeno principal estudado pela investigação da TDGS, constituem apenas um exemplo dos processos psicológicos que podem ser enquadrados no conceito de dinâmica de grupos subjectiva. Por exemplo, alguma investigação da TDGS demonstrou que a motivação para exercer

controlo social sobre membros desviantes do endogrupo pode resultar da motivação para assegurar a identidade social positiva do endogrupo e sua conformidade para com as normas prescritivas relevantes (Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Pinto, et al., 2010). Nos estudos desta tese, prosseguimos esta linha de investigação, estudando as reacções de controlo, socializadoras ou punitivas, visando membros desviantes do endogrupo, enquanto associadas aos julgamentos de avaliação sobre membros normativos e desviantes do endogrupo, antecipando que ambos os processos estão, por sua vez, associados à motivação para defender a identidade social respectiva ao endogrupo saliente.

Não negamos que outros factores psicológicos, complementares à identidade social, contribuam para a motivação dos membros dos grupos para exercerem estratégias de controlo social sobre os membros desviantes do endogrupo. No entanto, de acordo com o enquadramento da TDGS, antecipamos que a adesão às estratégias de controlo sobre os membros desviantes do endogrupo é explicada, em parte, pela motivação para salvaguardar a homogeneidade normativa intragrupal e a superioridade intergrupal do endogrupo que, por sua vez, sustentam uma identidade social positiva. Neste sentido, alertamos para a possibilidade de que os membros desviantes possam ser objecto de controlo no seio dos seus grupos, na medida em que contrariam a homogeneidade normativa do endogrupo e/ou desfavorecem a posição intergrupal do endogrupo e, assim, contribuem negativamente para a identidade social associada. Julgamos que esta perspectiva pode contribuir para uma melhor compreensão dos fenómenos do controlo e influência no seio dos grupos e, por isso, ajudar à sua gestão por parte das autoridades sociais, pedagógicas, judiciais e políticas que lidam com tais dinâmicas.

CAPÍTULO IV

Efeito da Ameaça Social no Efeito Ovelha Negra

Como referimos no Capítulo III, a investigação indica que a ameaça à identidade social é um factor crucial para a emergência do efeito ovelha negra. A ameaça à identidade social pode ser concretizada, quer através da falta de consenso entre os membros normativos do endogrupo sobre uma posição normativa relevante (Marques, Abrams, & Serôdio, 2001, Estudos 1 e 2), quer através da inferiorização do endogrupo no contexto de uma comparação intergrupal (Branscombe, et al., 1993, Marques, Abrams, & Serôdio, 2001, Estudo 3). Pelo contrário, o efeito ovelha negra é mais reduzido, ou não ocorre, quando os indivíduos estão seguros acerca da homogeneidade normativa ou acerca da superioridade do endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal.

De acordo com a TDGS, a promoção dos membros normativos do endogrupo e a depreciação dos membros desviantes do endogrupo são estratégias utilizadas para garantir a legitimidade subjectiva da crença numa diferenciação intergrupal positiva e, por isso, manifestam-se de forma mais extrema em condições em que a diferenciação intergrupal está em risco e que, por isso, activam uma focalização prescritiva sobre os membros do endogrupo (Marques, Abrams, & Serôdio, 2001).

Com o nosso primeiro estudo, seguimos esta linha de investigação, verificando o efeito de uma comparação intergrupal favorável ou desfavorável ao endogrupo nas avaliações sobre os membros normativos e desviantes do endogrupo e exogrupo. Investigamos, adicionalmente, a relação entre as motivações para a salvaguarda da imagem positiva do endogrupo e a adesão a estratégias, persuasivas e punitivas, visando o controlo do desvio endogrupal (Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Marques, Paez, et al., 1998; Pinto, et al., 2010; van Prooijen & Lam, 2007).

Estudo 1

O procedimento deste estudo é semelhante ao dos estudos de Branscombe, Wann, Noel e Coleman (1993) e de Marques, Abrams e Serôdio (2001, Estudo 3), uma

vez que analisa as reacções dos indivíduos a outros membros desviantes e normativos do endogrupo e exogrupo, na sequência de informação favorável ou desfavorável à posição do endogrupo face a um exogrupo comparativo. No entanto, neste estudo, comparamos a situação de superioridade do endogrupo com a inferioridade do endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal. Neste sentido, o estudo distingue-se do estudo de Branscombe, Wann, Noel, e Coleman (1993), que compara uma inferiorização momentânea com uma superiorização momentânea do endogrupo face ao exogrupo, e do estudo de Marques, Abrams, e Serôdio (2001, Estudo 3), que compara a situação de certeza sobre a superioridade intergrupal do endogrupo com uma situação em que a posição intergrupal é desconhecida e está sob escrutínio.

Para manipularmos a valência do quadro de comparação intergrupal, fornecemos aos participantes informação sobre a proporção de comportamentos desviantes presentes no endogrupo e exogrupo. Numa condição experimental, os participantes foram informados de que existe uma maior proporção de membros desviantes no endogrupo do que no exogrupo (comparação intergrupal desfavorável). Na outra condição, os participantes foram informados de que existe uma menor proporção de desviantes no endogrupo do que no exogrupo (comparação favorável). Após apresentarmos esta informação, solicitámos aos participantes que avaliassem um membro desviante e um membro normativo na dimensão comparativa em questão, ambos sendo do endogrupo, ou do exogrupo. Também solicitámos aos participantes que indicassem o grau do seu apoio por uma estratégia socializadora e uma estratégia punitiva para lidarem com o desvio em questão no endogrupo. Adicionalmente, os participantes indicaram o grau da sua identificação com o endogrupo, quer no início, quer no fim do estudo.

Hipóteses.

Consideramos que o efeito ovelha negra corresponde a uma estratégia de validação subjectiva da imagem positiva do endogrupo, e que a necessidade de validação desta imagem é maior quando o endogrupo se encontra numa situação comparativa desfavorável. Assim, é nesta situação que deverão ocorrer julgamentos mais depreciativos sobre os membros desviantes do endogrupo, do que sobre membros semelhantes do exogrupo; e julgamentos mais favoráveis sobre os membros normativos do endogrupo, do que sobre membros semelhantes do exogrupo. Se, pelo contrário, a

comparação intergrupal for favorável ao endogrupo, os indivíduos deverão ter uma menor motivação para validar a imagem positiva do endogrupo e, consequentemente, discriminarão menos negativamente os membros desviantes do endogrupo e favorecerão menos os membros normativos do endogrupo. Assim, na condição de comparação intergrupal favorável ao endogrupo, o efeito ovelha negra será atenuado, ou não ocorrerá.

Em contraste com a hipótese geral apresentada acima, uma hipótese directamente inspirada na proposta por Biernat, Vescio e Billings (1999, ver Capítulo III) será a de que, na condição de comparação favorável, haverá maior depreciação dos membros desviantes do endogrupo, e que esta depreciação decorrerá das expectativas mais positivas associadas aos comportamentos no endogrupo do que do exogrupo. Este estudo permite, assim, testar comparativamente as predições da TDGS e do modelo da violação das expectativas positivas do endogrupo como explicações alternativas do efeito ovelha negra.

Finalmente, no presente estudo, analisamos a eventual adesão dos indivíduos, quer a estratégias punitivas, quer a estratégias socializadoras, como meio de garantirem a validação da imagem positiva do endogrupo. De facto, a TDGS, propõe que o apoio a estratégias de controlo social, punitivas ou socializadoras, sobre os membros desviantes do endogrupo, deriva do impacto que estes membros têm sobre a imagem positiva do endogrupo (Marques, Paez, et al., 1998; Pinto, et al., 2010). Deste modo, antecipamos que a adesão dos participantes à prescrição de estratégias de controlo do desvio endogrupal esteja associada à identidade social e, em particular, à valorização da imagem positiva do endogrupo (ver também Darley & Pittman, 2003; Gromet & Darley, 2009; Turner, 2005, ver Capítulo II).

Método.

Participantes e Plano Experimental

Os participantes foram 24 estudantes de Psicologia e 26 estudantes de Ciências da Educação, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) (80% do sexo feminino). A idade dos participantes variava entre os 18 e os 53 anos (*Idade Média* = 22.12 anos; *DP* = 6.88). Aplicámos um plano experimental

misto 2 (Contexto Intergrupal: Ameaçador vs. Seguro) X 2 (Grupo dos Alvos: Endogrupo vs. Exogrupo) X 2 (Valência do Alvo: Normativo vs. Desviante), em que Contexto Intergrupal e Grupo dos Alvos são factores inter-sujeitos e Valência do Alvo é um factor intra-sujeito[7].

Procedimento.

Os participantes foram abordados em locais públicos da faculdade e solicitados a responder a um inquérito sobre as opiniões e atitudes dos estudantes em relação às minorias étnicas que vivem em Portugal (ver Anexo 3). Os participantes eram informados sobre uma suposta sondagem prévia efectuada junto de estudantes dos cursos de Psicologia e Ciências da Educação da FPCEUP, sobre as suas atitudes e opiniões em relação a várias minorias étnicas em Portugal. Essa sondagem teria revelado as percentagens de estudantes de cada um dos cursos que apoiavam uma medida política discriminatória contra pessoas de etnia cigana (nomeadamente, exilar ciganos que fossem condenados por crimes graves).

Um estudo-piloto anterior realizado junto de uma amostra de respondentes extraída da mesma população estudantil tinha mostrado que a medida discriminatória era considerada infrequente e indesejável[8] (ver Anexo 1). Segundo as condições em termos das quais foi manipulado o Contexto Intergrupal, os participantes liam que o seu curso tinha proporcionalmente, ou mais estudantes que apoiavam a política

[7] O curso dos participantes estava distribuído de modo equilibrado pelas condições experimentais inter-sujeitos, $\chi^2(3, N = 50) < 1$. O sexo e idade dos participantes estavam distribuídos de modo desequilibrado pelas condições, $\chi^2(3, N = 50) = 7.55$, $p = .056$ e $F(1, 46) = 4.020$, $p = .051$, respectivamente. As análises que incluíram o curso, o sexo e a idade dos participantes como co-variantes no plano experimental não revelaram resultados significativamente diferentes dos resultados reportados. Deste modo, excluímos o curso, sexo e idade das análises apresentadas neste estudo.

[8] Solicitamos a 16 estudantes de Psicologia e a 12 estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP a opinião sobre medidas políticas discriminatórias contra ciganos, sendo uma delas "expulsar do País ciganos que sejam condenados por crimes graves" (ver Anexo 1). Pedimos a estes participantes que estimassem a percentagem de estudantes dentro do seu curso e Faculdade que apoiaria esta política. Os resultados indicaram que os estudantes consideravam o apoio à política como infrequente dentro do seu curso ($M = 18.14\%$, $DP = 17.71$) e Faculdade ($M = 26.50\%$, $DP = 21.57$). Sendo ambos os resultados significativamente inferiores a 50%, $t(27) = 9.52$, $p < .001$ e $t(27) = 5.76$, $p < .001$, respectivamente. Igualmente, também perguntámos aos participantes sobre o seu apoio à medida dentro de uma escala de 7 valores (desde 1 = *discordo totalmente*, até 7 = *concordo totalmente*). Os participantes não apoiaram a medida ($M = 2.34$, $DP = 1.28$, significativamente inferior ao valor médio da escala, $t27 = 6.97$, $p < .001$). Além disso, não se verificaram diferenças significativas entre os estudantes de Psicologia e Ciências da Educação para a percepção de apoio dentro da Faculdade e do seu próprio apoio, $t(26)$ sempre < 1.01, *ns*. Mas os estudantes de Ciências da Educação tenderam a considerar o apoio à política discriminatória como mais infrequente dentro do seu curso ($M = 10.92\%$, $DP = 11.76$) em comparação com os estudantes de Psicologia ($M = 23.56\%$, $DP = 19.76$, $t26 = 1.97$, $p = .060$). Ambos os resultados eram significativamente inferiores a 50%, $t(15) = 5.35$, $p < .001$ e $t(11) = 11.51$, $p < .001$, respectivamente.

discriminatória em comparação com o outro curso (Contexto Intergrupal Ameaçador), ou menos estudantes em comparação (Contexto Intergrupal Seguro).

Os participantes responderam a uma medida de identificação com o seu curso, antes de lhes ser apresentada a informação sobre as percentagens de estudantes em ambos os cursos que apoiavam a política discriminatória. Depois de receberem esta informação, era-lhes pedido que avaliassem dois estudantes-alvo que tinham dado a sua opinião sobre esta temática. O primeiro alvo apoiava o exílio de ciganos condenados por actividades criminosas e o segundo opunha-se a esta medida. Estas duas opiniões foram pré-testadas junto de uma outra amostra de participantes da mesma população[9] (ver Anexo 2). O primeiro alvo declarava: "A maior parte dos ciganos não trabalha e prefere viver à custa dos subsídios do Estado. Quase todos têm ligações ao tráfico ou à economia paralela. É por isso que é acertado que aqueles que forem condenados por actividades criminosas sejam definitivamente expulsos do País" (alvo desviante). O segundo alvo declarava: "A inserção social dos ciganos pode ser um problema, mas a estigmatização da comunidade só a vai complicar mais. Quaisquer medidas judiciais discriminatórias levariam a uma maior marginalização e exclusão, o que impediria a promoção da sociedade multicultural, democrática e coesa, que quase todos desejamos" (alvo normativo). Ou seja, respectivamente um alvo que contraria e outro que reforça uma norma de anti-discriminação e os valores subjacentes do igualitarismo (igualdade e justiça social) (ver Pereira & Vala, 2007). De acordo com ambos os estudos-piloto, trata-se de uma norma e valores que são largamente apoiados no contexto social onde aplicámos os nossos estudos. Segundo as condições, os estudantes-alvo eram, ou do mesmo curso do participante (condição Endogrupo), ou do outro curso (condição Exogrupo).

[9] Solicitamos a 11 estudantes de Psicologia e 13 de Ciências da Educação da FPCEUP a sua opinião sobre quatro declarações de estudantes universitários cujos cursos não eram identificados (ver Anexo 2). Era-lhes pedido que avaliassem cada declaração numa escala, desde 1 = *negativa*, até 7 = *positiva*. Seleccionamos duas declarações para o estudo principal. Uma declaração que era avaliada favoravelmente (M = 5.46, DP = 1.02, significativamente superior ao valor médio da escala, $t23 = 7.00$, $p < .001$) e outra que era avaliada desfavoravelmente (M = 2.29, DP = 1.04, significativamente inferior ao valor médio da escala $t23 = 8.03$, $p < .001$). Submetemos estes índices a uma análise de variância Curso do Participante (Psicologia vs. Ciências da Educação) × Declaração (Favorável vs. Desfavorável), com medidas repetidas no último factor. De acordo com os resultados, os participantes avaliaram mais favoravelmente uma declaração do que a outra, $F(1, 22) = 77.31$, $p < .001$. O Curso e a interacção Curso × Declaração não revelaram efeitos significativos, ambos $F(1, 22) < 1$. O teste t para a comparação da média do índice da declaração favorável com a média da inversão do índice da declaração desfavorável (1 = 7, 2 = 6, …, 7 = 1) resultou não significativo, $t23 = 1.10$, *ns*, sugerindo que a declaração favorável foi tão bem avaliada, como a declaração desfavorável foi mal avaliada.

Adicionalmente, foi pedido aos participantes que indicassem o grau em que estariam dispostos a colaborar com dois grupos cívicos formados por estudantes do mesmo curso que eles. Estes grupos cívicos propunham-se desenvolver actividades com o objectivo de reduzir o preconceito entre os estudantes do seu curso. Um dos grupos advogava uma estratégia socializadora, e o outro advogava uma estratégia punitiva em relação aos estudantes preconceituosos. Finalmente, foi solicitado aos participantes que respondessem a uma segunda medida de identificação com o seu curso.

Medidas Dependentes.

Identificação Social. Os participantes indicaram o seu grau de identificação com o seu curso em dois momentos diferentes. A primeira medida, tomada imediatamente após terem sido informados sobre os objectivos do estudo, incluía os itens seguintes: "Gosta dos estudantes do seu curso?" (1 = *não gosto nada*; 7 = *gosto muito*); "Ser estudante do seu curso é uma parte importante da sua identidade?" (1 = *não é nada importante*; 7 = *é muito importante*); "Tem confiança nos estudantes do seu curso?" (1 = *muito pouca confiança*; 7 = *confiança absoluta*); "Valoriza a amizade dos outros estudantes do seu curso?" (1 = *não valorizo nada*; 7 = *valorizo muito*); "Acha que os estudantes do seu curso são dos estudantes mais habilitados da Universidade do Porto?", "Pensa em si frequentemente como estudante do seu curso?" e "Acha que os estudantes do seu curso são dos mais solidários que existem?" (1 = *de modo nenhum*; 7 = *absolutamente*). A segunda medida de identificação foi tirada no final do inquérito e incluía os itens: "Acha que tem atitudes e valores parecidos com a generalidade dos estudantes do seu curso?", "Acha que os estudantes do seu curso têm níveis de moralidade elevados?" (1 = *de modo nenhum*; 7 = *absolutamente*), "É importante para si ser vista/o como estudante do seu curso?" (1 = *não é nada importante*; 7 = *é muito importante*) e "O que sentia se ouvisse alguém dizer mal dos seus colegas de curso?" (1 = *sentia-me muito bem*; 7 = *sentia-me muito mal*). Embora os coeficientes de consistência interna de cada um destes dois conjuntos de items não fossem muito elevados (αs de Cronbach = .72, e .67, respectivamente), optámos, ainda assim, por trabalhar com as médias dos itens que compunham cada uma delas, constituindo, assim, dois índices de Identificação Social, prévia e posterior. Estes índices estavam significativamente correlacionados, $r = .63$, $p < .001$.

Avaliação dos Alvos. Após lerem cada declaração, os participantes davam a sua impressão sobre cada um dos alvos numa escala, desde 1 = *negativa*, até 7 = *positiva*.

Estratégias de controlo social. Esta medida foi inspirada pelo índice de Acções Políticas de Iyer, Schmader, e Lickel (2007). Os participantes liam descrições sobre dois grupos cívicos constituídos por estudantes do seu próprio curso, que advogavam estratégias específicas para reduzir o preconceito no seu curso. Um dos grupos era descrito como propondo "medidas pedagógicas, como conferências, debates, eventos culturais, etc., que eduquem os estudantes preconceituosos, em vista a reduzir os níveis de intolerância no curso." O outro grupo propunha "a aplicação de medidas disciplinares, como sanções, multas, castigos, etc., que confrontem os estudantes preconceituosos, em vista a reduzir os níveis de intolerância no curso." Os participantes deviam indicar o grau em que apoiavam cada um dos grupos, de quatro maneiras: "inscrever-se numa *mailing list* do grupo", "assinar um manifesto do grupo", "integrar o grupo", e a "recrutar outros estudantes para se juntarem ao grupo" (1 = *de modo nenhum*, 7 = *absolutamente*). Calculámos as médias destes dois conjuntos de medidas a fim de avaliar a motivação dos participantes para comparticipar uma estratégia socializadora (quatro itens, α de Cronbach = .84) e uma estratégia punitiva (α de Cronbach = .94) de forma a lidar com o desvio no endogrupo.

Resultados.

Identificação prévia.

Para confirmar a identificação dos participantes com os seus respectivos cursos, previamente às manipulações experimentais, conduzimos uma análise de variância Contexto Intergrupal (Ameaçador vs. Seguro) X Grupo dos Alvos (Endogrupo vs. Exogrupo) sobre o índice de identificação prévia. Esta análise revelou um efeito significativo de Grupo dos Alvos. Os participantes identificaram-se menos fortemente com o seu próprio grupo na condição Endogrupo do que na condição Exogrupo (respectivamente, $M = 4.69$, $SD = .68$, e $M = 5.45$, $SD = .39$; $F1, 46 = 22.99$, $p < .001$, $\eta^2 = .33$). Optámos, assim, por introduzir a medida de identificação social prévia como

co-variante nas análises reportadas, de modo a reduzir os eventuais efeitos espúrios associados à diferença observada (ver Miller & Chapman, 2001).

Avaliação.

Esperávamos que o efeito ovelha negra ocorresse mais marcadamente na condição do contexto intergrupal desfavorável ao endogrupo do que na condição favorável. Para confirmar esta predição, efectuámos uma análise de co-variância Contexto Intergrupal (Ameaçador vs. Seguro) X Grupo do Alvo (Endogrupo vs. Exogrupo) X Valência do Alvo (Normativo vs. Desviante), incluindo a identificação social prévia como co-variante.

A análise revelou uma interacção significativa Contexto Intergrupal X Grupo do Alvo X Valência do Alvo, consistente com a nossa hipótese principal, $F(1, 46) = 5.51$, $p = .023$, $\eta^2 = .11$[10] (ver Figura 3). Na condição de contexto intergrupal ameaçador, verificámos uma interacção Grupo do Alvo X Valência do Alvo, tendencialmente significativa, $F(1, 47) = 3.55$, $p = .066$, $\eta^2 = .07$. Nesta condição, os participantes avaliaram tendencialmente pior o membro desviante do endogrupo ($M = 1.33$; $DP = .49$) em comparação com o membro desviante do exogrupo ($M = 1.92$, $DP = .86$; $F1, 46 = 3.92$, $p = .094$, $\eta^2 = .06$) e avaliaram melhor o membro normativo do endogrupo ($M = 5.42$; $DP = 1.08$) relativamente ao membro normativo do exogrupo ($M = 4.85$, $DP = .90$; $F1, 46 = 4.62$, $p = .037$, $\eta^2 = .09$). Este padrão é consistente com o efeito ovelha negra.

No contexto intergrupal seguro, obtivemos um efeito significativo do Grupo do Alvo, $F(1, 46) = 6.56$, $p = .014$, $\eta^2 = .12$, indicativo de que os participantes favoreceram os membros do endogrupo em relação aos membros do exogrupo (respectivamente, $M = 3.71$, $DP = .60$, e $M = 3.48$, $DP = .81$). Este efeito não foi qualificado significativamente pela Valência do Alvo, $F1, 47 = 2.20$, $p = .14$, $\eta^2 = .04$. No entanto, análises exploratórias à comparação entre as avaliações dos membros desviantes e normativos, sugerem que o efeito do Grupo do Alvo foi principalmente devido à avaliação tendencialmente mais favorável do membro desviante do endogrupo ($M = 2.50$, $DP = 1.02$) em relação ao membro desviante do exogrupo, ($M = 1.64$, $DP = .81$, $F1, 45 = 3.92$, $p = .054$, $\eta^2 = .08$). De outro modo, a diferença entre a avaliação do membro

[10] A identificação prévia tinha um efeito significativo como co-variante, $\beta = .43$, $t = 2.65$, $p = .011$.

normativo do endogrupo (M = 5.50, DP = 1.29) e do exogrupo (M = 5.55, DP = 1.51) não foi significativa, $F(1, 46) = 2.59$, $p = .11$, $\eta^2 = .05$.

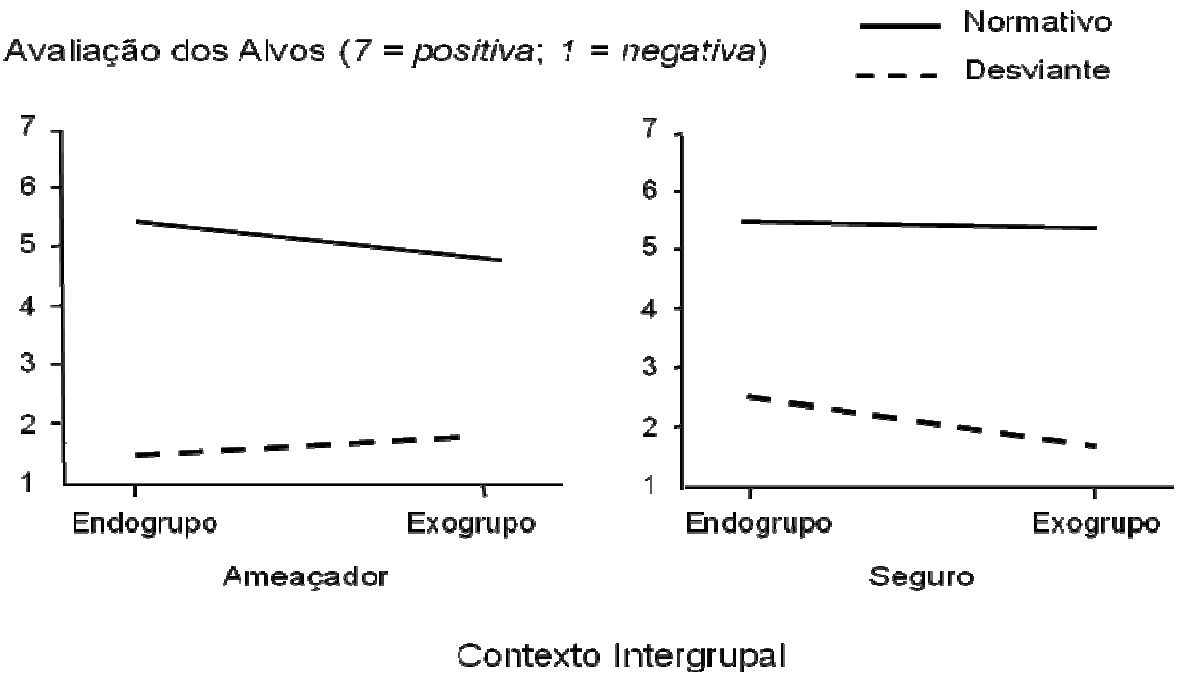


Figura 3. Avaliações de Alvos Normativos e Desviantes Em Função do Contexto Intergrupal (Ameaçador ou Seguro) e do Grupo dos Alvos (Endogrupo ou Exogrupo).

Em suma, embora não atinjam um forte nível de significância, os resultados são consistentes com a hipótese de que os indivíduos são mais favoráveis a membros normativos do endogrupo, e mais desfavoráveis em relação a membros desviantes do endogrupo, do que a membros equivalentes do exogrupo, em condições que inferiorizam a imagem positiva do endogrupo (Branscombe, et al., 1993; Marques, Abrams, & Serôdio, 2001). Na condição em que a imagem do endogrupo estava desfavorecida por uma proporção comparativamente superior de membros desviantes em relação ao exogrupo, os participantes avaliaram tendencialmente pior um membro desviante do endogrupo do que um membro semelhante do exogrupo e avaliaram melhor um membro normativo do endogrupo do que um membro semelhante do exogrupo. Na condição em que a imagem positiva do endogrupo era assegurada por uma proporção de membros desviantes no exogrupo comparativamente inferior à que existia no exogrupo, os participantes avaliaram um membro desviante do endogrupo mais favoravelmente do que um membro semelhante do exogrupo.

Associações entre avaliações, estratégias de controlo social, e motivações identitárias.

A fim de investigarmos as motivações identitárias associadas aos julgamentos avaliativos sobre os alvos normativos e desviantes, e o apoio a estratégias socializadoras e punitivas sobre o desvio endogrupal, testámos as correlações entre estas medidas e a identificação social prévia e posterior, em cada condição definida pelo contexto intergrupal e grupo dos alvos[11] (ver Quadro 1). De acordo com os resultados, cinco destas correlações foram significativas ou marginalmente significativas.

Na condição de contexto intergrupal ameaçador, a avaliação favorável do membro normativo do endogrupo estava positivamente associada à identificação social prévia, $r = .52$, $p = .08$, e posterior, $r = .72$, $p < .01$. Adicionalmente, na condição de contexto intergrupal seguro e de avaliação dos alvos do endogrupo, a identificação social prévia estava positivamente associada à avaliação favorável do membro normativo, $r = .60$, $p = .02$. Finalmente, quando os participantes julgavam alvos do exogrupo, o seu apoio à estratégia socializadora sobre o desvio endogrupal estava associado à identificação social posterior, tanto no contexto intergrupal ameaçador, $r = .47$, $p = .10$, como no contexto intergrupal seguro, $r = .60$, $p = .02$.

Discussão.

Neste estudo, analisámos os efeitos de uma comparação intergrupal ameaçadora ou segura sobre os julgamentos dirigidos a membros normativos e desviantes do endogrupo ou exogrupo. Os resultados sugerem que, num contexto de ameaça à imagem positiva do endogrupo, nomeadamente, quando são informados de que a comparação intergrupal é desfavorável ao endogrupo, os indivíduos avaliam mais negativamente os membros desviantes do endogrupo e mais positivamente os membros normativos do endogrupo do que os membros do exogrupo, i.e. efeito ovelha negra. Por outro lado, quando o contexto intergrupal é seguro para a imagem positiva do endogrupo, os

[11] Em contraste com a investigação prévia no quadro da TDGS, analisámos o controlo social sobre o desvio em geral no endogrupo, e não sobre membros desviantes do endogrupo e exogrupo, em particular. Deste modo, a nossa análise sobre o controlo social não se focaliza nas diferenças de médias entre condições.

indivíduos avaliam mais favoravelmente os membros do endogrupo do que os membros do exogrupo, particularmente os membros desviantes.

Quadro 1

Correlações entre a Identificação Social (Prévia e Posterior) e outras Medidas Em Função Em Função do Contexto Intergrupal (Ameaçador ou Seguro) e do Grupo dos Alvos (Endogrupo ou Exogrupo).

	Contexto Intergrupal							
	Ameaçador				Seguro			
	Grupo dos Alvos							
	Endogrupo		Exogrupo		Endogrupo		Exogrupo	
Identificação Social	Prévia	Posterior	Prévia	Posterior	Prévia	Posterior	Prévia	Posterior
Avaliação do Alvo Desviante	.26	.078	.20	.45	-.27	-.22	.02	.27
Avaliação do Alvo Normativo	.52*	.72***	.29	.12	.60**	.04	.22	-.47
Apoio à Estratégia Punitiva	.06	-.01	.31	-.35	.45	.02	-.35	.20
Apoio à Estratégia Socializadora	-.04	.01	-.34	-.47*	.36	.60**	.15	-.32

* $p \leq .10$. ** $p \leq .05$. *** $p \leq .01$.

Para além disso, a ausência do efeito ovelha negra na situação da comparação intergrupal favorável parece contradizer a hipótese de Biernat, Vescio e Billings (1999), segundo a qual a depreciação dos membros desviantes no endogrupo é explicada pela violação das expectativas positivas dos indivíduos em relação aos membros do endogrupo. De facto, parece razoável pensar que, no contexto intergrupal seguro, os desviantes do endogrupo violam objectivamente mais as expectativas normativas sobre o seu grupo, do que os desviantes do exogrupo. No entanto, o efeito ovelha negra não emergiu nesta condição. Pelo contrário, e de modo consistente com a investigação prévia (Branscombe, et al., 1993; Marques, Abrams, & Serôdio, 2001, Estudo 3), os

resultados sugerem que o efeito decorre da inferiorização do endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal.

Finalmente, os nossos resultados sugerem que as avaliações dos membros do endogrupo e as estratégias de controlo social advogadas em relação aos membros desviantes do endogrupo estão associadas à valorização da pertença endogrupal, i.e. identificação social. De facto, a nossa análise indica que, quando as circunstâncias desfavoreciam a imagem do endogrupo, as avaliações favoráveis dirigidas ao membro normativo do endogrupo estavam associadas, quer à identificação prévia, quer à identificação posterior com o grupo; e que, quando as circunstâncias favoreciam a imagem do endogrupo, a avaliação mais favorável do membro normativo do endogrupo estava associada à identidade social prévia. Além disso, na condição em que julgavam alvo do exogrupo, a estratégia socializadora para lidar com o desvio no endogrupo estava associada positivamente com a identificação posterior com o endogrupo. É possível que, após terem avaliado membros do exogrupo, em princípio, menos relevantes para identidade social associada ao endogrupo (ver Capítulo III), a socialização dos membros desviantes do endogrupo tenha sido percebida como um meio viável para os participantes adquirirem ou manterem a imagem positiva do endogrupo e identidade social associada.

Conclusão

Os resultados do Estudo 1 sugerem que a inferiorização do endogrupo em relação ao exogrupo tem um efeito significativo na forma como os indivíduos reagem em relação aos membros normativos e desviantes do endogrupo. Em conformidade com investigação prévia, constatamos que os membros desviantes do endogrupo são avaliados mais negativamente do que membros semelhantes do exogrupo, e membros normativos do endogrupo são melhor avaliados que membros semelhantes do exogrupo, quando o endogrupo se encontra numa posição intergrupal desfavorecida (Branscombe, et al., 1993; Marques, Abrams, & Serôdio, 2001).

Propostas para estudos complementares.

No cenário experimental do Estudo 1, manipulámos a comparação intergrupal através da proporção de comportamentos desviantes no endogrupo e no exogrupo. Uma questão que se coloca é a de saber se obteríamos resultados semelhantes se essa manipulação se tivesse baseado na proporção de comportamentos normativos. Por exemplo, ao invés de termos apresentado as percentagens associadas a opiniões desviantes no endogrupo e exogrupo, poderíamos ter apresentado as percentagens das opiniões normativas. Podemos prever que os resultados seriam idênticos aos do Estudo 1, na medida em que os membros dos grupos reconhecessem como ameaçadora a informação de que o endogrupo tem proporcionalmente menos membros normativos do que o exogrupo. No entanto, convém sublinhar que a percepção de ameaça nestes casos pode não ser tão forte, tendo em conta que a informação sobre os comportamentos normativos não tem um valor diagnóstico tão elevado quanto aquela relativa aos comportamentos desviantes (Fiske, 1980; Lewicka, Czapinski, & Peeters, 1992; Peeters, 1971). Mais especificamente, os comportamentos imorais enviesam mais as percepções e estimativas das pessoas sobre a realidade social do que os comportamentos morais (Skowronski & Carlston, 1987, 1989). Parece, portanto, pertinente testar as reacções dos membros dos grupos perante um cenário que saliente os comportamentos normativos incluindo, adicionalmente, medidas sobre a percepção do contributo dos membros normativos e desviantes para a imagem do endogrupo (ver Estudo 2, Capítulo V).

Adicionalmente, podemos especular que, na ausência de informação sobre a valência da comparação intergrupal, a saliência de comportamentos desviantes do endogrupo leve à inferência da inferioridade do endogrupo. Esta percepção pode mediar o efeito da exposição a comportamentos desviantes no endogrupo nos julgamentos mais hostis subsequentes dirigidos aos membros desviantes do endogrupo. Esta pode ser outra questão de investigação para estudos posteriores. Por exemplo, solicitando aos membros dos grupos para realizarem estimativas sobre a percentagem de comportamentos desviantes no endogrupo, antes e após serem expostos a exemplos específicos de desvio.

Motivações identitárias associadas às reacções intragrupais.

Alguns resultados do Estudo 1 sugerem a associação entre a identificação social e os julgamentos sobre outros membros do endogrupo e as estratégias de controlo social para lidar com o desvio endogrupal, em conformidade com os postulados da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva. Em particular, na condição de comparação intergrupal ameaçadora, a avaliação mais favorável do membro normativo do endogrupo estava associada a um maior grau de identificação social, tanto prévia, como posterior. Ou seja, na condição de ameaça à identidade social, em que surgiram os padrões avaliativos característicos do efeito ovelha negra, a promoção do membro normativo do endogrupo correspondeu a um incremento da identificação social associada.

Por sua vez, quando os participantes avaliaram membros do exogrupo, o seu apoio à socialização para lidar com o desvio endogrupal, estava associado positivamente com a identificação social posterior. Este resultado surgiu tanto no contexto intergrupal ameaçador, como seguro, sugerindo que o apoio às estratégias de controlo social em prol da homogeneidade normativa do endogrupo pode, tal como as avaliações dos membros do endogrupo, estar relacionado com a promoção ou manutenção de uma identidade social positiva. No entanto, estas foram apenas algumas correlações significativas, entre várias possíveis, o que é escasso, a fim de confirmar as motivações identitárias associadas aos julgamentos avaliativos e ao apoio às estratégias de controlo social. Os estudos subsequentes desta tese prosseguem esta questão de investigação.

CAPÍTULO V

Efeito da Saliência das Atribuições de Causalidade no Efeito Ovelha Negra

Como salientámos no Capítulo III, investigação demonstra que a atribuição dos comportamentos a causas pessoais está associada a (1) avaliações mais favoráveis sobre membros normativos do endogrupo e mais desfavoráveis sobre membros desviantes do endogrupo (Mendoza, et al., 2005, Estudo 1); (2) emoções mais negativas dirigidas aos membros desviantes do endogrupo (van Prooijen, 2006, Estudos 1 e 2); e (3) punitividade dirigida aos membros desviantes do endogrupo (van Prooijen, 2006, Estudos 3 e 4) por comparação com membros semelhantes do exogrupo. Ou seja, as reacções mais extremas aos membros do endogrupo, características da dinâmica de grupos subjectiva, são uma função da medida em que os comportamentos em questão contribuem para a imagem do endogrupo e, também, da medida em que os alvos são responsabilizados pessoalmente pelos seus comportamentos.

No seguimento dessa investigação, o Estudo 2 procura verificar a hipótese de que as atribuições de causalidade interna são uma condição necessária para o efeito ovelha negra. Como referimos no Capítulo III, os estudos de van Prooijen (2006) atendem à comparação entre situações em que não existem dúvidas sobre que os alvos cometeram os comportamentos em causa, e situações em que existem dúvidas sobre se realmente os cometeram. Ao contrário dos estudos de van Prooijen (2006), analisamos as atribuições de causalidade enquanto processo de inferência sobre os contributos relativos de factores internos e externos para a explicação dos comportamentos (por exemplo, Deschamps, 1997; Kelley, 1973; Kelley & Michela, 1980; Marques & Sousa, 1982, ver Capítulo III). Ou seja, focalizamo-nos somente na situação em que os alvos cometeram os comportamentos, mas em que podem ser diferentemente responsabilizados por esses comportamentos, nomeadamente através da sua imputação a causas internas ou externas.

Esta concepção é semelhante à do estudo de Mendoza et al. (2005, Estudo 1), que induz a associação entre as atribuições de causalidade interna e os julgamentos avaliativos sobre os membros do endogrupo a partir de dados correlacionados. No Estudo 2, manipulamos a saliência das dimensões internas e externas da causalidade dos comportamentos, através de um processo de *priming* (por exemplo, Fenigstein & Levine, 1984; Neumann, 2000).

Estudo 2

Enquadramento e hipóteses.

O objectivo do presente estudo é analisar os efeitos da saliência da causalidade interna e externa dos comportamentos na avaliação de membros normativos e desviantes dos grupos e na adesão a estratégias de controlo social, punitivas e socializadoras, para lidar com os membros desviantes do endogrupo. No enquadramento da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS), antecipamos que as reacções mais extremas dirigidas a membros do endogrupo são determinadas pela percepção da sua responsabilidade pessoal pelos contributos negativos ou positivos que proporcionam para a imagem do endogrupo (ver Mendoza et al, 2005; van Prooijen, 2006).

No Estudo 2, os participantes começavam por explicar uma série de comportamentos através somente de atribuições de causalidade interna, ou somente de causalidade externa (*priming*[12] da causalidade), para tornar acessível aos participantes, respectivamente, ou as dimensões internas, ou externas, da causalidade dos comportamentos (por exemplo, Fenigstein & Levine, 1984; Neumann, 2000, ver Anexo 4). De seguida, num cenário experimental semelhante ao do Estudo 1, os participantes eram solicitados a avaliar membros normativos e desviantes do endogrupo, a atribuir os comportamentos destes a causas internas ou externas, e a indicar a sua motivação para aderir a estratégias punitivas ou socializadoras, para lidar com os membros desviantes do endogrupo (cf. Estudo 1, Capítulo V).

Antecipamos que a situação de *priming* da causalidade interna, na medida em que salienta a responsabilização dos alvos pelas atitudes e comportamentos que apresentam, facilitará o efeito ovelha negra, enquanto o *priming* da causalidade externa, que salienta o impacto do contexto na explicação das atitudes e comportamentos dos alvos, reduz ou até anula o efeito ovelha negra. Adicionalmente, antecipamos que as avaliações mais extremas sobre os alvos dos grupos estejam positivamente associadas

[12] O *priming* é o efeito da memória implícita de um estímulo sobre a resposta a um estímulo subsequente, mesmo se o indivíduo não tem consciência do estímulo prévio ou da sua influência (por exemplo, Fazio & Olson, 2003; Richardson-Klavehn & Bjork, 1988; Roediger, 1990; Schacter, 1987).

com as atribuições dos seus comportamentos a causas internas (Mendoza, et al., 2005, Estudo 1). Finalmente, prevemos que a identificação social esteja associada com as avaliações favoráveis dos membros normativos do endogrupo, com as avaliações desfavoráveis dos membros desviantes do endogrupo e com a adesão a estratégias de controlo social, punitivas ou socializadoras, sobre o desvio do endogrupo (ver Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Pinto et al., 2010, ver Estudo 1).

Método.

Participantes.

Participaram no estudo 29 estudantes de Psicologia e 24 estudantes de Ciências da Educação, matriculados na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (89% do sexo feminino). A idade dos participantes variava entre os 18 e os 43 anos (*Idade Média* = 24.30 anos; *DP* = 5.61).

Aplicámos um plano experimental misto 2 (Saliência das Atribuições: Causalidade Interna vs. Externa) X 2 (Grupo dos Alvos: Endogrupo vs. Exogrupo) X 2 (Valência do Alvo: Normativo vs. Desviante), em que a Saliência das Atribuições e o Grupo dos Alvos são factores inter-sujeitos e a Valência do Alvo é um factor intra-sujeitos[13].

Procedimento.

Os participantes foram abordados em locais públicos da faculdade, sendo-lhes pedido que colaborassem em dois estudos supostamente não relacionados entre si (ver Anexo 4). O "primeiro estudo" era apresentado como tendo o objectivo de conhecer as opiniões sobre as razões da ocorrência de certos acontecimentos no quotidiano da vida estudantil (ver Anexo 4). Para esse efeito, os participantes deviam indicar a sua opinião sobre a plausibilidade de cada uma de duas explicações para cada um de dezasseis

[13] O curso, o sexo e a idade dos participantes encontravam-se distribuídos de forma equilibrada pelas condições experimentais, curso e sexo, ambos $\chi^2(3, N = 53) < 1$ e idade, $F(3, 49) = 1.92$, $p = .14$. Excepto a alteração nas magnitudes dos efeitos, a análise incluindo o curso, sexo e idade dos participantes como co-variantes no desenho experimental resultou de modo semelhante aos resultados reportados. Deste modo, excluímos o curso, sexo e idade das análises.

episódios envolvendo os comportamentos de outros estudantes universitários. De acordo com a condição Saliência das Atribuições, os participantes dispunham somente de explicações que implicavam uma causalidade interna, ou externa dos seus actores (saliência das dimensões de causalidade interna e externa, respectivamente). Para cada comportamento, eram apresentadas duas explicações possíveis, uma instável e outra estável (ver Frieze & Weiner, 1971; Weiner & Kukla, 1970). Por exemplo, para salientar as atribuições de causalidade internas, era apresentado o seguinte episódio: "*A* não consegue convencer um amigo a acompanhá-lo a um concerto", seguido da solicitação ao participante para explicar o sucedido, por "*A* ter uma fraca capacidade de persuasão" (interna, estável) e "*A* não se ter esforçado o suficiente para convencer o amigo" (interna, instável), em escalas desde 1: *pouco provável*, até 7: *muito provável*. A fim de salientar as atribuições de causalidade externas, era apresentado o episódio, seguido da solicitação ao participante para explicar o sucedido por "A data do concerto não ser apropriada" (externa, estável) e "O amigo não ter condições financeiras para atender ao concerto." (externa, instável). Este instrumento foi adaptado e traduzido do questionário de Dubois (1994/2009) para aferir a preferência dos indivíduos em geral por explicações internas *versus* externas sobre os acontecimentos do quotidiano.

Depois de terem preenchido o primeiro inquérito, os participantes eram solicitados a preencher um segundo inquérito para um "segundo estudo" (ver Anexo 4). Este estudo era apresentado como tendo o objectivo de analisar as opiniões dos estudantes em relação a algumas minorias étnicas que vivem em Portugal. O cenário e algumas das medidas dependentes eram muito semelhantes aos do Estudo 1 (os detalhes são relatados na secção seguinte). Os participantes responderam, em primeiro lugar, a uma medida de identificação com o seu curso, após o que avaliavam outros dois estudantes (na realidade, alvos fictícios) que, supostamente, tinham dado a sua opinião sobre a temática do estudo. Estes alvos eram idênticos aos que foram apresentados aos participantes do Estudo 1: um dos alvos apoiava o exílio de ciganos condenados por actividades criminosas (alvo desviante), e o outro opunha-se a esta medida (alvo normativo). Os dois alvos eram apresentados como sendo do mesmo curso do participante (endogrupo) ou do outro curso (exogrupo). Os participantes deviam avaliar os alvos, dar uma estimativa dos seus contributos respectivos para a imagem do curso a que pertenciam, e do contributo de cada uma de várias causas internas e externas para a opinião que haviam emitido.

De seguida, tal como no Estudo 1, era pedido aos participantes que indicassem em que medida estariam dispostos a apoiar dois grupos cívicos formados por estudantes do mesmo curso que eles. Os dois grupos propunham-se reduzir o preconceito entre os estudantes do seu curso, advogando um deles uma estratégia socializadora e, o outro, uma estratégia punitiva sobre os estudantes preconceituosos. Finalmente, os participantes respondiam a uma segunda medida de identificação com o seu curso.

Medidas Dependentes.

Identificação Social. Os participantes responderam a questões de identificação com o seu curso em dois momentos diferentes. No início do preenchimento do segundo inquérito as questões de identificação eram as seguintes: "Gosta dos estudantes do seu curso?" (1 = *não gosto nada*; 7 = *gosto muito*); "Ser estudante do seu curso é uma parte importante da sua identidade?" (1 = *não é nada importante*; 7 = *é muito importante*); "Tem confiança nos estudantes do seu curso?" (1 = *muito pouca confiança*; 7 = *confiança absoluta*). No final do segundo inquérito as questões de identificação eram: "Acha que tem atitudes e valores parecidos com os da generalidade dos estudantes do seu curso?" (1 = *de modo nenhum*; 2 = *absolutamente*); "Acha que os estudantes do seu curso têm padrões morais elevados?" (1 = *de modo nenhum*; 2 = *absolutamente*); "É importante para si ser visto(a) como estudante do seu curso?" (1 = *não é nada importante*; 2 = *é muito importante*); "Acha que os estudantes do seu curso são dos estudantes mais habilitados da Universidade do Porto?"(1 = *de modo nenhum*; 2 = *absolutamente*). Calculámos a média das respostas a estes conjuntos de itens a fim de definir dois índices de Identificação Social, prévia e posterior (αs de Cronbach = .73, e .80, respectivamente).

Avaliação dos Alvos. Os participantes liam as opiniões de dois estudantes, dos quais um tinha uma opinião desviante e, o outro, uma opinião normativa. Ambos os estudantes eram do mesmo curso do participante (endogrupo), ou do outro curso (exogrupo). Após lerem estas opiniões, os participantes avaliaram cada um dos alvos numa escala de 7 pontos (1 = *impressão negativa*; 7 = *impressão positiva*).

Impacto dos Alvos. Os participantes respondiam à questão: "Que imagem pensa que este estudante dá acerca da generalidade dos estudantes do curso dele?", através de

duas escalas (1 = *muito má* e *muito desfavorável*; 7 = *muito boa* e *muito favorável*). Calculámos a média das respostas aos conjuntos de itens referentes a cada um dos alvos, a fim de definir dois índices de Impacto, do Alvo Desviante e Normativo (respectivamente, $r = .94$, e $r = .97$, $p < .001$).

Atribuições de Causalidade. Os participantes deviam atribuir cada uma das duas opiniões a cada uma de várias potenciais causas explicativas, algumas internas ("A motivação pessoal"; "O carácter da pessoa"; "A personalidade da pessoa"; "As intenções da pessoa") e outras externas ("Influências de amigos e família"; "Influência do contexto económico"; "Influência do contexto cultural"; "Influência da comunicação social."). Mais especificamente, os participantes indicavam o quanto cada uma das causas constituía uma explicação plausível para as opiniões emitidas por cada um dos alvos, numa escala de 7 pontos (1 = *quase nada*, até 7 = *quase tudo*). Calculámos a média das respostas aos conjuntos de itens referentes a cada uma das tipologias de atribuições, para cada um dos alvos, a fim de definir quatro índices: Atribuições Internas / Alvo Normativo (α de Cronbach = .88); Atribuições Internas / Alvo Desviante (α de Cronbach = .79); Atribuições Externas / Alvo Normativo (α de Cronbach = .77); e Atribuições Externas / Alvo Desviante (α de Cronbach = .70).

Estratégias de controlo social. Os participantes deviam indicar o seu grau de apoio a cada um de dois grupos cívicos, constituídos por estudantes do mesmo curso que eles, que procuravam lidar com o desvio (preconceito e discriminação) no endogrupo (ver Estudo 1). Os participantes deviam indicar o seu grau de apoio a cada um dos grupos, de quatro maneiras: "inscrever-se numa *mailing list* do grupo", "assinar um manifesto do grupo", "integrar o grupo", e "recrutar outros estudantes para se juntarem ao grupo" (1 = *de modo nenhum*, até 7 = *absolutamente*). Um dos grupos advogava uma estratégia de socialização (quatro itens, α de Cronbach = .85) e, o outro, uma estratégia punitiva (quatro itens, α de Cronbach = .96).

Resultados.

Identificação prévia.

Uma análise de variância Saliência das Atribuições (Causalidade Interna vs. Externa) X Grupo dos Alvos (Endogrupo vs. Exogrupo) mostrou não existirem diferenças significativas na identificação dos participantes com o endogrupo entre as condições experimentais (todos os $F1, 49 < 1.50$, *ns*).

Avaliação.

Esperávamos que o efeito ovelha negra ocorresse mais fortemente na condição de saliência das atribuições de causalidade interna, do que na condição de saliência das atribuições de causalidade externa. Para verificar esta predição, conduzimos uma análise de variância Saliência das Atribuições X Grupo do Alvo X Valência do Alvo. Esta análise revelou uma interacção marginalmente significativa Saliência das Atribuições X Grupo do Alvo X Valência do Alvo, consistente com a nossa hipótese principal, $F(1, 49) = 2.67$, $p = .11$, $\eta^2 = .05$ (ver Figura 4). Embora não seja significativa, decompusemos a interacção de acordo com a condição da Saliência das Atribuições.

Na condição de saliência de causalidade interna, verificámos um padrão consistente com o efeito ovelha negra, embora a interacção Grupo do Alvo × Valência do Alvo não seja significativa, $F(1, 50) = 2.14$, $p = .15$, $\eta^2 = .04$. De facto, embora os participantes tenham, aparentemente, avaliado o membro desviante do endogrupo ($M = 2.92$; $DP = 1.26$) mais negativamente do que o membro desviante do exogrupo ($M = 3.27$, $DP = 2.15$), esta diferença não é significativa, $F(1, 50) < 1$, *ns*. Para além disso, os participantes avaliaram o membro normativo do endogrupo ($M = 5.46$; $DP = 1.13$) de forma marginalmente mais favorável do que o membro normativo do exogrupo ($M = 4.47$, $DP = 1.68$), $F1, 50 = 3.42$, $p = .07$, $\eta^2 = .06$. Na condição de saliência de causalidade externa, a interacção Grupo do Alvo X Valência do Alvo não é significativa, $F(1, 50) < 1$, *ns*.

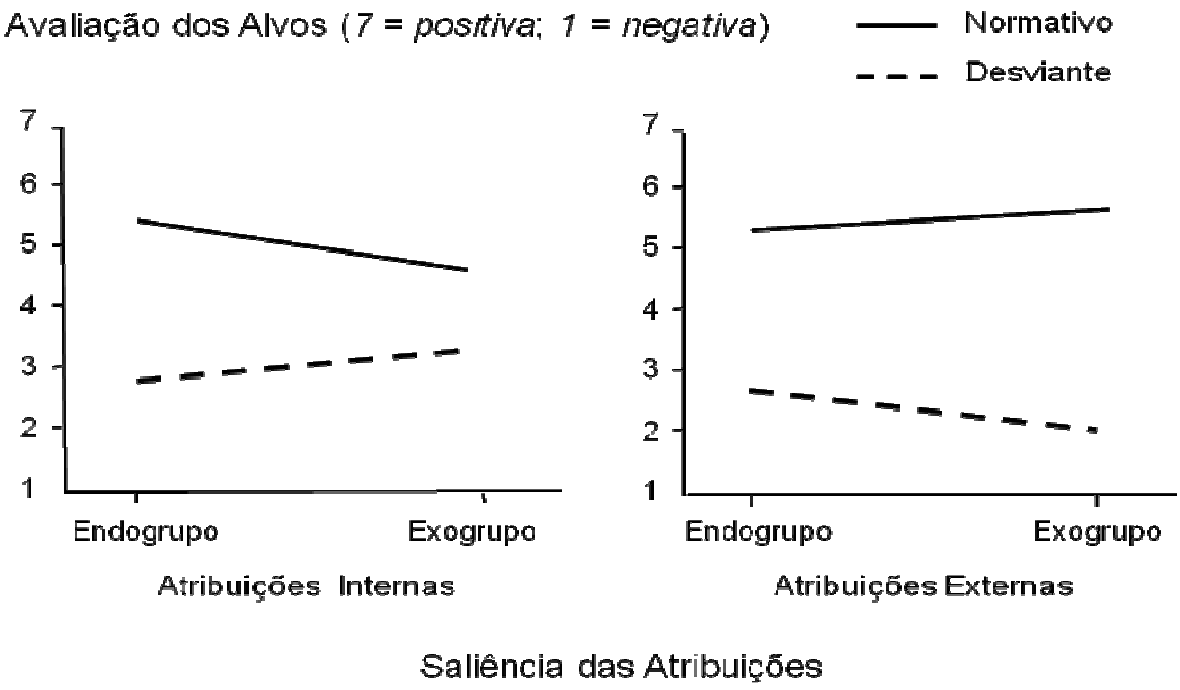


Figura 4. Avaliações de Alvos Normativos e Desviantes Em Função da Saliência das Atribuições (Internas ou Externas) e do Grupo dos Alvos (Endogrupo ou Exogrupo).

Impacto dos alvos.

Esperávamos também que os participantes julgassem os membros do endogrupo como contribuindo mais para a imagem do grupo, do que os membros do exogrupo, e que esta diferença fosse mais forte na condição de saliência de causalidade interna. Para analisar esta predição, conduzimos uma análise de variância Saliência das Atribuições X Grupo do Alvo X Valência do Alvo. A interacção Saliência das Atribuições × Grupo do Alvo × Valência do Alvo é marginalmente significativa, $F(1, 49) = 2.97$, $p = .09$, $\eta^2 = .06$. Na condição de saliência da causalidade interna, a interacção Grupo do Alvo × Valência do Alvo é significativa, $F(1, 50) = 5.11$, $p = .03$, $\eta^2 = .09$. O mesmo não se passa na condição de saliência da causalidade externa, $F(1, 50) < 1$.

Na condição de saliência da causalidade interna, os participantes consideraram que o membro desviante do endogrupo tinha um impacto para a imagem do endogrupo mais negativo ($M = 2.50$; $DP = .96$), do que o impacto do membro desviante do exogrupo para a imagem do exogrupo ($M = 3.20$, $DP = 1.57$), embora esta diferença não seja significativa, $F1, 50 = 2.17$, $p = .15$, $\eta^2 = .04$. A percepção do impacto favorável do membro normativo do endogrupo ($M = 5.54$; $DP = 1.07$) é marginalmente superior à relativa ao impacto do membro normativo do exogrupo ($M = 4.57$, $DP = 1.65$), $F1, 50 = 3.40$, $p = .07$, $\eta^2 = .06$.

Associações entre avaliações, impacto, e atribuições de causalidade.

Para verificar o impacto das manipulações experimentais nas atribuições de causalidade, conduzimos uma análise de variância Saliência das Atribuições X Grupo do Alvo X Valência do Alvo X Dimensão das Atribuições, sobre as atribuições de causalidade interna e externa.

Ao contrário do que antecipávamos, não encontrámos quaisquer variações significativas associadas ao efeito experimental do *priming*. De outro modo, obtivemos uma interacção Valência do Alvo X Dimensão das Atribuições significativa, $F(1, 49) = 29.81$, $p < .001$, $\eta^2 = .38$: Os participantes atribuíram mais causas internas aos comportamentos do alvo normativo ($M = 5.55$, $DP = 1.03$), do que aos comportamentos do alvo desviante ($M = 5.05$, $DP = .99$, $F1, 49 = 18.91$, $p < .001$, $\eta^2 = .29$) e menos causas externas aos comportamentos do alvo normativo ($M = 4.87$, $DP = 1.10$) do que aos comportamentos do alvo desviante ($M = 5.41$, $DP = .90$, $F1, 49 = 16.31$, $p < .001$, $\eta^2 = .25$). Este padrão atributivo, que não foi antecipado, é analisado na discussão dos resultados.

Para testarmos as relações entre as atribuições de causalidade, a percepção do impacto dos alvos e os julgamentos avaliativos sobre os alvos, calculámos as correlações entre estas medidas dentro de cada condição definida pela Saliência das Atribuições de Causalidade e o Grupo do Alvo (ver Quadros 2 e 3). Em conformidade com os padrões relatados anteriormente, as medidas de avaliação e da percepção do impacto sobre dos alvos estão correlacionadas positivamente em todas as condições ($.64 \leq r \leq .89$, todos $p \leq 0.03$, ver Quadro 2). Ou seja, as avaliações mais favoráveis dos membros normativos estavam associadas à percepção de um maior impacto positivo para a imagem do endogrupo, e as avaliações desfavoráveis dos membros desviantes estavam associadas à percepção de um maior impacto negativo.

Quadro 2

Correlações entre as Avaliações e o Impacto dos Alvos Em Função da Saliência das Atribuições (Internas ou Externas) e do Grupo dos Alvos (Endogrupo ou Exogrupo).

		Grupo dos Alvos	
		Endogrupo	Exogrupo
Saliência das Atribuições Internas	Alvo Normativo	.78**	.89**
	Alvo Desviante	.66*	.69**
Saliência das Atribuições Externas	Alvo Normativo	.76**	.76**
	Alvo Desviante	.74**	.64*

* $p \leq .05$. ** $p \leq .01$.

No que diz respeito às relações entre as avaliações e as atribuições de causalidade, na condição de saliência das atribuições de causalidade interna e de julgamentos sobre membros do endogrupo, verificaram-se correlações significativas consistentes com as nossas hipóteses (ver Quadro 3). As avaliações menos favoráveis do membro desviante do endogrupo estavam associadas a mais atribuições internas aos comportamentos em questão (r = -.66, p = .02). Por sua vez, as avaliações mais favoráveis do membro normativo do endogrupo estavam associadas a mais atribuições internas aos comportamentos em questão (r = .58, p = .04). Além disso, na condição de saliência das atribuições de causalidade interna, a avaliação desfavorável do membro desviante do exogrupo estava associada à realização de atribuições causalidade externa sobre os seus comportamentos (r = -.44, p = .10); e na condição de saliência das atribuições de causalidade externa, a percepção do impacto do membro normativo do exogrupo estava correlacionada com as atribuições de causalidade interna (r = .60, p = .05).

Quadro 3

Correlações entre as Atribuições de Causalidade (Internas e Externas) e outras Medidas Em Função da Saliência das Atribuições (Internas ou Externas) e do Grupo dos Alvos (Endogrupo ou Exogrupo).

	Saliência das Atribuições							
	Internas				Externas			
	Grupo dos Alvos							
	Endogrupo		Exogrupo		Endogrupo		Exogrupo	
Atribuições de Causalidade:	Internas	Externas	Internas	Externas	Internas	Externas	Internas	Externas
Avaliação do Alvo Desviante	-.66**	-.45	-.25	-.44*	.12	-.18	-.39	-.29
Avaliação do Alvo Normativo	.58**	.35	.27	-.30	.14	-.28	.39	-.21
Impacto do Alvo Desviante	-.28	-.37	-.11	-.41	.07	-.28	-.23	-.13
Impacto do Alvo Normativo	.41	.05	.32	-.27	.23	-.09	.60**	.33

* $p \leq .1$. ** $p \leq .05$.

Associações entre avaliações, impacto dos alvos, atribuições de causalidade, estratégias de controlo social, e motivações identitárias.

A fim de investigarmos as motivações identitárias associadas aos julgamentos avaliativos, percepções do impacto e atribuições de causalidade dirigidas aos alvos, e o apoio a estratégias socializadoras e punitivas sobre o desvio endogrupal, testámos as correlações entre estas medidas e a identificação social prévia e posterior, em cada condição definida pela saliência da causalidade e grupo dos alvos[14] (ver Quadro 4). Na condição de saliência das dimensões internas da causalidade, a percepção do impacto desfavorável do membros desviante do endogrupo para a imagem do endogrupo está

[14] Em contraste com a investigação prévia no quadro da TDGS, analisámos o controlo social sobre o desvio em geral no endogrupo, e não sobre membros desviantes do endogrupo e exogrupo, em particular. Deste modo, a nossa análise sobre o controlo social não se focaliza nas diferenças de médias entre condições.

significativamente associada à identificação social posterior, r = -.68, p = .010. Quanto mais os participantes reconheceram o impacto negativo do membro desviante do endogrupo, mais se identificaram posteriormente com o endogrupo.

Além disso, na condição de saliência das dimensões internas da causalidade, a identificação social prévia está marginalmente associada à avaliação desfavorável do membro desviante do exogrupo, r = -.45, p = .090, e à percepção do seu impacto negativo, r = -.48, p = .070. Finalmente, na condição de saliência das atribuições de causalidade externa, a identidade social posterior está positivamente associada à atribuição dos comportamentos do membro normativo do exogrupo, quer a causas internas, r = .63, p = .04, quer a causas externas, r = .65, p = .03.

Discussão.

Neste segundo estudo, analisámos os efeitos da saliência das atribuições causais sobre os julgamentos dirigidos a membros normativos e desviantes do endogrupo e do exogrupo. Os resultados sugerem que a condição em que eram salientadas as dimensões de causalidade interna das atitudes e comportamentos activou padrões avaliativos reminiscentes do efeito ovelha negra. Nesta condição, os participantes avaliaram mais favoravelmente os membros normativos do endogrupo, e mais desfavoravelmente os membros desviantes do endogrupo, e consideraram os membros normativo e desviante como tendo, respectivamente, mais impacto positivo e negativo, para a imagem do endogrupo, do que nos julgamentos sobre os membros do exogrupo com comportamentos semelhantes. Embora quase todos estes efeitos tenham sido apenas marginalmente significativos, foram consistentes com as hipóteses do estudo.

Quadro 4

Correlações entre a Identificação Social (Prévia e Posterior) e outras Medidas Em Função do Saliência das Atribuições de Causalidade (Internas e Externas) e do Grupo dos Alvos (Endogrupo ou Exogrupo).

	Saliência das Atribuições							
	Internas				Externas			
	Grupo dos Alvos							
	Endogrupo		Exogrupo		Endogrupo		Exogrupo	
Identificação Social:	Prévia	Posterior	Prévia	Posterior	Prévia	Posterior	Prévia	Posterior
Avaliação do Alvo Desviante	-.09	-.28	-.45*	-.32	-.17	-.20	-.39	-.14
Avaliação do Alvo Normativo	.01	.28	.27	.25	.03	-,02	.41	-.07
Impacto do Alvo Desviante	-.42	-.68**	-.48*	-.01	-.06	-.02	.23	.02
Impacto do Alvo Normativo	.22	.39	-.01	.05	.29	.40	.31	.31
Atribuições Internas / Alvo Desviante	.20	-.06	-.19	.28	-.05	.14	-.02	.15
Atribuições Externas / Alvo Desviante	-.17	.04	.14	.28	-.26	-.08	.22	.41
Atribuições Internas / Alvo Normativo	.17	.38	-.05	.14	-.26	.13	.11	.63**
Atribuições Externas / Alvo Normativo	-.32	-.10	-.03	.34	-.12	-.19	-.03	.65**
Apoio à Estratégia Punitiva	.26	.25	-.05	.20	.04	-.27	-.10	.48
Apoio à Estratégia Socializadora	.06	.23	.21	-.06	.18	.08	.09	.34

* $p \leq .1$. ** $p \leq .05$ *** $p \leq .01$.

Convém realçar que a análise das médias relativas à atribuição das atitudes e comportamentos dos alvos não permitiu confirmar o sucesso da indução da saliência das atribuições pelo *priming*. De um modo geral, os participantes atribuíram mais causas

internas, e menos causas externas, aos comportamentos normativos, do que aos comportamentos desviantes, independentemente da pertença grupal dos alvos e do *priming* das atribuições de causalidade.

Este padrão atributivo não foi antecipado e é, até, contraditório com algumas teorias da atribuição que postulam que os indivíduos tendem a atribuir os comportamentos socialmente desejáveis ou consensuais dos outros, a factores de causalidade externa, na medida em que os imputam mais facilmente às pressões do contexto (por exemplo, Jones, Davis, & Gergen, 1961; Kelley, 1972; Lalljee, Watson, & White, 1982; McArthur, 1972, ver Kelley & Michela, 1980). Estas teorias postulam que os comportamentos socialmente indesejáveis ou invulgares, por sua vez, constituem indícios das disposições e intenções dos actores, pelo que são mais facilmente atribuídos a factores de causalidade interna.

Outros autores postulam uma tendência em conformidade com os nossos resultados, i.e. a realização de atribuições internas a comportamentos socialmente desejáveis, e externas a comportamentos indesejáveis (por exemplo, Feather & Simon, 1975; Frieze & Weiner, 1971; Weiner & Kukla, 1970; Wong & Weiner, 1981). No quadro destas teorias, os comportamentos desejáveis são atribuídos a causas internas, e os indesejáveis a causas externas, porque respectivamente confirmam ou violam as expectativas sociais. Mais especificamente, a atribuição dos comportamentos normativos a causas internas, e dos comportamentos desviantes a causas externas, que implicam respectivamente a naturalização das normas e a relativização dos desvios, permitem aos indivíduos conservar ou reforçar os quadros normativos em questão, por exemplo, as teorias implícitas sobre o sucesso e o fracasso (Weiner & Kukla, 1970), as crenças sobre a justiça da hierarquia social (Sidanius & Pratto, 1999), ou as crenças no mundo justo (Lerner, 1980). Neste sentido, podemos admitir que os participantes tenham realizado as suas atribuições de acordo com a expectativa que detinham para a tolerância social dos estudantes em geral, independentemente de pertencerem ao curso de Psicologia ou Ciências da Educação. Esta expectativa geral terá, assim, sido mais forte do que a indução experimental da saliência das dimensões de causalidade interna ou externa.

Outra explicação possível para a ausência do efeito da saliência da causalidade relaciona-se com a tendência dos indivíduos para realizarem atribuições aos comportamentos dos membros do endogrupo e do exogrupo que se reflectem positivamente sobre a imagem do endogrupo, i.e. o erro derradeiro de atribuição (ver

Hewstone, 1990; Pettigrew, 1979/2001, ver Capítulo III). Em particular, esses estudos demonstram que os membros dos grupos atribuem mais causas internas aos comportamentos desejáveis dos membros do endogrupo do que aos comportamentos desejáveis dos membros do exogrupo, e atribuem mais causas externas aos comportamentos indesejáveis do endogrupo, que do exogrupo. De acordo com a investigação sobre o erro derradeiro de atribuição, podemos especular que a tendência dos indivíduos para favorecerem o endogrupo, através das suas atribuições de causalidade a comportamentos desejáveis e indesejáveis, pode ter interagido com o *priming* e, por isso, não ter possibilitado um efeito estatístico linear da saliência das atribuições de causalidade.

Apesar da ausência do efeito da saliência das atribuições de causalidade, outros resultados são consistentes com a hipótese da associação entre as atribuições de causalidade interna e a avaliação mais extrema dos membros do endogrupo em conformidade com seu impacto na imagem do grupo. Nomeadamente, na condição de saliência das atribuições de causalidade interna e de avaliação sobre membros do endogrupo, verificámos que as avaliações mais desfavoráveis dirigidas ao membro desviante do endogrupo, e as avaliações mais favoráveis dirigidas ao membro normativo do endogrupo, estavam associadas à realização de mais atribuições internas aos seus comportamentos. Ou seja, na condição da saliência da dimensão de causalidade interna, as avaliações mais extremas sobre os membros do endogrupo, características do efeito ovelha negra, ocorreram na medida em que os participantes atribuíram os comportamentos dos alvos a causas internas. Além disso, na condição de saliência da causalidade interna, quanto mais os participantes denunciaram o impacto negativo do membro desviante do endogrupo para a imagem do endogrupo, mais se identificaram posteriormente com o endogrupo. Estas relações significativas ocorreram somente com a saliência das atribuições de causalidade interna e no julgamento sobre os membros do endogrupo, sugerindo que o papel da focalização prescritiva para os julgamentos sobre os alvos esteve mais presente nesta condição experimental, do que nas outras.

Conclusão

Os resultados do Estudo 2 sugerem que as atribuições de causalidade interna têm um papel relevante nas reacções mais extremas dirigidas a membros normativos e

desviantes do endogrupo. Em conformidade com investigação prévia, encontrámos evidência de que os membros dos grupos reagem de modo mais extremo a membros do endogrupo, de acordo com a sua responsabilização por atitudes e comportamentos que contribuem, de modo favorável ou desfavorável, para a validade subjectiva da representação positiva do endogrupo (Mendoza, et al., 2005; van Prooijen, 2006).

Neste sentido, os resultados obtidos neste estudo complementam os do Estudo 1, que haviam confirmado que os indivíduos avaliam de modo mais extremo os membros do endogrupo, em função do contributo destes para a imagem do endogrupo e da motivação para garantir a superioridade do endogrupo num quadro de comparação intergrupal. No Estudo 2, encontramos evidência sugestiva de que as atitudes e comportamentos dos membros do endogrupo serão percebidas como contribuindo para a imagem do endogrupo, na medida em que são imputados à sua responsabilidade pessoal. Se, no Estudo 1, confirmamos o papel determinante da ameaça social, os resultados do Estudo 2 sugerem-nos que a causalidade interna é também uma condição necessária para a activação da focalização prescritiva que está na base do efeito ovelha negra.

Efeitos das atribuições de causalidade.

No Estudo 2, induzimos dimensões de causalidade internas versus externas dos comportamentos dos membros dos grupos, antecipando que determinariam os julgamentos avaliativos subsequentes sobre os membros normativos e desviantes do endogrupo e exogrupo, a percepção do impacto destes para a imagem do respectivo grupo, e a adesão a estratégias de controlo sobre membros desviantes do endogrupo, em conformidade com a representação da imagem positiva do endogrupo.

A análise das médias das atribuições de causalidade que os participantes realizaram para os comportamentos em causa, não nos permitiram confirmar o sucesso da indução experimental. No entanto, alguma evidência sugere que a saliência das atribuições de causalidade interna teve impacto nos julgamentos sobre os comportamentos dos membros do endogrupo e, em particular, na percepção do contributo destes para a validade subjectiva da imagem do endogrupo. Nomeadamente, na condição de saliência das atribuições de causalidade interna, (1) as avaliações mais desfavoráveis do membro desviante do endogrupo correlacionaram com o seu impacto

negativo para a imagem do endogrupo e com as atribuições internas aos seus comportamentos e (2) as avaliações mais favoráveis do membro normativo do endogrupo correlacionaram com o seu impacto positivo para a imagem do endogrupo e com as atribuições internas aos seus comportamentos e (3) quanto mais os participantes denunciaram o impacto negativo do membro desviante para a imagem do endogrupo, mais se identificaram posteriormente com o endogrupo. Estes resultados sugerem que, na condição em que estavam salientes as dimensões da causalidade interna dos comportamentos, estiveram presentes julgamentos característicos da focalização prescritiva, em particular, associados à realização de atribuições de causalidade interna, o que é um padrão consistente com as nossas hipóteses.

Uma vez que o nosso principal objectivo era comparar uma situação de responsabilização *versus* de desresponsabilização dos alvos pelos seus comportamentos, não distinguimos outras dimensões de causalidade, que não a tipologia interna / externa. A falta de distinção entre dimensões como da estabilidade e controlabilidade dos factores explicativos (por exemplo, Frieze & Weiner, 1971; Weiner, 1979; Weiner & Kukla, 1970) pode também ter contribuído para a dificuldade em produzir efeitos simples significativos da avaliação dos alvos normativos e desviantes pela sua pertença grupal.

Estudos posteriores, que procurem relacionar as atribuições de causalidade com o efeito ovelha negra, deverão ter assim em conta a articulação da causalidade interna e externa, com as outras dimensões das atribuições. Neste sentido, podemos antecipar que, tanto a percepção de maior estabilidade como de maior controlabilidade, estarão associadas à responsabilização dos membros do endogrupo pelos seus comportamentos e, por isso, à maior consideração do seu impacto, seja favorável ou desfavorável, para a imagem do endogrupo. Ou seja, as atribuições de causalidade interna, mas instável e/ou incontrolável, poderão não resultar tão facilmente na activação do efeito ovelha negra, quanto as atribuições de causalidade simultaneamente internas, estáveis e controláveis.

Controlo social e emoções grupais.

De modo contrastante com o Estudo 1, não confirmámos a associação da adesão ao controlo social com as preocupações de promoção da identidade social. Estudos posteriores poderão investigar a articulação destes processos com as emoções grupais.

De acordo com a investigação prévia, antecipamos que as emoções grupais são factores mediadores fulcrais entre as atribuições de causalidade e a adesão a estratégias de mobilização colectiva, por exemplo a culpa em relação à reparação social das acções indesejáveis e a vergonha em relação ao afastamento do endogrupo dessas acções indesejáveis (por exemplo, Iyer, et al., 2007; Johns, et al., 2005, ver Capítulos II e III), ou o orgulho grupal em relação às características desejáveis do endogrupo como determinante do auxílio e da cooperação (Cuddy, et al., 2007, ver Capítulo II).

Em particular, acompanhamos a proposta de Johns e Schmader e Lickel (2005) sobre que a vergonha grupal pode ser um mecanismo emocional para a desvalorização dos membros desviantes do endogrupo. No entanto, podemos antecipar que outras emoções negativas, como a culpa, também possam explicar as acções de derrogação endogrupal. Como os estudos de Marques, Abrams e Serôdio (2001) e Pinto, Marques, Levine e Abrams (2010) demonstram, os julgamentos avaliativos desfavoráveis não constituem necessariamente uma estratégia de distanciamento em relação aos alvos, que estaria associada à emoção da vergonha grupal. Em alguns casos, como também constatámos em alguns dos resultados do Estudo 1, a vontade do indivíduo em reparar os actos desviantes do endogrupo, que poderá implicar ter de lidar com o alvo desviante pode sobrepor-se à vontade de distanciamento em relação a ele. A culpa grupal pode ser assim uma causa explicativa para a adesão dos membros dos grupos ao controlo social, seja na forma de punição ou socialização. Estudos posteriores que analisem as atribuições de causalidade e outros julgamentos que activam preferencialmente a vergonha ou a culpa grupais, e o seu respectivo impacto nos julgamentos subsequentes sobre os membros normativos e desviantes do endogrupo e na adesão a estratégias de controlo social sobre os membros desviantes do endogrupo, parecem-nos assim deter elevado potencial para a compreensão do efeito ovelha negra.

CAPÍTULO VI

Efeitos da Saliência da Auto-categorização no Efeito Ovelha Negra

Como referimos no Capítulo II, os indivíduos podem definir-se em termos da auto-atribuição de traços caracteriológicos e diferenças individuais (auto-categorização pessoal), ou em termos da pertença a um grupo mais ou menos abrangente (auto-categorização social). Neste sentido, o auto-conceito é um processo flexível, que varia em função da experiência prévia dos indivíduos e das características do seu contexto, na medida em que tornam determinadas categorizações como mais apropriadas, ou salientes, do que outras, para certas situações (por exemplo, Haslam, et al., 2010a; Oakes, et al., 1994; Onorato & Turner, 2004; Reynolds & Turner, 2006; Turner, 1999; Turner, et al., 1994; Turner, et al., 2006).

No Estudo 3, investigamos o efeito da saliência de uma auto-categorização sobre as reacções dos indivíduos em relação aos membros normativos e desviantes dos grupos. Deste modo, testamos a hipótese, da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS), de que as reacções mais extremas dirigidas aos membros do endogrupo, características do efeito ovelha negra, visam promover a imagem positiva do endogrupo face a um exogrupo comparativo (Marques, 2010; Marques, Abrams, Paez, et al., 2001; Marques & Paez, 2008). Como descrevemos no Capítulo III, dois estudos de Marques e colegas confirmam que o efeito ovelha negra ocorre sob circunstâncias que tornam saliente o quadro de comparação intergrupal que diferencia os alvos conforme a sua pertença ao endogrupo e exogrupo; e não ocorre quando não está saliente alguma pertença endogrupal (Marques, Abrams & Serôdio, 2001, Estudo 2), ou quando os comportamentos dos alvos são relevantes para uma categoria super-ordenada (Marques, Yzerbyt, & Leyens, 1988, Estudo 2). O Estudo 3 segue esta investigação, aplicando uma indução experimental que salienta os níveis de auto-categorização pessoal, subordinada e super-ordenada, e confirmando os seus efeitos nos julgamentos avaliativos, adesão a estratégias de controlo social, e identificação social posterior, em conformidade com os postulados da TDGS.

Estudo 3

Enquadramento e hipóteses.

Para a Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS), o efeito ovelha negra está associado ao contributo dos membros-alvo para a imagem positiva do endogrupo saliente (Marques, 2010; Marques, Abrams, Paez, et al., 2001; Marques & Paez, 2008). Como alternativa a esta ideia, Eidelman e Biernat (2003, ver Capítulo III), postulam que a depreciação dos membros desviantes do endogrupo representa uma estratégia de distanciamento interpessoal, por parte do indivíduo que julga, em relação a estes membros.

Um modo de confirmar a explicação da TDGS sobre o efeito ovelha negra passa por manipular a saliência da auto-categorização no quadro da avaliação dos alvos normativos e desviantes. Neste sentido, no presente estudo, tornámos saliente aos participantes, ou o quadro de comparação intergrupal que diferencia os alvos conforme a sua pertença ao endogrupo e exogrupo, ou o quadro de comparação intergrupal que agrega todos os alvos em termos de um endogrupo comum, ou a auto-categorização do participante e dos alvos como indivíduos distintos uns dos outros.

O cenário experimental deste estudo é semelhante ao dos estudos anteriores desta investigação. Os participantes foram estudantes que receberam informação sobre dois alvos pertencentes ou ao seu próprio curso ou a outro curso da mesma faculdade, dos quais um tinha uma opinião preconceituosa (desviante) e o outro tinha uma opinião tolerante (normativo) em relação aos ciganos. Segundo as condições experimentais, tornámos saliente aos participantes, ou as suas características pessoais (auto-categorização pessoal), ou o facto de serem membros do seu curso (auto-categorização num endogrupo subordinado), ou o facto de serem estudantes da sua faculdade (auto-categorização num endogrupo super-ordenado). Esperávamos que, na condição de saliência do endogrupo subordinado, os alvos normativos do endogrupo subordinado seriam julgados mais favoravelmente, e os alvos desviantes do endogrupo subordinado mais desfavoravelmente, do que os alvos correspondentes do exogrupo subordinado, i.e. o efeito ovelha negra. De outro modo, esperávamos que o efeito ovelha negra fosse mais fraco, ou, mesmo que não emergisse, nas outras duas condições, na medida em que a categorização saliente não se basearia na comparação intergrupal associada ao curso dos participantes e, de outro modo, todos os alvos seriam percebidos como membros do

endogrupo saliente ("endogrupo super-ordenado"), ou como indivíduos ("pessoal") com atitudes e comportamentos normativos ou desviantes.

Adicionalmente, prosseguimos a análise iniciada nos estudos anteriores sobre as associações entre as avaliações dos alvos normativos e desviantes, a adesão a estratégias de controlo sobre o desvio endogrupal, e a identificação com o endogrupo. Em particular, no Estudo 3, acrescentamos uma estratégia de tipo exclusivo, i.e. a expulsão dos membros desviantes do grupo (Festinger, 1950, ver Capítulo I).

Método.

Participantes.

Participaram no estudo 65 estudantes de Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (85% do sexo feminino). A idade dos participantes variava entre os 18 e os 54 anos (*Idade Média* = 22.49 anos; *DP* = 7.32). O plano experimental é um 3 (Saliência da Auto-categorização: Pessoal vs. Endogrupo Subordinado vs. Endogrupo Super-ordenado) X 2 (Grupo dos Alvos: Endogrupo vs. Exogrupo subordinados) X 2 (Valência do Alvo: Normativo vs. Desviante) misto, em que a Saliência da Auto-categorização e o Grupo dos Alvos são factores inter-sujeitos e a Valência do Alvo é um factor intra-sujeitos[15].

Procedimento.

Os participantes foram abordados em locais públicos da faculdade, sendo-lhes pedido para colaborarem num estudo sobre o preconceito e a discriminação dos estudantes contra minorias étnicas (ver Anexo 5). O cenário e algumas das medidas dependentes eram semelhantes aos utilizados nos estudos 1 e 2 (ver secção seguinte). Segundo a condição da saliência da auto-categorização, os participantes receberam as instruções de que o objectivo do estudo era conhecer, ou as suas atitudes e opiniões "pessoais" (auto-categorização pessoal), ou as suas atitudes e opiniões "enquanto

[15] O sexo dos participantes distribui-se de forma não-significativamente diferente pelas condições experimentais, $\chi^2(5, N = 65) = 5.22$, *ns*. Existem diferenças na idade dos participantes através das condições, $F(2, 59) = 5.24$, $p = .008$, mas que não afectam significativamente os efeitos reportados. Deste modo, não incluímos o sexo e a idade no desenho experimental.

estudante de Ciências da Educação da FPCEUP" (auto-categorização no endogrupo subordinado), ou enquanto "estudante da FPCEUP" (auto-categorização no endogrupo super-ordenado) acerca de algumas minorias étnicas em Portugal. Para reforçar esta categorização, era pedido aos participantes para escreverem em algumas linhas, ou a sua opinião pessoal, ou a sua opinião enquanto estudante de Ciências da Educação da FPCEUP, ou a sua opinião enquanto estudante da FPCEUP sobre a implementação da medida judicial segundo a qual "todos os ciganos que sejam considerados culpados de crimes graves devem ser forçosamente expulsos do meu País."

De seguida, os participantes deviam dar a sua impressão sobre dois outros estudantes que tinham emitido as suas opiniões sobre aquela medida judicial. Estes dois alvos eram idênticos aos dos estudos 1 e 2: o alvo desviante mostrava-se a favor do exílio de ciganos condenados por actividades criminosas; o alvo normativo opunha-se a esta medida. Os dois alvos eram apresentados, ou como estudantes do curso de Ciências da Educação (endogrupo subordinado) ou como estudantes do curso de Psicologia (exogrupo subordinado) da FPCEUP.

Os participantes indicavam, então, o grau em que estariam dispostos a colaborar com cada um de três grupos cívicos formados por estudantes do mesmo curso que eles. Estes grupos propunham-se reduzir o preconceito entre os estudantes do seu curso. Um deles advogava uma estratégia socializadora sobre os estudantes preconceituosos, outro, uma estratégia punitiva, e o último, a expulsão dos estudantes preconceituosos do curso. Finalmente, os participantes eram solicitados a indicar a extensão da sua identificação com o seu curso.

Medidas Dependentes.

Avaliação dos Alvos. Após lerem as opiniões de dois estudantes-alvo, ambos de Ciências da Educação, ou de Psicologia, da FPCEUP, um demonstrando uma opinião desviante e outro, uma opinião normativa, os participantes deviam responder à questão "Qual é a sua impressão sobre o estudante de Ciências da Educação (Psicologia) da FPCEUP que manifesta a Opinião 1 (2)?" (1 = *negativa*; 7 = *positiva*).

Estratégias de controlo social. Os participantes deviam indicar o seu grau de apoio a cada um de três grupos cívicos, constituídos por estudantes do mesmo curso que eles, que procuravam lidar com o desvio (preconceito e discriminação) no endogrupo.

Os participantes deviam indicar o seu grau de apoio a cada um dos grupos, de quatro maneiras: "inscrever-se numa *mailing list* do grupo", "assinar um manifesto do grupo", "integrar o grupo", e "recrutar outros estudantes para se juntarem ao grupo" (1 = *de modo nenhum*, 7 = *absolutamente*). Dois dos grupos eram idênticos aos apresentados nos estudos 1 e 2, um advogando uma estratégia de socialização (quatro itens, α de Cronbach = .86) e o outro, uma estratégia punitiva (quatro itens, α de Cronbach = .96). O terceiro grupo advogava a expulsão da faculdade dos estudantes que demonstrassem algum tipo de intolerância social, "uma vez que pessoas racistas não podem ser bons profissionais na área das Ciências da Educação e, pelas suas responsabilidades, podem vir a ter um impacto nocivo na sociedade"[16] (quatro itens, α de Cronbach = .96).

Identificação Social. Os participantes indicaram a extensão da sua identificação com o seu curso: "Acha que tem atitudes e valores parecidos com os da generalidade dos estudantes do seu curso?"; "Acha que os estudantes do seu curso têm padrões morais elevados?" (1 = *de modo nenhum*; 7 = *absolutamente*); "É importante para si ser visto(a) como estudante do seu curso?" (1 = *não é nada importante*; 7 = *é muito importante*); "Acha que os estudantes do seu curso são dos estudantes mais instruídos da Universidade do Porto?"(1 = *de modo nenhum*; 7 = *absolutamente*). Calculámos a média das respostas a estes itens a fim de obter um índice de Identificação Social (α de Cronbach = .67).

Verificação da Manipulação Experimental. Os participantes respondiam a três questões: "Em que medida considera que as suas respostas ao questionário reflectem adequadamente… a sua personalidade / … as opiniões dos outros estudantes do curso a que pertence / … as opiniões dos outros estudantes da faculdade a que pertence?" (1 = *de modo nenhum*; 7 = *absolutamente*).

Resultados.

Verificação da manipulação experimental.

[16] Os grupos que advogavam a socialização e a punição tinham por objectivo, respectivamente, "educar" e "confrontar"os membros desviantes, o que implica a permanência destes no grupo. De modo contrastante, o terceiro grupo não aparenta querer influenciar os membros desviantes, mas antes advoga a sua remoção do grupo, incluindo argumentação específica para justificar esta posição.

Para confirmar o impacto das manipulações experimentais, conduzimos uma análise de variância com a Saliência da Auto-categorização (Individual vs. Endogrupo Subordinado vs. Endogrupo Super-Ordenado) e o Grupo do Alvo (Endogrupo vs. Exogrupo subordinados), como factores inter-sujeitos e as medidas de verificação da manipulação experimental (Individual vs. Curso vs. Faculdade) como factor intra-sujeitos.

Os resultados revelaram apenas um efeito significativo das medidas de verificação, $F(2, 57) = 54.89$ $p < .001$, $\eta^2 = .23$. Os participantes a indicaram que as suas respostas ao questionário reflectiram mais a sua personalidade ($M = 5.52$, $DP = 1.10$), do que a opinião dos estudantes do seu curso ($M = 3.69$, $DP = 1.40$, $t63 = 8.44$, $p < .001$), e do que a opinião dos estudantes da sua faculdade ($M = 3.37$, $DP = 1.44$, $t64 = 10.17$, $p < .001$). Os participantes também indicaram que as suas respostas ao questionário reflectiram mais a opinião dos estudantes do seu curso, do que a dos estudantes da sua faculdade, $t63 = 3.72$, $p < .001$. Este padrão sugere que, na percepção dos participantes, as suas respostas ao questionário estavam mais em conformidade com a sua personalidade, do que com o endogrupo subordinado, e com este, do que em relação ao endogrupo super-ordenado, independentemente da condição da saliência da auto-categorização. Este resultado contradiz a eficácia da indução experimental que aplicámos, pelo que analisamos os resultados subsequentes como apenas sugestivos das hipóteses do estudo.

Avaliação.

A nossa hipótese principal era a de que o efeito ovelha negra ocorreria mais fortemente na condição de saliência da auto-categorização no endogrupo subordinado, do que nas condições de auto-categorização pessoal e no endogrupo super-ordenado. Para verificar esta hipótese, conduzimos uma análise de variância com a Saliência da Auto-categorização (Pessoal vs. Endogrupo Subordinado vs. Endogrupo Super-Ordenado) e o Grupo do Alvo (Endogrupo vs. Exogrupo subordinados) como factores inter-sujeitos, e a Valência dos Alvos (Normativo vs. Desviante) como factor intra-sujeitos.

Obtivemos uma interacção Saliência da Auto-categorização X Grupo do Alvo X Valência do Alvo não significativa e consistente com a nossa hipótese principal, $F(2,$

58) = 2.26, p = .11, η^2 = .03 (ver Figura 5). Apesar de não ser significativa, decompusemos a interacção de acordo com o factor Saliência da Auto-categorização.

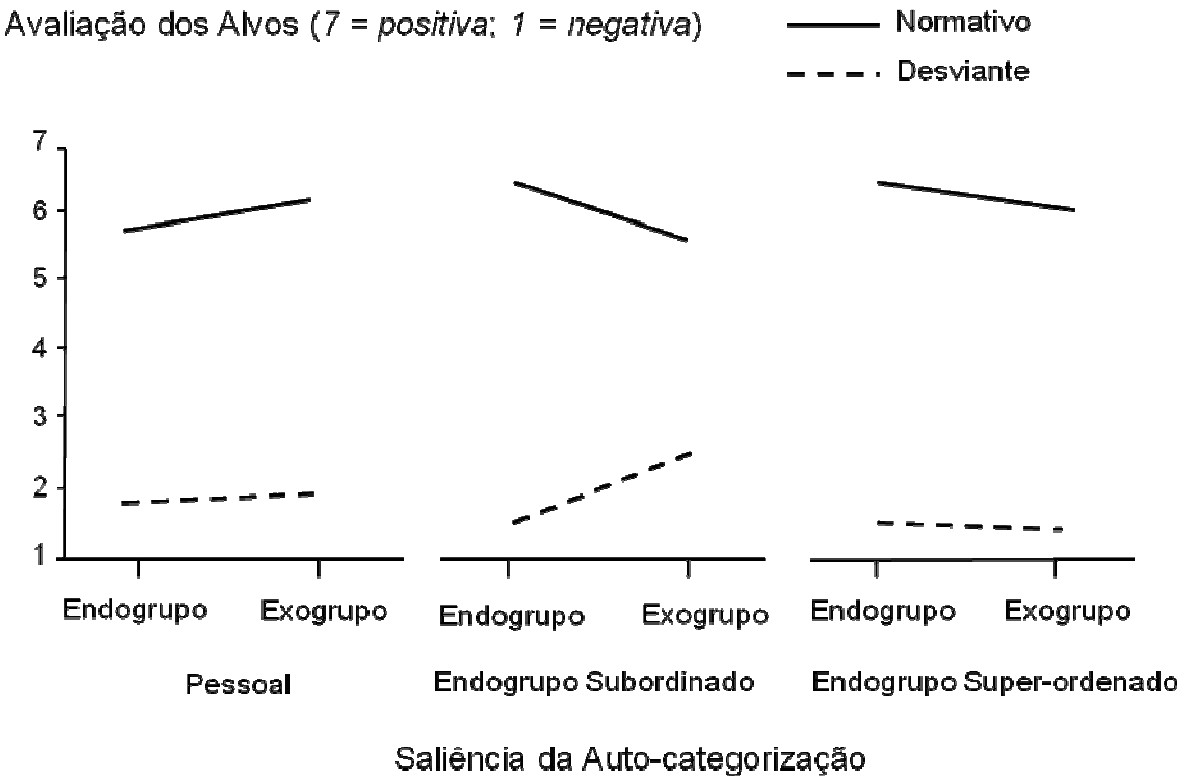


Figura 5. Avaliações de Alvos Normativos e Desviantes Em Função da Saliência da Auto-categorização (Individual ou no Endogrupo ou no Endogrupo Super-ordenado) e do Grupo dos Alvos (Endogrupo ou Exogrupo).

A interacção Grupo do Alvo × Valência do Alvo é significativa na condição da saliência da auto-categorização no endogrupo subordinado, $F(1, 60) = 6.48$, $p = .013$, $\eta^2 = .10$, e não-significativa nas condições de saliência da auto-categorização pessoal e de saliência da auto-categorização no endogrupo super-ordenado, ambos $F(1, 60) < 1$, *ns*. O padrão das médias dos julgamentos dos alvos na condição da saliência da auto-categorização no endogrupo subordinado é consistente com o efeito ovelha negra. Os participantes avaliaram o membro desviante do endogrupo de forma tendencialmente mais negativa do que o membro desviante do exogrupo (respectivamente, M = 1.64, DP = .81 e M = 2.36, DP = 1.36; F1, 60 = 2.81, p = .10, η^2 = .04). Simultaneamente, os participantes avaliaram mais favoravelmente o membro normativo do endogrupo do que o membro normativo do exogrupo (respectivamente, M = 6.55, DP = .52 e M = 5.55, DP = 1.21; F1, 60 = 5.07, p = .03, η^2 = .08).

A comparação efectuada entre as avaliações dos alvos normativos e desviantes do endogrupo e do exogrupo através das condições de saliência da auto-categorização

revela que os participantes avaliaram mais favoravelmente o membro desviante do exogrupo na condição Saliência do Endogrupo Subordinado (*M* = 2.36, *DP* = 1.36), do que na condição Saliência do Endogrupo Super-Ordenado (*M* = 1.20, *DP* = .42, *F*1, 39 = 5.79, *p* = 0.02, η^2 = .13). Não se verificaram diferenças significativas em termos das avaliações dos outros alvos. Ou seja, os estudantes de Ciências da Educação avaliaram mais desfavoravelmente o alvo desviante de Psicologia, quando era tornada saliente a auto-categorização no endogrupo super-ordenado FPCEUP, do que quando era tornada saliente a auto-categorização no endogrupo subordinado Ciências da Educação.

Associações entre avaliações, estratégias de controlo social, e motivações identitárias.

A fim de investigarmos a associação entre os julgamentos avaliativos, o apoio a estratégias socializadoras, punitivas e de exclusão do desvio endogrupal, e a valorização do endogrupo, testámos as correlações entre aquelas medidas e a identificação social posterior, em cada condição definida pela saliência da auto-categorização e grupo dos alvos[17] (ver Quadro 5).

Na condição de saliência do endogrupo subordinado, a avaliação desfavorável da membro normativo do exogrupo está marginalmente associada à identificação social posterior, *r* = -.60, *p* = .05. Nesta condição, quanto mais desfavoravelmente os participantes avaliaram o membro normativo do exogrupo, mais se identificaram posteriormente com o endogrupo. Além disso, tanto na condição de saliência da auto-categorização pessoal, como na saliência do endogrupo super-ordenado, após julgarem membros do exogrupo subordinado, quanto mais os participantes advogaram a socialização para lidar com o desvio endogrupal, mais se identificaram posteriormente com o endogrupo subordinado (respectivamente, *r* = .61, *p* = .05, e *r* = .69, *p* = .02).

[17] Em contraste com a investigação prévia no quadro da TDGS, analisámos o controlo social sobre o desvio em geral no endogrupo, e não sobre membros desviantes do endogrupo e exogrupo, em particular. Deste modo, a nossa análise sobre o controlo social não se focaliza nas diferenças de médias entre condições.

Quadro 5

Correlações entre a Identificação Social Posterior e outras Medidas Em Função Em Função do Saliência da Auto-categorização (Pessoal vs. Endogrupo Subordinado vs. Endogrupo Super-ordenado) e do Grupo dos Alvos (Endogrupo ou Exogrupo subordinados).

	Saliência da Auto-categorização					
	Pessoal		Endogrupo Subordinado		Endogrupo Super-ordenado	
	Grupo dos Alvos					
	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
Avaliação do Alvo Desviante	.34	.18	-.16	.08	.53	-.24
Avaliação do Alvo Normativo	-.47	.02	.06	-.60*	-.31	.52
Apoio à Estratégia Punitiva	.45	.44	-.09	-.37	.34	-.39
Apoio à Estratégia Socializadora	.35	.61**	-.48	-.05	.42	.69**
Apoio à Exclusão	.19	.44	.22	.42	.09	-.01

* $p \leq .1$. ** $p \leq .05$ *** $p \leq .01$.

Discussão.

Neste estudo, analisámos os efeitos da saliência da auto-categorização pessoal, num endogrupo subordinado e num endogrupo super-ordenado, sobre os julgamentos acerca de membros normativos e desviantes do endogrupo e exogrupo subordinados. Os resultados revelaram que o efeito ovelha negra ocorreu somente na condição de saliência do endogrupo subordinado, em conformidade com o racional da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva e com alguns estudos de Marques e colegas (Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Marques, Yzerbyt, & Leyens, 1988). Ou seja, os participantes avaliaram mais negativamente o membro desviante do endogrupo do que o

membro desviante do exogrupo, e, mais positivamente o membro normativo do endogrupo do que o membro normativo do exogrupo, quando a auto-categorização se baseava na diferenciação entre esses grupos em particular, e não nas situações em que a auto-categorização pessoal ou a auto-categorização no endogrupo super-ordenado se encontravam salientes.

Adicionalmente, os resultados do estudo 3 parecem estar em contradição com a ideia de que a depreciação dos membros desviantes do endogrupo é uma estratégia de dissociação interpessoal (Eidelman & Biernat, 2003). Nomeadamente, o efeito ovelha negra ocorreu na condição de saliência da auto-categorização no endogrupo subordinado, não porque os participantes avaliassem mais desfavoravelmente o membro desviante do endogrupo subordinado, mas porque avaliaram menos desfavoravelmente o membro desviante do exogrupo subordinado, pelo menos por comparação com a condição de saliência da auto-categorização no endogrupo super-ordenado. Ou seja, na condição que activou o efeito ovelha negra, os participantes não evidenciaram uma maior intenção de dissociação em relação ao membro desviante do endogrupo relevante, do que na condição da saliência do endogrupo super-ordenado.

Apesar de os estímulos que aplicámos, no sentido de tornar salientes os vários níveis de auto-categorização, terem sido semelhantes aos da investigação prévia (por exemplo, Onorato & Turner, 2004; Yzerbyt, et al., 2003, ver Capítulo II), as nossas medidas de verificação da manipulação experimental não nos permitiram confirmar a sua eficácia. Independentemente das condições experimentais, os participantes declararam que as suas respostas ao questionário eram mais sugestivas da sua personalidade, do que das opiniões dos membros do endogrupo subordinado, e do que destas em relação ao endogrupo super-ordenado. Devemos assim considerar que os nossos resultados são somente sugestivos da hipótese do efeito da saliência da auto-categorização nas diferenças dos padrões de avaliação entre as condições experimentais, e a sua generalização está condicionada pela confirmação em estudos posteriores.

Adicionalmente, verificámos algumas associações entre a estratégia de socialização sobre os membros desviantes do endogrupo e identificação com o endogrupo. Nas condições de saliência da auto-categorização pessoal, no endogrupo super-ordenado, e de avaliação de alvos do exogrupo, quanto mais os participantes subscreveram a estratégia socializadora para lidar com os membros desviantes do endogrupo, mais declararam posteriormente uma identidade social positiva. Mas estas

associações foram apenas duas, entre várias outras possíveis (como se verificou no Estudo 1), o que limita a sua generalização.

Conclusão

Os resultados do Estudo 3 são consistentes com a hipótese de que os indivíduos reagem de modo mais extremo aos membros de um endogrupo do que aos membros de um exogrupo, na medida em que aqueles contribuem, de modo favorável ou desfavorável, para a imagem do endogrupo saliente num contexto intergrupal. Em conformidade com o racional da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS) e com estudos anteriores (Marques, Abrams, & Serôdio, 2001; Marques, Yzerbyt, & Leyens, 1988), os resultados do Estudo 3 sugerem que os indivíduos avaliam mais favoravelmente os membros normativos do endogrupo e mais desfavoravelmente membros desviantes do endogrupo, do que membros respectivamente semelhantes do exogrupo, quando a auto-categorização saliente está associada à diferenciação entre os grupos em causa, e não se baseia na identidade pessoal ou numa identidade social que não diferencia esses grupos. Se, os estudos 1 e 2, sugerem respectivamente que a ameaça à identidade social e a atribuição de causas internas aos comportamentos dos alvos desempenham um papel importante na discriminação avaliativa dos membros normativos e desviantes do endogrupo, os resultados do Estudo 3 confirmam a motivação para superiorizar o endogrupo saliente no quadro de uma comparação intergrupal relevante como outra causa determinante do efeito ovelha negra.

De acordo com os padrões avaliativos que verificámos entre as condições de saliência do endogrupo subordinado e super-ordenado, o efeito ovelha negra não se baseia necessariamente na hostilização dos membros desviantes do endogrupo, e pode passar antes pela menor hostilização dos membros desviantes do exogrupo. Este padrão está de acordo com o racional da TDGS, que postula que a motivação fundamental associada ao efeito ovelha negra é salvaguardar a superioridade do endogrupo num quadro de comparação intergrupal o que, em certas condições, poderá passar por um menor desfavorecimento do membro desviante do exogrupo, e não propriamente pela maior hostilização de um membro desviante do endogrupo. De outro modo, o resultado parece contradizer as explicações do efeito ovelha negra baseadas na vontade para

depreciar os membros desviantes do endogrupo, como, por exemplo, a hipótese do distanciamento interpessoal de Eidelman e Biernat (2003).

Propostas para estudos complementares.

Finalmente, como no Estudo 1, encontrámos evidência sugestiva da associação entre a promoção da identidade social e a adesão a estratégias de controlo social. A análise exploratória deste fenómeno indica que, nas condições de saliência da auto-categorização pessoal e no endogrupo super-ordenado, e de avaliação de alvos do exogrupo, existe uma relação entre a intenção de socializar os membros desviantes do endogrupo e a identificação com o endogrupo. A partir deste resultado e do resultado análogo no Estudo 1, pode pensar-se que a socialização é uma estratégia funcional para lidar com os membros desviantes do endogrupo, no sentido de salvaguardar a identidade social, pelo menos no contexto social e para o tipo de desvio que abordámos nos nossos estudos. Fica aberta a hipótese de que, em outros contextos sociais, e com outros tipos de desvio, as outras reacções de controlo, nomeadamente a punitiva e a exclusão, podem ser julgadas como mais adequadas do que a socialização.

Por consequência, estudos futuros poderão testar a hipótese de que o efeito ovelha negra se materializa em estratégias de controlo social diferentes, consoante a sua adequação para a situação em questão. Esta adequação deverá ter em conta as relações entre os membros dos grupos, as normas dos grupos, a hierarquia social, e o contexto cultural envolvente, em conformidade com os postulados da abordagem da identidade social (Tajfel, 1972, 1979/2010, 1982; Tajfel & Turner, 1979/2001). Adicionalmente, deve ter em conta as características e circunstâncias das atitudes e comportamentos desviantes em questão. Como referimos no Capítulo III, as estratégias de controlo punitivo podem ser percebidas como mais adequadas junto dos casos mais extremos e prolongados de desvio intragrupal (Marques, Paez, et al., 1998; Pinto, et al., 2010), enquanto a socialização pode ser privilegiada junto dos casos de desvio enquadrados sob circunstâncias atenuantes (ver também Darley & Pittman, 2003; Gromet & Darley, 2009; Okimoto, Wenzel, & Feather, 2009, ver Capítulo II).

CAPÍTULO VIII

Conclusões

Neste capítulo conclusivo, revemos os resultados da nossa investigação, e respondemos às questões que foram por eles suscitadas. Como podemos enquadrar os resultados dos nossos estudos, à luz dos postulados da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva? Como se articulam estes resultados com as abordagens dos pequenos grupos e da identidade social sobre o conflito, a influência e as reacções ao desvio nos grupos? Quais as suas implicações para a compreensão dos fenómenos aparentados àqueles que estudámos e para a intervenção sobre esses fenómenos nos grupos?

Abordagem dos Pequenos Grupos e Abordagem da Identidade Social

No Capítulo I, descrevemos a abordagem dos processos que ocorrem no contexto de grupos interactivos, vulgarmente designada por "dinâmica dos pequenos grupos". De acordo com a investigação neste domínio, a dinâmica das relações entre os membros de um grupo corresponde às suas relações interpessoais, caracterizadas por factores como a proximidade, a atracção interpessoal, e a interdependência funcional (Carwright & Zander, 1968). Estes factores, por sua vez, contribuem para a formação e coesão do grupo. As incompatibilidades interpessoais, e/ou interesses contraditórios estarão na base do antagonismo, conflito no seio dos grupos e, por isso, podem levar à sua desagregação.

Na perspectiva da abordagem dos pequenos grupos, os membros desviantes são indivíduos que manifestam opiniões discrepantes da perspectiva maioritária do grupo, ou que se comportam de modo não-consentâneo com os objectivos do grupo (por exemplo, Festinger, 1950). Por seu lado, os membros normativos são os que se mostram motivados para assegurar o consenso acerca das opiniões maioritárias do grupo e/ou a prossecução dos objectivos do grupo (ver Levine, 1989; Marques & Paez, 1994; Orcutt, 1973). A acção destes membros passa pela tentativa de socializar os membros desviantes percebidos como potencialmente influenciáveis, e excluir os casos mais extremos e prolongados de desvio (ver Levine & Ranelli, 1978; Orcutt, 1973; Schachter, 1951).

O estudo das reacções ao desvio nos pequenos grupos é uma linha-mestra da investigação no quadro da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS). Esta investigação parte do pressuposto de que o desvio é um processo normal e funcional na dinâmica de grupos, não só por ser o motor da inovação (Moscovici, 1985) mas também porque cria uma motivação nos indivíduos para construir e assegurar a homogeneidade normativa do grupo. Os comportamentos que decorrem desta motivação, acabam, a fortiori, por garantir a efectiva coesão social entre os que se representam como membros do grupo e a sua crença numa diferenciação do grupo em relação a outros grupos (Marques & Paez, 2008; Marques, Paez, et al., 1998). A este respeito, a TDGS subscreve os postulados da abordagem da identidade social, sobre a motivação dos indivíduos para salvaguardar uma imagem positiva do endogrupo, nomeadamente através da diferenciação favorável em relação a exogrupos relevantes, i.e. *favoritismo endogrupal* (Tajfel, 1979/2010; Tajfel & Turner, 1979/2001).

A investigação enquadrada na abordagem da identidade social, que revimos no Capítulo II, destaca o papel da consciência que os indivíduos têm de que pertencem a grupos, e a consequente valorização dessa pertença na dinâmica das relações entre os grupos. Quando uma pertença endogrupal está saliente, o auto-conceito deriva da imagem do endogrupo (por exemplo, Abrams & Hogg, 1990; Marques, Abrams, Paez, et al., 2001; Marques & Paez, 2008; Turner, 1991). Nestas circunstâncias, uma comparação desfavorável do endogrupo em relação a um exogrupo relevante constitui uma ameaça ao auto-conceito. Isto acontece, porque a inferiorização do endogrupo contraria a validação da identidade social que lhe está associada, o que gera incerteza e motiva os indivíduos a adoptarem estratégias que promovam ou restaurem a imagem positiva do endogrupo e, consequentemente, a identidade social que lhe está associada.

No Capítulo II, relatámos vários processos analisados no quadro da abordagem da identidade social, através dos quais os indivíduos respondem a ameaças à identidade social no contexto de comparações intergrupais relevantes. Nestas circunstâncias, os indivíduos podem manifestar conformismo perante as normas e estereótipos do endogrupo, como patente nas dinâmicas de compensação, preguiça social, polarização e pensamento grupais. Além disso, podem exprimir culpa e/ou vergonha perante a evidência de actividades indesejáveis do endogrupo; ou raiva, preconceito e atitudes hostis face a exogrupos antagonistas. Por sua vez, a Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva acrescenta a esses processos, determinadas reacções face aos membros do endogrupo, definindo uma proposta própria para o modo como os membros dos grupos

podem aplicar a diferenciação intragrupal de modo a superarem a incerteza subjectiva e a garantirem a diferenciação positiva do endogrupo face a exogrupos relevantes.

Dinâmica de Grupos Subjectiva

A investigação psicossocial baseada na Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS) tem demonstrado como, em algumas circunstâncias, os membros dos grupos julgam mais desfavoravelmente os membros desviantes do endogrupo, e mais favoravelmente os membros normativos do endogrupo, em relação a membros semelhantes do exogrupo (revisões por Abrams, et al., 2004; Marques, Abrams, Paez, et al., 2001; Marques & Paez, 2008). Este padrão constitui o *efeito ovelha negra* (Marques & Paez, 1994; Marques, et al., 1988).

A TDGS apoia-se nos postulados da abordagem da identidade social, sobre a motivação dos membros dos grupos para assegurarem uma diferenciação intergrupal positiva ao endogrupo, a fim de explicar o efeito ovelha negra. Neste sentido, explica as avaliações desfavoráveis ao desvio no endogrupo como resultado de um processo psicológico que decorre do conhecimento implícito dos indivíduos sobre os processos normativos dentro e entre os grupos, que visam a validação subjectiva da representação favorável do endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal, i.e. a *dinâmica de grupos subjectiva*. Esta ideia é reminiscente das descobertas dos estudos sobre as pressões para a conformidade nos pequenos grupos, assim como do favoritismo pró-endogrupal destacado pela abordagem da identidade social.

O Efeito Ovelha Negra como Dinâmica de Grupos Subjectiva

Na nossa investigação, obtivemos resultados consistentes com a explicação proposta pela Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS) para o efeito ovelha negra: os julgamentos avaliativos acerca dos membros do endogrupo constituem uma estratégia para salvaguardar a validade subjectiva das crenças numa identidade social positiva, e decorrem do contributo destes membros para essa identidade social. O modo como os indivíduos discriminam, nas suas avaliações, os membros normativos e desviantes do endogrupo, decorre da sua motivação para defenderem a homogeneidade

normativa do endogrupo e a superioridade deste, face um exogrupo relevante (Marques, Abrams & Serôdio, 2001).

Nos três estudos que realizámos, pudemos observar que as avaliações mais extremas acerca de membros normativos e desviantes do endogrupo, em comparação com as avaliações de membros semelhantes do exogrupo, estão associadas à percepção de que os primeiros são responsáveis por atitudes e comportamentos que, respectivamente, ampliam e reduzem a diferenciação positiva do endogrupo. Mais especificamente, obtivemos resultados consistentes com o postulado da TDGS de que os indivíduos diferenciam os membros do endogrupo em função da conformidade destes últimos com normas supra-ordenadas que não distinguem a pertença grupal dos indivíduos, mas sim o seu valor moral intrínseco (*focalização prescritiva*), e que essa diferenciação legitima a crença numa clara diferenciação positiva do endogrupo face a um exogrupo (Marques, 2010; Pinto, et al., 2010).

Ameaça, Atribuições Causais e Auto-categorização

Os resultados dos nossos três estudos sugerem que os indivíduos estão motivados para avaliar mais negativamente os membros do endogrupo que contribuem desfavoravelmente para a imagem do grupo, e para avaliar mais positivamente os membros do endogrupo que contribuem favoravelmente para a imagem do grupo, por comparação com alvos respectivamente semelhantes do exogrupo, quando (Estudo 1) a comparação intergrupal é desfavorável ao endogrupo; (Estudo 2) estão salientes atribuições de causalidade interna aos comportamentos desses membros, e (Estudo 3) está saliente a auto-categorização ao nível endogrupal. Estes três factores explicam a focalização prescritiva dos indivíduos sobre as atitudes e comportamentos dos membros do endogrupo que, por sua vez, se pode materializar em avaliações mais extremas destes membros, conforme o seu contributo para a imagem do grupo.

O Estudo 1 sugere que a inferioridade percebida do endogrupo numa comparação intergrupal conduz à emergência do efeito ovelha negra. Para além disso, a superiorização do endogrupo, anulando o efeito ovelha negra, pode conduzir a uma atitude de favoritismo em relação aos membros desviantes do endogrupo em comparação com membros semelhantes do exogrupo. Estando a imagem superior do

endogrupo validada, os indivíduos não sentirão a necessidade de depreciar os membros desviantes do endogrupo comparativamente a membros semelhantes do exogrupo.

O Estudo 2 sugere que o efeito ovelha negra está associado à atribuição de causas internas aos comportamentos dos alvos. Nomeadamente, que as pessoas avaliam mais negativamente os membros desviantes do endogrupo, e avaliam mais positivamente os membros normativos do endogrupo, em comparação com membros respectivamente semelhantes do exogrupo, quando os responsabilizam pelas suas atitudes e comportamentos. O Estudo 3 sugere que o efeito ovelha negra é reforçado por uma forte saliência da pertença ao endogrupo em questão, contrariamente ao que se observa quando se encontram salientes a identidade pessoal ou a pertença a uma categoria supra-ordenada (que inclui endogrupo e exogrupo).

Em suma, o conjunto dos três estudos fornece resultados consistentes com a ideia de que os indivíduos reagem de modo mais extremo a membros normativos e desviantes do endogrupo devido à percepção de que estes são responsáveis por atitudes e comportamentos que afectam a posição do endogrupo saliente num certo quadro comparativo intergrupal.

Pistas para a Investigação Futura

A análise dos nossos resultados, no quadro da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva, permite-nos antecipar diferentes linhas de investigação em torno das temáticas da ameaça social, emoções grupais, atribuições de causalidade, e das estratégias de controlo social.

Percepção de ameaça social.

De acordo com os resultados do Estudo 1, e ao contrário do que é sugerido pela hipótese da violação das expectativas formulada por Biernat, Vescio e Billings (1999), os participantes que se encontravam perante um cenário de menor proporção de membros desviantes no endogrupo do que no exogrupo, ou seja, em que as expectativas sociais eram mais positivas para o endogrupo do que para o exogrupo, não derrogaram mais os membros desviantes do endogrupo do que do exogrupo. De outro modo, foram

os participantes na condição em que existia uma elevada proporção de membros desviantes no endogrupo ou seja, com expectativas baixas sobre o endogrupo, aqueles cujas avaliações estavam em conformidade com o efeito ovelha negra.

A análise do Estudo 1 leva-nos a sugerir estudos posteriores em que o quadro de comparação intergrupal seja modificado a partir da manipulação das proporções de membros normativos no endogrupo e exogrupo. Neste caso, a condição de ameaça consistiria na explicitação da menor proporção de membros normativos no endogrupo, do que no exogrupo. No entanto, vale a pena sublinhar que esta informação poderá não determinar tão facilmente uma percepção de ameaça, quanto as informações complementares relativas às proporções de membros desviantes. Isto, porque a informação sobre os comportamentos normativos não tem um valor diagnóstico tão elevado quanto aquela relativa aos comportamentos desviantes (Fiske, 1980; Lewicka, Czapinski, & Peeters, 1992; Peeters, 1971, Skowronski & Carlston, 1987, 1989).

No quadro da TDGS, antecipamos que a exposição a comportamentos desviantes do endogrupo resulta numa inferência espontânea da inferiorização do endogrupo no quadro da comparação intergrupal relevante. Por sua vez, esta percepção de ameaça social determinará julgamentos mais hostis sobre os membros desviantes do endogrupo, e favoráveis sobre os membros normativos do endogrupo, que são característicos do efeito ovelha negra. Estudos subsequentes devem assim testar a percepção de ameaça social como potencial mediador da relação entre a exposição ao desvio endogrupal e o efeito ovelha negra.

Emoções grupais.

Como discutimos no Capítulo II, a percepção do contributo desfavorável de um membro desviante do endogrupo para a imagem do endogrupo é uma componente cognitiva fundamental das emoções grupais da vergonha e da culpa (por exemplo, Iyer, et al., 2007; Johns, et al., 2005). Os resultados do Estudo 2 apoiam a existência de uma relação entre as avaliações desfavoráveis sobre membros desviantes do endogrupo e a percepção do seu contributo negativo para a imagem do endogrupo. Este facto sugere a presença da componente emocional da vergonha e culpa no efeito ovelha negra. A inclusão em estudos futuros de medidas dependentes dirigidas a estas emoções

permitiria confirmar mais claramente o seu papel no processo de depreciação de membros desviantes do endogrupo.

As emoções de vergonha e culpa estarão, respectivamente, mais associadas ao ostracismo dos alvos desviantes e à vontade da reparação das consequências dos actos desviantes (por exemplo, Iyer, et al., 2007; Johns, et al., 2005). Assim, estudos subsequentes devem procurar elucidar os efeitos das emoções grupais de vergonha e culpa no modo como os indivíduos, ou se distanciam em relação aos membros desviantes do endogrupo e, porventura, os procuram excluir (vergonha), ou aderem a estratégias de controlo social, sejam de índole socializadora ou de índole punitiva, para lidar com o desvio endogrupal (culpa). Complementarmente, as avaliações favoráveis sobre os membros normativos do endogrupo poderão ser estudadas no quadro das emoções grupais associadas ao orgulho e às tendências comportamentais de convergência, auxílio e cooperação (Cuddy, et al., 2007).

Atribuições de causalidade.

Estudos subsequentes devem igualmente explorar outras dimensões da causalidade dos comportamentos, além da dicotomia interna/externa, como por exemplo a estabilidade e controlabilidade dos comportamentos (ver Frieze & Weiner, 1971; Weiner, 1979; Weiner & Kukla, 1970). Estes estudos podem ajudar a delimitar o papel da responsabilização dos alvos pelas suas atitudes e comportamentos, nas avaliações e julgamentos subsequentes dirigidos a eles.

Neste sentido, podemos antecipar que, a acompanhar a atribuição a causas internas, a atribuição a causas mais estáveis e com maior controlabilidade pessoal, determinarão uma maior responsabilização dos membros do endogrupo pelos seus comportamentos e, com isso, conduzir à maior consideração do seu impacto, seja favorável ou desfavorável, para a imagem do endogrupo (ver Mendoza et al, 2005; van Prooijen, 2006).

Estratégias de controlo social.

Alguns resultados dos Estudos 1 e 3 demonstraram que, quanto mais os participantes advogaram uma estratégia de socialização para lidar com os membros desviantes do endogrupo, mais se identificaram posteriormente com o endogrupo. Esta relação, que ocorreu no Estudo 1, quando os participantes julgavam alvos do exogrupo, e no Estudo 3, quando os participantes julgavam alvos do exogrupo, e nas condições de saliência da auto-categorização pessoal e no endogrupo super-ordenado, é consistente com a ideia de que os indivíduos podem aderir a estratégias socializadoras sobre o desvio endogrupal, para salvaguardar a imagem do endogrupo (Levine & Moreland, 1994; Moreland & Levine, 1982, Turner, 2005).

Estes resultados levam-nos a sugerir que os membros dos grupos podem recorrer à socialização, como meio de responder a uma ameaça intragrupal, pelo menos, nas situações em que esta estratégia de controlo social for percebida como adequada e viável. Estes podem ser os casos de desvio que são enquadrados sob circunstâncias atenuantes e que, não contribuem de forma particularmente negativa para a imagem do endogrupo (ver também Darley & Pittman, 2003; Gromet & Darley, 2009; Okimoto, et al., 2009, ver Capítulo II), como poderá ser o caso de um membro desviante recém-chegado ao endogrupo (Pinto, et al., 2010).

Estudos subsequentes devem assim incidir sobre esta problemática em particular, nomeadamente, aferindo ou manipulando o quadro normativo no contexto intergrupal, em ordem a analisar o efeito da adequação do controlo socializador versus controlo punitivo versus exclusão, na adesão a estratégias de controlo em prol da salvaguarda de uma representação positiva do endogrupo. No contexto social (estudantes universitários Portugueses de Psicologia e Ciências da Educação) e quadro normativo (tolerância versus discriminação contra ciganos) em questão, a socialização poderá ter sido considerada a estratégia de controlo social mais adequada e viável para promover a identidade social. No entanto, em outros grupos e com outras normas, as outras estratégias poderão ser privilegiadas.

Além disso, nos estudos desta investigação, incidimos as medidas de controlo social exclusivamente sobre o desvio endogrupal. Neste sentido, estudos subsequentes devem comparar o controlo social sobre o desvio endogrupal com o controlo sobre o desvio no exogrupo, de modo a analisar o modo como a própria pertença grupal dos alvos desviantes influencia as preferências dos indivíduos pelo recurso a estratégias punitivas, socializadoras, ou à exclusão.

Propostas para Estratégias de Intervenção

Quer o seu objectivo seja exacerbar, quer seja anular, os processos exemplificativos da dinâmica de grupos subjectiva, como aqueles característicos do efeito ovelha negra, os interventores nos grupos devem ter em conta as circunstâncias que levam os membros dos grupos a estarem particularmente disponíveis para agir no sentido da protecção da imagem do endogrupo. Nos estudos desta investigação, nós analisámos precisamente três dessas circunstâncias, nomeadamente, (Estudo 1) a valência do quadro de comparação intergrupal, favorável ou desfavorável, ao endogrupo; (Estudo 2) a saliência das atribuições causais, internas ou externas, aos comportamentos dos membros do endogrupo; e (Estudo 3) a saliência da auto-categorização individual, endogrupal subordinada ou super-ordenada, por parte dos indivíduos que julgam membros do endogrupo e exogrupo subordinados.

Os resultados dos nossos estudos sugerem três condições necessárias para a focalização prescritiva que enquadra as avaliações dirigidas aos membros do endogrupo no quadro de uma comparação intergrupal: (1) inferioridade do endogrupo na comparação intergrupal, ou *ameaça social*; (2) *atribuições de causalidade interna* às atitudes e comportamentos dos membros; e (3) *auto-categorização social* baseada na diferenciação entre o endogrupo e exogrupo em questão.

Ameaça ao endogrupo.

O interventor deve ter em conta a presença de uma ameaça ao endogrupo como uma condição necessária para a activação da dinâmica de grupos subjectiva e, em particular, do efeito ovelha negra. Como descrevemos nos Capítulos I e III, alguns estudos sugerem ou demonstram que os membros dos grupos tendem a valorizar mais a homogeneidade do grupo e vontade em controlar a dissensão intragrupal, quando o endogrupo enfrenta ameaças à coesão ou imagem do endogrupo, como por exemplo os estudos dos pequenos grupos às reacções a opiniões minoritárias (por exemplo, Kruglanski & Webster, 1991; Lauderdale, 1976; Lauderdale, Smith-Cunnien, Parker, & Inverarity, 1984) e alguns estudos sobre o efeito ovelha negra (por exemplo, Branscombe, et al., 1993; Marques, Abrams, & Serôdio, 2001).

No quadro da Teoria da Dinâmica de Grupos Subjectiva (TDGS), a percepção de membros desviantes no endogrupo constitui uma ameaça por si à crença na imagem do endogrupo num quadro de comparação intergrupal. A TDGS postula que a percepção da ameaça, por sua vez, activa os processos de depreciação de membros desviantes do endogrupo e de valorização dos membros normativos do endogrupo, que constituem o efeito ovelha negra, parte do processo mais geral da dinâmica de grupos subjectiva (Marques, Abrams, Paez, et al., 2001; Marques & Paez, 2008; Marques, Paez, et al., 1998).

Por consequência, um meio de atenuar o efeito ovelha negra pode passar por reduzir o carácter ameaçador do desvio endogrupal. De outro modo, um meio de activar ou incrementar os padrões do efeito ovelha negra pode passar por tornar saliente a presença de uma ameaça à imagem do endogrupo. O Estudo 1 confirma precisamente que uma possibilidade para alterar a percepção de ameaça passa por manipular a valência do quadro de comparação intergrupal para o endogrupo. Por exemplo, se o objectivo for conduzir os membros do grupo a valorizarem mais os membros normativos do endogrupo e/ou depreciarem os membros desviantes do endogrupo, o interventor poderá explicitar um quadro de comparação intergrupal, em que o endogrupo se encontra inferiorizado ou em risco de ficar inferiorizado. Nestas circunstâncias, os membros do grupo estarão particularmente motivados para salvaguardar a imagem do endogrupo e, por isso, respondem em conformidade com a sua motivação para proteger a imagem positiva do endogrupo, i.e. com uma focalização prescritiva. De outro modo, se o objectivo for atenuar os padrões avaliativos característicos do efeito ovelha negra, o interventor poderá explicitar um quadro de comparação intergrupal, em que o endogrupo é superior, e cujo estatuto, os membros desviantes do endogrupo não têm possibilidade de prejudicar. Esta ideia pode ser particularmente relevante para o interventor que lida e procura colmatar os fenómenos de discriminação negativa intragrupal (como o *bullying* nas escolas). Neste tipo de domínios, o interventor pode diminuir o impacto negativo que os membros desviantes do endogrupo têm para a imagem do grupo, por exemplo, por assegurar que a imagem positiva do endogrupo se mantém incólume ou, se possível, relativizando a importância das dimensões prescritivas em que assenta o desvio em questão e/ou tornando salientes outras dimensões que favoreçam o endogrupo num quadro de comparação intergrupal. Nestas situações, como os resultados do Estudo 1 também sugerem, os membros dos grupos, seguros sobre a imagem positiva do endogrupo, podem basear as suas

avaliações numa focalização descritiva e, deste modo, até discriminam positivamente os membros desviantes do endogrupo.

A responsabilização dos alvos.

O interventor deve também ter em conta a percepção dos membros dos grupos sobre a responsabilidade que os outros membros detêm pelas suas atitudes e comportamentos. Como estudos prévios indicam, na medida em que os membros desviantes do endogrupo são responsabilizados pelas suas acções, despertam mais emoções negativas e mais atitudes punitivas (van Prooijen, 2006) e avaliações mais negativas (Mendoza, et al., 2005), em relação a membros do exogrupo responsabilizados por comportamentos respectivamente semelhantes. Por sua vez, os membros normativos do endogrupo, na medida em que são responsabilizados pelas suas acções, despertam avaliações mais positivas em relação a membros semelhantes do exogrupo (Mendoza, et al., 2005).

Como os resultados do Estudo 2 também sugerem, as reacções mais extremas dirigidas a membros do endogrupo, características do efeito ovelha negra, passam pela imputação das atitudes e comportamentos em questão a factores de causalidade interna, como as intenções, motivações, e características de personalidade. Deste modo, um meio de atenuar ou incrementar os padrões avaliativos característicos do efeito ovelha negra, passa por actuar ao nível da, respectivamente, menor ou maior responsabilização dos alvos, pelas suas atitudes e comportamentos.

Tornar saliente a intencionalidade de um membro do endogrupo por atitudes e comportamentos imorais, injustos e lesivos, pode despertar emoções negativas e julgamentos desfavoráveis sobre o alvo. De outro modo, a desresponsabilização dos membros do endogrupo pelos seus actos desviantes, por exemplo, através da sua imputação a factores do contexto, da influência social, a factores aleatórios, ou sob o enquadramento das circunstâncias atenuantes, podem reduzir a motivação para discriminar negativamente os alvos. De modo complementar, a responsabilização dos membros normativos pelas suas atitudes e comportamentos desejáveis pode despertar emoções mais positivas e julgamentos mais favoráveis, em conformidade com a percepção do seu impacto positivo na imagem do grupo. Em conformidade com a investigação sobre o erro derradeiro de atribuição (Deschamps, 1997; Hewstone, 1988,

1990; Hewstone & Jaspars, 1984; Pettigrew, 1979/2001, ver Capítulo III) e com os resultados do Estudo 2, estes esforços devem ter em conta a eventual maior facilidade em responsabilizar os membros do endogrupo pelos seus comportamentos normativos, do que pelos seus comportamentos desviantes.

Em particular, a respeito das emoções negativas activadas pelos membros desviantes do endogrupo, devemos ter em conta as distinções conceptuais entre a vergonha, culpa ou raiva que, por sua vez, determinam reacções comportamentais específicas. Nomeadamente, a vergonha grupal determina distanciamento em relação ao membro desviante do endogrupo ou às suas acções, a culpa determina vontade de reparação do acto desviante (por exemplo, Iyer, et al., 2007; Johns, et al., 2005) e a raiva determina a retaliação contra o membro desviante do endogrupo (por exemplo, van Prooijen, 2006). Deste modo, os interventores que visam alguma reacção comportamental em particular devem ter em conta os antecedentes cognitivos específicos das emoções associadas, e torná-las mais salientes do que as outras. Assim, podem enquadrar os actos desviantes imputados a membros do endogrupo de acordo com formulações distintas, de modo a activar as reacções comportamentais correspondentes. Nomeadamente, como actos injustos que podem ser retractados, para activar a culpa; como actos injustos que atentam contra o carácter moral do endogrupo, para activar a vergonha; e como actos injustos que lesam o endogrupo, para activar a raiva (ver Capítulo II).

A relevância da identidade social.

Finalmente, o interventor deve ter em conta a relevância do endogrupo para o indivíduo que julga. A partir da manipulação do contexto intergrupal relevante, é possível tornar saliente aos indivíduos auto-categorizações sociais distintas (por exemplo, Haslam, et al., 2010a; Oakes, et al., 1994; Onorato & Turner, 2004; Reynolds & Turner, 2006; Turner, 1999; Turner, et al., 1994; Turner, et al., 2006). Além disso, é possível tornar saliente a auto-categorização pessoal no seio de um grupo. Como os resultados do Estudo 3 confirmam, o efeito ovelha negra em si ocorre no quadro de uma comparação intergrupal que diferencia os alvos em causa, em termos da sua pertença ao endogrupo ou exogrupo.

O interventor pode assim manipular certas características situacionais como, por exemplo, o quadro competitivo, a proximidade e disposição física, a atribuição de rótulos identitários mais ou menos abrangentes, a prescrição de tarefas e resultados comuns, etc., de modo a tornar salientes certas auto-categorizações, ao invés de outras. Por sua vez, as auto-categorizações salientes determinarão percepções, emoções, julgamentos e tendências comportamentais que têm adequação normativa e que, em particular, salvaguardam a valência positiva do nível do auto-conceito em causa. Neste sentido, o interventor deve ter o cuidado de antecipar o quadro normativo associado às auto-categorizações pessoais ou sociais. Por exemplo, o modo como um indivíduo lida com um membro desviante pode ser diferente consoante esteja saliente a sua pertença grupal comum a um pequeno grupo de trabalho, a uma categoria social abrangente como a nacionalidade, ou a sua identidade pessoal. Mas, se vai ser mais ou menos tolerante, pedagógico, hostil, punitivo, amigável, cooperativo, ou competitivo no quadro de uma auto-categorização saliente, em relação às outras possíveis, tal só poderá ser antecipado a partir do conhecimento dos quadros normativos respectivos.

A partir da TDGS, e conforme demonstrado nos resultados do Estudo 3, antecipamos que os membros dos grupos avaliam mais favoravelmente membros normativos do endogrupo e mais desfavoravelmente membros desviantes do endogrupo, em comparação com membros respectivamente semelhantes do exogrupo, quando se encontra saliente a identidade social baseada nesta diferenciação intergrupal. Mas não podemos antecipar, sem conhecer primeiro os quadros normativos relevantes, que os membros dos grupos avaliem mais favoravelmente um determinado alvo normativo, ou mais desfavoravelmente um determinando alvo desviante, no quadro de uma auto-categorização social mais restrita, em relação a outra mais abrangente, ou em relação à auto-categorização pessoal. Vale a pena ter sempre presente que as reacções aos alvos normativos e desviantes são uma função das normas salientes, incluindo o estatuto e relações entre os indivíduos ou entre os membros do grupo, ou entre os membros do endogrupo e do exogrupo, e do próprio contexto cultural envolvente. Um princípio, de resto, basilar da abordagem da identidade social (Tajfel, 1972, 1979/2010, 1982; Tajfel & Turner, 1979/2001).

Referências

Abrams, D., De Moura, G. R., Hutchison, P., & Viki, G. T. (2005). When bad becomes good (and vice versa): Why social exclusion is not based on difference. In D. Abrams, M. A. Hogg & J. M. Marques (Eds.), *The social psychology of inclusion and exclusion.* (pp. 161-189). New York, NY US: Psychology Press.

Abrams, D., & Hogg, M. A. (2004). Metatheory: Lessons from social identity research. *Personality & Social Psychology Review (Lawrence Erlbaum Associates), 8*, 98-106.

Abrams, D., Marques, J., Bown, N., & Dougill, M. (2002). Anti-Norm and pro-norm deviance in the bank and on the campus: Two experiments on subjective group dynamics. *Group Processes & Intergroup Relations, 5*, 163.

Abrams, D., Marques, J. M., Bown, N., & Henson, M. (2000). Pro-norm and anti-norm deviance within and between groups. *Journal of Personality and Social Psychology, 78*, 906-912.

Abrams, D., Marques, J. M., De Moura, G. R., Hutchison, P., & Bown, N. J. (2004). The maintenance of entitativity: A subjective group dynamics approach. In V. Yzerbyt, C. M. Judd & O. Corneille (Eds.), *The psychology of group perception: Perceived variability, entitativity, and essentialism.* (pp. 361-379). New York, NY US: Psychology Press.

Abrams, D., Rutland, A., & Cameron, L. (2003). The development of subjective group dynamics: Children's judgments of normative and deviant in-group and out-group individuals. *Child Development, 74*, 1840-1856. doi: 10.1046/j.1467-8624.2003.00641.x

Abrams, D., Rutland, A., Cameron, L., & Ferrell, J. (2007). Older but wilier: In-group accountability and the development of subjective group dynamics. *Developmental Psychology, 43*, 134-148. doi: 10.1037/0012-1649.43.1.134

Abrams, D., Rutland, A., Cameron, L., & Marques, J. M. (2003). The development of subjective group dynamics: When in-group bias gets specific. *British Journal of Developmental Psychology, 21*, 155-176.

Abrams, D., Rutland, A., Pelletier, J., & Ferrell, J. M. (2008). Children's judgments of disloyal and immoral peer behavior: Subjective group dynamics in minimal intergroup contexts. *Child Development, 79*, 444-461. doi: 10.1111/j.1467-8624.2007.01135.x

Abrams, D., Rutland, A., Pelletier, J., & Ferrell, J. M. (2009). Children's group nous: Understanding and applying peer exclusion within and between groups. *Child Development, 80*, 224-243. doi: 10.1111/j.1467-8624.2008.01256.x

Abrams, D., Wetherell, M., Cochrane, S., Hogg, M. A., & Turner, J. C. (2001). Knowing what to think by knowing who you are: Self-categorization and the nature of norm formation, conformity and group polarization. In M. A. Hogg & D. Abrams (Eds.), *Intergroup relations: Essential readings.* (pp. 270-288). New York, NY US: Psychology Press.

Adarves-Yorno, I., Postmes, T., & Haslam, S. A. (2006). Social identity and the recognition of creativity in groups. *British Journal of Social Psychology, 45*, 479-497. doi: 10.1348/014466605x50184

Aronson, E., Wilson, T. D., & Akert, R. M. (1999). *Social psychology* (3rd ed.). Upper Saddle River, NJ US: Prentice Hall/Pearson Education.

Asch, S. E. (1951). Effects of group pressure upon the modification and distortion of judgments. In H. Guetzkow (Ed.), *Groups, leadership and men; research in human relations.* (pp. 177-190). Oxford England: Carnegie Press.

Asch, S. E. (1955). Opinions and social pressure. *Scientific American, 193*, 31-35.

Ashforth, B. E., & Kreiner, G. E. (1999). "How can you do it?" Dirty work and the challenge of constructing a positive identity. *Academy of Management Review, 24*, 413 - 434.

Axelrod, R., & Hamilton, W. D. (1981). The evolution of cooperation. *Science, 211*, 1390-1396. doi: 10.1126/science.7466396

Back, K. W. (1951). Influence through social communication. *The Journal of Abnormal and Social Psychology, 46*, 9-23. doi: 10.1037/h0058629

Bales, R. F. (1950). *Interaction process analysis; a method for the study of small groups*. Oxford England: Addison-Wesley.

Bales, R. F. (1955). How people interact in conferences. *Scientific American, 192*, 31-35.

Bales, R. F., & Strodtbeck, F. L. (1951). Phases in group problem-solving. *The Journal of Abnormal and Social Psychology, 46*, 485-495. doi: 10.1037/h0059886

Baray, G., Postmes, T., & Jetten, J. (2009). When 'I' equals 'we': Exploring the relation between social and personal identity of extreme right-wing political party members. *British Journal of Social Psychology, 48*, 625-647. doi: 10.1348/014466608x389582

Baron, R. S. (2005). So right it's wrong: Groupthink and the ubiquitous nature of polarized group decision making. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology, Vol. 37.* (pp. 219-253). San Diego, CA US: Elsevier Academic Press.

Ben-Yehuda, N. (1980). The european witch craze of the 14th to 17th centuries: A sociologist's perspective. *American Journal of Sociology, 86*, 1-31.

Berger, P. L., & Luckmann, T. (1966/1991). *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*. London: Penguin Books.

Berkowitz, L., & Howard, R. C. (1959). Reactions to opinion deviates as affected by affiliation need and group member interdependence. *Sociometry, 22*, 81-91.

Biernat, M., Vescio, T. K., & Billings, L. S. (1999). Black sheep and expectancy violation: integrating two models of social judgment. *European Journal of Social Psychology, 29*, 523-542.

Billig, M., & Tajfel, H. (1973). Social categorization and similarity in intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology, 3*, 27-52. doi: 10.1002/ejsp.2420030103

Bizumic, B., Reynolds, K. J., Turner, J. C., Bromhead, D., & Subasic, E. (2009). The role of the group in individual functioning: School identification and the psychological well-being of staff and students. *Applied Psychology: An International Review, 58*, 171-192. doi: 10.1111/j.1464-0597.2008.00387.x

Blumberg, H. H. (1994). Bargaining, coalitions, and games *Small group research: A handbook.* (pp. 237-257). Westport, CT US: Ablex Publishing.

Branscombe, N. R., & Doosje, B. (2004). *Collective guilt: International perspectives*. New York: Cambridge University Press.

Branscombe, N. R., Wann, D. L., Noel, J. G., & Coleman, J. (1993). In-group or out-group extremity: Importance of the threatened social identity. *Personality and Social Psychology Bulletin, 19*, 381-388. doi: 10.1177/0146167293194003

Breakwell, G. M., Vignoles, V. L., & Robertson, T. (2003). Stereotypes and crossed-category evaluations: The case of gender and science education. *British Journal of Psychology, 94*, 437-455.

Bringham, J. C. (1971). Ethnic stereotypes. *Psychological Bulletin, 76*, 15-33.

Brown, R., & Cehajic, S. (2008). Dealing with the past and facing the future: mediators of the effects of collective guilt and shame in Bosnia and Herzegovina. *European Journal of Social Psychology, 38*, 669-684.

Brown, R., González, R., Zagefka, H., Manzi, J., & Čehajić, S. (2008). Nuestra culpa: Collective guilt and shame as predictors of reparation for historical wrongdoing. *Journal of Personality and Social Psychology, 94*, 75-90. doi: 10.1037/0022-3514.94.1.75

Brown, R., & Wade, G. (1987). Superordinate goals and intergroup behaviour: The effect of role ambiguity and status on intergroup attitudes and task performance. *European Journal of Social Psychology, 17*, 131-142. doi: 10.1002/ejsp.2420170202

Bruner, J. S. (1957). On perceptual readiness. *Psychological Review, 64*, 123-152. doi: 10.1037/h0043805

Burnham, T., McCabe, K., & Smith, V. L. (2000). Friend-or-foe intentionality priming in an extensive form trust game. *Journal of Economic Behavior and Organization, 43*, 57-73. doi: http://www.elsevier.com/wps/find/journaldescription.cws_home/505559/description#description

Buss, A. R. (1978). Causes and reasons in attribution theory: A conceptual critique. *Journal of Personality and Social Psychology, 36*, 1311-1321. doi: 10.1037/0022-3514.36.11.1311

Cartwright, D., & Zander, A. (1968). *Group Dynamics* (3rd ed.). New York: Harper Row.

Cialdini, R. B. (1996). Social influence and the triple tumor structure of organizational dishonesty. In D. M. Messick & A. E. Tenbrunsel (Eds.), *Codes of conduct: Behavioral research into business ethics* (pp. 44-58): New York:

Russell Sage Foundation.

Cialdini, R. B., Reno, R. R., & Kallgren, C. A. (1990). A focus theory of normative conduct: Recycling the concept of norms to reduce littering in public places. *Journal of Personality and Social Psychology, 58*, 1015-1026. doi: 10.1037/0022-3514.58.6.1015

Cialdini, R. B., & Trost, M. R. (1998). Social influence: Social norms, conformity and compliance. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology, Vols. 1 and 2 (4th ed.).* (pp. 151-192). New York, NY US: McGraw-Hill.

Cooley, C. H. (1909). *Social Organization*. Oxford England: Scribners.

Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., Kwan, V. S. Y., Glick, P., Demoulin, S., Leyens, J.-P., et al. (2009). Stereotype content model across cultures: Towards universal similarities and some differences. *British Journal of Social Psychology, 48*, 1-33. doi: 10.1348/014466608x314935

Cuddy, A. J. C., Glick, P., & Fiske, S. T. (2007). The BIAS Map: Behaviors From Intergroup Affect and Stereotypes. *Journal of Personality & Social Psychology, 92*, 631-648.

Dal Bo, P. (2005). Cooperation under the shadow of the future: Experimental evidence from infinitely repeated games. *American Economic Review, 95*, 1591-1604. doi: http://www.aeaweb.org/aer/

Darley, J. M., & Pittman, T. S. (2003). The psychology of compensatory and retributive justice. *Personality & Social Psychology Review (Lawrence Erlbaum Associates), 7*, 324-336.

Deaux, K., & Emswiller, T. (1974). Explanations of successful performance on sex-linked tasks: What is skill for the male is luck for the female. *Journal of Personality and Social Psychology, 29*, 80-85. doi: 10.1037/h0035733

DeLamater, J. (1974). A definition of 'group'. *Small Group Behavior, 5*, 30-44. doi: 10.1177/104649647400500103

Deschamps, J.-C. (1997). Attribution or explanations in everyday life. *European Journal of Work and Organizational Psychology, 6*, 7-24. doi: 10.1080/135943297399268

Deutsch, M. (1949a). An experimental study of the effects of co-operation and competition upon group process. *Human Relations, 2*, 199-232. doi: 10.1177/001872674900200301

Deutsch, M. (1949b). A theory of cooperation and competition. *Human Relations, 2*, 129-152. doi: 10.1177/001872674900200204

Deutsch, M. (2012). A theory of cooperation—Competition and beyond. In P. A. M. Van Lange, A. W. Kruglanski & E. T. Higgins (Eds.), *Handbook of theories of social psychology (Vol 2).* (pp. 275-294). Thousand Oaks, CA: Sage Publications Ltd.

Deutsch, M., & Gerard, H. B. (1955). A study of normative and informational social influences upon individual judgment. *The Journal of Abnormal and Social Psychology, 51*, 629-636. doi: 10.1037/h0046408

Doise, W. (1978). *Groups and individuals: Explanations in social psychology.* (D. Graham, Trans.). Oxford England: Cambridge U Press.

Doise, W. (1980). Levels of explanation in the European Journal of Social Psychology. *European Journal of Social Psychology, 10*, 213-231.

Doosje, B., Branscombe, N. R., Spears, R., & Manstead, A. S. R. (1998). Guilty by association: When one's group has a negative history. *Journal of Personality and Social Psychology, 75*, 872-886. doi: 10.1037/0022-3514.75.4.872

Dubois, N. (1994/2009). *La norme d'internalité et le libéralisme* Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

Durkheim, E. (1893/1984). *The division of labour in society* (W. D. Halls, Trans.). London: Macmillan Press.

Durkheim, E. (1895/1982). *The rules of sociological method* (W. D. Halls, Trans.). New York: The Free Press.

Eidelman, S., & Biernat, M. (2003). Derogating black sheep: Individual or group protection? *Journal of Experimental Social Psychology, 39*, 602. doi: 10.1016/s0022-1031(03)00042-8

Ellemers, N., Doosje, B. j., van Knippenberg, A., & Wilke, H. (1992). Status protection in high status minority groups. *European Journal of Social Psychology, 22*, 123-140.

Ellemers, N., & Haslam, S. A. (2012). Social identity theory. In P. A. M. Van Lange, A. W. Kruglanski & E. T. Higgins (Eds.), *Handbook of theories of social psychology (Vol 2).* (pp. 379-398). Thousand Oaks, CA: Sage Publications Ltd.

Ellemers, N., Spears, R., & Doosje, B. (1997). Sticking together or falling apart: In-group identification as a psychological determinant of group commitment versus individual mobility. *Journal of Personality and Social Psychology, 72*, 617-626. doi: 10.1037/0022-3514.72.3.617

Ellemers, N., van Knippenberg, A., de Vries, N., & Wilke, H. (1988). Social identification and permeability of group boundaries. *European Journal of Social Psychology, 18*, 497-513.

Ellemers, N., Van Knippenberg, A., & Wilke, H. A. (1990). The influence of permeability of group boundaries and stability of group status on strategies of individual mobility and social change. *British Journal of Social Psychology, 29*, 233-246. doi: 10.1111/j.2044-8309.1990.tb00902.x

Ellemers, N., Wilke, H., & Van Knippenberg, A. (1993). Effects of the legitimacy of low group or individual status on individual and collective status-enhancement strategies. *Journal of Personality and Social Psychology, 64*, 766-778. doi: 10.1037/0022-3514.64.5.766

Erikson, K. T. (1966). *Wayward puritans: A study in the sociology of deviance*. New York: Macmillan Publishing Company.

Falk, A., & Fischbacher, U. (2006). A Theory of Reciprocity. *Games and Economic Behavior, 54*, 293-315. doi: http://www.elsevier.com/wps/find/journaldescription.cws_home/622836/description#description

Fazio, R. H., & Olson, M. A. (2003). Implicit measures in social cognition research: Their meaning and uses. *Annual Review of Psychology, 54*, 297-327. doi: 10.1146/annurev.psych.54.101601.145225

Feather, N. T., & Simon, J. G. (1975). Reactions to male and female success and failure in sex-linked occupations: Impressions of personality, causal attributions, and perceived likelihood of different consequences. *Journal of Personality and Social Psychology, 31*, 20-31. doi: 10.1037/h0076240

Fenigstein, A., & Levine, M. P. (1984). Self-attention, concept activation, and the causal self. *Journal of Experimental Social Psychology, 20*, 231-245. doi: 10.1016/0022-1031(84)90049-0

Festinger, L. (1950). Informal social communication. *Psychological Review, 57*, 271-282. doi: 10.1037/h0056932

Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations, 7*, 117-140. doi: 10.1177/001872675400700202

Festinger, L., Schachter, S., & Back, K. (1950). *Social pressures in informal groups; a study of human factors in housing*. Oxford England: Harper.

Festinger, L., & Thibaut, J. (1951). Interpersonal communication in small groups. *The Journal of Abnormal and Social Psychology, 46*, 92-99. doi: 10.1037/h0054899

Fielding, K. S., & Hogg, M. A. (1997). Social identity, self-categorization, and leadership: A field study of small interactive groups. *Group Dynamics: Theory, Research, and Practice, 1*, 39-51. doi: 10.1037/1089-2699.1.1.39

Fiske, S. T. (1980). Attention and Weight in Person Perception: The Imp act of Negative and Extreme Behavior. *Journal of Personality & Social Psychology, 38*, 889-906.

Fiske, S. T., Cuddy, A. J. C., Glick, P., & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology, 82*, 878-902. doi: 10.1037/0022-3514.82.6.878

Forsyth, D. R. (2010). *Group Dynamics* (5th ed.). Belmont, CA: Wadsworth/Cengage.

Frieze, I., & Weiner, B. (1971). Cue utilization and attributional judgments for success and failure. *Journal of Personality, 39*, 591-605. doi: 10.1111/1467-6494.ep8933512

Garcia-Prieto, P., & Scherer, K. R. (2006). Connecting social identity theory and cognitive appraisal theory of emotions. In R. Brown & D. Capozza (Eds.), *Social Identities: Motivational, Emotional and Cultural Influences.* (pp. 189-207). Hove England: Psychology Press/Taylor & Francis (UK).

Gieryn, T. F. (2000). A space for place in sociology. *Annual Review of Sociology, 26*, 463.

Gordijn, E. H., Yzerbyt, V., Wigboldus, D., & Dumont, M. (2006). Emotional reactions to harmful intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology, 36*, 15-30. doi: 10.1002/ejsp.296

Graziano, W. G., Hair, E. C., & Finch, J. F. (1997). Competitiveness mediates the link between personality and group performance. *Journal of Personality & Social Psychology, 73*, 1394-1408.

Gromet, D. M., & Darley, J. M. (2009). Retributive and restorative justice: Importance of crime severity and shared identity in people's justice responses. [Article]. *Australian Journal of Psychology, 61*, 50-57. doi: 10.1080/00049530802607662

Gullahorn, J. T. (1952). Distance and friendship as factors in the gross interaction matrix. *Sociometry, 15*, 123-134. doi: 10.2307/2785450

Hains, S. C., Hogg, M. A., & Duck, J. M. (1997). Self-categorization and leadership: Effects of group prototypicality and leader stereotypicality. *Personality and Social Psychology Bulletin, 23*, 1087-1099. doi: 10.1177/01461672972310009

Hamilton, D. L. (1981). *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Harth, N. S., Kessler, T., & Leach, C. W. (2008). Advantaged group's emotional reactions to intergroup inequality: The dynamics of pride, guilt, and sympathy. *Personality and Social Psychology Bulletin, 34*, 115-129. doi: 10.1177/0146167207309193

Haslam, S. A. (2004). *Psychology in organizations: The social identity approach* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Haslam, S. A., Ellemers, N., Reicher, S. D., Reynolds, K. J., & Schmitt, M. T. (2010a). The social identity perspective tomorrow: Opportunities and avenues for advance. In T. Postmes & N. R. Branscombe (Eds.), *Rediscovering Social Identity: Core Sources* (pp. 357-379). New York: Psychology Press.

Haslam, S. A., Ellemers, N., Reicher, S. D., Reynolds, K. J., & Schmitt, M. T. (2010b). The social identity perspective: An assessment of the impact and trajectory of its defining ideas. In T. Postmes & N. R. Branscombe (Eds.), *Rediscovering social dentity: Core sources.* New York: Psychology Press.

Haslam, S. A., Oakes, P. J., & Turner, J. C. (1996). Social identity, self-categorization, and the perceived homogeneity of ingroups and outgroups: The interaction between social motivation and cognition. In R. M. Sorrentino & E. T. Higgins (Eds.), *Handbook of motivation and cognition, Vol. 3: The interpersonal context.* (pp. 182-222). New York, NY US: Guilford Press.

Haslam, S. A., Oakes, P. J., Turner, J. C., & McGarty, C. (1995). Social categorization and group homogeneity: Changes in the perceived applicability of stereotype content as a function of comparative context and trait favourableness. *British Journal of Social Psychology, 34*, 139-160.

Haslam, S. A., Reicher, S. D., & Reynolds, K. J. (2012). Identity, influence, and change: Rediscovering John Turner's vision for social psychology. *British Journal of Social Psychology*, no-no. doi: 10.1111/j.2044-8309.2011.02091.x

Haslam, S. A., Ryan, M. K., Postmes, T., Spears, R., Jetten, J., & Webley, P. (2006). Sticking to our guns: social identity as a basis for the maintenance of

commitment to faltering organizational projects. *Journal of Organizational Behavior, 27*, 607-628.

Haslam, S. A., & Turner, J. C. (1992). Context-dependent variation in social stereotyping 2: The relationship between frame of reference, self-categorization and accentuation. *European Journal of Social Psychology, 22*, 251-277.

Haslam, S. A., Turner, J. C., Oakes, P. J., McGairty, C., & Hayes, B. K. (1992). Context-dependent variation in social stereotyping 1: The effects of intergroup relations as mediated by social change and frame of reference. *European Journal of Social Psychology, 22*, 3-20.

Heider, F. (1944). Social perception and phenomenal causality. *Psychological Review, 51*, 358-374. doi: 10.1037/h0055425

Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. Mahwah, NJ US: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Hewstone, M. (1988). Attributional bases of intergroup conflict. In W. Stroebe, A. W. Kruglanski, D. Bar-Tal & M. Hewstone (Eds.), *The social psychology of intergroup conflict: Theory, research and applications* (pp. 47-71). New York: Springer Verlag.

Hewstone, M. (1990). The 'ultimate attribution error'? A review of the literature on intergroup causal attribution. *European Journal of Social Psychology, 20*, 311-335.

Hewstone, M., Bond, M. H., & Wan, K.-c. (1983). Social facts and social attributions: The explanation of intergroup differences in Hong Kong. *Social Cognition, 2*, 142-157. doi: 10.1521/soco.1983.2.2.142

Hewstone, M., & Jaspars, J. (1984). Social dimensions of attribution. In H. Tajfel (Ed.), *The social dimension: European developments in social psychology* (Vol. 2, pp. 379-404). Cambridge/Paris: Cambridge University Press and Maison des Sciences de l'Homme.

Hewstone, M., Jaspars, J., & Lalljee, M. (1982). Social representations, social attribution and social identity: the intergroup images of 'public' and 'comprehensive' schoolboys. [Article]. *European Journal of Social Psychology, 12*, 241-269.

Hewstone, M., Rubin, M., & Willis, H. (2002). Intergroup bias. *Annual Review of Psychology, 53*, 575.

Hewstone, M., Wagner, U., & Machleit, U. (1989). Self-, ingroup, and outgroup achievement attributions of german and turkish pupils. *Journal of Social Psychology, 129*, 459.

Hewstone, M., & Ward, C. (1985). Ethnocentrism and causal attribution in Southeast Asia. *Journal of Personality and Social Psychology, 48*, 614-623. doi: 10.1037/0022-3514.48.3.614

Hichy, Z., Mari, S., & Capozza, D. (2008). Pronorm and Antinorm Deviants: A Test of the Subjective Group Dynamics Model. *Journal of Social Psychology, 148*, 641-644.

Hogg, M. A. (1992). *The social psychology of group cohesiveness: from attraction to social identity*. New York; Sydney: Harvester Wheatsheaf.

Hogg, M. A., & Abrams, D. (1988). *Social identifications: A social psychology of intergroup relations and group processes*. Florence, KY US: Taylor & Frances/Routledge.

Hogg, M. A., Hains, S. C., & Mason, I. (1998). Identification and leadership in small groups: Salience, frame of reference, and leader stereotypicality effects on leader

evaluations. *Journal of Personality and Social Psychology, 75*, 1248-1263. doi: 10.1037/0022-3514.75.5.1248

Hogg, M. A., Turner, J. C., & Davidson, B. (1990). Polarized norms and social frames of reference: A test of the self-categorization theory of group polarization. *Basic & Applied Social Psychology, 11*, 77-100.

Homans, G. C. (1950). *The human group*. Oxford England: Harcourt, Brace.

Homans, G. C. (1961). *Social behavior: Its elementary forms*. Oxford England: Harcourt, Brace.

Iatridis, T., & Fousiani, K. (2009). Effects of status and outcome on attributions and just-world beliefs: How the social distribution of success and failure may be rationalized. [Article]. *Journal of Experimental Social Psychology, 45*, 415-420. doi: 10.1016/j.jesp.2008.12.002

Inverarity, J. M. (1976). Populism and lynching in Louisiana, 1889-1896: A test of Erikson´s theory of the relationship between boundary crises and repressive justice. *American Sociological Review, 41*, 262-280.

Iyer, A., & Leach, C. W. (2008). Emotion in inter-group relations. *European Review of Social Psychology, 19*, 86-125.

Iyer, A., Leach, C. W., & Crosby, F. J. (2003). White guilt and racial compensation: The benefits and limits of self-focus. *Personality & Social Psychology Bulletin, 29*, 117.

Iyer, A., Schmader, T., & Lickel, B. (2007). Why individuals protest the perceived transgressions of their country: The role of anger, shame, and guilt. *Personality & Social Psychology Bulletin, 33*, 572-587. doi: 10.1177/0146167206297402

Janis, I. L. (1972). *Victims of groupthink: A psychological study of foreign-policy decisions and fiascoes*. Oxford England: Houghton Mifflin.

Janis, I. L. (1973). Groupthink and group dynamics: A social psychological analysis of defective policy decisions. *Policy Studies Journal, 2*, 19-25. doi: 10.1111/1541-0072.ep11737416

Jetten, J., & Postmes, T. (2006). 'I did it my way': Collective expressions of individualism. In T. Postmes & J. Jetten (Eds.), *Individuality and the group: Advances in social identity.* (pp. 116-136). Thousand Oaks, CA US: Sage Publications, Inc.

Jetten, J., Postmes, T., & McAuliffe, B. J. (2002). 'We're all individuals': group norms of individualism and collectivism, levels of identification and identity threat. *European Journal of Social Psychology, 32*, 189-207. doi: 10.1002/ejsp.65

Jetten, J., Summerville, N., Hornsey, M. J., & Mewse, A. J. (2005). When differences matter: intergroup distinctiveness and the evaluation of impostors. *European Journal of Social Psychology, 35*, 609-620. doi: 10.1002/ejsp.282

Johns, M., Schmader, T., & Lickel, B. (2005). Ashamed to be an American? The role of identification in predicting vicarious shame for anti-Arab prejudice after 9–11. *Self & Identity, 4*, 331-348. doi: 10.1080/15298860500145822

Johnson, D. W., & Johnson, F. P. (1994). *Joining together: Group theory and group skills (5th ed.)*. Needham Heights, MA US: Allyn & Bacon.

Jones, E. E., Davis, K. E., & Gergen, K. J. (1961). ROLE PLAYING VARIATIONS AND THEIR INFORMATIONAL VALUE FOR PERSON PERCEPTION. [Article]. *Journal of Abnormal & Social Psychology, 63*, 302-310.

Jones, E. E., & Decharms, R. (1957). Changes in social perception as a function of the personal relevance of behavior. *Sociometry, 20*, 75-85. doi: 10.2307/2786115

Jones, S. E., Manstead, A. S. R., & Livingstone, A. (2009). Birds of a feather bully together: Group processes and children's responses to bullying. *British Journal of Developmental Psychology, 27*, 853-873. doi: 10.1348/026151008x390267

Kahneman, D., & Miller, D. T. (1986). Norm theory: Comparing reality to its alternatives. *Psychological Review, 93*, 136-153. doi: 10.1037/0033-295x.93.2.136

Kelley, H. H. (1972). Attribution in social interaction. In E. E. Jones, D. E. Kanouse, H. H. Kelley, R. E. Nisbett, S. Valins & B. Weiner (Eds.), *Attribution: perceiving the causes of behavior*. Morristown: General Learning Press.

Kelley, H. H. (1973). The processes of causal attribution. *American Psychologist, 28*, 107-128. doi: 10.1037/h0034225

Kelley, H. H., & Michela, J. L. (1980). Attribution theory and research. *Annual Review of Psychology, 31*, 457-501.

Kelley, H. H., & Thibaut, J. W. (1978). *Interpersonal relations: A theory of interdependence*. New York: Wiley.

Khan, S., & Lambert, A. J. (1998). Ingroup favoritism versus black sheep effects in observations of informal conversations. *Basic & Applied Social Psychology, 20*, 263-269.

King, G. A., & Sorrentino, R. M. (1983). Psychological dimensions of goal-oriented interpersonal situations. *Journal of Personality and Social Psychology, 44*, 140-162. doi: 10.1037/0022-3514.44.1.140

Komorita, S. S., Parks, C. D., & Hulbert, L. G. (1992). Reciprocity and the induction of cooperation in social dilemmas. *Journal of Personality and Social Psychology, 62*, 607-617. doi: 10.1037/0022-3514.62.4.607

Kruglanski, A. W. (1975). The endogenous-exogenous partition in attribution theory. *Psychological Review, 82*, 387-406. doi: 10.1037/0033-295x.82.6.387

Kruglanski, A. W., & Webster, D. M. (1991). Group members' reactions to opinion deviates and conformists at varying degrees of proximity to decision deadline and of environmental noise. *Journal of Personality & Social Psychology, 61*, 212-225.

Lalljee, M., Watson, M., & White, P. (1982). Explanations, attributions and the social context of unexpected behaviour. [Article]. *European Journal of Social Psychology, 12*, 17-29.

Latané, B., Williams, K., & Harkins, S. (1979). Many hands make light the work: The causes and consequences of social loafing. *Journal of Personality & Social Psychology, 37*, 822-832.

Lauderdale, P. (1976). Deviance and moral boundaries. *American Sociological Review, 41*, 660-676.

Lauderdale, P., Smith-Cunnien, P., Parker, J., & Inverarity, J. (1984). External threat and the definition of deviance. *Journal of Personality & Social Psychology, 46*, 1058-1068.

Lemaine, G., Kastersztein, J., & Personnaz, B. (1978). Social differentiation. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations*. London: Academic Press.

Lerner, M. J. (1980). Belief in a just world: a fundemental delusion.

Levine, J. M. (1989). Reaction to opinion deviance in small groups. In P. B. Paulus (Ed.), *Psychology of group influence (2nd ed.).* (pp. 187-231). Hillsdale, NJ England: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Levine, J. M., Bogart, L. M., & Zdaniuk, B. (1996). Impact of anticipated group membership on cognition. In R. M. Sorrentino & E. T. Higgins (Eds.),

Handbook of motivation and cognition, Vol. 3: The interpersonal context. (pp. 531-569). New York, NY US: Guilford Press.

Levine, J. M., & Moreland, R. L. (1990). Progress in small group research. *Annual Review of Psychology, 41*, 585.

Levine, J. M., & Moreland, R. L. (1994). Group socialization: Theory and research. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology* (Vol. 5). New York: Wiley.

Levine, J. M., & Moreland, R. L. (2012). A history of small group research. In A. W. Kruglanski & W. Stroebe (Eds.), *Handbook of the history of social psychology.* (pp. 383-405). New York, NY US: Psychology Press.

Levine, J. M., Moreland, R. L., & Ryan, C. S. (1998). Group socialization and intergroup relations. In C. Sedikides, J. Schopler & C. A. Insko (Eds.), *Intergroup cognition and intergroup behavior.* (pp. 283-308). Mahwah, NJ US: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Levine, J. M., & Ranelli, C. J. (1978). Majority reaction to shifting and stable attitudinal deviates. *European Journal of Social Psychology, 8*, 55-70.

Levine, J. M., & Thompson, L. (1996). Conflict in groups. In E. T. Higgins & A. W. Kruglanski (Eds.), *Social psychology: Handbook of basic principles.* (pp. 745-776). New York, NY US: Guilford Press.

Lewicka, M., Czapinski, J., & Peeters, G. (1992). Positive-negative asymmetry or 'When the heart needs a reason', Editorial, *European Journal of Social Psychology*, pp. 425-434. Retrieved from http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=a9h&AN=12142493&lang=pt-br&site=ehost-live

Lewin, K. (1948). *Resolving social conflicts*. Oxford England: Harper.

Lewin, K. (1951). *Field theory in social science: selected theoretical papers*. Oxford: Harpers.

Lewis, A. C., & Sherman, S. J. (2010). Perceived entitativity and the black-sheep effect: When will we denigrate negative ingroup members? *Journal of Social Psychology, 150*, 211-225.

Lickel, B., Hamilton, D. L., Wieczorkowska, G., Lewis, A., Sherman, S. J., & Uhles, A. N. (2000). Varieties of groups and the perception of group entitativity. *Journal of Personality and Social Psychology, 78*, 223-246. doi: 10.1037/0022-3514.78.2.223

Liu, J. H., Li-Li, H., & McFedries, C. (2008). Cross-sectional and longitudinal differences in social dominance orientation and right wing authoritarianism as a function of political power and societal change. *Asian Journal of Social Psychology, 11*, 116-126. doi: 10.1111/j.1467-839X.2008.00249.x

Lott, A. J., & Lott, B. E. (1965). Group cohesiveness as interpersonal attraction: A review of relationships with antecedent and consequent variables. *Psychological Bulletin, 64*, 259-309. doi: 10.1037/h0022386

Lott, B. E. (1961). Group cohesiveness: A learning phenomenon. *The Journal of Social Psychology, 55*, 275-286. doi: 10.1080/00224545.1961.9922183

Lu, J.-F., Tjosvold, D., & Shi, K. (2010). Team training in China: Testing and applying the theory of cooperation and competition. *Journal of Applied Social Psychology, 40*, 101-134. doi: 10.1111/j.1559-1816.2009.00565.x

Mackie, D. M. (1986). Social identification effects in group polarization. *Journal of Personality & Social Psychology, 50*, 720-728.

Mackie, D. M., Devos, T., & Smith, E. R. (2000). Intergroup emotions: Explaining offensive action tendencies in an intergroup context. *Journal of Personality and Social Psychology, 79*, 602-616. doi: 10.1037/0022-3514.79.4.602

Macrae, C. N., Stangor, C., & Hewstone, M. (1996). *Stereotypes and stereotyping*. New York: Guilford Press.

Manstead, A. S. R., & Fischer, A. H. (2001). Social appraisal: The social world as object of and influence on appraisal processes. In K. R. Scherer, A. Schorr & T. Johnstone (Eds.), *Appraisal processes in emotion: Theory, methods, research.* (pp. 221-232). New York, NY US: Oxford University Press.

Marques, J. M. (1990). The black sheep effect: Outgroup homogeneity in social comparison settings. In D. Abrams & M. Hogg (Eds.), *Social Identity Theory: Constructive and critical advances*. London: Harvester Wheatsheaf.

Marques, J. M. (2010). Black sheep effect. In J. M. Levine & M. Hogg (Eds.), *Encyclopedia of group processes and intergroup relations*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Marques, J. M., Abrams, D., Paez, D., & Hogg, M. (2001). Social categorisation, social identification, and rejection of deviant group members. In Blackwell (Ed.), *Blackwell handbook of social psychology: Group processes* (pp. 400-424). Oxford, UK: Blackwell.

Marques, J. M., Abrams, D., Paez, D., & Martinez-Taboada, C. (1998). The role of categorization and in-group norms in judgments of groups and their members. *Journal of Personality and Social Psychology, 75*, 976-988.

Marques, J. M., Abrams, D., & Serôdio, R. G. (2001). Being better by being right: Subjective group dynamics and derogation of the in-group deviants when generic norms are undermined. *Journal of Personality & Social Psychology, 81*, 436-447. doi: 10.1037//0022-3514.81.3.436

Marques, J. M., & Paez, D. (1994). The 'black sheep effect': Social categorization, rejection of ingroup deviates, and perception of group variability. *European Review of Social Psychology, 5*, 37-68.

Marques, J. M., & Paez, D. (2008). Dynamique de groupes subjective: Un cadre théorique pour l'effet brebis galeuse. In R. V. Joule & P. Huguet (Eds.), *Bilans et perspectives en psychologie sociale* (pp. 71-115). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

Marques, J. M., Paez, D., & Abrams, D. (1998). Social identity and intragroup differentiation as subjective social control. In S. Worchel, J. F. Morales, D. Páez & J.-C. Deschamps (Eds.), *Social identity: International perspectives.* (pp. 124-141). Thousand Oaks, CA US: Sage Publications, Inc.

Marques, J. M., & Sousa, E. (1982). A teoria da atribuição: Para uma análise do senso-comum. *Psicologia: revista da Associação Portuguesa de Psicologia, 3*, 119-144.

Marques, J. M., & Yzerbyt, V. Y. (1988). The black sheep effect: Judgmental extremity towards ingroup members in inter-group and intra-group situations. *European Journal of Social Psychology, 18*, 287-292.

Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y., & Leyens, J.-P. (1988). The 'Black Sheep Effect': Extremity of judgments towards ingroup members as a function of group identification. *European Journal of Social Psychology, 18*, 1-16.

Matheson, K., & Anisman, H. (2009). Anger and shame elicited by discrimination: Moderating role of coping on action endorsements and salivary cortisol. *European Journal of Social Psychology, 39*, 163-185.

McArthur, L. A. (1972). THE HOW AND WHAT OF WHY: SOME DETERMINANTS AND CONSEQUENCES OF CAUSAL ATTRIBUTION. [Article]. *Journal of Personality & Social Psychology, 22*, 171-193.

McClintock, C. G., & Liebrand, W. B. (1988). Role of interdependence structure, individual value orientation, and another's strategy in social decision making: A transformational analysis. *Journal of Personality and Social Psychology, 55*, 396-409. doi: 10.1037/0022-3514.55.3.396

McDavid, J., & Harari, H. (1968). *Social Psychology: Individuals, groups, societies*. New York: Harper and Row.

McGarty, C., Pedersen, A., Leach, C. W., Mansell, T., Waller, J., & Bliuc, A.-M. (2005). Group-based guilt as a predictor of commitment to apology. *The British Journal of Social Psychology, 44*, 659-680.

McGarty, C., Turner, J. C., Hogg, M. A., & David, B. (1992). Group polarization as conformity to the prototypical group member. *British Journal of Social Psychology, 31*, 1-19. doi: 10.1111/j.2044-8309.1992.tb00952.x

Mendoza, R., Páez, D., Marques, J., Techio, E.-M., & Espinosa, A. (2005). Control social subjetivo y valores culturales: Estudio transcultural experimental sobre el efecto oveja negra y un estudio de campo sobre el 11-M. *Revista de Psicología Social, 20*, 289-300. doi: 10.1174/021347405774277730

Messick, D. M., & Liebrand, W. B. G. (1995). Individual heuristics and the dynamics of cooperation in large groups. *Psychological Review, 102*, 131.

Miller, D. T., & Prentice, D. A. (1996). The construction of social norms and standards. In E. T. Higgins & A. W. Kruglanski (Eds.), *Social psychology: Handbook of basic principles.* (pp. 799-829). New York, NY US: Guilford Press.

Miller, G. A., & Chapman, J. P. (2001). Misunderstanding analysis of covariance. *Journal of Abnormal Psychology, 110*, 40.

Moreland, R. L., & Levine, J. M. (1982). Socialization in small groups: Temporal changes in individual - groups relations. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 15). New York: Academic Press.

Moreland, R. L., & Levine, J. M. (1988). Group dynamics over time: Development and socialization in small groups. In J. E. McGrath (Ed.), *The social psychology of time: New perspectives.* (pp. 151-181). Thousand Oaks, CA US: Sage Publications, Inc.

Moscovici, S. (1985). Innovation and minority influence. In S. Moscovici, G. Mugny & E. van Avermaet (Eds.), *Perspectives on Minority Influence* (pp. 9-52). Cambridge, England: Cambridge University Press.

Moscovici, S., & Pérez, J. A. (2007). A study of minorities as victims. *European Journal of Social Psychology, 37*, 725-746. doi: 10.1002/ejsp.388

Moscovici, S., & Zavalloni, M. (1969). The group as a polarizer of attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology, 12*, 125-135. doi: 10.1037/h0027568

Mullin, B.-A., & Hogg, M. A. (1999). Motivations for group membership: The role of subjective importance and uncertainty reduction. *Basic & Applied Social Psychology, 21*, 91-102.

Mummendey, A., & Wenzel, M. (1999). Social discrimination and tolerance in intergroup relations: Reactions to intergroup difference. *Personality & Social Psychology Review (Lawrence Erlbaum Associates), 3*, 158.

Myers, D. G., & Lamm, H. (1976). The group polarization phenomenon. *Psychological Bulletin, 83*, 602-627. doi: 10.1037/0033-2909.83.4.602

Nagoshi, J. L., Terrell, H. K., & Nagoshi, C. T. (2007). Changes in authoritarianism and coping in college students immediately after the terrorist attacks of September

11, 2001. *Personality & Individual Differences, 43,* 1722-1732. doi: 10.1016/j.paid.2007.05.010

Nesdale, D., & Brown, K. (2004). Children's attitudes towards an atypical member of an ethnic in-group. *International Journal of Behavioral Development, 28,* 328-335.

Neumann, R. (2000). The causal influence of attributions on emotions: A procedural priming approach. [Article]. *Psychological Science (Wiley-Blackwell), 11,* 179.

Newcomb, T. M. (1956). The prediction of interpersonal attraction. *American Psychologist, 11,* 575-586. doi: 10.1037/h0046141

Newcomb, T. M. (1961). *The acquaintance process*. New York, NY US: Holt, Rinehart & Winston.

Nucci, L. (1981). Conceptions of personal issues: A domain distinct from moral or societal concepts. *Child Development, 52,* 114-121. doi: 10.1111/1467-8624.ep8864139

Oakes, P. J., Haslam, S. A., & Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and social reality*. Malden: Blackwell Publishing.

Oakes, P. J., Turner, J. C., & Haslam, S. A. (1991). Perceiving people as group members: The role of fit in the salience of social categorizations. *British Journal of Social Psychology, 30,* 125-144.

Okimoto, T., Wenzel, M., & Feather, N. (2009). Beyond retribution: Conceptualizing restorative justice and exploring its determinants. *Social Justice Research, 22,* 156-180. doi: 10.1007/s11211-009-0092-5

Okimoto, T. G., & Wenzel, M. (2009). Punishment as restoration of group and offender values following a transgression: value consensus through symbolic labelling and offender reform. *European Journal of Social Psychology, 39,* 346-367. doi: 10.1002/ejsp.537

Onorato, R. S., & Turner, J. C. (2004). Fluidity in the self-concept: The shift from personal to social identity. *European Journal of Social Psychology, 34,* 257-278. doi: 10.1002/ejsp.195

Orcutt, J. D. (1973). Societal reaction and the response to deviation in small groups. *Social Forces, 52,* 259-267.

Parkinson, B. (2001). Putting appraisal in context. In K. R. Scherer, A. Schorr & T. Johnstone (Eds.), *Appraisal processes in emotion: Theory, methods, research.* (pp. 173-186). New York, NY US: Oxford University Press.

Parkinson, B., Fischer, A. H., & Manstead, A. S. R. (2005). *Emotion in social relations: Cultural, group, and interpersonal processes*. New York, NY US: Psychology Press.

Peeters, G. (1971). The positive-negative asymmetry: On cognitive consistency and positivity bias. *European Journal of Social Psychology, 1,* 455-474.

Pennington, D. C. (2002). *The social psychology of behavior in small groups*. Hove, East Sussex: Psychology Press.

Pereira, C., & Vala, J. (2007). Preconceito, normas sociais e justificações para a discriminação das pessoas negras. In M. B. Monteiro (Ed.), *Percursos da investigação em Psicologia Social e Organizacional*. Lisboa: Edições Colibri.

Pettigrew, T. F. (1979/2001). The ultimate attribution error: Extending Allport's cognitive analysis of prejudice. In M. A. Hogg & D. Abrams (Eds.), *Intergroup relations: Essential readings.* (pp. 162-173). New York, NY US: Psychology Press.

Pinto, I. R., Marques, J. M., Levine, J. M., & Abrams, D. (2010). Membership status and subjective group dynamics: Who triggers the black sheep effect? *Journal of Personality and Social Psychology, 99,* 107-119. doi: 10.1037/a0018187

Platow, M. J., & Van Knippenberg, D. (2001). A social identity analysis of leadership endorsement: The effects of leader ingroup prototypicality and distributive intergroup fairness. *Personality & Social Psychology Bulletin, 27*, 1508.

Platow, M. J., van Knippenberg, D., Haslam, S. A., van Knippenberg, B., & Spears, R. (2006). A special gift we bestow on you for being representative of us: Considering leader charisma from a self-categorization perspective. *British Journal of Social Psychology, 45*, 303-320. doi: 10.1348/014466605x41986

Postmes, T., & Branscombe, N. R. (2010). *Rediscovering social identity*. New York, NY US: Psychology Press.

Postmes, T., Spears, R., & Cihangir, S. (2001). Quality of decision making and group norms. *Journal of Personality & Social Psychology, 80*, 918-930. doi: 10.1037//0022-3514.80.6.918

Prentice, D. A., Miller, D. T., & Lightdale, J. R. (1994/2006). Asymmetries in attachments to groups and to their members: Distinguishing between common-identity and common-bond groups. In J. M. Levine & R. L. Moreland (Eds.), *Small groups.* (pp. 83-95). New York, NY US: Psychology Press.

Pruitt, D. G. (1998). Social conflict. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology, Vols. 1 and 2 (4th ed.).* (pp. 470-503). New York, NY US: McGraw-Hill.

Pruitt, D. G. (2012). A history of social conflict and negotiation research. In A. W. Kruglanski & W. Stroebe (Eds.), *Handbook of the history of social psychology.* (pp. 431-452). New York, NY US: Psychology Press.

Pruitt, D. G., & Kimmel, M. J. (1977). Twenty years of experimental gaming: Critique, synthesis, and suggestions for the future. *Annual Review of Psychology, 28*, 363-392. doi: 10.1146/annurev.ps.28.020177.002051

Ray, D. G., Mackie, D. M., Rydell, R. J., & Smith, E. R. (2008). Changing categorization of self can change emotions about outgroups. *Journal of Experimental Social Psychology, 44*, 1210-1213. doi: 10.1016/j.jesp.2008.03.014

Reicher, S., & Haslam, S. A. (2006). Groups, psychological well-being and the health of societies. *The Psychologist, 19*, 146-150.

Reid, S. A., & Hogg, M. A. (2005). Uncertainty reduction, self-enhancement, and ingroup identification. *Personality & Social Psychology Bulletin, 31*, 804-817. doi: 10.1177/0146167204271708

Reno, R. R., Cialdini, R. B., & Kallgren, C. A. (1993). The transsituational influence of social norms. *Journal of Personality and Social Psychology, 64*, 104-112.

Reynolds, K. J., Bizumic, B., Subasic, E., Turner, J. C., Branscombe, N., Mavor, K. I., et al. (2012). Social identity and personality processes: Non-Aboriginal Australian identity and Neuroticism. *European Journal of Social Psychology, 42*, 252-262. doi: 10.1002/ejsp.1841

Reynolds, K. J., & Turner, J. C. (2006). Individuality and the prejudiced personality. [Article]. *European Review of Social Psychology, 17*, 233-270. doi: 10.1080/10463280601050880

Reynolds, K. J., Turner, J. C., Branscombe, N. R., Mavor, K. I., Bizumic, B., & SubaŠIĆ, E. (2010). Interactionism in personality and social psychology: An integrated approach to understanding the mind and behaviour. *European Journal of Personality, 24*, 458-482. doi: 10.1002/per.782

Reynolds, K. J., Turner, J. C., & Haslam, S. A. (2000). When are we better than them and they worse than us? A closer look at social discrimination. *Journal of Personality & Social Psychology, 78*, 64-80. doi: 10.1037//0022-3514.78.1.64

Richardson-Klavehn, A., & Bjork, R. A. (1988). Measures of memory. *Annual Review of Psychology, 39*, 475-543. doi: 10.1146/annurev.ps.39.020188.002355

Roediger, H. L. (1990). Implicit memory: Retention without remembering. *American Psychologist, 45*, 1043-1056. doi: 10.1037/0003-066x.45.9.1043

Rokeach, M., Toch, H. H., & Rottman, T. (1960). The effect of threat on the dogmatization of Catholicism. In M. Rokeach (Ed.), *The open and closed mind: Investigations into the nature of belief systems and personality systems* (pp. 376-388). New York: Basic Books.

Rosenberg, S. W., & Wolfsfeld, G. (1977). International Conflict and the Problem of Attribution. [Article]. *Journal of Conflict Resolution, 21*, 75-103.

Ross, L. (1977). The intuitive psychologist and his shortcomings. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 10). New York: Academic Press.

Runciman, W. G. (1966). Relative deprivation and social justice. *Journal of Personality & Social Psychology, 3*, 611-611.

Rutland, A., Abrams, D., & Cameron, L. (2006). Children's attitudes towards nonconformists: Intergroup relations and social exclusion in middle childhood. *International Journal on School Disaffection, 4*, 45-52.

Sachdev, I., & Bourhis, R. Y. (1985). Social categorization an power differentials in group relations. *European Journal of Social Psychology, 15*, 415-434.

Sachdev, I., & Bourhis, R. Y. (1987). Status differentials and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology, 17*, 277-293.

Sachdev, I., & Bourhis, R. Y. (1991). Power and Status Differentials in Minority and Majority Group Relations. *European Journal of Social Psychology, 21*, 1-24.

Sampson, E. E., & Brandon, A. C. (1964). The Effects of Role and Opinion Deviation on Small Group Behavior. *Sociometry, 27*, 261-281.

Schachter, S. (1951). Deviation, rejection, and communication. *The Journal of Abnormal and Social Psychology, 46*, 190-207. doi: 10.1037/h0062326

Schacter, D. L. (1987). Implicit memory: History and current status. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition, 13*, 501-518. doi: 10.1037/0278-7393.13.3.501

Secord, P., & Backman, C. (1964). *Social psychology*. New York, NY US: McGraw-Hill.

Secord, P. F., Bevan, W., & Katz, B. (1956). The negro stereotype and perceptual accentuation. *Journal of Abnormal & Social Psychology, 53*, 78-83.

Shaw, M. E. (1976). *Group Dynamics: The psychology of small group behavior* (2nd ed.). New Yor: McGraw Hill.

Sherif, M. (1935). A study of some social factors in perception. *Archives of Psychology (Columbia University), 187*.

Sherif, M. (1936). *The psychology of social norms*. Oxford England: Harper.

Sherif, M. (1966). *In common predicament: Social psychology of intergroup conflict and cooperation*. Boston: Houghton Mifflin.

Sherif, M., & Sherif, C. W. (1956). *An outline of social psychology*. Oxford England: Harper & Bros.

Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). *Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. New York, NY US: Cambridge University Press.

Skowronski, J. J., & Carlston, D. E. (1987). Social judgment and social memory: The role of cue diagnosticity in negativity, positivity, and extremity biases. *Journal of Personality and Social Psychology, 52*, 689-699. doi: 10.1037/0022-3514.52.4.689

Skowronski, J. J., & Carlston, D. E. (1989). Negativity and extremity biases in impression formation: A review of explanations. *Psychological Bulletin, 105*, 131-142. doi: 10.1037/0033-2909.105.1.131

Smetana, J. G. (1981). Preschool Children's Conceptions of Moral and Social Rules. [Article]. *Child Development, 52*, 1333-1336. doi: 10.1111/1467-8624.ep8861094

Steele, C. M., & Aronson, J. (1995). Stereotype threat and the intellectual test performance of african americans. *Journal of Personality & Social Psychology, 69*, 797-811.

Steele, C. M., Spencer, S. J., & Aronson, J. (2002). Contending with group image: The psychology of stereotype and social identity threat. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology, Vol. 34.* (pp. 379-440). San Diego, CA US: Academic Press.

Tajfel, H. (1957). Value and the perceptual judgment of magnitude. *Psychological Review, 64*, 192-204. doi: 10.1037/h0047878

Tajfel, H. (1959). A note on Lambert's "Evaluational reactions to spoken languages.". *Canadian Journal of Psychology/Revue canadienne de psychologie, 13*, 86-92. doi: 10.1037/h0083762

Tajfel, H. (1969). Cognitive Aspects of Prejudice. [Article]. *Journal of Social Issues, 25*, 79-97.

Tajfel, H. (1972). Experiments in a vacuum. In J. Israel & H. Tajfel (Eds.), *The context of social psychology: A critical assessment.* Oxford England: Academic Press.

Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behaviour. *Social Science Information/sur les sciences sociales, 13*, 65-93. doi: 10.1177/053901847401300204

Tajfel, H. (1978). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations*. Oxford England: Academic Press.

Tajfel, H. (1979/2010). Individuals and groups in social psychology. In T. Postmes & N. R. Branscombe (Eds.), *Rediscovering social identity.* (pp. 65-73). New York, NY US: Psychology Press.

Tajfel, H. (1982). Social psychology of intergroup relations. *Annual Review of Psychology, 33*, 1-39.

Tajfel, H., & Billig, M. (1974). Familiarity and categorization in intergroup behavior. *Journal of Experimental Social Psychology, 10*, 159-170. doi: 10.1016/0022-1031(74)90064-x

Tajfel, H., Billig, M. G., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology, 1*, 149-178.

Tajfel, H., Sheikh, A. A., & Gardner, R. C. (1964). Content of stereotypes and the inference of similarity between members of stereotyped groups. *Acta Psychologica, 22*, 191-201. doi: 10.1016/0001-6918(64)90017-4

Tajfel, H., & Turner, J. (1979/2001). An integrative theory of intergroup conflict. In M. A. Hogg & D. Abrams (Eds.), *Intergroup relations: Essential readings.* (pp. 94-109). New York, NY US: Psychology Press.

Tajfel, H., & Turner, J. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel & W. G. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (pp. 7-24). Chicago, Il: Nelson-Hall Publishers.

Tajfel, H., & Wilkes, A. L. (1963). Classification and quantitative judgement. *British Journal of Psychology, 54*, 101-114. doi: 10.1111/j.2044-8295.1963.tb00865.x

Taylor, D. M., & Jaggi, V. (1974). Ethnocentrism and causal attribution in a south Indian context. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 5*, 162-171.

Terry, D. J., Carey, C. J., & Callan, V. J. (2001). Employee adjustment to an organizational merger: An intergroup perspective. *Personality and Social Psychology Bulletin, 27*, 267-280. doi: 10.1177/0146167201273001

Thibaut, J. W., & Kelley, H. H. (1959/1986). *The social psychology of groups* (2nd ed.). Piscataway, NJ US: Transaction Publishers.

Turiel, E. (1983). *The development of social knowledge: Morality and convention*. Cambridge: Cambridge University Press.

Turner, J. C. (1975). Social comparison and social identity: Some prospects for intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology, 5*, 5-34.

Turner, J. C. (1978). Social categorization and social discrimination in the minimal group paradigm. In H. Tajfel (Ed.), *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations* (pp. 235-250). London: Academic Press.

Turner, J. C. (1982/2010). Towards a cognitive redefinition of the social group. In T. Postmes & N. R. Branscombe (Eds.), *Rediscovering social identity.* (pp. 210-234). New York, NY US: Psychology Press.

Turner, J. C. (1984). Social identification and psychological group formation. In H. Tajfel (Ed.), *The social dimension: European developments in social psychology* (Vol. 2). Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Turner, J. C. (1985/2010). Social categorization and the self-concept: A social cognitive theory of group behavior. In T. Postmes & N. R. Branscombe (Eds.), *Rediscovering social identity.* (pp. 243-272). New York, NY US: Psychology Press.

Turner, J. C. (1991). *Social influence*. Belmont, CA US: Thomson Brooks/Cole Publishing Co.

Turner, J. C. (1999). Some current issues in research on social identity and self-categorization theories. In N. Ellemers, R. Spears & B. Doosje (Eds.), *Social Identity: Context, Commitment, Content* (pp. 6 - 34). Oxford: Blackwell.

Turner, J. C. (2005). Explaining the nature of power: A three-process theory. *European Journal of Social Psychology, 35*, 1-22. doi: 10.1002/ejsp.244

Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Cambridge, MA US: Basil Blackwell.

Turner, J. C., & Oakes, P. J. (1989). Self-categorization theory and social influence. In P. B. Paulus (Ed.), *Psychology of group influence (2nd ed.).* (pp. 233-275). Hillsdale, NJ England: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Turner, J. C., Oakes, P. J., Haslam, S. A., & McGarty, C. (1994). Self and collective: Cognition and social context. *Personality & Social Psychology Bulletin, 20*, 454.

Turner, J. C., & Onorato, R. S. (2010). Social identity, personality, and the self-concept: A self-categorization perspective. In T. Postmes & N. R. Branscombe (Eds.), *Rediscovering social identity.* (pp. 315-339). New York, NY US: Psychology Press.

Turner, J. C., & Reynolds, K. J. (2001). The social identity perspective in intergroup relations: Theories, themes, and controversies. In R. Brown & S. L. Gaertner (Eds.), *Blackwell Handbook of Social Psychology, Vol. 4: Intergroup processes* (pp. 133-152). London: Sage.

Turner, J. C., Reynolds, K. J., Haslam, S. A., & Veenstra, K. E. (2006). Reconceptualizing personality: Producing individuality by defining the personal self. In T. Postmes & J. Jetten (Eds.), *Individuality and the group: Advances in social identity.* (pp. 11-36). Thousand Oaks, CA US: Sage Publications, Inc.

Turner, M. E., & Pratkanis, A. R. (1998). A social identity maintenance model of groupthink. *Organizational Behavior & Human Decision Processes, 73*, 210-235.

Turner, M. E., Probasco, P., Pratkanis, A. R., & Leve, C. (1992). Threat, cohesion, and group effectiveness: Testing a social identity maintenance perspective on groupthink. *Journal of Personality & Social Psychology, 63*, 781-796.

Vala, J., Lima, M., & Lopes, D. (2004). Social values, prejudice and solidarity in the European Union. In W. Arts & L. Halman (Eds.), *European values at the turn of the millennium* (pp. 139-163). Leiden: Brill.

van Prooijen, J.-W. (2006). Retributive reactions to suspected offenders: The importance of social categorizations and guilt probability. *32*, 715-726. doi: 10.1177/0146167205284964

van Prooijen, J.-W. (2009). Offenders' social categorization: Ingroup bias or black sheep effect? In M. E. Oswald, S. Bieneck & J. Hupfeld-Heinemann (Eds.), *Social psychology of punishment of crime.* (pp. 211-229). New York, NY US: John Wiley & Sons Ltd.

van Prooijen, J.-W., & Lam, J. (2007). Retributive justice and social categorizations: The perceived fairness of punishment depends on intergroup status. *European Journal of Social Psychology, 37*, 1244-1255. doi: 10.1002/ejsp.421

Weiner, B. (1979). A theory of motivation for some classroom experiences. *Journal of Educational Psychology, 71*, 3-25. doi: 10.1037/0022-0663.71.1.3

Weiner, B., & Kukla, A. (1970). An attributional analysis of achievement motivation. *Journal of Personality and Social Psychology, 15*, 1-20. doi: 10.1037/h0029211

Wesselmann, E. D., Wirth, J. H., Pryor, J. B., Reeder, G. D., & Williams, K. D. (2012). When Do We Ostracize? *Social Psychological and Personality Science*. doi: 10.1177/1948550612443386

Whitehead, I. I. I. G. I., Smith, S. H., & Eichhorn, J. A. (1982). The effect of subject's race and other's race on judgments of causality for success and failure. *Journal of Personality, 50*, 193-202.

Wilder, D., & Simon, A. F. (1998). Categorical and dynamic groups: Implications for social perception and intergroup behavior. In C. Sedikides, J. Schopler & C. A. Insko (Eds.), *Intergroup cognition and intergroup behavior*. (pp. 27-44). Mahwah, NJ US: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Williams, K. D., & Karau, S. J. (1991). Social loafing and social compensation: The effects of expectations of co-worker performance. *Journal of Personality & Social Psychology, 61*, 570-581.

Wohl, M. J. A., Branscombe, N. R., & Klar, Y. (2006). Collective guilt: Emotional reactions when one's group has done wrong or been wronged. *European Review of Social Psychology, 17*, 1-37. doi: 10.1080/10463280600574815

Wong, P. T., & Weiner, B. (1981). When people ask 'why' questions, and the heuristics of attributional search. *Journal of Personality and Social Psychology, 40*, 650-663. doi: 10.1037/0022-3514.40.4.650

Wright, S. C. (1997). Ambiguity, social influence, and collective action: Generating collective protest in response to tokenism. *Personality and Social Psychology Bulletin, 23*, 1277-1290. doi: 10.1177/01461672972312005

Wright, S. C., & Taylor, D. M. (1998). Responding to tokenism: individual action in the face of collective injustice. *European Journal of Social Psychology, 28*, 647-667.

Yarkin, K. L., Town, J. P., & Wallston, B. S. (1982). Blacks and women must try harder: Stimulus persons' race and sex attributions of causality. *Personality and Social Psychology Bulletin, 8*, 21-24. doi: 10.1177/014616728281003

Yzerbyt, V., Dumont, M., Wigboldus, D., & Gordijn, E. (2003). I feel for us: The impact of categorization and identification on emotions and action tendencies. *The British Journal of Social Psychology, 42*, 533-549.

ANEXOS

Anexo 1. Questionário utilizado no Estudo Piloto 1.

Anexo 2. Questionário utilizado Estudo Piloto 2.

Anexo 3. Questionário utilizado no Estudo 1.

Anexo 4. Questionários utilizados no Estudo 2.

Anexo 5. Questionário utilizado no Estudo 3.

Anexo 1

Questionário utilizado no Estudo Piloto 1

Inquérito

Por favor, indique o/a seu/sua:

Sexo_____ Idade_____

Curso_____ Faculdade_____

As minorias éticas são um assunto cada vez mais relevante na vida quotidiana. Com este inquérito, que lhe tomará apenas alguns minutos, pretendemos conhecer as atitudes e opiniões dos estudantes universitários relativamente a algumas minorias étnicas em Portugal. É nesse sentido que lhe pedimos a sua opinião. As suas respostas são totalmente anónimas e confidenciais e destinam-se exclusivamente a fins de investigação científica. As opiniões relativamente às diversas minorias que existem na nossa sociedade não são consensuais. As pessoas pensam de maneira diferente sobre essas minorias. É por isso que a sua opinião é muito importante. Desde já agradecemos a sua colaboração.

Em sua opinião, qual é, aproximadamente, a <u>percentagem</u> de estudantes universitários que são a favor das seguintes medidas:

1.____ "Crianças Ciganas que revelem dificuldades de integração no Ensino Básico devem ser permanentemente separadas das outras crianças."
   a) Estudantes do seu Curso: _____ %
   b) Estudantes da sua Faculdade: _____ %

2.____ "Ciganos que nunca tenham trabalhado devem perder o direito a quaisquer subsídios sociais."
   a) Estudantes do seu Curso: _____ %
   b) Estudantes da sua Faculdade: _____ %

3.____ "Ciganos que queiram exercer cargos públicos em Portugal devem ser avaliados nos seus conhecimentos da legislação e cultura Portuguesa."
   a) Estudantes do seu Curso: _____ %
   b) Estudantes da sua Faculdade: _____ %

4.____ "Ciganos condenados por comportamentos criminosos devem ser expulsos de Portugal."
   a) Estudantes do seu Curso: _____ %
   b) Estudantes da sua Faculdade: _____ %

5.____ "Ciganos a viver em Portugal devem ser internados em locais próprios para serem afastados do resto da população."
   a) Estudantes do seu Curso: _____ %
   b) Estudantes da sua Faculdade: _____ %

Qual é a sua opinião pessoal sobre essas medidas? Por favor, indique a sua opinião escolhendo um número da escala abaixo (desde 1: Discordo totalmente; até 7: Concordo totalmente).

"Crianças Ciganas que revelem dificuldades de integração no Ensino Básico devem ser permanentemente separadas das outras crianças."

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente

"Ciganos que nunca tenham trabalhado devem perder o direito a quaisquer subsídios sociais."

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente

"Ciganos que queiram exercer cargos públicos em Portugal devem ser avaliados nos seus conhecimentos da legislação e cultura Portuguesa."

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente

"Ciganos condenados por comportamentos criminosos devem ser expulsos de Portugal."

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente

"Ciganos a viver em Portugal devem ser internados em locais próprios para serem afastados do resto da população."

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente

Anexo 2

Questionário utilizado no Estudo Piloto 2

Inquérito

Por favor, indique o/a seu/sua:

Sexo_____ Idade_____

Curso_____ Faculdade_____

As minorias éticas são um assunto cada vez mais relevante na vida quotidiana. Com este inquérito, que lhe tomará apenas alguns minutos, pretendemos conhecer as atitudes e opiniões dos estudantes universitários relativamente a algumas minorias étnicas em Portugal. É nesse sentido que lhe pedimos a sua opinião. As suas respostas são totalmente anónimas e confidenciais e destinam-se exclusivamente a fins de investigação científica. As opiniões relativamente às diversas minorias que existem na nossa sociedade não são consensuais. As pessoas pensam de maneira diferente sobre essas minorias. É por isso que a sua opinião é muito importante. Desde já agradecemos a sua colaboração.

Apresentamos de seguida, as opiniões de alguns estudantes universitários sobre a seguinte medida: "Ciganos condenados por comportamentos criminosos devem ser expulsos de Portugal." Pedimos que as leia atentamente, e responda a algumas questões sobre cada uma.

"A maior parte dos ciganos não trabalha e prefere viver à custa dos subsídios do Estado. Quase todos têm ligações ao tráfico ou à economia paralela. É por isso que é acertado que aqueles que forem condenados por actividades criminosas sejam definitivamente expulsos do País"

Estudante Anónimo

Quantos estudantes do seu curso partilharão esta opinião?

Quase Nenhum	1	2	3	4	5	6	7	Quase Todos

Quantos estudantes da sua faculdade partilharão esta opinião?

Quase Nenhum	1	2	3	4	5	6	7	Quase Todos

Concorda com esta opinião?

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente

Qual é a sua impressão sobre este estudante?

Negativa	1	2	3	4	5	6	7	Positiva

“A inserção social dos ciganos pode ser um problema, mas a estigmatização da comunidade só a vai complicar mais. Quaisquer medidas judiciais discriminatórias levariam a uma maior marginalização e exclusão, o que impediria a promoção da sociedade multicultural, democrática e coesa, que quase todos desejamos”

Estudante Anónimo

Quantos estudantes do seu curso partilharão esta opinião?

Quase Nenhum	1	2	3	4	5	6	7	Quase Todos

Quantos estudantes da sua faculdade partilharão esta opinião?

Quase Nenhum	1	2	3	4	5	6	7	Quase Todos

Concorda com esta opinião?

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente

Qual é a sua impressão sobre este estudante?

Negativa	1	2	3	4	5	6	7	Positiva

"Uma sociedade democrática não discrimina cidadãos com base na sua cultura ou etnia. A deportação de ciganos criminosos iria contra princípios fundamentais, como da justiça e igualdade entre todos. É um atentado aos direitos dos cidadãos Ciganos e ilegal à luz da nossa Constituição."

Estudante Anónimo

Quantos estudantes do seu curso partilharão esta opinião?

Quase Nenhum	1	2	3	4	5	6	7	Quase Todos

Quantos estudantes da sua faculdade partilharão esta opinião?

Quase Nenhum	1	2	3	4	5	6	7	Quase Todos

Concorda com esta opinião?

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente

Qual é a sua impressão sobre este estudante?

Negativa	1	2	3	4	5	6	7	Positiva

"Parece-me perfeitamente razoável implementar medidas especiais para criminosos de etnia cigana. Devemos ter em conta que a comunidade tem muita má reputação precisamente pelo grande número de maus elementos que inclui. Se os ciganos criminosos fossem identificados e expulsos, todos os outros teriam mais facilidade em integrar-se na sociedade."

Estudante Anónimo

Quantos estudantes do seu curso partilharão esta opinião?

Quase Nenhum	1	2	3	4	5	6	7	Quase Todos

Quantos estudantes da sua faculdade partilharão esta opinião?

Quase Nenhum	1	2	3	4	5	6	7	Quase Todos

Concorda com esta opinião?

Discordo totalmente	1	2	3	4	5	6	7	Concordo totalmente

Qual é a sua impressão sobre este estudante?

Negativa	1	2	3	4	5	6	7	Positiva

Anexo 3

Questionário utilizado no Estudo 1

(Versão: Curso dos Participantes: Ciências da Educação vs. Contexto Intergrupal: Ameaçador vs. Grupo dos Alvos: Endogrupo)

Inquérito

Por favor, indique o/a seu/sua:

Sexo_____ Idade_____

Curso_____ Faculdade_____

Num estudo recente, determinámos as atitudes e opiniões dos estudantes dos cursos de Ciências da Educação e Psicologia da FPCEUP em relação a algumas minorias étnicas que vivem em Portugal.

Estamos a realizar agora um novo estudo para compreender melhor as opiniões dos estudantes dos dois cursos da FPCEUP. Dessa maneira, gostávamos de conhecer a sua opinião enquanto estudante de Ciências da Educação da FPCEUP.

Primeiro, gostávamos de saber a sua opinião sobre os estudantes do curso de Ciências da Educação. Para esse efeito, por favor responda às seguintes questões, colocando uma cruz na quadrícula que melhor se aproxima da sua opinião.

Gosta dos estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP?

não gosto nada								gosto muito

Ser estudante de Ciências da Educação da FPCEUP é uma parte importante da sua identidade?

não é nada importante								é muito importante

Tem confiança nos estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP?

muito pouca confiança								confiança absoluta

Valoriza a amizade dos outros estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP?

não valorizo nada								valorizo muito

Acha que os estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP são dos estudantes mais habilitados da Universidade do Porto?

de modo nenhum								absolutamente

Pensa em si frequentemente como estudante de Ciências da Educação da FPCEUP?

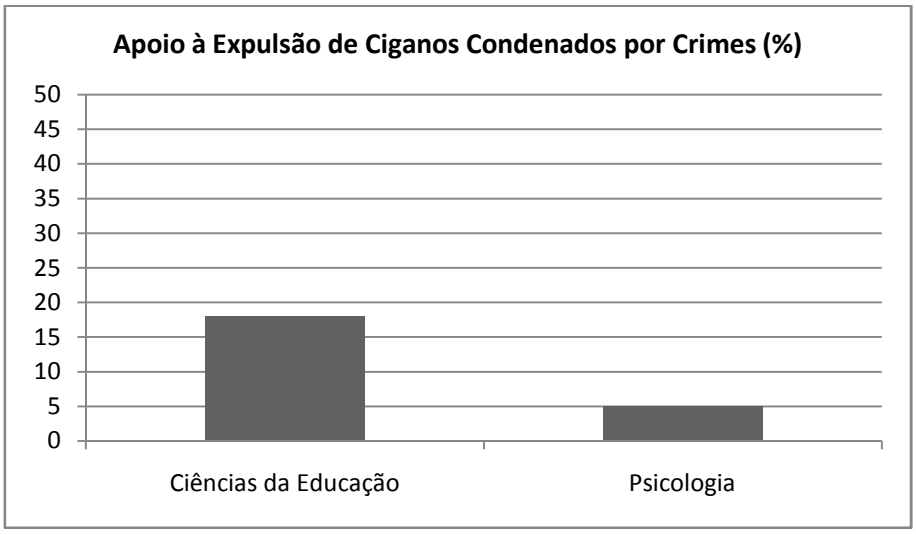
de modo nenhum								absolutamente

Acha que os estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP são dos mais solidários que existem?

de modo nenhum								absolutamente

No primeiro estudo, que incidiu sobre amostras representativas dos cursos de Ciências da Educação e Psicologia da FPCEUP, encontrámos alguns indícios de preconceito e discriminação.

Por exemplo, alguns estudantes defendiam a medida de que "membros da comunidade cigana condenados por comportamentos criminosos devem ser expulsos de Portugal." A percentagem que defendia esta medida discriminatória foi significativamente maior entre estudantes de Ciências da Educação (18%) que entre estudantes de Psicologia (5%).



No primeiro estudo, foram recolhidas algumas das justificações dos estudantes sobre as suas opiniões. Apresentamos duas declarações de estudantes do curso de Ciências da Educação da FPCEUP. Pedimos que as leia atentamente, e nos dê a sua impressão sobre cada uma.

<u>Opinião 1</u>:

"*A maior parte dos ciganos não trabalha e prefere viver à custa dos subsídios do Estado. Quase todos têm ligações ao tráfico ou à economia paralela. É por isso que é acertado que aqueles que forem condenados por actividades criminosas sejam definitivamente expulsos do País.*"

Estudante de Ciências da Educação da FPCEUP

Qual é a sua impressão sobre o estudante de Ciências da Educação que defende esta opinião?

negativa								positiva

<u>Opinião 2</u>:

"*A inserção social dos ciganos pode ser um problema, mas a estigmatização da comunidade só a vai complicar mais. Quaisquer medidas judiciais discriminatórias levariam a uma maior marginalização e exclusão, o que impediria a promoção da sociedade multicultural, democrática e coesa, que quase todos desejamos.*"

Estudante de Ciências da Educação da FPCEUP

Qual é a sua impressão sobre o estudante de Ciências da Educação que defende esta opinião?

negativa								positiva

Imagine que alguns estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP se juntam para formar um grupo dedicado a reduzir as atitudes discriminatórias dos estudantes do seu curso. O grupo propõe medidas pedagógicas, como conferências, debates, eventos culturais, etc., que eduquem os estudantes preconceituosos, em vista a reduzir os níveis de intolerância no curso. Utilizando as escalas seguintes, indique em que medida estaria disposto a apoiar este grupo.

Inscrevia-me numa *mailing list* do grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Assinava um manifesto do grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Integrava o grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Recrutava outros estudantes para integrarem o grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Imagine que outros estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP formam um grupo com objectivos semelhantes, embora com métodos diferentes. Este grupo propõe a aplicação de medidas disciplinares, como sanções, multas, castigos, etc., que confrontem os estudantes preconceituosos, em vista a reduzir os níveis de intolerância no curso. Utilizando as escalas seguintes, indique em que medida estaria disposto a apoiar este grupo.

Inscrevia-me numa *mailing list* do grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Assinava um manifesto do grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Integrava o grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Recrutava outros estudantes para integrarem o grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Para terminar, gostávamos de saber que expectativa tem sobre as atitudes e valores dos estudantes do curso de Ciências da Educação da FPCEUP.

Acha que tem atitudes e valores parecidos com a generalidade dos estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP?

de modo nenhum								absolutamente

Acha que os estudantes do seu curso têm níveis de moralidade elevados?

de modo nenhum								absolutamente

É importante para si ser visto como estudante de Ciências da Educação da FPCEUP?

não é nada importante								é muito importante

O que sentia se ouvisse alguém dizer mal dos seus colegas de curso?

sentia-me muito bem								sentia-me muito mal

Anexo 4

Questionários utilizados no Estudo 2

(Saliência das Atribuições de Causalidade Interna)

Inquérito

Por favor, indique o/a seu/sua:

Sexo_____ Idade_____

Curso_____ Faculdade_____

Com este estudo, pretendemos conhecer a sua opinião sobre as razões que podem explicar a ocorrência de certos acontecimentos no quotidiano da vida de um estudante universitário.

Para esse efeito, apresentamos-lhe 16 acontecimentos do quotidiano de um estudante **Anónimo,** cada qual seguido de duas explicações possíveis. Pedimos-lhe que indique a sua concordância ou discordância com a plausibilidade das duas explicações para cada uma das situações descritas. Deve responder, seleccionando para cada explicação, uma de sete quadrículas, desde 1: explicação pouco provável, até 7: explicação muito provável.

"**A"** não consegue convencer um amigo a acompanhá-lo a um concerto. Isso pode ser explicado…

Por **"A"** ter uma fraca capacidade de persuasão.

pouco provável								muito provável

Por **"A"** não se ter esforçado o suficiente para convencer o amigo.

pouco provável								muito provável

"**A"** recebe uma mesada dos pais. Em determinado mês, recebe um montante superior ao habitual. Isso deve-se a…

"**A"** ter-se esforçado dessa vez por explicar aos pais que necessitava de algum dinheiro extra.

pouco provável								muito provável

Por **"A"** ser capaz de apelar ao coração dos pais.

pouco provável								muito provável

"A" não cumpre os objectivos que tinha fixado para um determinado trabalho. Isso deve-se…

A **"A"** não ter tido vontade e motivação suficientes.

pouco provável								muito provável

A **"A"** ser uma pessoa preguiçosa.

pouco provável								muito provável

"A" é muito apreciado pela generalidade dos amigos e colegas. Isso pode dever-se a …

"A" ser muito sociável.

pouco provável								muito provável

"A" esforçar-se para ser uma companhia agradável.

pouco provável								muito provável

“A” reprovou a um exame. Isso pode-se explicar:

Por as capacidades de **“A”** não estarem à altura daquele exame.

pouco provável								muito provável

Por **“A”**, em geral, não estudar o suficiente.

pouco provável								muito provável

Os pais de “**A”** estão em desacordo com ele. Isso acontece:

Por “**A”** ser uma pessoa teimosa.

pouco provável								muito provável

Por “**A”** não se ter explicado bem em alguns momentos.

pouco provável								muito provável

“A” não é bem estimado pelos colegas de curso. Isso deve-se a:

Por vezes, **“A”** não se esforçar o suficiente para ser agradável.

pouco provável								muito provável

“A” não ter uma personalidade muito agradável.

pouco provável								muito provável

Os pais de **"A"** estão orgulhosos dele. Isso resulta de:

"A" ser muito responsável e honesto.

pouco provável								muito provável

De tempos a tempos, **"A"** esforçar-se por agradar aos pais.

pouco provável								muito provável

Os colegas de **"A"** felicitam o seu bom gosto musical. Isso deve-se a:

"A" partilhar de vez em quando as suas músicas preferidas com os colegas.

pouco provável								muito provável

"A" ter bom gosto nas músicas e bandas musicais que aprecia.

pouco provável								muito provável

"A" vai passar de ano. Isso explica-se por:

"A" ser uma pessoa trabalhadora.

pouco provável								muito provável

"A" de vez em quando fazer grandes esforços nos estudos e trabalhos curriculares.

pouco provável								muito provável

“A” não consegue reunir os seus pais com a/o namorada/o. Isso explica-se por:

“A” não se esforçar o suficiente para que esse encontro aconteça.

pouco provável								muito provável

“A” não tem capacidade para fazer concretizar esse encontro.

pouco provável								muito provável

“A” gostou muito de um determinado filme. Isso será porque:

“A” é um fã do género cinematográfico específico onde aquele filme se insere.

pouco provável								muito provável

“A” gosta de cinema.

pouco provável								muito provável

Um professor disse ter confiança no sucesso académico de **“A”**. Isso deve-se a:

“A” demonstrar competência nas aulas e trabalhos académicos.

pouco provável								muito provável

“**A”** estar particularmente motivado para a cadeira daquele professor.

pouco provável								muito provável

Os membros do grupo de trabalho de **"A"** dizem que concordam com as suas ideias. Isso acontece por:

"A" estar sempre disposto a defender os seus pontos de vista.

pouco provável								muito provável

"A" dispor-se ocasionalmente a exprimir as suas ideias naquele grupo de trabalho.

pouco provável								muito provável

"A" não tem relações afectivas muito prolongadas. Isso é porque:

"A", ocasionalmente, não investe tanto quanto poderia, nas suas relações.

pouco provável								muito provável

"**A"** não é capaz de suportar uma vida a dois.

pouco provável								muito provável

"A" diz ter ficado desapontado com determinada obra literária. Isso deve-se a:

Na altura em que leu o livro, **"A"** não se encontrar com a disposição mais apropriada.

pouco provável								muito provável

"A" ter padrões literários elevados.

pouco provável								muito provável

(Saliência das Atribuições de Causalidade Externa)

Inquérito

Por favor, indique o/a seu/sua:

Sexo_____ Idade_____

Curso_____ Faculdade_____

Com este estudo, pretendemos conhecer a sua opinião sobre as razões que podem explicar a ocorrência de certos acontecimentos no quotidiano da vida de um estudante universitário.

Para esse efeito, apresentamos-lhe 16 acontecimentos do quotidiano de um estudante **Anónimo,** cada qual seguido de duas explicações possíveis. Pedimos-lhe que indique a sua concordância ou discordância com a plausibilidade das duas explicações para cada uma das situações descritas. Deve responder, seleccionando para cada explicação, uma de sete quadrículas, desde 1: explicação pouco provável, até 7: explicação muito provável.

"**A"** não consegue convencer um amigo a acompanhá-lo a um concerto. Isso pode ser explicado…

Por a data do concerto não ser apropriada.

pouco provável								muito provável

Pelo amigo não ter condições financeiras para atender ao concerto.

pouco provável								muito provável

"**A"** recebe uma mesada dos pais. Em determinado mês, recebe um montante superior ao habitual. Isso deve-se a…

À subida das despesas e do custo de vida levarem a que os pais tenham mais disposição para ajudar.

Pouco provável								muito provável

Ser normal que em certas épocas do ano os pais proporcionem uma ajuda financeira extra.

pouco provável								muito provável

"A" não cumpre os objectivos que tinha fixado para um determinado trabalho. Isso deve-se…

A "**A"** ter em simultâneo demasiados trabalhos e compromissos.

pouco provável								muito provável

A "**A"** não encontrar naquele momento as condições mais propícias para realizar o trabalho.

pouco provável								muito provável

"A" é muito apreciada/o pela generalidade dos amigos e colegas. Isso pode dever-se a …

Ser politicamente correcto apreciar as qualidades dos outros.

pouco provável								muito provável

Em determinados momentos, **"A"** ter sido levada/o a de ajudar alguns amigos e colegas.

pouco provável								muito provável

“A” reprovou a um exame. Isso pode-se explicar:

Pelo professor ter preparado um exame demasiado difícil.

pouco provável								muito provável

“A” não ter tido sorte com a matéria que saiu.

pouco provável								muito provável

Os pais de **“A”** estão em desacordo com ele. Isso acontece:

Devido à falta de tempo que as pessoas têm para se exprimirem nos dias que correm.

pouco provável								muito provável

Porque um acontecimento desagradável deixou os pais de mau humor.

pouco provável								muito provável

“A” não é bem estimado pelos colegas de curso. Isso deve-se a:

Os colegas de **“A”** não terem ainda tido o tempo necessário para o compreenderem.

pouco provável								muito provável

“**A”** não ter tido o tempo necessário para se fazer compreender pelos colegas.

pouco provável								muito provável

Os pais de **"A"** estão orgulhosos dele/a. Isso resulta de:

Terem surgido a **"A"** algumas oportunidades para se fazer apreciar.

pouco provável								muito provável

"**A"** ter oportunidades frequentes para corresponder às solicitações dos pais.

pouco provável								muito provável

Os colegas de **"A"** felicitam o seu bom gosto musical. Isso deve-se a:

Ser politicamente correcto dizer coisas simpáticas.

pouco provável								muito provável

Por alguma razão ocasional, os colegas estarem dispostos a elogiar **"A"**.

pouco provável								muito provável

"A" vai passar de ano. Isso explica-se por:

"A" ter tido exames fáceis.

pouco provável								muito provável

"A" ter tido sorte com as matérias dos exames e temas dos trabalhos de grupo.

pouco provável								muito provável

“A” não consegue reunir os seus pais com a/o namorada/o. Isso explica-se por:

As obrigações de cada um não permitirem encontrar uma altura para isso.

pouco provável								muito provável

Algumas situações inesperadas impediram a possibilidade do encontro.

pouco provável								muito provável

“A” gostou muito de um determinado filme. Isso será porque:

“A” foi influenciado pela opinião de alguns amigos.

pouco provável								muito provável

Toda a gente acha que o filme é bom.

pouco provável								muito provável

Um professor disse ter confiança no sucesso académico de **“A”**. Isso deve-se a:

Ser norma naquela faculdade os professores demonstrarem esse tipo de optimismo.

pouco provável								muito provável

É politicamente correcto manifestar confiança nas capacidades das outras pessoas.

pouco provável								muito provável

Os membros do grupo de trabalho de **"A"** dizem que concordam com as suas ideias. Isso acontece por:

O tempo de que dispõem para acabar o trabalho aconselha a que evitem discutir entre eles.

pouco provável								muito provável

Ser malvisto pelos estudantes em geral ser-se pouco compreensivo e antipático com as ideias dos outros.

pouco provável								muito provável

"A" não tem relações afectivas muito prolongadas. Isso será por:

Ainda não lhe ter aparecido a pessoa certa.

pouco provável								muito provável

Muita gente dizer a "**A"** para aproveitar a juventude e pensar depois em compromissos sérios.

pouco provável								muito provável

"A" diz ter ficado desapontado com determinada obra literária. Isso deve-se a:

Algumas das críticas literárias que leu apresentarem as debilidades da obra.

pouco provável								muito provável

A maioria das pessoas achar que o livro é mau.

pouco provável								muito provável

(Versão: Curso dos Participantes: Ciências da Educação vs. Grupo dos Alvos: Endogrupo)

Inquérito

Por favor, indique o/a seu/sua:

Sexo_____ Idade_____

Curso_____ Faculdade_____

Num estudo recente, perguntámos a estudantes dos cursos de Ciências da Educação e Psicologia da FPCEUP que dessem as suas opiniões em relação a algumas minorias étnicas que vivem em Portugal.

O nosso objectivo é compreender melhor e comparar as opiniões dos estudantes dos dois cursos da FPCEUP. Dessa maneira, gostávamos de conhecer a sua opinião enquanto estudante de Ciências da Educação da FPCEUP.

Primeiro, gostávamos de saber a sua opinião sobre os estudantes do curso de Ciências da Educação. Para esse efeito, por favor responda às seguintes questões, colocando uma cruz na quadrícula que melhor se aproxima da sua opinião.

Gosta dos estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP?

não gosto nada								gosto muito

Ser estudante de Ciências da Educação da FPCEUP é uma parte importante da sua identidade?

não é nada importante								é muito importante

Tem confiança nos estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP?

muito pouca confiança								confiança absoluta

De seguida, apresentamos duas opiniões, tendo sido cada uma delas defendida por estudantes do curso de Ciências da Educação da FPCEUP, no estudo anterior. Pedimos que as leia com atenção e responda às perguntas que se seguem.

<u>Opinião 1</u>:

"*A maior parte dos ciganos não trabalha e prefere viver à custa dos subsídios do Estado. Quase todos têm ligações ao tráfico ou à economia paralela. É por isso que é acertado que aqueles que forem condenados por actividades criminosas sejam definitivamente expulsos do País.*"

Estudante de Ciências da Educação da FPCEUP

Qual é a sua impressão sobre o estudante de Ciências da Educação que disse concordar com a **<u>Opinião 1</u>**?

negativa								positiva

Que imagem pensa que este estudante dá acerca da generalidade dos estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP?

muito má								muito boa
muito desfavorável								muito favorável

<u>Opinião 2</u>:

"A inserção social dos ciganos pode ser um problema, mas a estigmatização da comunidade só a vai complicar mais. Quaisquer medidas judiciais discriminatórias levariam a uma maior marginalização e exclusão, o que impediria a promoção da sociedade multicultural, democrática e coesa, que quase todos desejamos."

Estudante de Ciências da Educação da FPCEUP

Qual é a sua impressão sobre os estudante de Ciências da Educação que disseram concordar com a **<u>Opinião 2</u>**?

negativa								positiva

Que imagem pensa que estes estudantes dão acerca da generalidade dos estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP?

muito má								muito boa
muito desfavorável								muito favorável

Em que medida considera que o facto de alguém concordar com a **<u>Opinião 1</u>** pode ser explicada por…	Quase nada						Quase tudo
Influências de amigos e família.							
A motivação pessoal.							
Influência do contexto económico.							
O carácter da pessoa.							
A personalidade da pessoa.							
Influência do contexto cultural.							
As intenções da pessoa.							
Influência da comunicação social.							

Em que medida considera que o facto de alguém concordar com a **Opinião 2** pode ser explicada por…	Quase nada						Quase tudo
Influências de amigos e família.							
A motivação pessoal.							
Influência do contexto económico.							
O carácter da pessoa.							
A personalidade da pessoa.							
Influência do contexto cultural.							
As intenções da pessoa.							
Influência da comunicação social.							

Imagine que alguns estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP se juntam para formar um grupo dedicado a combater as atitudes discriminatórias junto dos estudantes. O grupo propõe medidas pedagógicas, como conferências, debates, eventos culturais, etc., que eduquem os estudantes preconceituosos, com vista a reduzir os níveis de intolerância no curso. Utilizando as escalas seguintes, indique em que medida estaria disposto(a) a apoiar este grupo.

Inscrevia-me numa *mailing list* do grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Assinava um manifesto do grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Integrava o grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Recrutava outros estudantes para integrarem o grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Imagine que outros estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP formam um grupo com objectivos semelhantes, embora com métodos diferentes. Este grupo propõe a aplicação de medidas disciplinares, como sanções, multas, castigos, etc., que confrontem os estudantes preconceituosos, em vista a reduzir os níveis de intolerância no curso. Utilizando as escalas seguintes, indique em que medida estaria disposto(a) a apoiar este grupo.

Inscrevia-me numa *mailing list* do grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Assinava um manifesto do grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Integrava o grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Recrutava outros estudantes para integrarem o grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Para terminar, gostávamos de conhecer as suas expectativas sobre as atitudes e valores dos estudantes do curso de Ciências da Educação da FPCEUP.

Acha que tem atitudes e valores parecidos com os da generalidade dos estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP?

de modo nenhum								absolutamente

Acha que os estudantes do seu curso têm padrões morais elevados?

de modo nenhum								absolutamente

É importante para si ser visto(a) como estudante de Ciências da Educação da FPCEUP?

não é nada importante								é muito importante

Acha que os estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP são dos estudantes mais habilitados da Universidade do Porto?

de modo nenhum								absolutamente

Anexo 5

Questionários utilizados no Estudo 3

(Versão: Saliência da Auto-Categorização Pessoal vs. Grupo dos Alvos: Exogrupo)

Inquérito

Por favor, indique o/a seu/sua:

Sexo_____ Idade_____

As minorias étnicas são um assunto cada vez mais relevante na vida quotidiana. Com este inquérito, que lhe tomará apenas alguns minutos, pretendemos conhecer as suas atitudes e opiniões pessoais relativamente a algumas minorias étnicas em Portugal. É nesse sentido que lhe pedimos que responda às seguintes questões. As suas respostas são totalmente anónimas e confidenciais e destinam-se exclusivamente a fins de investigação científica.

Qual a sua opinião pessoal sobre a seguinte medida judicial? Escreva livremente nas linhas em baixo. Procure expressar os seus conhecimentos, ideias e experiências, na medida em que estes representem a sua personalidade e a/o distinguem das outras pessoas.

"Todos os Ciganos que sejam considerados culpados de crimes graves devem ser forçosamente expulsos do meu País."

A minha opinião pessoal sobre a implementação desta medida é:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Por favor, leia atentamente as opiniões sobre a medida judicial em questão e responda às questões que se seguem.

<u>Opinião 1</u>:

"*A maior parte dos ciganos não trabalha e prefere viver à custa dos subsídios do Estado. Quase todos têm ligações ao tráfico ou à economia paralela. É por isso que é acertado que aqueles que forem condenados por actividades criminosas sejam definitivamente expulsos do País.*"

Estudante de Psicologia da FPCEUP

Qual é a sua impressão sobre o estudante de Psicologia da FPCEUP que manifesta a **<u>Opinião 1</u>**?

negativa								positiva

<u>Opinião 2</u>:

"*A inserção social dos ciganos pode ser um problema, mas a estigmatização da comunidade só a vai complicar mais. Quaisquer medidas judiciais discriminatórias levariam a uma maior marginalização e exclusão, o que impediria a promoção da sociedade multicultural, democrática e coesa, que quase todos desejamos.*"

Estudante de Psicologia da FPCEUP

Qual é a sua impressão sobre o estudante de Psicologia da FPCEUP que manifesta a **<u>Opinião 2</u>**?

negativa								positiva

Imagine que alguns estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP se juntam para formar um grupo dedicado a combater as atitudes discriminatórias junto dos estudantes. O grupo propõe medidas pedagógicas, como conferências, debates, eventos culturais, etc., que eduquem os estudantes preconceituosos, com vista a reduzir os níveis de intolerância no curso. Utilizando as escalas seguintes, indique em que medida estaria disposto(a) a apoiar este grupo.

Inscrevia-me numa *mailing list* do grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Assinava um manifesto do grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Integrava o grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Recrutava outros estudantes para integrarem o grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Imagine que outros estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP formam um grupo com objectivos semelhantes, embora com métodos diferentes. Este grupo propõe a aplicação de medidas disciplinares, como sanções, multas, castigos, etc., que confrontem os estudantes preconceituosos, em vista a reduzir os níveis de intolerância no curso. Utilizando as escalas seguintes, indique em que medida estaria disposto(a) a apoiar este grupo.

Inscrevia-me numa *mailing list* do grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Assinava um manifesto do grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Integrava o grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Recrutava outros estudantes para integrarem o grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Imagine que ainda outros estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP formam um grupo com o único objectivo de expulsar da Faculdade estudantes que demonstram algum género de intolerância social. Estes estudantes acreditam que pessoas racistas não podem ser bons profissionais na área das Ciências da Educação e, pelas suas responsabilidades, podem vir a ter um impacto nocivo na sociedade. Utilizando as escalas seguintes, indique em que medida estaria disposto(a) a apoiar este grupo.

Inscrevia-me numa *mailing list* do grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Assinava um manifesto do grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Integrava o grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Recrutava outros estudantes para integrarem o grupo.

de modo nenhum								absolutamente

Gostávamos ainda de conhecer as suas expectativas sobre as atitudes e valores dos estudantes do curso de Ciências da Educação da FPCEUP.

Acha que tem atitudes e valores parecidos com os da generalidade dos estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP?

de modo nenhum								absolutamente

Acha que os estudantes do seu curso têm padrões morais elevados?

de modo nenhum								absolutamente

É importante para si ser visto(a) como estudante de Ciências da Educação da FPCEUP?

não é nada importante								é muito importante

Acha que os estudantes de Ciências da Educação da FPCEUP são dos estudantes mais instruídos da Universidade do Porto?

de modo nenhum								absolutamente

Em que medida considera que as suas respostas ao questionário reflectem adequadamente:

A sua personalidade

de modo nenhum								absolutamente

As opiniões dos outros estudantes do curso a que pertence

de modo nenhum								absolutamente

As opiniões dos outros estudantes da Faculdade a que pertence

de modo nenhum								absolutamente